

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
(Orgs.)



DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SOCIOECONOMIA

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS NO
NORDESTE PARAENSE

Lorem ipsum



científica digital



EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL LTDA

Guarujá - São Paulo - Brasil

www.editoracientifica.com.br - contato@editoracientifica.com.br

Diagramação e Arte	Edição © 2024 Editora Científica Digital
Equipe Editorial	Texto © 2024 Os Autores
Imagens da Capa	1ª Edição - 2024
Adobe Stock - 2024	Acesso Livre - Open Access

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D451 Desenvolvimento regional e socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense / Organização de Ana Karlla Magalhães Nogueira, Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-5360-779-8
DOI 10.37885/978-65-5360-779-8

1. Planejamento regional e urbano - Pará. 2. Demografia. I. Nogueira, Ana Karlla Magalhães (Organizadora). II. Melo Júnior, Luiz Cláudio Moreira (Organizador). III. Título.

CDD 307.76098115

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Planejamento regional e urbano - Pará

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2024

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
(Ors.)

Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: Experiências de Pesquisas no Nordeste Paraense

1ª EDIÇÃO



científica digital

2024 - GUARUJÁ - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Profª. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Profª. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Profª. Dra. Clara Mockdece Neves
Profª. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Profª. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Profª. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Profª. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Profª. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Profª. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Profª. Dra. Maria Cristina Zago
Profª. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Profª. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Profª. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos à avaliação do Conselho Editorial e Revisados por Pares Externos (Peer Review), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é uma produção colaborativa, tornando-se uma coletânea com reservas de direitos autorais para os autores. Alguns capítulos podem ser derivados de outros trabalhos já apresentados em eventos acadêmicos, todavia, os autores foram instruídos ao cuidado com o autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, bem como por sua originalidade e pela integridade das informações publicadas, recai exclusivamente sobre os respectivos autores e autoras, não representando, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

O desafio de se trabalhar as questões que envolvem a socioeconomia do desenvolvimento regional amazônico traz à tona a complexidade do tema, bem como as formas mais adequadas de investigação das interações com os diferentes elementos que o constituem. Questões diversas, como a inclusão social, a justiça climática, o uso agrícola da terra, os quintais agroflorestais, o associativismo e as relações de gênero, aliadas às interfaces entre o rural e o urbano e às especificidades histórico-culturais e demográficas, constituem-se em algumas das inúmeras interrogações que devem, necessariamente, integrar as discussões acerca da temática.

Nesse sentido, apresentamos o livro *Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: Experiências de Pesquisas no Nordeste Paraense*, fruto colhido das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito de disciplinas da área de Socioeconomia e Meio Ambiente, no *Campus* de Capanema da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A partir da mobilização de eixos temáticos de integração de conhecimentos, numa abordagem interdisciplinar, para o estudo das questões que envolvem a sustentabilidade do desenvolvimento regional amazônico, os 21 (vinte e um) capítulos que compõem esta coletânea, foram apresentados no evento de extensão X Colóquio de Desenvolvimento Agrário, realizado em 14 de outubro de 2023, em Capanema-PA, abordando os desafios dos povos amazônicos na luta pela sustentabilidade.

Essa publicação não seria possível sem a contribuição fundamental de tantas pessoas. Manifestamos gratidão aos estudantes dos cursos de Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental e Sanitária, que integraram as atividades desenvolvidas nas disciplinas e que não mediram esforços para que esta obra fosse publicada. Gratidão a tantos parceiros que encontramos nas comunidades rurais do nordeste paraense e nas instituições públicas e privadas que apoiam as atividades acadêmicas da UFRA.

Portanto, o livro é produto de um esforço coletivo em torno da valorização de saberes para a sustentabilidade do desenvolvimento regional amazônico. E é com este propósito que apresentamos a obra como contribuição ao debate.

Boa leitura!

Capanema-PA, 15 de Outubro de 2024

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

SUMÁRIO

Capítulo 01

ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE DE VELHA TIMBOTEUA-PARÁ

Nailda Reis dos Reis; Ana Júlia da Silva Batista; Heron Lucas Souza Duarte; Kemelly Camilly Frazão de Jesus; Lucas Dias Sarmiento; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017909 11

Capítulo 02

ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RESULTANTES DA URBANIZAÇÃO NA ZONA COSTEIRA DE BOA VISTA, QUATIPURU-PA

Claudia Yslanna Ramos Matias; Dhyenifer Mayara Guimarães Oliveira; Vanessa Oliveira Cunha; Victoria Jornada Brito de Souza; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017925 30

Capítulo 03

ANÁLISE DO ETARISMO NOS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, CAMPUS CAPANEMA: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Maria das Neves de Lima Araújo ; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017921 47

Capítulo 04

ANÁLISE DO PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO MEL DE ABELHA NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO DA COOPRIMA

Vanessa Yukari Masyama; Amanda Hellem Dias Teixeira; Adriel Lopes Correa; Sophia Elice Farias Santos; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

doi 10.37885/241017905 65

Capítulo 05

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017906 83

Capítulo 06

ANÁLISE DOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS BATEDORES DE AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Vanessa Yukari Masyama; Emilly Thaissa Fontel Silva; Amanda Hellem Dias Teixeira; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017907 110

Capítulo 07

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VILA DE SANTA MARIA DO PATAL, MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - PA

Vanessa Brito da Cunha; Tomásio Antonio Galvão dos Reis; Allan Mayron Rodrigues Costa; João Gabriel Galvão de Lima Melo; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017924 128

Capítulo 08

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA JACAREQUARA, SANTA LUZIA DO PARÁ

Ana Vitória Moreira Fonseca; Márcia Fernanda Pereira de Souza; Lucas Gabriel Lima e Lima; Wagner Leal de Negreiros; Thiago Arthur Bentes Corrêa; Ingrid Swenn Oliveira Alhadeff; Jessica Caroline Silva do Nascimento; Aderjone Antônio Magalhães Reis; Paulo Araújo de Miranda Júnior; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Eleci Terezinha Dias da Silva

doi 10.37885/241017908 143

Capítulo 09

DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR PARA DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO NA UFRA/CAMPUS CAPANEMA, NORDESTE PARAENSE

Sângela Coelho Pontes; Valéria do Socorro Rodrigues da Silva; Carla Santos da Silva; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017915 159

Capítulo 10

DESAFIOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ACESSO AO CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE QUATIPURU-PA

Edinalva da Silva Gomes; Maria Rafaela Carvalho Carvalho; Naelton Santiago de Oliveira; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017916 183

Capítulo 11

ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CONSUMIDORES DOS SUPERMERCADOS MIX MATEUS E LÍDER NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Marcos Vinícius Pimentel Souza; Maria do Socorro de Melo Moraes; Nicoli Sabrina Santos Lima; Naeliton Pinheiro Barbosa; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017917 197

Capítulo 12

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO AÇAÍ FRUTO NO DISTRITO DE MARUDAZINHO NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PARÁ

José Amilton Alves Neves; Estefany Karoline de Sousa Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/241017918 220

Capítulo 13

INTERAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), CAMPUS CAPANEMA-PA, EM RELAÇÃO AO GAMBÁ-COMUM (DIDELPHIS MARSUPIALIS)

Bruna Monteiro Rocha; Ester Cristina Nascimento Dos Santos; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017910 233

Capítulo 14

JUSTIÇA CLIMÁTICA E O PROTAGONISMO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Carla Yasmym de Carvalho Lima; Ires das Dores Borges Costa; Maria de Nazaré Lopes de Macedo; Suzana Mendonça de Sales; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017913 242

Capítulo 15

MARKETING AMBIENTAL NA INDÚSTRIA DA BELEZA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR

Fabiana Costa de Sousa; Jhade Gabrielle Costa Ferreira; Izabelly Conde Pereira; Lais Costa de Andrade; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/241017919 255

Capítulo 16

O IMPACTO DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS ITENS DA CESTA BÁSICA NO PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARÁ

Sophia Elice Farias Santos; Adriel Lopes Corrêa; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/241017922 268

Capítulo 17

O QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA - PA SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO DESCARTE INAPROPRIADO DE FÁRMACOS?

Hanson André do Nascimento Garcia; Larissa Melo Pereira; Rayssa Maciel de Souza; Francisco Elves Duarte de Souza; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/241017920 288

Capítulo 18

OS IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO MENINO JESUS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PA

Cairo Pereira Siqueira; Gisela Nascimento de Assunção; Lívia da Silva Santos; Williane Ribeiro de Oliveira; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/241017911 299

Capítulo 19

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS HAMBURGUERIAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PARÁ

Aline Caroline Vieira Cid; Raimundo Renan Freitas de Oliveira; Thiago Fabiano da Silva Carvalho; Márcia Arileia Rosa dos Santos; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/241017923 310

Capítulo 20

QUINTAL PRODUTIVO: UM ESTUDO DE CASO NA PROPRIEDADE MODELO DA EMATER, MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PA

Cyndi Laiane Teles de Oliveira; Francisco Fernando Monteiro dos Passos; Zara Gabrielle Belo da Silva; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/241017914 332

TRANSFORMAÇÕES ORIUNDAS DO AUMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI (PA)

Carla Gislaine Cavalcante Borges; Ana Eliza Silva Cardoso; Dácio Mateus Targino Pinheiro; Leonardo José Alexandre Ribeiro; Antônio Kledson Leal Silva; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/241017912 **348**

SOBRE OS ORGANIZADORES **362**

ÍNDICE REMISSIVO **363**

ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE DE VELHA TIMBOTEUA-PARÁ

Nailda Reis dos Reis

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Júlia da Silva Batista

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Heron Lucas Souza Duarte

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Kemelly Camilly Frazão de Jesus

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lucas Dias Sarmento

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O objetivo do trabalho foi realizar uma análise da produção e comercialização de hortaliças na comunidade de Velha Timboteua, localizada no município de Nova Timboteua, estado do Pará. **Métodos:** Para realização da pesquisa na comunidade de Velha Timboteua, PA, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa. Os dados foram coletados através de um questionário aplicado a seis agricultores familiares via *google forms*. Objetivou-se entender o contexto dos produtores, etapas de produção, desafios e práticas agrícolas.

Resultados: A pesquisa revelou uma produção diversificada de hortaliças na comunidade de Velha Timboteua, com destaque para cheiro-verde e pimentinha (35%), feijão de corda e alface (25%), e cariru e cebolinha (20%). A maioria dos agricultores enfrentam altos custos de produção (83%) e dificuldades na comercialização (17%). As práticas agrícolas mais comuns incluem rotação de culturas (33%) e uso de agrotóxicos (17%). A maior parcela dos agricultores adota controle biológico para pragas (50%), enquanto 33,3% utilizam agrotóxicos. Em termos de sustentabilidade, 57,14% adotam práticas agrícolas, mas há pouca ênfase na redução de agrotóxicos e na implementação de técnicas específicas de sustentabilidade. **Considerações finais:** A produção de hortaliças na comunidade de Velha Timboteua enfrenta desafios como qualidade da água, altos custos e apoio institucional insuficiente. É fundamental que o governo, instituições e produtores colaborem para aprimorar a qualidade da água, reduzir custos e promover políticas agrícolas eficazes. A participação ativa dos produtores na formulação de políticas é importante para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento da produção hortícola na região.

Palavras-chave: produção de hortaliças; sustentabilidade; desafios agrícolas; controle de pragas.

INTRODUÇÃO

As “hortaliças” são um grupo de plantas comestíveis cultivadas que incluem vegetais folhosos, raízes, tubérculos, legumes e outras plantas que são consumidas em sua totalidade ou parte (Schneider, 2016). Essas plantas são cultivadas em hortas e sua produção desempenha um papel vital na segurança alimentar e na saúde da população, pois são uma fonte importante de nutrientes na dieta humana (Friedrich, 2020).

O crescimento contínuo da população mundial força o crescimento da produção dessas hortaliças constantemente, tanto em volume de alimentos quanto em qualidade (Penteado, 2012). Essa dinâmica evidencia a complexidade e a importância do equilíbrio entre o aumento da produção de alimentos e a preservação ambiental e da saúde humana. No entanto, o uso excessivo de agrotóxicos tem causado a intoxicação de animais, do ambiente e dos seres humanos, sendo assim, a preocupação com os impactos dos agroquímicos na atividade agrícola vem aumentando significativamente (Mattei, 2015).

Para Altieri (2012), é crucial que o produtor rural se concentre na eliminação de agroquímicos, adaptando-se a mudanças no manejo de sua propriedade e dando preferência às fontes orgânicas de nutrientes e ao manejo integrado de pragas. Assim, cabe ao produtor compreender que práticas sustentáveis, dando os primeiros passos em direção à mudança.

Os casos de intoxicação em seres vivos e danos ao meio ambiente ocorrem, principalmente, entre os trabalhadores rurais que utilizam agroquímicos. Segundo Meirelles e Rupp (2016), os trabalhadores de baixa renda, agricultores familiares ou assalariados são os grupos mais afetados pela intoxicação por agrotóxicos.

Maluf e Reis (2013) também mencionam que a manipulação inadequada dos produtos, especialmente, por parte dos trabalhadores rurais, contribui para a contaminação. Essa realidade ressalta a urgência de promover práticas agrícolas mais seguras e sustentáveis, assim como a implementação de políticas e medidas que protejam a saúde e os direitos dos trabalhadores rurais, garantindo condições de trabalho dignas e seguras.

Nesse viés, observa-se que a agricultura familiar desempenha um papel crucial, especialmente na produção de hortaliças. Essa forma de agricultura é caracterizada pela gestão familiar da propriedade e pela predominância de mão

de obra dos membros da família em todas as etapas do processo produtivo (Silva *et al.*, 2022). Nesse sentido, o cultivo de hortaliças é uma atividade fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, além de contribuir para a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais (Sena *et al.*, 2011).

A pesquisa justifica-se, devido sua relevância para o desenvolvimento local, a segurança na oferta de alimentos para a comunidade e o potencial de mercado dos produtos agrícolas. Compreender as características e perspectivas da produção de hortaliças nesse contexto específico é fundamental para a implementação de práticas agrícolas mais sustentáveis e eficientes, promovendo o crescimento socioeconômico, a preservação ambiental e o bem-estar da população local.

Nesse contexto, de acordo com Penteado (2012), a agricultura orgânica caracteriza-se como uma alternativa viável, pois se baseia na proteção do meio ambiente, em que o uso dos recursos naturais deve ser apropriado. Para a produção de hortaliças uma das vantagens seria a produção de alimentos saudáveis, evitando a contaminação de seres humanos e da natureza. A conscientização sobre a viabilidade das práticas agrícolas sustentáveis e o encorajamento para que os produtores deem o primeiro passo em direção a essas mudanças são fundamentais para impulsionar uma agricultura mais equilibrada e favorável ao meio ambiente (Costa, 2010).

A produção orgânica de hortaliças requer que o produtor tenha paciência, dedicação e empenho, uma vez que os cultivos e os processos de produção demandam um tempo diferente em comparação com o cultivo convencional, especialmente, no que diz respeito ao controle de pragas e doenças. Além disso, busca-se o equilíbrio ecológico, através da manutenção de plantas bem nutridas, o que reduz a incidência de doenças (Meirelles; Rupp, 2016). Nesse sistema, valoriza-se a relação do solo com a planta e o ambiente.

Os recursos naturais de cada propriedade rural precisam ser valorizados, reconhecidos e usados corretamente. Se forem apenas extraídos, não mantidos e protegidos, a funcionalidade do sistema fica em risco (Penteado, 2012). Outro aspecto relevante é a importância de os consumidores de hortaliças conhecerem um pouco sobre a produção dos alimentos que estão adquirindo, uma vez que resíduos de compostos químicos aplicados no campo podem estar presentes nos produtos vendidos em feiras por muitos comerciantes.

Diante da possibilidade de contaminação por agrotóxicos das hortaliças, a segurança alimentar tem se tornado cada vez mais importante. A abordagem agroecológica não apenas visa mitigar os riscos de contaminação por agrotóxicos, mas também promover a autonomia das comunidades em relação à produção e acesso a alimentos saudáveis e livres de substâncias nocivas (Silva, 2023). Destaca-se a importância do direito das pessoas em estabelecer suas próprias estratégias tanto na produção quanto no consumo de alimentos, de acordo com suas necessidades (Maluf; Reis, 2013).

Essa perspectiva reforça a importância de políticas e práticas que apoiem a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e voltados para as necessidades locais. Portanto, as políticas e práticas que apoiam a transição para sistemas alimentares baseados na agroecologia não apenas contribuem para a segurança alimentar, mas também fortalecem as comunidades rurais e promovem um ambiente mais saudável para todos.

A incidência de intoxicações e outras doenças teve um impacto entre os trabalhadores rurais, e os consumidores de hortaliças não estão livres dos riscos de contaminação. Diante desses fatos, a busca por alimentos livres de agrotóxicos torna-se uma prioridade na vida dos consumidores de hortaliças, que não hesitam em adquiri-los apesar do preço mais elevado em comparação com alimentos convencionais, pois acreditam ser um investimento na saúde e na melhoria do meio ambiente.

Além disso, segundo Rocha *et al.* (2019) os produtores familiares de hortaliças do Nordeste paraense enfrentam grandes dificuldades ao cultivar culturas não adaptadas à região, uma vez que se tornam mais suscetíveis ao ataque de pragas e sensíveis às intempéries locais, o que obriga os produtores a cultivarem as olerícolas mais rústicas e resistentes às condições na região.

Dessa forma, a produção agrícola de diversos municípios, como Nova Timboteua, ainda está às margens da produção nacional, devido a fatores como o clima, as características do solo, a dificuldade de acesso a insumos, a qualidade das sementes, a adaptabilidade para a região, a falta de tecnologia e assistência técnica (Borges *et al.*, 2022). Assim, surge a necessidade de analisar como se dá o processo de produção de hortaliças na área em questão e quais são as perspectivas dos agricultores familiares em relação à produção de hortaliças.

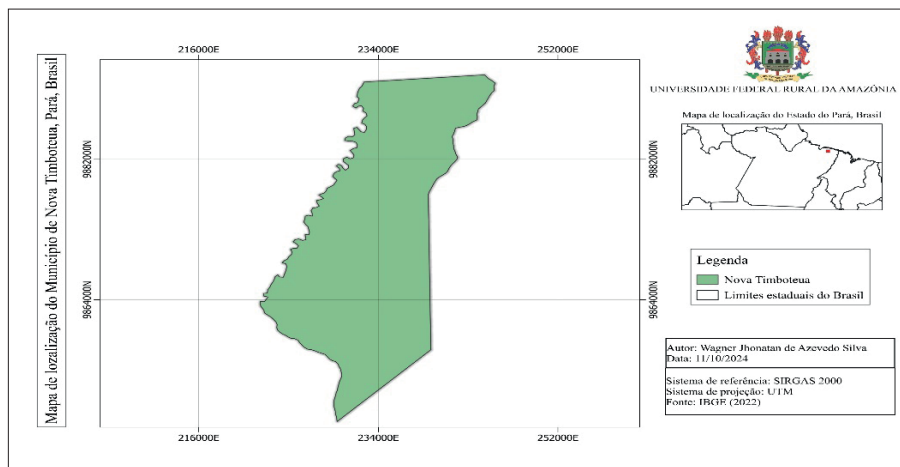
Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise da produção e comercialização de hortaliças na comunidade de Velha Timboteua, localizada no município de Nova Timboteua, estado do Pará, destacando suas características, desafios e perspectivas, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável e aprimoramento dessa atividade agrícola na região.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi conduzida na comunidade de Velha Timboteua, localizada no Município de Nova Timboteua, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) localiza-se no estado do Pará, na mesorregião do Nordeste Paraense, Microrregião Bragantina, a uma latitude 01°12'28" Sul e a uma longitude 47°23'33" Oeste, estando a uma altitude de 51 metros.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Nova Timboteua-PA.



Fonte: IBGE (2022).

O município de Nova Timboteua encontra-se, na região do Nordeste Paraense, possuindo uma área de 489,853 km² e sua população estimada, no ano de 2022, em 12.806 habitantes (IBGE, 2022). Com relação a comunidade de Velha Timboteua, trata-se de uma região de várzea que se localiza às margens

do rio Peixe-Boi e pertence à zona rural do município Nova Timboteua, ao longo da Rodovia PA-324, que liga Belém a Salinópolis (Pinto, 2017).

Procedimentos Metodológicos

A metodologia de uma pesquisa é o caminho para a busca de questões estudadas (Pereira, 2018, p. 28). Este estudo adotou uma abordagem quali-quantitativa para analisar o processo de produção e comercialização de hortaliças na Comunidade de Velha Timboteua, no município de Nova Timboteua, estado do Pará. Creswell (2010, p. 18), afirma que a pesquisa quali-quantitativa é uma estratégia metodológica que combina técnicas de análise qualitativa e quantitativa para ampliar a compreensão de um fenômeno de interesse, permitindo o aprofundamento e a quantificação dos dados coletados.

Para obtenção dos dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, composto por dez perguntas, aplicado a seis agricultores, do total de dez produtores que cultivam hortaliças na comunidade de Velha Timboteua, e a referida coleta ocorreu no mês de março de 2023. De acordo com Oliveira (2015), o questionário é um instrumento de coleta de dados que utiliza perguntas estruturadas para obter informações sobre um determinado assunto, permitindo a análise quantitativa e qualitativa das respostas.

Por razões éticas, os nomes dos participantes foram mantidos em anonimato. Esse método possibilita múltiplas visões de um mesmo problema e uma análise profunda dos processos (Ventura, 2007, p. 396).

O questionário foi aplicado via *Google Forms*, uma ferramenta de gerenciamento de pesquisas que permite a coleta de informações de forma prática e eficaz. O questionário continha um roteiro semiestruturado com perguntas de múltipla escolha, que buscavam respostas diretas dos entrevistados, e perguntas abertas, proporcionando liberdade e espontaneidade nas respostas. De acordo com Gil (1999), o pesquisador pode intervir sempre que necessário, solicitando maior exploração nas respostas, o que permite uma compreensão detalhada das práticas agrícolas, desafios enfrentados e perspectivas dos agricultores familiares.

Além disso, foram realizadas observações diretas nos locais de produção para complementar as informações obtidas. As perguntas do questionário foram elaboradas de modo a colaborar com o objetivo geral da pesquisa, permitindo

compreender o contexto geral dos agricultores familiares, etapas de produção, comercialização das hortaliças, e a estrutura física do local de trabalho.

O questionário também abordou questões sobre o processo de comercialização, mão de obra, principais desafios na produção de hortaliças, execução de tarefas, tipos de hortaliças produzidas, práticas agrícolas para garantir qualidade e produtividade, além de problemas relacionados a pragas e doenças na plantação.

Após a obtenção dos dados os resultados foram tabulados em planilha de *Excel* e apresentados na forma de gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados da pesquisa forneceu uma compreensão importante sobre o processo de produção das hortaliças, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares, as práticas agrícolas utilizadas, as perspectivas de desenvolvimento sustentável e o papel do governo e outras instituições na promoção e no apoio à produção de hortaliças na região.

Com relação ao perfil socioeconômico dos agricultores constatou-se que em relação ao gênero, 33,4% dos entrevistados são do sexo feminino, enquanto 66,6% do sexo masculino (Ver tabela 1). Em relação à faixa etária, verificou-se que 33,3% têm 36 a 45 anos, 33,3% possuem 46 a 55 anos e, por fim, 33,3% têm 56 anos ou mais, o que demonstra que os agricultores familiares apresentam um percentual equilibrado em relação a idade.

Silva (2020, p. 45), ressalta que a agricultura familiar é caracterizada pela diversidade de situações, condições e desafios enfrentados pelos agricultores em diferentes regiões, o que muitas vezes influencia a capacidade de coleta de dados e a representatividade das amostras. Nesse sentido, observou-se a diversidade de gênero e idade entre os agricultores familiares que produzem hortaliças na comunidade de Velha Timboteua.

No que tange o grau de escolaridade, atestou-se que 33,4 dos agricultores não são alfabetizados, 33,4% possuem o ensino fundamental incompleto, 16,6% têm o ensino fundamental completo e 16,6% ensino médio completo (ver tabela 2). Para Gomes e Almeida (2022, p. 34) “os níveis educacionais nas áreas rurais ainda são inferiores à média nacional, refletindo as desigualdades no acesso à educação e nas oportunidades de qualificação profissional”.

Dessa forma, é perceptível a relevância da educação na agricultura. Apesar das políticas públicas voltadas à inclusão do produtor na agricultura familiar, a falta de incentivos à educação ainda é uma questão que deve ser incorporada nas práticas agrícolas, inclusive para as próximas gerações em relação à sucessão familiar.

Tabela 1 - Distribuição percentual por gênero, faixa etária e escolaridade dos agricultores familiares.

Gênero	Percentual (%)	Faixa etária de idade	Percentual (%)	Escolaridade	Percentual (%)
Feminino	33,4%	36 a 45 anos	33,3%	Não alfabetizado	33,4
Masculino	66,6%	46 a 55 anos	33,3%	Ensino fundamental incompleto	33,4
		56 anos ou mais	33,3%	ensino fundamental completo	16,6
				ensino médio completo	16,6
Total	100%		100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em relação às práticas agrícolas adotadas pelos produtores, os desafios enfrentados, as variedades de hortaliças cultivadas, os métodos de distribuição e venda, entre outros. A plantação de cheiro-verde é uma prática agrícola bastante comum e valorizada, na Comunidade de Velha Timboteua, tanto para pequenos produtores quanto para grandes produtores (Ver figura 2).

Figura 2 - Plantação de hortaliças dos agricultores familiares.



Fonte: Acervo dos autores (2023).

O cheiro-verde e cebolinha são duas ervas aromáticas que possuem características complementares. O cheiro-verde, composto principalmente por salsa e cebolinha, é conhecido por seu aroma marcante e sabor fresco, frequentemente

usado para temperar alimentos e finalizar pratos. Já a cebolinha, uma planta da família das *aliáceas*, é apreciada por seu sabor suave e leve, ideal para adicionar um toque de frescor a saladas e sopas.

A pesquisa identificou que os agricultores na Comunidade de Velha Timboteua cultivam uma variedade de hortaliças, com destaque para cheiro-verde e pimentinha (35%), feijão de corda e alface (25%), cariru e cebolinha (20%), e raízes, folhosas diversas, couve e orelha de macaco (20%). Esses dados refletem uma produção diversificada que atende à demanda do mercado e às condições locais de cultivo (Ver tabela 2). Essa variedade sugere uma prática agrícola adaptada às preferências locais e às condições ambientais da região.

A diversificação na produção de hortaliças permite aos agricultores atender melhor à demanda do mercado local, adaptando-se às condições específicas de cultivo e garantindo maior resiliência econômica e ambiental (Silva; Oliveira, 2019, p. 112).

Tabela 2 - Tipos de hortaliças produzidas pelos agricultores familiares.

Tipo de Hortaliças	Percentual (%)
Cheiro-verde e Pimentinha	35%
Feijão de corda e Alface	25%
Cariru e cebolinha	20%
Raízes e folhosas diversas, couve e orelha de macaco	20%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A presença de hortaliças comuns, como alface, couve e cebolinha, é consistente em vários relatos dados pelos agricultores familiares, indicando sua importância na produção local (Ver figura 3). Além disso, a inclusão de hortaliças menos conhecidas, como o cariru e a orelha de macaco, destaca a diversidade e a riqueza da produção agrícola na área de estudo.

Figura 3 - Estufa com produção de alface.



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Nesse sentido, observou-se também a menção de raízes e folhosas presentes nas áreas de cultivo, indicando uma produção que abrange uma variedade de tipos de hortaliças, atendendo a diferentes necessidades culinárias e preferências de consumo. No geral, as respostas fornecidas pelos agricultores revelaram uma produção diversificada de hortaliças na Comunidade de Velha Timboteua, o que pode ser benéfico tanto em termos de segurança alimentar quanto de oportunidades de mercado. Essa diversidade reflete uma prática agrícola adaptada ao contexto local e destaca a importância da agricultura na economia e na cultura da região.

Os dados coletados indicaram que os principais desafios enfrentados pelos agricultores se concentram, sobretudo, nos custos de produção elevados, mencionados por 83% dos entrevistados (Ver tabela 3). Esses custos podem incluir despesas relacionadas a insumos, mão de obra, energia, e manutenção de máquinas e equipamentos, revelando dificuldades financeiras significativas para manter as áreas de cultivo agrícolas. Além disso, 17% dos agricultores apontaram a dificuldade na comercialização dos produtos como um problema relevante, possivelmente relacionado a fatores como falta de acesso a mercados, concorrência intensa, preços baixos ou deficiências na infraestrutura logística.

Por outro lado, nenhum dos agricultores indicou como desafios a falta de água, pragas ou doenças e solos de baixa qualidade, o que pode sugerir que a região possui boa disponibilidade hídrica, métodos eficazes de manejo fitossanitário e solos adequados para a atividade agrícola.

Friedrich (2020), afirma que o sucesso da atividade agrícola depende significativamente da capacidade dos agricultores de gerenciar custos de produção e superar obstáculos logísticos, enquanto a qualidade dos recursos naturais frequentemente desempenha um papel secundário nas dificuldades enfrentadas. Esses resultados destacam que, embora existam barreiras econômicas e logísticas a serem superadas, questões ambientais e de qualidade do solo não são atualmente preocupações significativas para os agricultores pesquisados.

Tabela 3 - Principais desafios enfrentados na produção de hortaliças na Comunidade de Velha Timboteua/PA.

Principais desafios	Percentual (%)
Falta de água	0%
Pragas/doenças	0%
Solos de baixa qualidade	0%
Custos de produção elevados	83%
Dificuldade na comercialização	17%
Outros	0%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os dados revelaram, ainda, que os agricultores adotam diversas práticas agrícolas em suas atividades. A rotação de cultura é a prática mais comum, mencionada por 33,2% dos entrevistados, indicando que muitos agricultores reconhecem seus benefícios, como a melhoria da saúde do solo, o controle de pragas e doenças e o aumento da produtividade.

Ademais, 16,7% dos agricultores relataram o uso de agrotóxicos, uma prática que visa reduzir a ocorrência de pragas e doenças, embora possa causar impactos ambientais e de saúde aos consumidores. Constatou-se, ainda, que 16,7% dos agricultores optaram pela agricultura orgânica, que exclui o uso de produtos químicos sintéticos, enfatizando métodos naturais e sustentáveis para manter a fertilidade do solo e a saúde das culturas. Igualmente, 16,7% dos horticultores utilizam adubação orgânica, aplicando materiais de origem biológica para enriquecer o solo com nutrientes, o que reflete uma preferência por práticas sustentáveis e ecológicas.

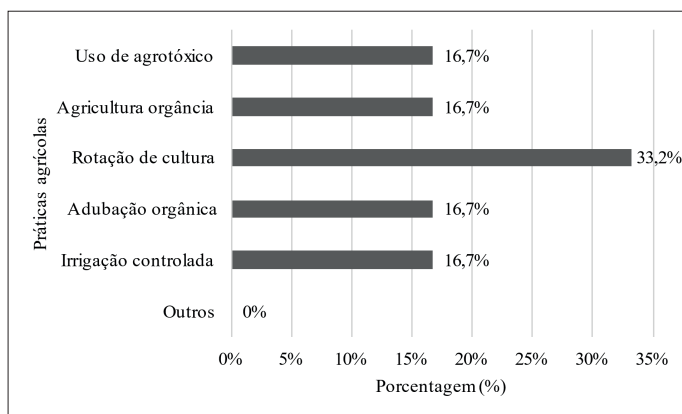
Além disso, 16,7% dos entrevistados adotam a irrigação controlada, uma técnica que otimiza o uso de água, garantindo sua eficiência e reduzindo o

desperdício. Nenhum dos agricultores apontou outras práticas além das mencionadas. Esses dados indicam uma diversidade de práticas agrícolas, com destaque para a rotação de culturas, enquanto uma parcela considerável de agricultores busca equilibrar práticas convencionais e sustentáveis em suas atividades.

De acordo com Silva (2021), a rotação de culturas é amplamente adotada pelos agricultores devido aos seus benefícios comprovados na saúde do solo e controle de pragas. No entanto, práticas como o uso de agrotóxicos, a agricultura orgânica, a adubação orgânica e a irrigação controlada também são significativas, cada uma com suas implicações para a sustentabilidade e eficiência agrícola.

Sendo assim, se torna perceptível manter a rotação de culturas é amplamente reconhecida por seus benefícios, nas práticas como o uso de agrotóxicos, a adubação orgânica e a irrigação controlada desempenham papéis significativos, cada uma com suas implicações para a sustentabilidade e eficiência agrícola.

Gráfico 1 - Práticas agrícolas utilizadas para garantir a qualidade e o nível de produção das hortaliças.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os dados da pesquisa indicaram que os agricultores utilizam diferentes métodos para o controle de pragas e doenças em suas propriedades. A prática mais comum, mencionada por 50% dos agricultores foi o uso de métodos de controle biológico, que envolve a utilização de predadores naturais, parasitoides, ou microrganismos benéficos para controlar populações de pragas, destacando uma tendência em direção a práticas sustentáveis e ecologicamente responsáveis.

Além disso, 33,4% dos agricultores relataram o uso de agrotóxicos como método de controle, uma abordagem mais tradicional que visa eliminar pragas

e doenças de maneira rápida e eficaz, embora possa trazer impactos ambientais e danos à saúde humana. Além disso, nenhum dos entrevistados indicaram o uso de outros métodos de controle de pragas, o que pode sugerir que as opções disponíveis se limitam, principalmente, aos agrotóxicos e ao controle biológico.

Por outro lado, 16,6% dos agricultores afirmaram que não enfrentam problemas relacionados a pragas e doenças, o que pode estar associado a condições ambientais favoráveis, práticas agrícolas eficientes ou outras razões específicas ao contexto local. Esses dados demonstram uma predominância de métodos sustentáveis, como o controle biológico, ao mesmo tempo em que refletem a continuidade do uso de agrotóxicos por uma parcela significativa dos agricultores.

O controle biológico, envolvendo o uso de inimigos naturais como predadores, parasitoides e microrganismos, têm ganhado destaque como uma alternativa sustentável e eficaz ao uso de agrotóxicos, minimizando os impactos ambientais e promovendo uma agricultura mais equilibrada (Alves; Lopes, 2008, p. 54).

Tabela 3 - Métodos utilizados para o controle de pragas e doenças.

Métodos de controle de pragas e doenças	Percentual (%)
Agrotóxicos	33,4%
Práticas de controle biológico	50%
Métodos de controle de pragas	0%
Não enfrento problemas relacionados a pragas e doenças	16,6%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os dados sobre o processo de comercialização revelaram diferentes estratégias adotadas pelos agricultores para vender seus produtos. Assim, constatou-se que 50% dos entrevistados vendem sua produção para mercados municipais ou supermercados, o que indica uma preferência por canais de distribuição que permitem acesso a um número significativo de consumidores e garantem uma maior estabilidade na demanda.

Por outro lado, 33,4% dos agricultores preferem vender para intermediários ou atravessadores, e 16,6% fazem vendas diretas para consumidores locais, o que pode indicar que essa abordagem é menos atrativa, provavelmente devido ao menor volume de vendas ou ao limitado alcance do mercado. Os agricultores não participam de feiras locais como forma de comercialização, o que pode indicar um desinteresse ou falta de oportunidade nesses eventos.

De acordo com Wiersema (2018), “os agricultores frequentemente optam por canais de comercialização que garantem maior estabilidade e acesso a um grande número de consumidores, como grandes redes atacadistas e mercados municipais”. Esses dados mostram que, embora haja uma diversidade de métodos de venda, os canais de distribuição que envolvem vendas para mercados maiores, como supermercados ou através de atravessadores, são os mais utilizados pelos agricultores.

Tabela 4 - Estratégias de comercialização dos produtos agrícolas.

Processo de Comercialização	Percentual (%)
Venda direta para consumidores locais	16,6%
Participação em feiras locais	0%
Venda para supermercados ou mercados municipais	50%
Venda para intermediários ou atravessadores	33,4%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os dados sobre as perspectivas de desenvolvimento sustentável mostram que a maioria dos agricultores, 71,6% consideram a implantação de práticas agrícolas mais sustentáveis como o principal foco para alcançar a sustentabilidade. Essa escolha sugere uma prioridade em adotar métodos que possam melhorar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir impactos ambientais.

No entanto, apenas 14,2% dos agricultores indicaram a redução do uso de agrotóxicos como uma estratégia para alcançar a sustentabilidade ambiental, o que apontou para uma menor ênfase na diminuição da dependência de produtos químicos. A valorização da agricultura familiar também foi mencionada por 14,2% dos entrevistados, destacando a importância do apoio aos agricultores familiares e do fortalecimento das comunidades locais como parte do desenvolvimento sustentável.

Notadamente, nenhum dos agricultores mencionou o uso de técnicas específicas de agricultura sustentável, como sistemas agroflorestais ou técnicas de conservação do solo e da água. Isso pode indicar uma falta de adesão às práticas agrícolas sustentáveis ou de conscientização sobre seus benefícios.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2021) aponta que a maioria dos agricultores considera a adoção de práticas agrícolas sustentáveis como o caminho viável para alcançar a sustentabilidade,

priorizando métodos que aumentem a produtividade e amenizam os impactos ambientais. A diminuição do uso de agrotóxicos e o apoio à agricultura familiar são menos relevantes, o que reflete diferentes enfoques na busca por práticas mais sustentáveis.

Com isso, os dados revelaram que, embora haja interesse em práticas agrícolas gerais para a sustentabilidade, ainda há um caminho a percorrer na implementação de métodos específicos e na redução de práticas agrícolas mais tradicionais.

Tabela 5 - Perspectivas de desenvolvimento sustentável na agricultura.

Perspectivas de desenvolvimento sustentável	Percentual (%)
Implantação de práticas agrícolas	71,6%
Uso de técnicas de agricultura sustentável	0%
Redução no uso de agrotóxicos	14,2%
Valorização da agricultura familiar	14,2%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os participantes da pesquisa expressaram uma visão crítica, indicando que as ações e medidas implementadas até o momento não têm sido eficazes em atender às demandas e necessidades dos produtores locais. Isso sugere que há uma lacuna entre as expectativas dos agricultores e o suporte oferecido pelo governo e outras entidades relevantes.

Para melhorar esse cenário, é fundamental que o governo e outras instituições adotem uma abordagem mais proativa e abrangente. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura agrícola, como sistemas de irrigação e armazenamento, programas de assistência técnica e capacitação para os agricultores, incentivos financeiros para reduzir os custos de produção e promover políticas agrícolas efetivas.

Além disso, é importante promover a participação e o envolvimento dos produtores locais no processo de discussão e formulação de políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas de forma eficaz. A colaboração entre o governo, as instituições e a comunidade agrícola são essenciais para desenvolver soluções sustentáveis e promover o crescimento e desenvolvimento da produção de hortaliças na região.

Portanto, é necessário um esforço conjunto e coordenado para superar os desafios existentes e criar um ambiente propício para o sucesso e a prosperidade dos agricultores na Comunidade de Velha Timboteua, estado do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na produção de hortaliças na comunidade de Velha Timboteua, identificou-se desafios significativos e aspectos que precisam ser melhorados em relação à qualidade da água, apoio institucional e políticas governamentais. As respostas dos agricultores revelaram preocupações com a qualidade da água, os altos custos de produção e a percepção de que o apoio do governo e de outras instituições é insuficiente.

No entanto, esses desafios também representam oportunidades para ações concretas e colaborativas. O governo, as instituições e os produtores locais podem trabalhar em conjunto para implementar medidas que melhorem a disponibilidade e a qualidade da água, reduzam os custos de produção e promovam políticas agrícolas mais favoráveis.

Além disso, é crucial promover a participação ativa dos agricultores na formulação de políticas e programas, garantindo que suas necessidades sejam consideradas e atendidas de maneira adequada. Através da cooperação e colaboração entre todas as partes interessadas, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável da produção de hortaliças na Comunidade de Velha Timboteua, garantindo assim a segurança alimentar, o crescimento socioeconômico e ambiental e o bem-estar da comunidade local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. B., LOPES, R. B. **Controle microbiano de pragas na América Latina: avanços e desafios**. Piracicaba: FEALQ, 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio De Janeiro: As-Pta, 2012.
- BORGES, L. S.; NUNES, K. N. M.; SAMPAIO, I. M. G.; MEDEIROS, M. B. C. L.; PEREIRA, R. S.; AVIZ, R. O. **Agronegócio das hortaliças, seus desafios e tendências no estado do Pará**. Belém: Editora Científica Digital, 2022. E-book. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/agronegocio-das-hortalicas-seus-desafios-e-tendencias-no-estado-para>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Secretaria De Atenção À Saúde. **Guia Alimentar Para A População Brasileira** / Ministério Da Saúde, Departamento De Atenção Básica. 2. ed. 1. Reimpr. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. (2010).

COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, p. 61-74, 2010.

FRIEDRICH, A. Desafios na agricultura moderna. **Journal of Agricultural Economics**, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, J. R.; ALMEIDA, V. P. **Desigualdades educacionais e desenvolvimento rural no Brasil**. Editora Campo Novo, 2022.

GUZZATTI, T. C; SAMPAIO, C. A. C; TURNES, V. A. Novas Relações Entre Agricultores familiares e Consumidores: Perspectivas Recentes No Brasil E Na França. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 16, n.3, p. 363-375, 2014.

GUANZIROLI, C. H.; CARDIM, S. E. (Coords.). **Novo Retrato Da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto De Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, Fev./2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Nova Timboteua**, Pará. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Balanço e Perspectivas**. UFSC/Economia: Texto Para Discussão n. 05, 2015.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. 2016.

MEIRELLES, L. R.; RUPP, L. C. D. (Coord.). **Agricultura Ecológica-Princípios Básicos**. 2016. Disponível Em: <Http://Www.Centroecologico.Org.Br/Agricultura.Php>. Acesso em: 19 Mar. 2024.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Org.). **Segurança Alimentar E Nutricional – Perspectivas, Aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio De Janeiro: Fiocruz, 2013. P. 15-42.

OLIVEIRA, M. P. **Pesquisa de mercado e métodos quantitativos**. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Adriana *et al.* **Metodologia da pesquisa científica: recurso eletrônico**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018. e-book.

PENTEADO, S. R. **Implantação do Cultivo Orgânico: Planejamento e Plantio**. 2. Ed. Campinas, Sp: Via Orgânica, 2012.

PIGNATI, W. **Não Existe Uso Seguro De Agrotóxicos**. 2011. Disponível Em: <Http://Www.lhu.Unisinos.Br/Entrevistas/44972-Nao-Existe-Uso-Seguro-De-Agrotoxicosentrevista-Especialcom-Wanderlei-Pignati>. Acesso Em: 20 Mar. 2024.

PINTO, L. C. M. **Açaí e manejo: um impasse não resolvido na Comunidade de Velha Timboteua-PA**. Programa de Pós-graduação Lato Sensu–PPLS-FIPAM XXVII. Especialização em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem. 15p. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: Flávia Charão Marques; Marcelo Antônio Conterato; Sergio Schneider. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2016, v. 1, p. 93-140.

ROCHA, M. S.; NUNES, H. B.; SARDEIRO, L. S. Quantificação e Distribuição espacial de fitonematoides em uma área hortícola no Oeste da Bahia. **Magistra**, v. 30, p.406-412, 2019.

SILVA, A. O. *et al.* **Pós-Colheita E Comercialização De Hortaliças Na Feira Do Produtor Rural Em Capanema - PA**. Capanema, Pará, Congresso Internacional Das Ciências Agrárias Jan 2022.

SILVA, J. A. **Agricultura familiar no Brasil: Desafios e perspectivas**. Editora Agronômica, 2020.

SILVA, J. R. **Diversidade de Práticas Agrícolas e Seus Impactos**. 2. ed. Brasília: Editora Agricultura, 2021. p. 88.

SILVA, João. **Agroecologia e Autonomia Alimentar**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Verde, 2023.

SILVA, J. P.; OLIVEIRA, M. A. **Produção sustentável de hortaliças: práticas e desafios**. São Paulo: Editora Agrícola, 2019.

SENA, J. O. et al. Recursos Financeiros do PRONAF: Um estudo do planejamento e controle realizados pelos agricultores familiares das Associações Comunitárias do Vale do Bananal. *In*: **Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração**, 35., 2011, Rio De Janeiro. *Anais...* Rio De Janeiro, RJ: Enanpad, 2011.

VENTURA, Magda. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, set/out. 2007.

WIERSEMA, J., **Agricultural Marketing: Theory and Practice**, Routledge, 2018.

ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RESULTANTES DA URBANIZAÇÃO NA ZONA COSTEIRA DE BOA VISTA, QUATIPURU-PA

Claudia Yslanna Ramos Matias

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Dhyenifer Mayara Guimarães Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Vanessa Oliveira Cunha

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Victoria Jornada Brito de Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O artigo analisa os impactos socioambientais resultantes do processo da urbanização na Zona Costeira no distrito de Boa Vista, no município de Quatipuru-PA. À medida que o processo de urbanização cresce, é perceptível os impactos gerados por essa atividade, já que, geralmente, o processo de urbanização ocorre sem planejamento adequado, ocasionando efeitos sinérgicos e persistentes. A coleta dos dados primários da pesquisa se deu partir da aplicação de um questionário dividido em quatro partes: a primeira, contendo questões relacionadas a dados gerais; a segunda, relacionada aos problemas de saneamento enfrentados pelos moradores locais; a terceira, sobre a percepção dos moradores em relação a sua participação nas decisões públicas; e, por fim, a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais. Com base nos dados coletados, constatou-se que 64,3% dos entrevistados reconhecem a existência de problemas ambientais, 21,4% não veem problemas significativos e 14,3% dos moradores não percebem problemas ambientais alarmantes no bairro. Essa diversidade de opiniões revela uma falta de clareza na percepção dos impactos ambientais na área, mesmo diante das diversas questões ambientais presentes, como poluição, disposição inadequada de resíduos, dentre outras. Diante disso, destaca-se a importância da educação ambiental na comunidade, a respeito de tais problemáticas. Além de analisar e avaliar a participação da comunidade no desenvolvimento e na consolidação de políticas públicas da região e como isso afeta os padrões socioeconômicos e ambientais, uma vez que é crucial compreender os impactos da urbanização para que se possa proteger o meio ambiente e garantir a segurança da comunidade.

Palavras-chave: percepção ambiental; vulnerabilidade; sociodemográfico; saneamento.

INTRODUÇÃO

Segundo Martine; McGranahan (2010) a urbanização, no Brasil, iniciou-se na segunda metade do século XX, a partir do processo de industrialização, o que resultou em um deslocamento da população das áreas rurais em direção às áreas urbanas. Tucci (2010) diz que a urbanização é um processo de desenvolvimento econômico e social, resultando em uma transformação na economia rural para uma economia de serviços, a qual está totalmente concentrada em áreas urbanas.

Com o passar dos anos, a urbanização deixou de ser exclusiva das grandes cidades e áreas metropolitanas, estendendo-se aos pequenos centros urbanos, cuja visibilidade tem crescido desde 1970, tanto em relação ao aumento no número de centros urbanos quanto ao total da população que eles abrigam (Nogueira; Garcia, 2007).

Na Amazônia, o processo de urbanização pode ser dividido em duas fases, a saber: a primeira, quando as cidades começaram a ser ocupadas pela Coroa Portuguesa, dando origem às primeiras cidades ribeirinhas, e, a segunda, após a década de 1960, com a implementação dos chamados grandes projetos, como a abertura de estradas (Ximenes, 2012).

À medida que o processo de urbanização cresce, é perceptível também os impactos gerados por essa atividade, já que, em sua maioria, o processo de urbanização ocorre sem planejamento ou seguindo um planejamento ineficaz, ocasionando efeitos sinérgicos e persistentes. Evidenciando, dessa forma, o que Pereira; Teixeira (2020) chamam de “recuo da natureza”, uma vez que provoca não apenas uma expressiva perda de diversidade biológica, mas, também, contribui para a degradação do ambiente urbano.

Esse e outros problemas urbanos também contribuíram para o crescimento de áreas de periferização, que em alguns locais da Amazônia, encontram-se ocupando os entornos de rios, lagos, igarapés e zonas costeiras. Ocasionando, assim, a necessidade do estudo de percepção ambiental, uma vez que o estudo da percepção ambiental constitui mecanismo interdisciplinar pelo qual o indivíduo visualiza os factos da sua realidade por meio de uma representação social (Brito, 2015).

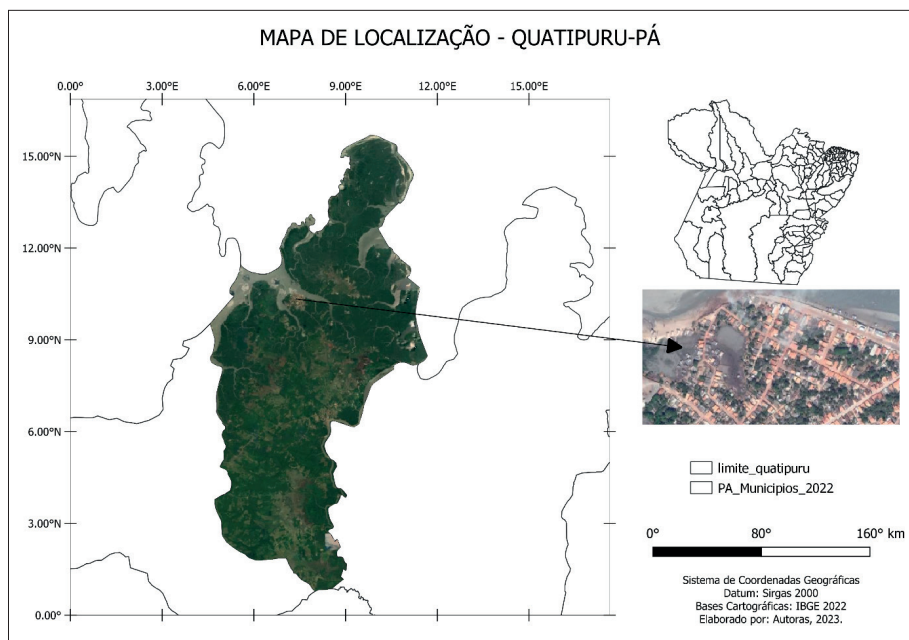
Portanto, o objetivo deste estudo consistiu em analisar a percepção dos moradores em relação aos impactos sociais e ambientais que afetam o

bairro do Castelo, localizado no Distrito de Boa Vista, município de Quatipuru, no estado do Pará.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no distrito de Boa Vista, pertencente ao município de Quatipuru, no estado do Pará, a uma latitude de $S00^{\circ}53'47''$ e à longitude de $W47^{\circ}00'19''$. A cidade pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião Bragantina e localiza-se à margem direita do rio Quatipuru, áreas de grande importância para a atividade pesqueira (Santos *et al.*, 2011). A Figura 1 evidencia o mapa de localização do município de Quatipuru.

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Autoras (2023).

Como procedimentos metodológicos, foram empregados pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e aplicação de questionário, com o intuito de proceder o reconhecimento da área estudada e analisar a dinâmica socioambiental atual da área, a partir da perspectiva dos moradores locais. O bairro escolhido para

a realização da pesquisa foi o bairro do Castelo, localizado ao entorno da zona costeira do Distrito de Boa Vista.

Para a coleta dos dados primários da pesquisa, foram aplicados questionários com 14 moradores, de um total de 25 casas existentes no bairro. O conteúdo dos questionários abrangeu informações em relação à percepção ambiental dos moradores sobre os problemas socioambientais da comunidade, sendo dividido em quatro partes. A primeira, contendo questões relacionadas a dados gerais; a segunda, relacionada aos problemas de saneamento enfrentados pelos moradores locais; a terceira, sobre a percepção dos moradores em relação à sua participação nas decisões públicas; e, por fim, a percepção dos moradores com relação aos problemas ambientais que ocorrem no local. A Figura 2 exemplifica momentos da aplicação do questionário.

Figura 2 - Aplicação do questionário no Bairro Castelo, Distrito de Boa Vista, Quatipuru-PA.



Fonte: Autoras (2023).

A análise dos dados coletados é uma etapa fundamental em qualquer pesquisa, pois permite extrair informações significativas e tirar conclusões relevantes. Neste estudo, os dados foram analisados utilizando o software *Microsoft Excel*, para uma organização sistemática. A partir disso, os dados foram estruturados em planilha, gerando tabelas e gráficos para visualizar as informações de maneira clara e compreensível. Possibilitando a geração de resultados para as discussões a respeito da percepção dos moradores sobre os problemas socioambientais que são enfrentados, bem como a possibilidade da fomentação das políticas públicas e o planejamento urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado aos moradores foi dividido em quatro categorias, a saber: (1) Perfil Sociodemográfico, (2) Infraestrutura do bairro, (3) Saneamento básico, (4) Percepção social e (5) Percepção Ambiental. O resultado desta pesquisa é apresentado e discutido a seguir, segundo as categorias de análise citadas anteriormente.

Perfil sociodemográfico dos moradores

A tabela 1 apresenta as informações resultantes do cruzamento entre as variáveis gênero, faixa etária, estado civil e grau de escolaridade (Tabela 1). Já a tabela 2 mostra os dados referente à ocupação e renda.

Tabela 1 - Cruzamento de variáveis Gênero, Faixa etária, Estado Civil e Grau de escolaridade.

Variáveis	Quantidade	Porcentagem
Gênero		
Feminino	5	35,71%
Masculino	9	64,29%
Faixa Etária		
18 – 24	1	7,14%
25 – 34	2	14,29%
35 – 44	3	21,43%
45 – 54	1	7,14%
55 – 60	3	21,43%
60 ou mais	4	28,57%
Estado Civil		
Solteiro (união estável)	10	71,43%
Casado	4	28,57%

Fonte: Autoras (2023).

A partir da tabela 1, é possível notar que há uma predominância de moradores do sexo masculino (64,3%) em relação ao sexo feminino (35,7). Essa composição demográfica é influenciada por uma série de fatores, que abrangem aspectos culturais, sociais e de empoderamento. Um dos fatores que contribui para esse fenômeno é que a principal atividade econômica do local é a pesca artesanal, tradicionalmente associada ao gênero masculino.

A pesca artesanal é, historicamente, uma ocupação, predominantemente, masculina, o que, naturalmente, atrai um número maior de homens para a região. No entanto, vale ressaltar que, conforme destacado por Cavalcante *et al.* (2018), apesar de as mulheres manterem uma relação próxima com a natureza e os recursos pesqueiros, elas ainda enfrentam desafios significativos em diversas áreas sociais.

Essa disparidade de gênero na composição da população local demonstra a importância de uma análise mais profunda das dinâmicas sociais e culturais em comunidades como essa. Além disso, destaca a necessidade de considerar abordagens que promovam a inclusão e o empoderamento das mulheres em atividades tradicionalmente dominadas por homens, bem como a promoção da igualdade de gênero na tomada de decisões e na gestão dos recursos naturais.

Outro dado relevante é a idade média dos moradores. Nesse quesito, a maioria dos residentes do bairro pertencem a faixas etárias mais avançadas, principalmente, entre 45 anos (21,5%) e mais de 60 anos (28,6%). A maioria afirmou morar no bairro há mais de 20 anos, alguns desde a infância.

Tabela 2 - Cruzamento de variáveis Ocupação e Renda.

Variáveis	Quantidade	Porcentagem
Escolaridade		
Fund. Incompleto	6	42,86%
Fund. Completo	3	21,43%
Médio Incompleto	2	14,29%
Médio Completo	3	21,43%
Ocupação		
Empr. informal	11	78,57%
Desempregado	1	7,14%
Aposentado	1	7,14%
Outro (dona de casa)	1	7,14%
Renda		
menos de 1 sal. min.	13	92,86%
1 - 2 sal. min.	1	7,14%

Fonte: Autoras (2023).

Infraestrutura

Em relação à infraestrutura e às habitações do bairro, foi constatado, a partir de visita in loco, que todos os entrevistados não têm acesso a ruas pavimentadas e sofrem com a ausência de iluminação pública adequada. Quanto à disponibilidade de energia elétrica nas residências, foi relatado que todos os moradores têm acesso a mesma. No que diz respeito às moradias dos residentes, observa-se que 100% deles vivem em casas de madeira, das quais estas casas possuem estruturas elevadas, comumente conhecida pela comunidade ribeirinha como palafita, como forma de proteção contra as cheias de maré, que ocorrem na área em determinadas épocas do ano, evitando-se danos às residências. A maioria das casas se encontra em estado inacabado e apresenta condições estruturais precárias. Além disso, cerca de metade das residências possuem espaços bastante reduzidos para a quantidade de pessoas que residem nas mesmas, chegando a casos em que apenas um cômodo abriga até sete pessoas.

Figura 3 - Residências do bairro Castelo, Distrito de Boa Vista, Quatipuru-PA.



Fonte: Autoras (2023).

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2019), o déficit habitacional em todo o Brasil totalizou 5,8 milhões de moradias, com a maioria, 79%, concentrada em famílias de baixa renda. O estudo também aponta que 87,7% desse déficit habitacional quantitativo, que inclui moradias precárias, coabitação familiar, superlotação e custos elevados de aluguel, está localizado em áreas urbanas, especialmente em bairros mais afastados. Nessas regiões, as pessoas muitas

vezes não têm acesso a infraestrutura básica, como saneamento adequado e energia elétrica de qualidade.

Conforme destacado por Ferreira (2020), a infraestrutura desempenha um papel fundamental no apoio à implementação dos direitos e garantias fundamentais à cidadania. O direito à moradia é um princípio básico consagrado em tratados internacionais e na Constituição Brasileira. Dada sua importância global, o direito à moradia é reconhecido como um direito social e humano universal, adotado pelos ordenamentos jurídicos de todas as nações do mundo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, desempenhou um papel crucial na disseminação internacional desse direito. Como previsto em seu artigo 25, parágrafo 1º, "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle".

Deste modo, entre as principais diretrizes está a concepção do direito à moradia como um direito fundamental, diretamente ligado ao direito à vida e à dignidade, refletindo sua importância essencial na garantia de uma vida plena e digna.

Saneamento básico

Segundo a Agência Nacional de águas e Saneamento Urbana (ANA), o saneamento básico é o conjunto de serviços públicos de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, a rede de esgoto e a disposição dos resíduos sólidos. Neste sentido, será abordado neste trabalho sobre as condições do sistema de saneamento básico do bairro, a qual abrange a água e esgoto.

Água

A Tabela 3 apresenta os dados relacionados ao consumo e à qualidade da água no bairro, demonstrando que todos os residentes têm acesso à água encanada, fornecida integralmente pela rede pública. Além disso, foi relatado

que a qualidade da água consumida pelos moradores é considerada boa e não acarreta problemas para a comunidade.

Tabela 3 - Consumo e disponibilidade de água.

Acesso a água encanada	Quant.	Porcentagem
Sim	14	100%
Não	0	0
Qualidade da água		
Boa	14	100%
Ruim	0	0

Fonte: Autoras (2023).

Esgoto

O esgoto, também conhecido como água residual, abrange os resíduos líquidos que se encontram em corpos d'água e pode se originar de fontes industriais e domésticas, incluindo água pluvial e infiltração (Caballero, 2022). No que diz respeito à rede de esgoto, como se exemplifica na Tabela 4, todos os entrevistados relataram a ausência desse sistema em suas localidades, resultando em um encaminhamento inadequado das águas residuais.

Tabela 4 - Dados referente a esgoto.

Rede de Esgoto	Quant.	Porcentagem
Sim	0	0%
Não	100	100%
Destinação de dejetos		
Fossa Séptica	0	0%
Fossa Rudimentar	14	100%

Fonte: Autoras (2023).

Conforme observado, as águas cinzas das residências fluem a céu aberto, próximas às casas dos moradores, que acaba tendo destinação final a maré, sem passar por qualquer processo de tratamento, conforme a Figura 4. Além disso, a disposição final das águas negras é realizada exclusivamente por meio de fossa negra (também conhecida como fossa rudimentar), que consiste essencialmente em um buraco escavado no solo, onde todos os dejetos são depositados sem qualquer tratamento prévio.

Figura 4 - Destinação inadequada do esgoto ao lado de residências.



Fonte: Autoras (2023).

Diante deste cenário, nota-se como a situação em relação ao esgoto do bairro é preocupante, revelando desafios significativos no que diz respeito ao saneamento básico. A ausência de uma rede de esgoto adequada resulta em um encaminhamento inadequado das águas residuais, que acabam fluindo a céu aberto próximo às residências, representando riscos para a saúde pública e o meio ambiente. Além disso, a disposição final das águas negras por meio de fossa negra, uma solução rudimentar e sem tratamento, acentua ainda mais os problemas relacionados à gestão de resíduos líquidos. Essa prática não apenas coloca em risco a saúde dos moradores, mas também pode impactar negativamente os recursos hídricos locais. Os problemas ambientais e de saúde coletiva decorrentes da precariedade da oferta dos serviços de saneamento básico é, antes de tudo, resultante de processos fundamentalmente políticos e sociais (Bovolato, 2010).

Percepção social

A tabela 5 mostra a percepção dos moradores em relação à sua participação social e política.

Tabela 5 - Dados de percepção social.

Você já participou de alguma decisão/reunião relacionada ao desenvolvimento e à implementação de projetos em sua região?	Quant.	Porcentagem
Sim	3	21,43%
Não	11	78,57%
Quais são os principais desafios ou obstáculos enfrentados pela comunidade local ao tentar se envolver no processo de formulação de políticas públicas?		
Falta de informação	12	85,71%
Desinteresse	1	7,14%
Falta de representatividade	1	7,14%
Quais são as estratégias que podem ser adotadas para incentivar e fortalecer a participação da comunidade local no desenvolvimento e na consolidação de políticas?		
Campanha de conscientização	2	14,29%
Diálogo e debates públicos	8	57,14%
Apoio financeiro	3	21,43%
Espaços de partic. comum;	1	7,14%
Em sua opinião, qual é a importância da participação da comunidade local no desenvolvimento e na consolidação de projetos sociais?		
Não é importante	2	14,29%
Pouco Importante	1	7,14%
Importante	1	7,14%
Muito Importante	10	71,43%
Na sua opinião, o poder público deveria investir em quais setores, para melhorias no bairro?		
Saúde	5	35,71%
Educação	5	35,71%
Segurança	3	21,43%
Saneamento	1	7,14%

Fonte: Autoras (2023).

A partir da percepção dos moradores sobre as questões sociais, foi investigado se os moradores possuem a oportunidade de influenciar as decisões relacionadas ao desenvolvimento e à implementação de projetos para o bairro. A maioria dos entrevistados respondeu que não existe tal participação (78,57%) e outros (21,43%) afirmando que se envolvem em projetos, para grande parte do entrevistado (85,71%) existe falta de informação sobre políticas públicas que poderia, assim como desinteresse e ausência de representatividade que visem incentivar o envolvimento da comunidade em projetos como estes.

A maioria dos moradores acredita que estratégias para melhorar essa participação devem incluir diálogo e debates públicos (57,14%), campanhas de conscientização (57,14%), um maior apoio financeiro (21,43%) e a criação de espaços de participação comunitária (7,14%). A maioria considera essas estratégias como muito importantes (71,43%) ou importantes (14,29%) para o desenvolvimento da área.

Além disso, os entrevistados destacaram os principais setores de políticas públicas que precisam de melhorias no bairro. Educação e saúde foram os itens mais mencionados (35,71%), seguidos de segurança (21,43%) e saneamento básico (7,14%).

A partir dos dados coletados, torna-se evidente a considerável insatisfação dos moradores em relação à gestão municipal, assim como a notável falta de oportunidades, principalmente para os mais jovens, e a ausência de apoio financeiro. Além disso, destaca-se um sentimento de negligência em relação à disponibilidade de políticas públicas de qualidade para os habitantes do bairro, o que aponta para uma falta de respaldo por parte das autoridades locais.

Diante desse cenário, torna-se claro que são necessárias ações imediatas para melhorar a qualidade de vida dos moradores e fortalecer a participação da comunidade no processo de desenvolvimento local. O engajamento ativo das autoridades municipais é fundamental para abordar essas questões e promover uma transformação positiva no bairro do Castelo.

Percepção ambiental

Por fim, investigou-se a percepção ambiental dos moradores, pois desempenha um papel fundamental na educação ambiental e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o meio ambiente (Haubricht; Fiorini, 2014). Na etapa em que foi perguntado aos moradores se já participaram de iniciativas comunitárias de preservação ambiental, nota-se que a maioria ainda não teve essa experiência. A falta de participação e o desinteresse são evidentes, com 42,9% afirmando não ter interesse e outros 42,9% declarando desconhecimento sobre o assunto. Apenas 14,3% demonstraram interesse. Segundo Colagrande; Farias (2021), essa falta de participação e interesse destaca a necessidade urgente de conscientização e educação ambiental na comunidade, bem como de esforços para tornar essas iniciativas mais acessíveis e atraentes para os moradores.

Outro aspecto abordado diz respeito à percepção dos moradores sobre os impactos ambientais em sua comunidade, a qual 64,3% dos entrevistados reconhecem a existência de muitos problemas ambientais, enquanto 21,4% não veem problemas significativos. Além disso, 14,3% dos moradores não percebem problemas ambientais alarmantes em seu bairro. Essa diversidade de opiniões revela uma falta de clareza na percepção dos impactos ambientais na área, mesmo diante das diversas questões ambientais presentes, como poluição, disposição inadequada de resíduos e problemas de saneamento. Essa divergência destaca a importância da educação ambiental para melhor informar os moradores sobre os desafios ambientais enfrentados pela comunidade.

Em relação às consequências dos impactos ambientais na comunidade, a maioria dos moradores mencionou problemas de saúde, degradação dos recursos naturais, prejuízos econômicos para a comunidade e aumento de desastres naturais, como inundações e deslizamentos. No entanto, alguns entrevistados não percebem impactos significativos relacionados aos problemas ambientais.

Os principais problemas destacados pelos moradores estão relacionados à disposição inadequada de resíduos sólidos, a qual foi relatado que os próprios moradores acumulam lixo na área, incluindo restos de alimentos e materiais não utilizados como demonstrado na figura 5.

Figura 5 - Descarte inadequado de resíduos nas residências.



Fonte: Autoras (2023).

Além disso, pessoas de outros bairros descartam resíduos nas proximidades, causando problemas, como mau cheiro e poluição visual. Outra preocupação expressada pelos moradores é a erosão, que está ligada ao histórico do bairro. Anteriormente, o bairro em que residiam foi erodido pela força do mar, forçando-os a se deslocarem para a localidade atual. Muitos moradores relatam terem perdido bens materiais, como suas próprias casas e eletrodomésticos, devido a esse evento. Por essa razão, eles temem que a erosão possa ocorrer novamente, causando prejuízos econômicos e ambientais para a comunidade.

Foi mencionado também a questão do desmatamento nas áreas próximas ao bairro. Muitas árvores nativas são derrubadas para atividades como pesca e criação de currais, o que alguns moradores acreditam estar contribuindo para uma alteração climática na região, tornando o clima mais quente a cada ano.

Apesar das divergências na percepção ambiental, a maioria dos moradores expressou interesse em participar de projetos de preservação ambiental. Eles demonstraram interesse em campanhas de conscientização e educação ambiental, incentivos financeiros para práticas sustentáveis, atividades de plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas. A colaboração da universidade poderia desempenhar um papel importante, oferecendo cursos, eventos, palestras e projetos de pesquisa em parceria com a comunidade para solucionar problemas locais e melhorar a qualidade de vida dos moradores. Além disso, a criação de programas de voluntariado poderia envolver estudantes e professores em ações benéficas para a comunidade.

CONCLUSÃO

Em conclusão, os resultados desta pesquisa revelam uma série de desafios e oportunidades significativas no bairro do Castelo. A composição demográfica da população, com uma predominância significativa de moradores do sexo masculino, reflete as influências culturais, sociais e econômicas, especialmente relacionadas à ocupação predominante na região, que é a pesca artesanal.

A falta de participação e o desinteresse dos moradores em iniciativas comunitárias de preservação ambiental indicam a necessidade premente de conscientização e educação ambiental na comunidade. Além disso, é crucial

tornar essas iniciativas mais acessíveis e atrativas para os residentes, levando em consideração os desafios e as barreiras percebidas.

A diversidade de opiniões sobre os impactos ambientais na comunidade ressalta a importância da educação ambiental para melhor informar os moradores sobre os desafios ambientais enfrentados. As preocupações com a disposição inadequada de resíduos sólidos, erosão, desmatamento e seus impactos econômicos e ambientais são evidentes, destacando a necessidade de abordagens integradas para abordar essas questões. A falta de infraestrutura adequada, incluindo a ausência de ruas pavimentadas e iluminação pública, bem como as condições precárias das moradias, também representam desafios significativos para a qualidade de vida dos moradores. A falta de uma rede de esgoto adequada é particularmente preocupante, pois coloca em risco a saúde pública e o meio ambiente.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao nosso orientador, Prof. Luiz Cláudio, por todo apoio concebido durante a realização deste trabalho. Aos membros da Secretaria de Meio Ambiente de Quatipuru, especialmente ao técnico de meio ambiente, Alex Costa, por nos acompanhar em todas as visitas realizadas no Bairro do Castelo. Aos moradores do Bairro, pela recepção e disposição conosco. Por fim, fica nossa gratidão e satisfação pela realização deste trabalho, que tanto contribuiu para o nosso conhecimento acadêmico, profissional e social.

REFERÊNCIAS

ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté- Taperaçu: Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012. 109p.

BOVOLATO, Luís Eduardo. Saneamento básico e saúde. **Revista Escritas**, v. 2, 2010.

BRITO, Tiago Pereira *et al.* Avaliação socioeconômica e a percepção ambiental dos moradores de Mãe do Rio-Pará-Brasil. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 3, 2015.

CAVALCANTE, A. L.; PIRES, M. de M.; JUNIOR, G. de J.; SÃO JOSÉ, A. R. Relação de gênero na arte da pesca. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2018v12n1.30992. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/30992>. Acesso em: 8 out. 2023.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, p. 11-24, 2010.

NOGUEIRA, M.; GARCIA, R. A. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. Terra Plural - Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 61-71, 2007.

Pereira, A. & Teixeira, D. S. (2020). **Ocupação de áreas urbanas, percepção ambiental e impactos socioambientais, Marabá, Pará, Brasil**. Pará, Brasil: Atlas.

SANTOS, O. S. *et al.* Estrutura populacional do caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (crustacea, decapoda, brachyura) em dois municípios do litoral paraense (Pará-Brasil). *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS DO MAR.

ANÁLISE DO ETARISMO NOS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, *CAMPUS* CAPANEMA: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Maria das Neves de Lima Araújo
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O artigo tem como objetivo investigar a presença e os impactos do etarismo no ambiente acadêmico no contexto da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus* Capanema. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, a partir da aplicação de questionários semiestruturados entre os discentes do referido *Campus*. Os resultados indicam que a maioria dos participantes reconhece a existência do preconceito relacionado à idade na UFRA. Além disso, observa-se uma diversidade de opiniões em relação à necessidade de atenção especial para estudantes mais velhos, evidenciando a complexidade das interações intergeracionais no ambiente acadêmico. A pesquisa também destaca o apoio à implementação de normas acadêmicas e punições legais relacionadas ao etarismo. Em suma, os resultados destacam a importância de abordar o etarismo para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário na UFRA, no qual o diálogo e a conscientização desempenham papéis fundamentais.

Palavras-chave: etarismo; preconceito; idade; UFRA.

INTRODUÇÃO

No panorama atual, a busca por sociedades mais inclusivas e igualitárias tem levado a uma análise mais profunda das diversas formas de discriminação e preconceito presentes em nossa sociedade. Nos países industrializados, tem havido um aumento no interesse por esse assunto, especialmente, devido à preocupação com o envelhecimento da população e a extensão das carreiras profissionais, tornando a discriminação por idade uma questão de relevância cada vez maior (Goldani, 2010).

Entre essas formas de discriminação, o etarismo emerge como uma preocupação significativa. Segundo Palmore (1999), o etarismo é caracterizado como qualquer forma de discriminação dirigida a um grupo com base na idade. Embora frequentemente negligenciado em comparação a outras formas de preconceito, o etarismo desempenha um papel insidioso na sociedade, afetando vários aspectos da vida diária, incluindo a vivência dentro das universidades, as relações sociais e até mesmo o acesso a oportunidades de trabalho.

A pesquisa realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) buscou investigar e compreender a presença do etarismo, que é o preconceito relacionado à idade. Como em muitas sociedades ocidentais, o preconceito etário se faz presente na sociedade, ocorre nas famílias, nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, nos mercados de trabalho assalariado, em toda a mídia e no ambiente acadêmico (Goldani, 2010).

De acordo com Seidl e Hanashiro (2021), o etarismo permanece subestimado e pouco se discute o assunto, o que ocasiona um forte impacto sobre a sociedade. No entanto, essa forma de discriminação pode ser tão prejudicial quanto o racismo ou o sexismo, por exemplo, provocando, assim, desigualdades no acesso, além da redução de oportunidades, culminando em impactos negativos na autoestima e bem-estar das pessoas.

No mais, considerando o cenário educacional atual, a promoção da diversidade e inclusão é um objetivo fundamental. Nesse contexto, de acordo com Freire (1979), a Educação implica em promover a conscientização e o envolvimento em práticas sociais, representando um período de reflexão profunda, minuciosa e compartilhada acerca da realidade, pois é um instrumento de transformação social. O direito à educação é universal, o que gera preocupações entre muitos professores, ao se depararem com a diversidade humana na sala de aula (Ciríaco,

2020). No entanto, vale ressaltar o etarismo como uma forma igualmente impactante de discriminação em qualquer contexto dentro do nosso meio social.

Dessa forma, este artigo objetiva investigar a presença e os impactos do etarismo no ambiente acadêmico no contexto das turmas dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus Capanema*.

MÉTODOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa, que se concentra na interpretação dos fenômenos. Nesse método, os pesquisadores exploram fenômenos em seus contextos sociais, buscando entender esses eventos, com base nos significados atribuídos pelas pessoas envolvidas. Isso implica uma investigação mais profunda das experiências humanas e das interações sociais, em contraste com abordagens quantitativas, que se baseiam em números e estatísticas. Como mencionam Denzin; Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa adota uma perspectiva interpretativa, na qual os pesquisadores observam os fenômenos e buscam compreendê-los com base nos significados atribuídos pelas pessoas.

A população-alvo deste estudo foram os estudantes matriculados nas turmas ativas dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus Capanema*, no ano de 2023. Considerando o que afirmam Lervolino e Pelicioni (2001), a coleta dos dados em grupos focais tem como uma de suas maiores riquezas basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Ele contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários fechados, nos quais os indivíduos são convocados a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenham pensado anteriormente.

Assim sendo, Gil (1999) afirma que o questionário, enquanto técnica de pesquisa, envolve a apresentação escrita de um conjunto considerável de perguntas às pessoas, com o propósito de obter informações sobre suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e experiências vividas. Segundo Bastos *et al.* (2023), a utilização de questionários permite explorar questões relacionadas ao ambiente em que os indivíduos vivem. Dessa maneira, a aplicação de questionários possibilita uma análise detalhada e mensurável de aspectos sociais relevantes.

Nesse sentido, para explorar a presença e os impactos do etarismo no ambiente acadêmico, conduzimos uma pesquisa abrangente, aplicando um

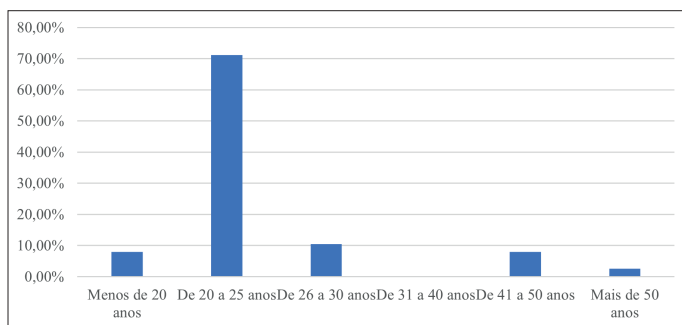
questionário composto por 21 perguntas a um grupo representativo de 38 participantes. Este questionário abordou diversos aspectos, desde a faixa etária até percepções sobre preconceito, educação e normas acadêmicas. Essa abordagem multifacetada nos permitiu obter uma compreensão mais profunda e detalhada das experiências e perspectivas dos participantes em relação ao tema do etarismo na universidade.

Os questionários foram distribuídos eletronicamente aos participantes, a partir do fornecimento de um link para o acesso. Os participantes foram informados sobre o propósito da pesquisa e a confidencialidade dos dados. Foram também instruídos sobre o processo de preenchimento do questionário de forma adequada. Dessa maneira, a aplicação dos mesmos permitiu uma análise detalhada e quantificável de aspectos sociais relevantes, proporcionando uma compreensão abrangente das percepções e experiências dos estudantes.

RESULTADOS

Constatou-se que a maioria dos participantes têm entre 20 e 25 anos, representando 71,1%. Outros 10,5% têm entre 26 e 30 anos; 7,9% têm entre 41 e 50 anos; 7,9% têm menos de 20 anos, e 2,5% têm mais de 50 anos (Figura 1).

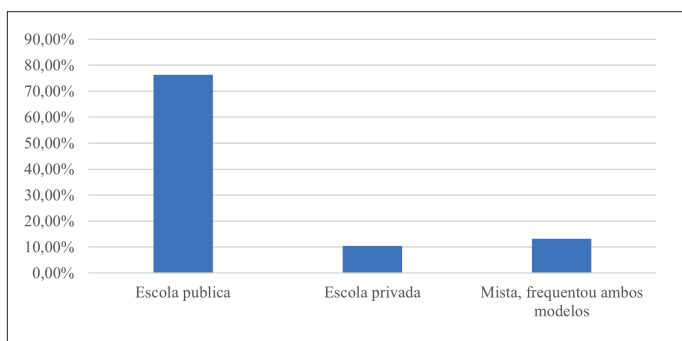
Figura 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a trajetória educacional dos participantes, 76,3% frequentaram apenas escolas públicas, 13,2% frequentaram tanto escolas públicas como privadas e 10,5% estudaram sempre em escolas privadas (Figura 2).

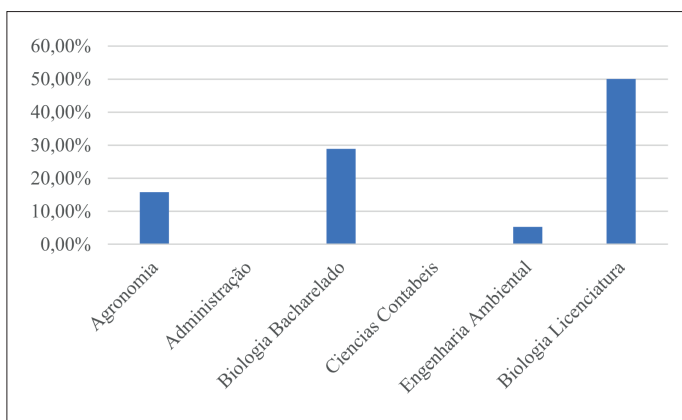
Figura 2 - Trajetória escolar dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os cursos aos quais os respondentes estavam matriculados, 50% cursavam Licenciatura em Biologia, 28,9% Bacharelado em Biologia, 15,8% Agronomia e 5,3% Engenharia Ambiental (Figura 3).

Figura 3 - Cursos aos quais os participantes da pesquisa estavam matriculados.



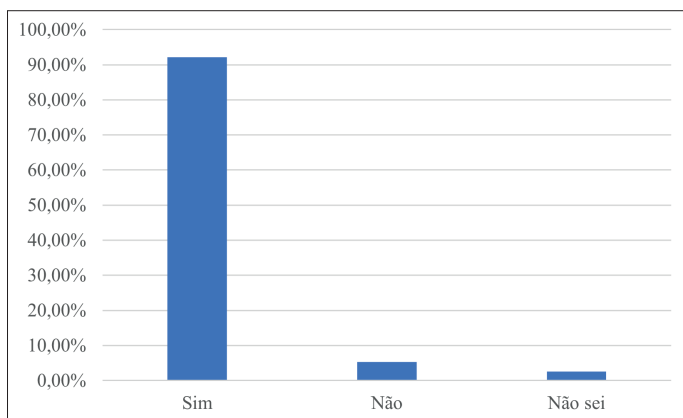
Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao conhecimento dos participantes sobre o termo “etarismo”, os resultados foram os seguintes: 50% dos participantes responderam que sim, estão familiarizados com o termo etarismo, enquanto os outros 50% disseram que não estão familiarizados.

Em seguida, exploramos a percepção dos respondentes sobre a existência de preconceito relacionado à idade. Os resultados indicam que 92,1% dos

participantes acreditam que existe preconceito pela idade, enquanto 5,3% acreditam que não, e 2,6% afirmam desconhecer esse tipo de preconceito (Figura 4).

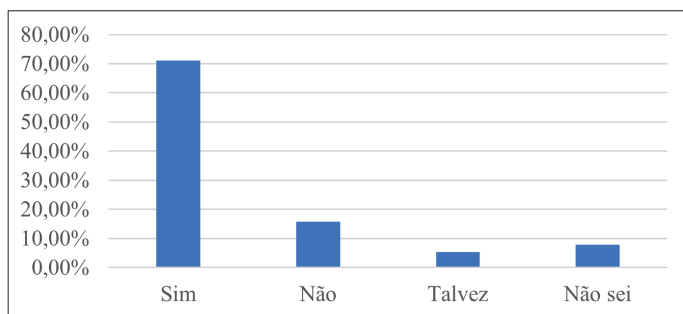
Figura 4 - Percepção dos entrevistados sobre a existência de preconceito pela idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, investigou-se se os participantes acreditam que a idade influencia na capacidade intelectual. Os dados revelam que 71,1% não acreditam que a idade tenha influência na capacidade intelectual, 15,8% responderam "talvez," 7,9% acreditam que sim, e 5,3% afirmaram desconhecer essa relação (Figura 5).

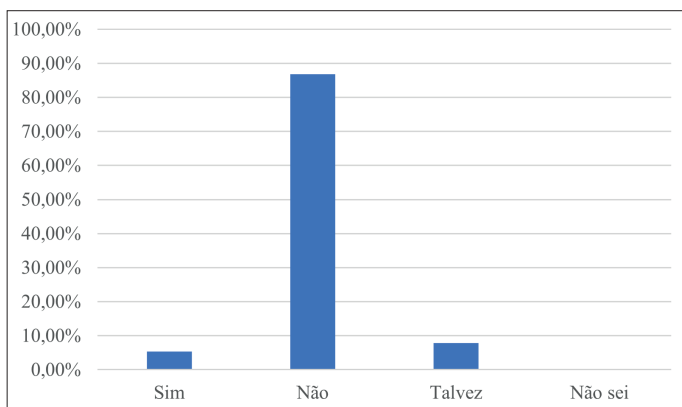
Figura 5 - Percepção dos entrevistados sobre se a idade influencia na capacidade intelectual.



Fonte: Dados da pesquisa.

Acerca da percepção dos participantes sobre o momento ideal para começar os estudos acadêmicos, os resultados mostram que 86,8% não acreditam que exista uma idade ideal, 7,9% responderam talvez, e 5,3% não souberam opinar (Figura 6).

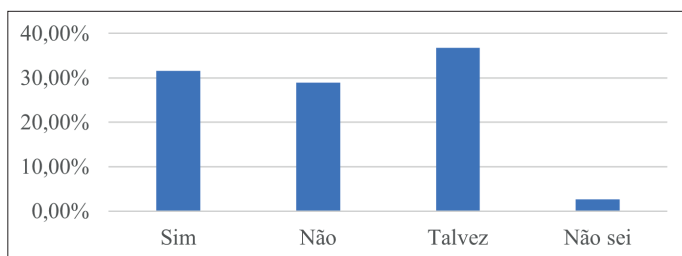
Figura 6 - Opinião dos entrevistados sobre a idade ideal para iniciar a vida acadêmica.



Fonte: Dados da pesquisa.

Investigou-se ainda se as pessoas acham que estudantes mais velhos precisam de atenção especial no ambiente acadêmico. Os resultados mostram que 36,8% responderam talvez, 31,6% acreditam que não, 28,9% acreditam que sim, e 2,6% não souberam opinar (Figura 7).

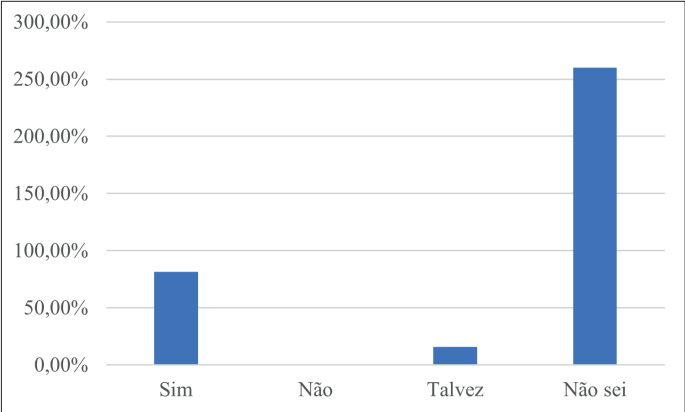
Figura 7 - Percepção dos entrevistados sobre atenção especial no ambiente acadêmico a pessoas com mais idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a percepção dos respondentes sobre se as pessoas mais velhas enfrentam preconceito devido à sua idade, os resultados foram os seguintes: 81,6% acreditam que sim, 15,8% responderam talvez, e 2,6% também responderam talvez (Figura 8).

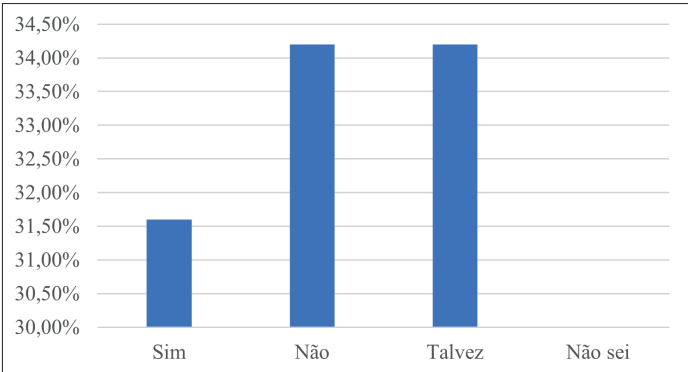
Figura 8 - Percepção dos entrevistados sobre a existência de preconceito em relação às pessoas mais velhas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, foi questionado aos participantes se os mesmos acreditam que a facilidade com o uso da tecnologia está ligada a idade. Os resultados mostram uma divisão muito párea onde 34,2% dos respondentes disseram sim, outros 34,2% chegaram em um consenso pelo talvez e 31,6% concluíram que não (Figura 9).

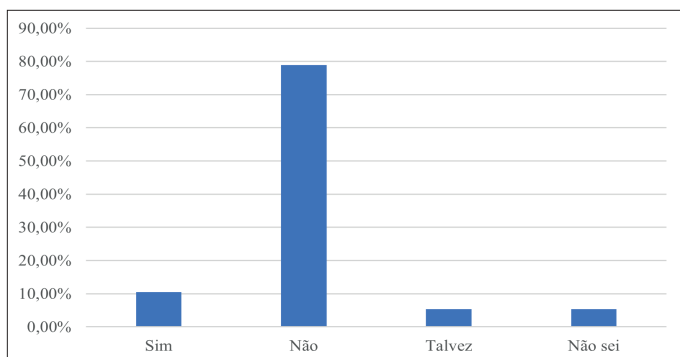
Figura 9 - Você acredita que a facilidade com o uso da tecnologia está ligada a idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Indagou-se também se os entrevistados acreditam que um melhor desenvolvimento acadêmico parte de amizade entre mesma geração. O resultado ficou assim: 78,9% disseram que não, 10,5% expressaram que sim, 5,3% que talvez e 5,3% disseram não saber (Figura 10).

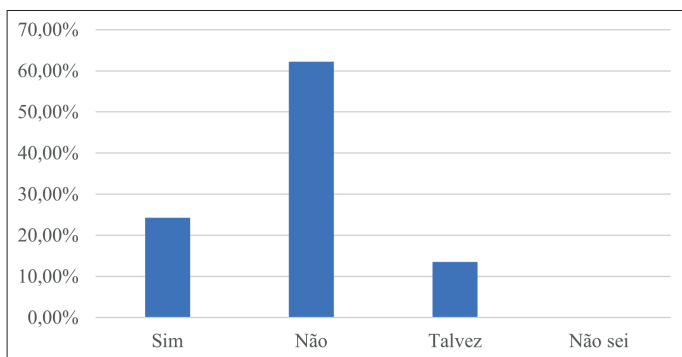
Figura 10 - Você acredita que um melhor desenvolvimento acadêmico parte de amizade entre mesma geração.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, investigamos se os respondentes concordam que a idade é um fator relevante para o relacionamento entre colegas. Os resultados mostram que 62,2% dos participantes não concordam, 24,3% concordam, e 13,5% responderam talvez (Figura 11).

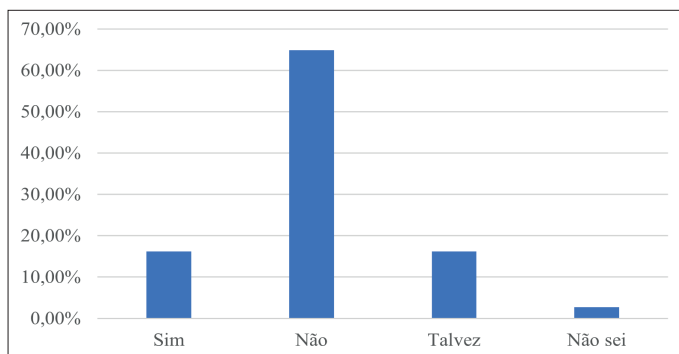
Figura 11 - Você concorda que idade é um fator relevante para o relacionamento entre colegas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Posteriormente, foi analisado se os questionados acreditam que o melhor momento para iniciar o ensino superior é imediatamente após o ensino médio: 64,9% evidenciaram que não, 16,2% responderam que sim, outros 16,2% que talvez e 2,7% que não (Figura 12).

Figura 12 - Você acredita que o melhor momento para iniciar o ensino superior é imediatamente após o ensino médio.

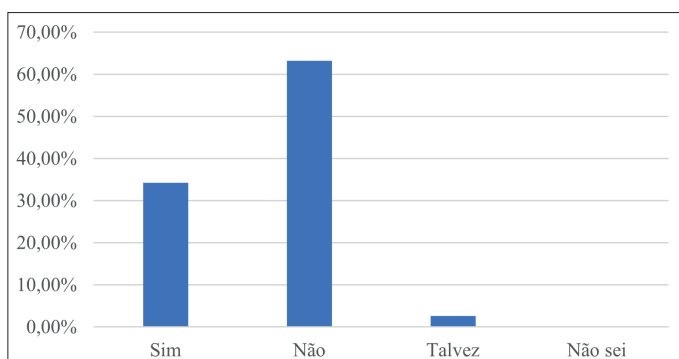


Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, investigamos se os participantes já foram vítimas de preconceito devido à idade. Os resultados mostram que 78,9% dos respondentes relataram que não foram vítimas de preconceito por idade, enquanto 21,1% afirmaram que já foram alvo desse tipo de preconceito.

A seguir, buscou-se saber se os respondentes já testemunharam casos de preconceito por idade no ambiente escolar. Os resultados indicam que 63,2% dos participantes relatam que não presenciaram preconceito por idade em sala de aula, enquanto 34,2% afirmam que já presenciaram tais casos, e 2,6% responderam talvez (Figura 13).

Figura 13 - Você já presenciou algum preconceito por idade em sala de aula



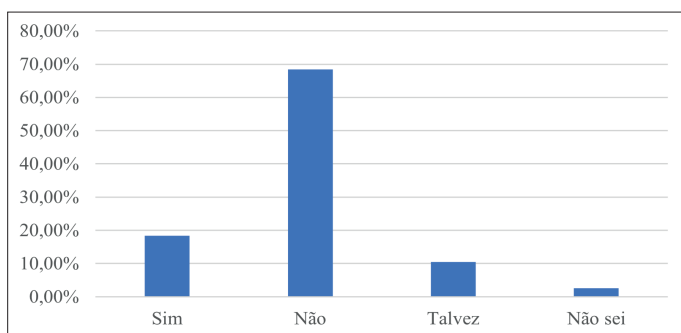
Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, investigamos se os respondentes já se sentiram desmotivados a participar de atividades acadêmicas devido à presença de pessoas de diferentes

gerações. Os resultados mostram que 73,7% dos participantes afirmaram que não se desmotivaram, enquanto 23,3% relataram que sim.

Perguntou-se também se os respondentes já fizeram comentários preconceituosos relacionados à idade. Os resultados indicam que 68,4% dos participantes responderam que não fizeram tais comentários, enquanto 23,3% admitiram já ter feito comentários que consideram preconceituosos. Além disso, 10,5% responderam talvez, e 2,6% não souberam opinar (Figura 14).

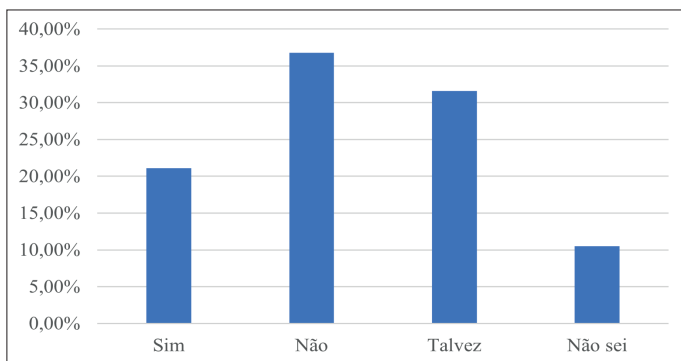
Figura 14 - Você já fez um comentário que considera preconceituoso relacionado a idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à concordância com a percepção de que pessoas mais velhas que concluem o ensino superior enfrentam dificuldades em encontrar espaço para atuar em suas áreas, os resultados indicam que 36,8% dos participantes não concordam com essa afirmação, 31,6% responderam talvez, 21,1% concordam, e 10,5% não souberam opinar (Figura 15).

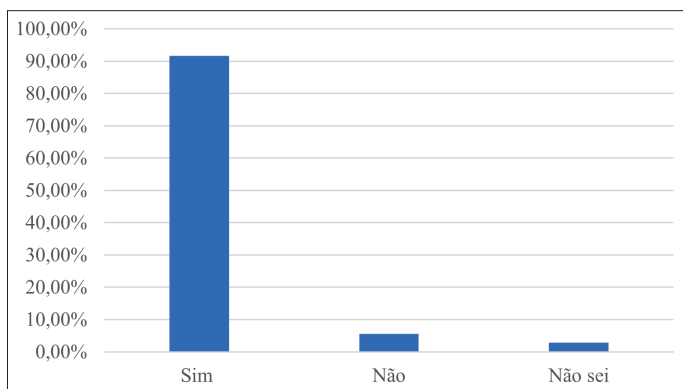
Figura 15 - Você concorda que pessoas mais velhas que concluem o ensino superior tem pouco ou nenhum espaço para atuar a sua área.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, exploramos se os respondentes concordam que deveriam existir normas acadêmicas relacionadas ao preconceito por idade. Os resultados mostram que 91,7% dos participantes concordam com a existência de normas acadêmicas, 5,6% não concordam, e outros 2,8% responderam não sei (Figura 16).

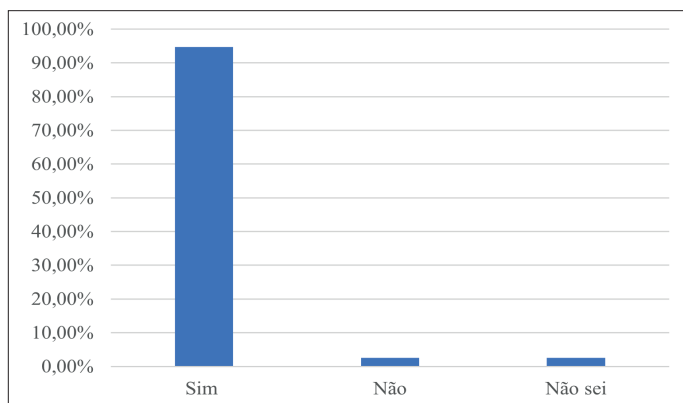
Figura 16 - Você concorda que deveriam existir normas acadêmicas relacionadas ao preconceito por idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Já na pergunta "Você concorda que escolher pessoas de diversas gerações é saudável para um grupo de trabalho acadêmico?", os resultados indicam que 94,7% do alunado disseram que sim, 2,6% não concordam, e 2,6% responderam que não sabem (Figura 17).

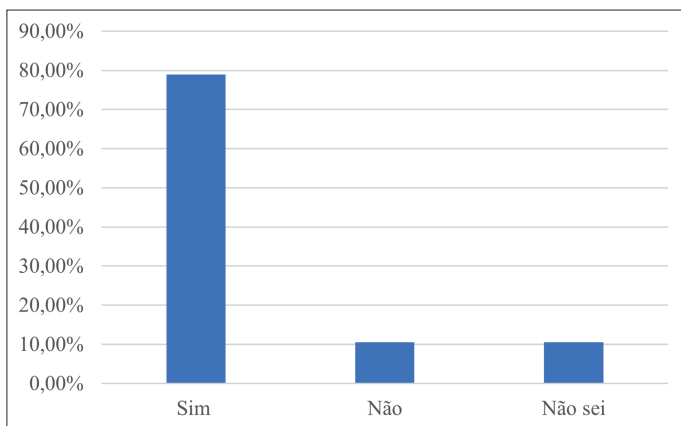
Figura 17 - Você concorda que escolher pessoas de diversas gerações é saudável para um grupo de trabalho acadêmico.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, investigamos se os respondentes concordam que deveriam existir punições legais relacionadas ao preconceito por idade. Os resultados indicam que 78,9% dos participantes concordam com a existência de punições legais, 10,5% não concordam, e 10,5% responderam que não sabem (Figura 18).

Figura 18 - Você concorda que deveriam existir punições legais relacionadas ao preconceito por idade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos nesta pesquisa fornecem uma visão significativa das percepções e atitudes dos estudantes em relação ao etarismo nas turmas ativas da UFRA. Eles estão intrinsecamente conectados aos objetivos do estudo, que visam investigar a presença e o impacto do etarismo no ambiente acadêmico, compreendendo suas manifestações, influências e implicações, estando em consonância com a literatura revisada, que ressalta a existência do etarismo no ambiente acadêmico. A maioria dos participantes reconhece a presença desse preconceito, demonstrando a relevância do tema. Isso é consistente com as preocupações expressas por Goldani (2010) sobre o preconceito relacionado à idade em diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente acadêmico.

A pesquisa destaca a importância de abordar o etarismo no ambiente acadêmico, ressaltando a necessidade de conscientização e ação para combater o preconceito relacionado à idade no ensino superior. Como destacado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em sua resolução de maio de 2016, existe uma grande lacuna de pesquisas sobre o ageísmo. A campanha mundial de combate ao ageísmo lançada pela OMS ressalta a urgência de preencher essa lacuna e promover uma compreensão mais profunda desse fenômeno (Silva e

Souza, 2022). Portanto, é fundamental que as políticas e estratégias adotadas pela UFRA incluam não apenas a conscientização sobre o etarismo, mas também pesquisas que investiguem e abordem o ageísmo em seu contexto específico.

A alta porcentagem de participantes que reconhecem a existência do etarismo na UFRA destaca a necessidade de abordar o problema. Isso sugere que a conscientização sobre o etarismo é vital, especialmente considerando que metade dos participantes estava familiarizada com o termo e a outra metade não estava. Isso enfatiza a necessidade de educação contínua sobre o preconceito relacionado à idade.

Segundo Loth e Silveira (2014), "o envelhecimento é um processo que varia de indivíduo para indivíduo em função de inúmeros fatores bio-psico-sociais. Não obstante, a velhice é vista de forma homogênea, estereotipada e a idade é assumida como o principal fator associado ao envelhecimento".

Dessa forma, revelou-se uma diversidade de opiniões em relação à necessidade de atenção especial para estudantes mais velhos. Essa diversidade de perspectivas destaca as nuances das interações intergeracionais no ambiente acadêmico. Enquanto alguns participantes defendem medidas específicas de apoio, outros discordam ou demonstram incerteza sobre a questão. Essa complexidade destaca a importância de abordagens sensíveis e inclusivas para atender às necessidades de todas as faixas etárias.

Percebem-se implicações significativas para a UFRA, com destaque para a necessidade de políticas e estratégias que promovam a inclusão de estudantes de todas as idades. De acordo com dados do IBGE (2022), a redução na proporção da população com idades entre 0 e 14 anos, em contrapartida ao aumento proporcional na faixa etária de 15 a 64 anos, reflete uma mudança demográfica significativa. Como argumenta Goldani (2010, p.412), a discriminação por idade e os estereótipos são problemas que a sociedade deve enfrentar e eliminar através da conscientização, da educação e de intervenções políticas apropriadas. Os esforços nesse sentido têm ganhado ímpeto nas sociedades industrializadas, onde a discriminação por idade é uma questão altamente atual num pano de fundo de preocupações com a crescente longevidade e a duração das carreiras profissionais.

Além disso, a pesquisa ressalta a importância da conscientização e do diálogo sobre o etarismo no contexto acadêmico, visando a construção de uma comunidade mais harmoniosa e igualitária. Conforme Viana e Silva (2018), a

percepções sobre as políticas neoliberais atuais no Brasil evidenciam um ambiente de incertezas em relação ao processo de envelhecimento da população, o que pode resultar em restrições de direitos, agravamento da vulnerabilidade e aumento nos índices de adoecimento. Essa conjuntura reforça a necessidade de políticas e estratégias que promovam a inclusão de estudantes de todas as idades na UFRA, garantindo um ambiente acadêmico mais justo e igualitário.

Vale ressaltar uma limitação desta pesquisa, a saber, o tamanho da amostra e a sua concentração na UFRA. Isso pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições. Além disso, as respostas dos participantes são subjetivas e podem estar sujeitas a viés. Ainda assim, a pesquisa contribui para o conhecimento existente sobre o etarismo no ambiente acadêmico, fornecendo insights valiosos sobre as percepções dos estudantes. Ela destaca a necessidade de continuar a pesquisa nessa área e de implementar medidas para combater o preconceito relacionado à idade no ensino superior.

Com base nos resultados desta pesquisa, reforçamos a importância da conscientização sobre o etarismo e da implementação de políticas inclusivas na UFRA. Recomendamos a promoção de debates e programas educacionais que abordem o preconceito relacionado à idade. Além disso, os resultados apoiam a implementação de normas acadêmicas e punições legais relacionadas ao etarismo, para garantir um ambiente acadêmico mais justo e igualitário.

Em resumo, esta pesquisa lança luz sobre o etarismo no ambiente acadêmico da UFRA, ressaltando a importância de abordar essa forma de discriminação e promover a igualdade para todos os estudantes, independentemente da idade. Ela destaca a necessidade contínua de conscientização e ação para combater o preconceito relacionado à idade no ensino superior.

CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) sobre etarismo, algumas conclusões importantes emergem. Primeiro, a conscientização sobre o etarismo é vital, já que metade dos participantes conhecia o termo, enquanto a outra metade não. Isso destaca a necessidade de educação contínua sobre preconceito relacionado à idade, tanto na UFRA quanto em outras instituições. Além disso, a pesquisa revelou que a maioria dos participantes reconhece

a existência do etarismo no ambiente acadêmico, enfatizando a importância de abordar o problema. Opiniões divergentes sobre a atenção aos estudantes mais velhos destacam a complexidade do tema. O apoio à implementação de normas acadêmicas e punições relacionadas ao etarismo reflete um compromisso com a igualdade no ensino superior. Combater o etarismo exige esforços contínuos para promover a diversidade e igualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente da idade, alcancem seu potencial máximo.

Agradecimentos

Queremos estender nossos sinceros agradecimentos aos discentes que contribuíram para a realização deste artigo. Sua participação ativa, comprometimento e valiosas contribuições foram fundamentais para a construção deste trabalho. Reconhecemos e valorizamos profundamente o esforço e a dedicação de cada um durante todo o processo desta referida pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZZARI, Bruna; SILVA, Amanda Scalisse; PINTO, F. C. S. ou CHIARELLO, Felipe. ÉTICA E INTEGRIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS UNIVERSIDADES. *Revista de Direito Brasileira*, v. 26, p. 457, 2020.

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; SOUSA, Julia Maria de Jesus; SILVA, Pollyana Mattias Narciso da; AQUINO, Rafael Lemes de. O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, p. 623-636, 2023.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>>

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. (2022). *Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares*. Recuperado de <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>

LOTH, G. B.; Nereida S. P. da Silveira. Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecidos. *Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)*, v. 0, p. 65, 2014.

MANZINI, E. J.. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS*, 2004, Bauru. Anais. Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 1-10.

OLIVEIRA, L. L.; SARRAIPO, M. A. S.; SALLES, R. R.; LEAO, M. A. B. G.; CASTRO, M. A. C. D.; PACHECO, M. M. D. R. A PRESENÇA DO IDOSO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E OS RUMOS DOS MODELOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*, v. 04, p. 346-366, 2016.

PALMORE, E. B. Ageism: Negative and positive. Springer Publishing Company, 1999.

Seidl, J.; Hanashiro, D. M. M. (2021). Etarismo e gestão da diversidade etária: conceitos e escalas. In M. H. Antunes, S.T.M. Boehs & A. B. Costa (Eds.), *Trabalho, maturidade e aposentadoria: estudos e intervenções* (pp. 49-66). Vetor.

SILVA, A. M. S.; SOUZA, L. E. C. ; AIRES, L. C. . Revisão sistemática de instrumentos de atitudes em relação aos idosos e ao envelhecimento. *Avaliação Psicológica*, v. 21, p. 64-73, 2022.

Viana AL, Silva HP. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7):2107-18, 2018.

Revista de Educação da Universidade Estadual de Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

Revista Escola de Enfermagem da USP, v. 35, n. 2, p. 115-21, jun. 2001.

ANÁLISE DO PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO MEL DE ABELHA NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO DA COOPRIMA

Vanessa Yukari Masyama

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Amanda Hellem Dias Teixeira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Adriel Lopes Correa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Sophia Elice Farias Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o processamento e a comercialização do mel de abelha na Cooperativa de Agricultores Familiares e Pequenos Produtores Rurais de Primavera (COOPRIMA). Além disso, identificou-se os principais desafios enfrentados pelos apicultores no processamento e comercialização do mel na cooperativa. **Métodos:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa, destacando o método de estudo de caso. Foi realizada aplicação de questionário semiestruturado com cooperados da COOPRIMA, visando compreender a dinâmica interna e os desafios enfrentados pelos apicultores. O estudo ressalta a importância da cooperativa como facilitadora do desenvolvimento econômico local, promovendo práticas sustentáveis e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados. **Resultados:** Observou-se que a cooperativa não apenas fortalece a economia local, mas também promove a inclusão social e a equidade de gênero, evidenciada pela participação significativa das mulheres na produção de mel. Estratégias como a diversificação de produtos apícolas e a utilização de redes sociais para negociações são fundamentais para ampliar o mercado de consumo e aumentar a rentabilidade dos produtores. **Conclusão:** Concluiu-se que há um grande potencial de crescimento da produção de mel em Primavera, ressaltando a importância da cooperação entre os produtores e a adoção de práticas sustentáveis para enfrentar os desafios climáticos e econômicos. A obtenção do selo de vigilância sanitária foi identificada como um fator essencial para garantir a segurança e a regularidade dos produtos comercializados, atendendo às exigências do mercado nacional e internacional.

Palavras-chave: mel de abelha; cooperativa; comercialização; desafios; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O mel de abelha é considerado um dos produtos naturais mais complexos, obtidos do néctar das flores (mel floral) e de outras secreções naturais das plantas (mel de melato), que são coletados e processados pelas abelhas, tornando-a uma substância que recebe grande influência de fatores ambientais, sendo comum a mistura do mel floral e mel de melato (Campos *et al.*, 2003). Ao se tratar das propriedades físico-químicas, pesquisadores explicam que a cor, sabor, aroma dependem da origem da flor, e a cristalização e viscosidade dependem da temperatura e umidade (Campos; Modesta, 2000; Venturini; Sarcinelli; Silva, 2007).

A principal característica do mel é o sabor adocicado, mas ele não se limita a isso, sendo também um alimento saudável e nutritivo, que contém minerais como potássio, magnésio, cálcio, fósforo, ferro, manganês, cobalto e cobre (Silva *et al.*, 2008; Escobar; Xavier, 2013). No entanto, é importante destacar que a sociedade muitas vezes não o considera apenas como alimento, mas sim como um remédio natural, com propriedades terapêuticas associadas ao tratamento de diversas doenças.

A forma de obtenção, apresentação e processamento do mel são critérios utilizados para realizar a sua classificação. Quanto à sua obtenção, o mel pode se extraído pelo escorrimento de favos sem larvas, por prensagem ou por centrifugação. Em termos de apresentação, o mel pode encontrar-se no estado líquido, cristalizado e cremoso (Paula Neto *et al.*, 2006). Em relação ao processamento, o mel é, geralmente, filtrado (Pereira *et al.*, 2020).

A apicultura, que compreende a criação de abelhas para produção de mel, própolis, geleia real, pólen e cera de abelha, é uma atividade em crescimento no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o valor da produção nacional de mel totalizou R\$ 957,8 milhões em 2022, obtendo um aumento de 12,5% em relação a 2021. Além do crescimento na produção, houve elevação de 2,7% no preço médio do produto. No que se refere ao estado do Pará, a produção de mel em 2022, alcançou 740.358 quilogramas, com um valor de produção de R\$ 15.154 milhões. Segundo dados do IBGE (2024), o faturamento do setor praticamente dobrou desde 2019, passando de R\$ 495 milhões para quase R\$ 958 milhões em 2022, o que representou um aumento de aproximadamente 93%.

Além disso, na produção de mel e seus derivados, também são envolvidas as comunidades e povos tradicionais, que aplicam os conhecimentos transmitidos por seus antepassados na arte de produzir e processar o mel. Esses grupos se dedicam ao manejo dos recursos naturais, realizando a colheita do mel em períodos climáticos ideais para as colmeias, quando estes atingem a maturação adequada. Com relação aos problemas, a falta de chuva, temperatura elevada e mau manuseio do alimento às abelhas interferem no processo de produção do mel (Conceição; Silva; Rocha, 2022; Vidal, 2018).

Para De Camargo; Pereira e Lopes (2002, p. 12), o Brasil é, atualmente, o 6º maior produtor de mel (ficando atrás somente da China, Estados Unidos, Argentina, México e Canadá), entretanto, ainda existe um grande potencial apícola (flora e clima) não-explorado e grande possibilidade de se maximizar a produção, incrementando o agronegócio apícola. Para tanto, é necessário que o produtor possua conhecimentos sobre biologia das abelhas, técnicas de manejo e colheita de mel, pragas e doenças dos enxames, importância econômica, mercado e comercialização. Isso demonstra a necessidade da assistência para com os indivíduos que atuam nessa atividade.

Diante do exposto, a cooperativa agropecuária auxilia relativamente na gestão e logística dessas atividades, viabilizando a instrução, desenvolvimento, suporte e melhoria aos produtores. O interesse pela comunidade é um dos princípios cooperativistas mais difundidos porque contribui para a melhoria da qualidade de vida local (Winkel, 2017).

Embora tenham características únicas, as cooperativas têm se mostrado como alternativas viáveis e de grande credibilidade no contexto do agronegócio. Por isso, ações de engajamento social, como o cooperativismo, têm sido essenciais para impulsionar a apicultura, incentivando a cooperação e o trabalho conjunto entre pessoas que enfrentam desafios semelhantes (Alves; Silva; Bueno, 2020; Morais, 2021).

Conforme mencionado sobre a melhoria da qualidade de vida, é válido destacar que a comercialização do mel exerce um papel fundamental aos agricultores, oferecendo uma oportunidade de geração de renda familiar e ocupação no campo. Além disso, o estímulo da cadeia produtiva do mel, desenvolvem a economia local através de vendas diretas, feiras e pequenos supermercados, os autores enfatizam também a expansão para mercados regionais e internacionais (Freitas; Khan; Silva, 2004; Nunes; Heindrickson, 2019).

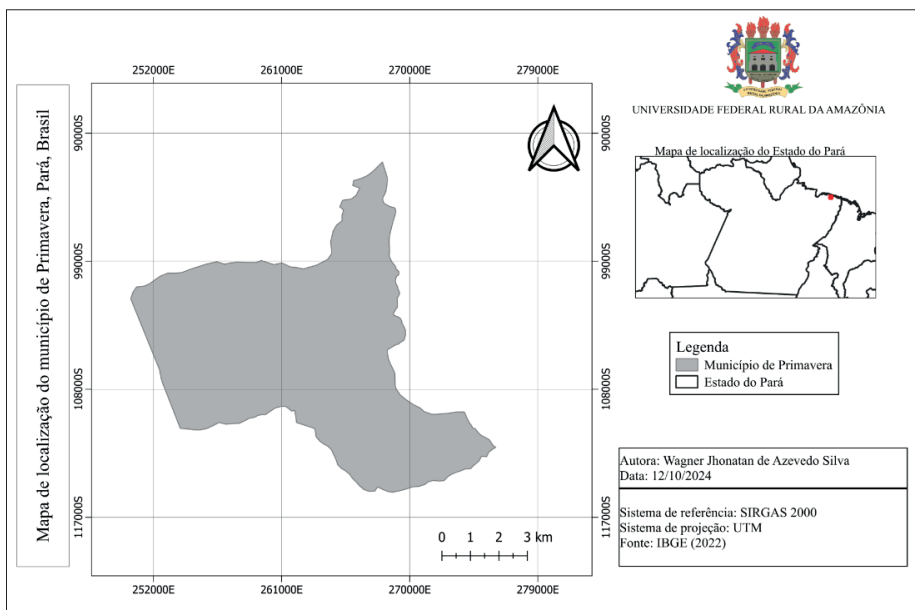
Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar o processamento e comercialização do mel de abelha na Cooperativa de agricultores familiares e pequenos produtores rurais de Primavera (COOPRIMA), no estado do Pará, através da investigação dos principais aspectos relacionados às práticas de manejo adotadas pelos produtores, os desafios na comercialização dos produtos e os impactos da importância da cooperativa como agente facilitador desse processo.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O município de Primavera está situado na mesorregião nordeste e na microrregião bragantina paraense (Ver figura 1). Conforme o censo demográfico do IBGE (2022), estima-se que o número de habitantes de Primavera é de 10.851 mil, possuindo uma área territorial de 258.600 km². Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2021, o valor foi de R\$ 29.545,97, ocupando o 22º no *ranking* em comparação com outros 144 municípios (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa do Município de Primavera - Pará.



Fonte: IBGE (2022).

O presente estudo foi realizado na Cooperativa de agricultores familiares e pequenos produtores rurais de Primavera (COOPRIMA), fundada no município de Primavera em 10 de dezembro de 2013, por agricultores que buscavam melhorar sua gestão organizacional e produtiva. Desde então, tem se destacado pela eficiência e qualidade, fortalecendo não apenas a economia local, mas também proporcionando melhores condições aos seus cooperados, e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o crescimento contínuo da região.

Atualmente, a COOPRIMA atua nos setores de horticultura, piscicultura, apicultura e avicultura, concentrando-se em Primavera, Nordeste Paraense. Segundo a presidente Joelma Nunes, a cooperativa conta com 49 cooperados espalhados pela região bragantina e do salgado, sendo que desse total, 20 atuam somente como apicultores, e apenas quatro famílias residem no polo agroindustrial da cooperativa.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é um processo formal para adquirir conhecimentos (Gil, 2008, p. 26). Neste estudo, utilizou-se o método de pesquisa estudo de caso, uma vez que, de acordo com Da Fonseca (2002, p. 33), essa modalidade proporciona um conhecimento mais aprofundado do seu “como” e dos seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. Dessa forma, buscou-se compreender os aspectos do processamento e comercialização do mel sob a perspectiva da cooperativa em questão, bem como a relevância dela nessa dinâmica.

Em relação à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que tem como objetivo compreender com profundidade o grupo ou o fenômeno estudado (Gerhard; Silveira, 2009). Além disso, quanto aos objetivos, são de caráter descritivo e exploratório, pois se pretende compreender os processos de atuação da cooperativa e buscar informações acerca do desenvolvimento dessa atividade realizada por cooperados que trazem benefícios para Primavera.

Os dados foram coletados através de um questionário semiaberto, ou seja, composto por perguntas fechadas e abertas, aplicado em visitas à cooperativa, com o intuito de estabelecer um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, objetivando realizar a caracterização dos cooperados e descrever a forma como é desenvolvido o manejo nas unidades de produção de mel.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), o questionário é um instrumento de coleta de dados composto por uma série ordenada de perguntas sobre uma situação deliberada. Gonzaga (2015), explica que as perguntas abertas permitem ao solicitante responder de forma livre e emitir opiniões; já as perguntas fechadas são aquelas nas quais o solicitante define sua resposta de acordo com as opções apresentadas.

A COOPRIMA tem quarenta e nove cooperados, dos quais vinte são apicultores. Dos vinte apicultores, foram entrevistados quinze, o que representa 75% dos cooperados que desenvolvem atividade apícola na área de estudo. Assim, as informações foram obtidas no dia 23 de março de 2024, presencialmente, com a presidente da cooperativa, a Sra. Joelma Nunes e mais 14 membros cooperados apicultores da COOPRIMA, por gravação eletrônica, com perguntas relacionadas ao processo de produção do mel, desafios de comercialização e influência da cooperativa no processo de aperfeiçoamento de técnicas de produção.

Após isso, procedeu-se à análise e interpretação das informações obtidas, representando-as em tabelas e relacionando-as com conhecimentos teóricos de pesquisadores encontrados no *Google Acadêmico* utilizando as palavras-chave: "importância da Abelha", "importância do Mel", "Apicultura, mercado e economia", "Mel e Produção" e "Cooperativa e agropecuária".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados, constatou-se que a maioria dos membros da cooperativa são mulheres, representando 60% do total, enquanto 40% são homens (Ver tabela 1). Esse dado é significativo por evidenciar a forte participação das mulheres na produção de mel, uma atividade tradicionalmente dominada por homens. Esta presença feminina pode ser resultado de esforços para promover a equidade de gênero no setor apícola, bem como o reconhecimento da importância das mulheres na produção sustentável de mel.

Geraldo e Carvalho (2022) enfatizam que a inserção das mulheres no mercado contribui para a expansão das oportunidades de educação, maior demanda por direitos e alterações de conceito de família. Assim, a mulher ganha visibilidade e capacidade de suprir tanto as necessidades no meio familiar quanto no profissional.

Tabela 1 - Gênero dos apicultores da COOPRIMA.

Gênero	Percentual
Apicultoras (Feminino)	60%
Apicultores (Masculino)	40%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Em termos de faixa etária dos apicultores, verificou-se que 60% têm 46 a 55 anos, 20% têm 36 a 45 anos e 13,4% estão na faixa etária acima de 56 anos. A faixa etária de 18 a 20 anos representou 6,6% da amostra (Ver tabela 2). Isso indica que muitos apicultores têm anos de experiência, o que é benéfico para a prática da apicultura, pois a experiência dos cooperados pode melhorar a gestão das colmeias e a produção de mel. A presença de jovens de 23 anos mostra uma renovação geracional, com novos apicultores exercendo a profissão. E isso é importante para a continuidade e inovação no setor.

Tabela 2 - Faixa etária de idade dos apicultores da COOPRIMA.

Faixa etária de idade	Percentual (%)
18 a 20 anos	6,6%
36 a 45 anos	20%
46 a 55 anos	60%
Mais de 56 anos	13,4%
Total	100%

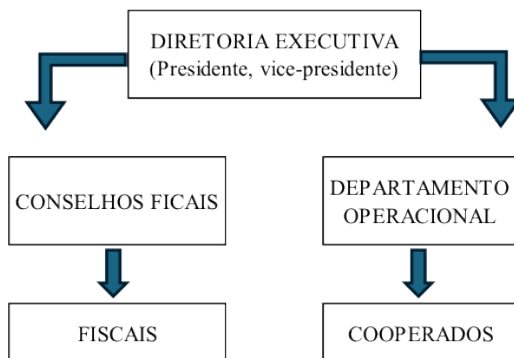
Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

De acordo com Silva e Costa (2020), a diversidade de idades na apicultura é essencial para a inovação e a manutenção do setor, pois combina a experiência dos apicultores mais velhos com a energia e as novas ideias dos jovens profissionais. A variação de idade reflete a acessibilidade e a flexibilidade da apicultura como atividade profissional, permitindo a entrada e permanência na profissão ao longo de diferentes fases da vida.

Tratando-se da estrutura organizacional, a cooperativa possui departamentos deliberativos que são a diretoria executiva, a gestão operacional e os conselhos fiscais, onde nesta direção e gestão realizam a administração dos cooperados já existentes e cadastram novos agricultores através dos programas institucionais trabalhados (Ver figura 2).

Para Pereira *et al.* (2018, p. 48), “a estrutura organizacional é essencial para o funcionamento adequado de qualquer instituição, sendo fundamental para a definição de papéis e responsabilidades”. Sendo assim, uma estrutura organizacional bem definida é crucial para o funcionamento adequado de qualquer instituição, pois ela estabelece claramente os papéis e as responsabilidades dentro da organização.

Figura 2 - Estrutura organizacional da COOPRIMA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Além dos aspectos relacionados à estrutura organizacional, é importante ressaltar que a continuidade e a permanência da empresa familiar rural dependem diretamente do processo de sucessão. Esse processo é crucial, pois é durante a sucessão que a gestão da propriedade é transferida para um sucessor, geralmente um filho ou filha, que assume a responsabilidade de continuar o desenvolvimento das atividades previamente realizadas pelos pais (Brizzolla *et al.*, 2020). A presidente da COOPRIMA relatou o seguinte:

“Nos períodos anteriores, uma das preocupações existentes na cooperativa era a questão da sucessão familiar local. No entanto, os jovens da atualidade estão envolvidos de forma ativa no desenvolvimento e continuidade das atividades agrícolas, atuando na comissão de jovens da cooperativa. E além disso, nota-se o interesse dos jovens em buscar conhecimento e formação acadêmica para contribuir no avanço das práticas agrícolas e consolidar um futuro promissor na agricultura familiar”.

Outro ponto importante são as atividades desenvolvidas pelos apicultores, que são divididas em quatro etapas integradas, que são a gestão do negócio e os manejos relacionados à produção de abelhas, processamento, manejos devido à sazonalidade e processo de comercialização. Essas etapas formam a base da produção e comercialização do mel, assegurando a qualidade do produto final e a sustentabilidade econômica dos apicultores da COOPRIMA (Ver tabela 3).

Tabela 3 - Atividades desenvolvidas pelos apicultores da COOPRIMA.

Etapas	Descrição
Gestão do negócio e manejo da produção de abelhas	A cooperativa recebe apoio de técnicos do SENAR para melhorar o manejo na produção de abelhas e gestão rural.
Processamento	Os apicultores realizam o processamento e beneficiamento do mel.
Manejo necessários para remediar os efeitos da sazonalidade	Cuidados específicos no inverno e coletas de mel de outubro a dezembro.
Comercialização	Diversificação de produtos e estratégias ativas nas redes sociais para viabilizar a comercialização.

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A primeira etapa, denominada manejo, envolve a assistência técnica proporcionada pela equipe do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar, 2010). Esses técnicos oferecem suporte contínuo à cooperativa, visando aprimorar tanto a produção quanto a gestão das atividades rurais. Esse apoio é essencial para a implementação de práticas mais eficientes e sustentáveis no manejo das colmeias e na produção do mel, garantindo a qualidade do produto final e a sustentabilidade econômica dos apicultores.

A segunda etapa, processamento, é realizada pela ação conjunta e especializada dos apicultores da COOPRIMA e da Associação dos Apicultores de Primavera (AAPRI), que se encarregam do processamento e beneficiamento do mel. Este processo inclui a extração, filtragem e envase do mel, além de outros tratamentos necessários para garantir a pureza e as propriedades do produto final. Os apicultores da AAPRI utilizam técnicas avançadas e equipamentos adequados para manter os padrões de qualidade exigidos pelo mercado, garantindo um produto final de alta qualidade para os consumidores.

A terceira etapa, faz referência aos manejos necessários para remediar os efeitos da sazonalidade, uma vez que as colmeias necessitam de cuidados específicos durante o inverno. Durante o referido período, são adotadas medidas

específicas para proteger as colmeias contra as condições climáticas adversas, garantindo a saúde das abelhas e a continuidade da produção.

A coleta do mel é concentrada nos meses de outubro a dezembro, período em que as condições climáticas e florais são mais favoráveis para a produção de mel de alta qualidade. Dessa forma, em relação à sazonalidade, observou-se que há uma abordagem adequada e estruturada para atender às necessidades das colmeias ao longo do ano (Ver Tabela 3).

De acordo com a pesquisa, no período de janeiro a junho, há um cuidado específico devido ao inverno, que inclui a proteção das colmeias contra as baixas temperaturas e a garantia de que as abelhas tenham suprimento adequado de alimento. A seguir é apresentado o relato de um dos cooperados da COOPRIMA:

“Cuido das abelhas com muito carinho. Sei quando elas precisam de mais comida ou de mais espaço. No inverno, eu cubro as colmeias pra elas ficarem quentinhas. Quando o tempo esquenta, eu coloco as melgueiras pra elas fazerem bastante mel. E na hora de colher o mel, faço com muito cuidado pra não machucar as abelhas. Trabalho duro para garantir que o mel seja sempre de boa qualidade”.

Durante este período, os apicultores monitoram atentamente as condições das colmeias, realizando intervenções quando necessário para assegurar a sobrevivência das abelhas até a chegada do verão. A partir de julho, com a chegada das temperaturas mais amenas, inicia-se a instalação das melgueiras, que são estruturas adicionais colocadas nas colmeias para permitir que as abelhas armazenem mais mel.

Esta fase é crucial para maximizar a produção de mel, pois coincide com o aumento da atividade das abelhas e a abundância de flores (Ver tabela 4). Os apicultores devem garantir que as melgueiras estejam bem instaladas e prontas para receber o mel produzido pelas abelhas.

Os apicultores realizam as coletas de mel entre os meses de outubro e dezembro. Este período é caracterizado pela extração cuidadosa do mel armazenado nas melgueiras, que é processado e preparado para a comercialização. A coleta deve ser realizada de forma a minimizar o estresse causado às abelhas e assegurar que elas tenham reservas suficientes para o inverno seguinte.

Para Rodrigues *et al.* (2021), “a integração de dados acústicos, de temperatura e umidade pode melhorar a gestão e proteção das colmeias”. Portanto,

é importante que haja a atenção detalhada à gestão das colmeias, utilizando métodos modernos para monitoramento e na ênfase na fase crucial de produção de mel, demonstrando um cuidado contínuo com as abelhas e a produção sustentável de mel.

Tabela 4 - Abordagem sazonal para atender às necessidades das colmeias.

Período	Atividades e Cuidados
Janeiro a junho	Cuidado específico devido ao inverno
Julho	Início da instalação das melgueiras
Outubro a dezembro	Coletas de mel
Desafios	Mudanças climáticas (aumento da temperatura no verão), escassez de água, remanejamento dos apiários para perto das nascentes.

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A pesquisa revelou que as mudanças climáticas são um dos desafios enfrentados pelos apicultores, uma vez que, com o aumento da temperatura no verão, houve uma escassez de água, o que levou à decisão de remanejar os apiários para perto das nascentes. A presente medida visa garantir que as abelhas tenham acesso constante a fontes de água, o que é importante para a manutenção da colmeia e a produção de mel durante os meses mais quentes. A mudança climática, portanto, requer uma adaptação contínua das práticas apícolas para assegurar a sustentabilidade e a produtividade das colmeias.

A última etapa, comercialização, envolve as estratégias ativas nas redes sociais e a diversificação dos produtos oferecidos. A cooperativa utiliza as plataformas de redes sociais para promover seus produtos, aumentar a visibilidade da marca e alcançar um público mais amplo. Além disso, a diversificação dos produtos derivados do mel, como o própolis, a cera de abelha e outros produtos apícolas, contribui para ampliar o mercado consumidor e aumentar a rentabilidade dos apicultores.

Assim, a cooperativa adota como estratégia uma presença ativa nas redes sociais, como *Instagram* e *Facebook* (Ver figura 3). Entre os produtos comercializados estão o mel, própolis, pólen, geleia real e apitoxina. Essa estratégia permite a diversificação dos segmentos de mercado e contribui para a produção sustentável, aproveitando toda a cadeia produtiva e evitando desperdícios.

Figura 3 - Produtos comercializados pela COOPRIMA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Joelma Nunes, presidente da cooperativa, mencionou que, a partir da borra da própolis, foi desenvolvida uma pomada que se tornou um sucesso de vendas. Em contrapartida, o principal obstáculo mencionado por Joelma Nunes foi a obtenção do selo de vigilância, como exposto no relato a seguir:

“O selo de vigilância sanitária necessário para a comercialização do mel em outras regiões, foi o mais difícil de conseguir, além da falta de recursos para obter essa certificação. Para isso, o estabelecimento e os produtos devem estar regularizados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”

Diante disso, identificou-se que este desafio é cíclico, uma vez que a falta de certificação prejudica as vendas, enquanto as mesmas são necessárias para obter recursos para a certificação. Contudo, a cooperativa tem como possíveis soluções a construção da sala de envase e a busca por financiamentos bancários.

A respeito da distribuição e locais de venda do mel, os produtos são vendidos em uma loja em Belém chamada “Empório”. Como o produto não contém o selo, não é possível distribuí-lo para supermercados e/ou distribuidores. Além da venda no varejo, ocorrem também as vendas institucionais, principalmente, fornecendo mel para a merenda escolar por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A notoriedade é dos comerciantes, mas a produção centraliza-se na cooperativa. A venda realizada no chamado “cinturão verde” ou “cinturão do mel”

caracteriza-se por ser rápida, havendo uma demanda de produção em constante crescimento. O abastecimento diário dos comerciantes da região necessita da produção da cooperativa para manter-se em constante crescimento e evolução.

No que se refere à atuação da cooperativa, constatou-se com base nas entrevistas que o processo de produção do mel não se concentra somente em atender à demanda da região. Para garantir o sucesso das vendas, é necessário ter “mão de obra qualificada”. Ressalta-se a importância da cooperativa como agente facilitador, demonstrando aos cooperados a qualidade da produção, priorizando a capacitação, atualizando-os sobre práticas de diversificação da produção e incentivando a produção de mel como renda-base de cada cooperado. Nesse contexto, Lima (2005), frisa que a atividade apícola pode ser a principal fonte de renda dos produtores familiares pelo excelente retorno financeiro que proporciona.

Além disso, a cooperativa busca garantir que as práticas ambientais, sociais e de governança se mantenham atualizadas, visando a geração de valor. Pois a adoção de boas práticas de governança corporativa leva a uma gestão mais profissional e transparente.

Para Büttenbender *et al.* (2017), significa estabelecer regras claras para as interações internas e com partes externas, além de alinhar os interesses de todos os envolvidos, visando maximizar o valor criado pela empresa. A cooperativa busca estar em constante evolução para, em breve, alcançar a principal melhoria almejada: a construção de agroindústrias e a total verticalização da produção, garantindo maiores distribuições para o mercado em geral.

Para Pereira *et al.* (2003), “o manejo adequado das colmeias é crucial para garantir a produção de mel de alta qualidade”. Sendo assim, é importante a realização de promoção de práticas sustentáveis, técnicas de manejo adequadas, processamento de qualidade, gestão sazonal eficiente e estratégias de *marketing* e comercialização para fortalecer a indústria apícola e garantir produtos de mel de melhor qualidade no mercado.

CONCLUSÃO

A produção de mel está em ascensão no mercado regional e nacional, impulsionado pela crescente demanda por produtos naturais e saudáveis, bem como pela diversificação de suas utilidades nas áreas culinária, cosmética e de

medicina alternativa. Apicultores e empresas do ramo processam o mel de diversas formas, como *in natura*, geleia real e sachês individuais. No estudo realizado, concluiu-se que os produtores de mel da cooperativa de Primavera enfrentam desafios climáticos, especialmente entre o inverno e o verão. A dificuldade em obter matéria-prima durante esses períodos reduz a oferta de mel, forçando a aquisição de insumos de regiões distantes, o que eleva os custos de produção e os preços finais.

Para mitigar esses desafios, os produtores vêm adotando técnicas externas para minimizar os efeitos da sazonalidade e transformar resíduos de produção em produtos complementares. A influência familiar e a abertura para inovações destacam-se como fatores que podem trazer melhorias à produção, uma vez que os proprietários buscam constantemente aprimorar nas práticas e na gestão das unidades produtivas.

A obtenção do selo de vigilância sanitária é crucial para manter a confiança e a regularidade da oferta do produto, garantindo a segurança alimentar dos consumidores. A conformidade com os protocolos sanitários e o compromisso com uma produção sustentável são, portanto, prioridades para atender à demanda por alimentos seguros e éticos.

Joelma Nunes, presidente da cooperativa, destacou o potencial de crescimento e desenvolvimento sustentável da produção de mel em Primavera, estado do Pará. As melhorias na infraestrutura, a qualificação dos produtores, o foco na qualidade e parcerias estratégicas demonstram um compromisso sólido com a expansão do setor apícola e a preservação ambiental na área de estudo.

A colaboração entre produtores e o apoio institucional têm promovido avanços significativos, refletindo o engajamento de uma comunidade agrícola comprometida com o crescimento econômico, social e ambiental da região, além de estimular o empreendedorismo rural.

REFERÊNCIAS

ALVES-DOS-SANTOS, Isabel. A vida de uma abelha solitária. *Ciência hoje*, Rio de Janeiro, v. 179, p. 60-62, 2002.

ALVES, Luiz Lucas; SILVA, Adriana Cristina; BUENO, Miriam Pinheiro. Cooperativismo Agropecuário: benefícios e desafios. **Revista fafibe on-line**, v. 13, n. 1, p. 22-48, 2020.

BARBOSA, A. de L. *et al.* **Criação de abelhas (apicultura)**. Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Meio Norte. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 113p.: il. – (ABC da Agricultura Familiar, 18).

BENDLIN, Luciano *et al.* Custos de produção, expectativas de retorno e de riscos do agronegócio mel no planalto norte de Santa Catarina. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2014.

BRIZZOLLA, M. M. B.; CHAPOVAL NETO, A.; KRAWSZUK, G. L.; BERLEZI, M. Family succession in rural properties. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9169109408, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9408. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BÜTTENBENDER, Pedro L. *et al.* Estruturas de governança corporativa em cooperativas e repercussões no âmbito territorial: o caso de uma cooperativa de crédito. **Anais VIII SIDR**, 2017. https://www.researchgate.net/publication/320839544_ESTRUTURAS_DE_GOVERNANCA_CORPORATIVA_EM_COOPERATIVAS_E_REPERCUSSOES_NO_AMBITO_TERRITORIAL_O_CASO_DE_UMA_COOPERATIVA_DE_CREDITO.

CAMPOS, G. *et al.* Classificação do mel em floral ou mel de melato. **Food Science and Technology**, v. 23, p. 1-5, 2003.

CAMPOS, Gisélia; MODESTA, R. C. D. Diferenças sensoriais entre mel floral e mel de melato. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 59, n. 1-2, p. 7-14, 2000.

CONCEIÇÃO, V. S.; SILVA, D. F.; ROCHA, A. M. Potencial de Indicação Geográfica para o Mel produzido por Abelha sem Ferrão de Alagoinhas-Bahia. **Cadernos de Prospecção**, v. 15, n. 2, p. 618-633, 2022.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DE CAMARGO, R. C. R.; PEREIRA, M. F.; LOPES, M. T. R. **Produção de mel**. 2002. Livro, São Paulo: Editora Agronômica, p200 2002.

DE CASTRO ALVES, Karolyne; PROCÓPIO, Leandra Fernandes; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. Cooperativismo e mulheres: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito de livre admissão do Noroeste de Minas Gerais. **Altus Ciência**, v. 14, n. 14, p. 221-246, 2022.

DOS SANTOS, Cristiane Soares; DE SOUZA RIBEIRO, Adauto. Apicultura uma alternativa na busca do desenvolvimento sustentável. **Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável**, v. 4, n. 3, p. 1, 2009.

ESCOBAR, ANA LUCIA SILVA; XAVIER, FÁBIO BRANCHES. Propriedades fitoterápicas do mel de abelhas. **Revista Uningá**, v. 37, n. 1, 2013.

FERKO, GEORGIA PATRICIA DA SILVA *et al.* Cooperativismo na agricultura familiar em Boa Vista-RR: um estudo da percepção dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos-COOPERCINCO. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 6, n. 3, p. 752-770, 2016.

FREITAS, Débora Gaspar Feitosa; KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lúcia Maria Ramos. Nível tecnológico e rentabilidade de produção de mel de abelha (*Apis mellifera*) no Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 171-188, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GONZAGA, D. de A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto** (SP).2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Faculdade de Engenharia da Unesp, Ilha Solteira, 2015.

GERALDO, Flávia Letícia de Lima; CARVALHO, Thaissa Macedo de. **Estudo da evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho**. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HAROLD, Carlos Alexandre *et al.* Protagonismo de cooperativas agropecuárias de agricultura familiar no Brasil. **Revista Grifos**, v. 32, n. 58, p. 01-20, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Panorama do município de Primavera-PA. 2022 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/primavera/panorama>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LIMA, Sirlei Aparecida Milano de. **A apicultura como alternativa social, econômica e ambiental para a mesorregião noroeste do Paraná**. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná.

LOPES, M. T. R.; PEREIRA, F. M.; CAMARGO, R. C. R. de.; WOLFF, L. F.; VIEIRA NETO, J. M. **Manejo Produtivo das Colméias**. Teresina: Embrapa Meio-Norte 2006 (Série Documentos, 140).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

MATOS, Emerson José Alves *et al.* **Boas práticas de manejo apícola**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2014.

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, v. 49, p. 67-79, 2019.

MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. A importância do cooperativismo de crédito para o agronegócio e o desenvolvimento regional: o caso da Primacredi. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, p. 81-104, 2021.

NUNES, Sidemar Presotto; HEINDRICKSON, Maicon. A cadeia produtiva do mel no Brasil: análise a partir do sudoeste paranaense. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 16950-16967, 2019.

PAULA NETO, Francisco Leandro de *et al.* Apicultura nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades. Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

PEREIRA, F. de M. *et al.* **Sistema de produção de mel**. 2003.

PEREIRA, Alexandre Igor Azevedo. A interface do conhecimento sobre abelhas. Ponta Grossa, PR: **Atena Editora**, 2019.

PEREIRA, André Gustavo Campinas *et al.* Uso de geotecnologias para avaliação do desempenho produtivo paraense na produção de mel, no período de 2008–2018. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 32087-32106, 2020.

PEREIRA, Larissa Araújo, *et al.* Estrutura organizacional e governança: um estudo de caso em uma instituição cooperativista. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, 2018, vol. 7, no 2, p. 48-66.

PERREIRA, F. de M.; SOUZA, B. de A.; LOPES, M. T. do R. **Instalação e manejo de meliponário**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2010. 26 p. p. 12.

RODRIGUES, Ícaro de Lima, *et al.* Detecção de Anomalias em Padrões Acústicos, de Temperatura e Umidade Sazonais para Abelhas Melíferas (*Apis mellifera* L.). **Em Anais do XII Workshop de Computação Aplicada à Gestão do Meio Ambiente e Recursos Naturais**. SBC, 2021. p. 69-78.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Mel: manejo de apiário para produção do mel / **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. -- 2. ed. Brasília: SENAR, 2010.

SILVA, J.; COSTA, M. Dinâmicas geracionais na apicultura: experiência e inovação. **Revista de Apicultura Sustentável**, v. 15, n. 3, p. 45-60, 2020.

SILVA, R. A. da *et al.* Composição e propriedades terapêuticas do mel de abelha. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 17, n. 1, p. 113-120, 2008.

SOARES, Caroline Monique Tietz *et al.* A percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados da cooperativa mista agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste-A Tulha. **Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras**-ISSN: 2237-6976, v. 9, n. 1, p. 296-319, 2019.

VENTURINI, Katiani Silva; SARCINELLI, Miryelle Freire; SILVA, LC da. Características do mel. **Boletim Técnico da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES**, 2007.

VIDAL, Maria de Fátima. **Produção de mel na área de atuação do BNB entre 2011 e 2016**. Caderno Setorial ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 3, n. 30, ab. 2018. (Série Caderno Setorial ETENE, n.30).

WINKEL, Tiele Felsch. **Os sistemas apícolas e a agricultura familiar: um estudo de caso sobre a Cooperativa de Apicultores de Canguçu (COOMELCA)**, município de Canguçu, RS. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo avaliar os impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Bragança, estado do Pará. Embora o PNAE tenha contribuído para a comercialização de produtos agrícolas e para o fortalecimento da economia local, questiona-se a eficácia da política na geração de uma renda estável para os agricultores e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. **Métodos:** Foi realizada uma análise quali-quantitativa com base em dados do PNAE em Bragança-PA. Foram coletadas informações provenientes de documentos oficiais, relatórios anuais e entrevistas com agricultores e representantes do Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE). A análise incluiu uma revisão dos critérios de adesão ao programa, o número de agricultores beneficiados e a qualidade dos produtos fornecidos às escolas. **Resultados:** Os resultados indicaram que o PNAE tem sido implementado de maneira eficiente em Bragança-PA, alcançando uma ampla cobertura de agricultores e um aumento progressivo no número de escolas atendidas ao longo dos anos. Contudo, foram identificadas áreas que precisam de melhorias, como a diversificação de produtos oferecidos e ajustes nas logísticas de distribuição de alimentos. **Considerações finais:** O PNAE exerce um impacto positivo substancial sobre o bem-estar dos agricultores em Bragança-PA. A expansão e o fortalecimento da agricultura familiar são essenciais para garantir que todas as escolas recebam refeições adequadas e nutricionalmente balanceadas. Além disso, o incremento na renda dos agricultores e a valorização das propriedades, somados à adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e à incorporação de inovações tecnológicas, destacam o papel fundamental do programa na promoção do desenvolvimento rural e na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Palavras-chave: PNAE; agricultura familiar; nutrição escolar; bem-estar social; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa do governo federal, criado em 1979, com o objetivo de garantir a alimentação escolar para alunos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos matriculados em escolas públicas (Salgado, 2022). O PNAE é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (Brasil, 2009).

De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o PNAE apoia o desenvolvimento sustentável, incentivando a aquisição de alimentos diversificados, preferencialmente produzidos localmente pela agricultura familiar e por empreendedores familiares rurais (Brasil, 2009). Dessa forma, o programa prioriza a produção local, incluindo a agricultura tradicional indígena e as comunidades quilombolas.

O programa de incentivo à agricultura familiar estabelece que, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal para a alimentação escolar sejam usados na compra de produtos diretamente de agricultores familiares (Vitorino, 2023). Essa medida é essencial para o desenvolvimento das comunidades participantes, criando uma demanda estável para os produtos desses produtores.

Assim, o PNAE promove a valorização dos alimentos locais, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais (Leal, 2023). Além disso, o programa fortalece a agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população, além de fomentar o desenvolvimento local e regional (Costa, 2023).

O PNAE também promove o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, o programa forma hábitos alimentares saudáveis desde a infância (Foguesatto; Breitenbach; Gomes, 2023). Isso é feito por meio de ações de educação alimentar e nutricional, garantindo refeições que atendem às necessidades nutricionais durante o período letivo (Oliveira *et al.*, 2023).

No município de Bragança, estado do Pará, o PNAE desempenha um papel fundamental para a agricultura, especialmente para os agricultores familiares das comunidades locais. O programa garante a comercialização dos produtos

agrícolas, garantindo uma renda estável para os agricultores de Bragança e comunidades vizinhas (Batista *et al.*, 2023).

Apesar dos benefícios, é necessário compreender mais detalhadamente os impactos socioeconômicos do PNAE nas comunidades envolvidas no município de Bragança. Observou-se uma lacuna na avaliação das variáveis que influenciam a efetividade do programa, como a adequação das práticas de compra, a distribuição dos recursos financeiros e o engajamento das comunidades no processo.

Dessa forma, a questão central a ser investigada é: "Como o PNAE impacta efetivamente o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais em Bragança, Pará, considerando a geração de renda para os agricultores familiares e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis?".

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar os impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Bragança, estado do Pará. Embora o PNAE tenha contribuído para a comercialização dos produtos agrícolas e o fortalecimento da economia local, surgem questionamentos sobre a eficácia da política na geração de renda estável para os agricultores e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar

A agricultura familiar é um sistema de produção agrícola caracterizado pela gestão da terra e pelo trabalho predominantemente realizado por membros de uma mesma família (Delgado; Bergamasco, 2017). Este modelo agrícola, amplamente difundido, destaca-se pela diversidade de atividades produtivas, pela utilização intensiva de mão de obra familiar e pela adoção de técnicas de cultivo que frequentemente incorporam conhecimentos tradicionais ou adaptados às condições locais (Schneider, 2003).

A diversidade produtiva é uma característica fundamental da agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e para a preservação da biodiversidade (Silva, 2019). Conforme Altieri (2004), uma variedade de cultivos em propriedades familiares não só garante uma produção contínua e diversificada

de alimentos, mas também aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas frente às mudanças climáticas e às crises econômicas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as propriedades familiares representam cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Sendo responsáveis por aproximadamente 23% do valor bruto da produção agropecuária (IBGE, 2022), isso evidencia a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, na geração de empregos e na preservação das tradições culturais nas zonas rurais (Ploeg, 2008).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), acrescenta que a sustentabilidade ambiental também é promovida pelo uso intensivo da mão de obra familiar e pela adoção de práticas de manejo sustentável, que equilibram a produção no campo com a conservação dos recursos naturais.

Apesar de sua relevância com relação às dimensões socioeconômicas e ambientais, a agricultura familiar enfrenta desafios importantes, como o acesso limitado a crédito, tecnologia e mercados (Grisa; Schneider, 2015). Além disso, as políticas públicas direcionadas e a infraestrutura protegida são barreiras que comprometem o potencial produtivo e a sustentabilidade econômica das unidades familiares (Guimarães, 2014, p. 78).

Em regiões como Bragança, no estado do Pará, a agricultura familiar é central para a economia local, destacando-se o cultivo de mandioca, milho, feijão, frutas e hortaliças, além da pecuária e pesca (Sousa, 2018). Essas atividades são fundamentais não apenas para o abastecimento alimentar da população local, mas também para a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município.

Para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, é essencial fortalecer as organizações de produtores e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao estímulo de práticas agrícolas sustentáveis (Abramovay; Magalhães; Schrode, 2010). Essas ações são fundamentais para garantir as opções econômicas das unidades familiares e contribuir para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável (Altieri, 2004).

Outro aspecto crucial é a relação entre a agricultura familiar e a segurança alimentar. A capacidade das famílias agricultoras de produzir uma variedade de alimentos saudáveis e nutritivos é vital para a garantir a oferta de alimentos a nível local (FAO, 2014). No município de Bragança, essa produção contribui

significativamente para a provisão de alimentos das comunidades locais, diminuindo a dependência de insumos importados e assegurando a soberania alimentar (Sousa, 2018).

Nesse viés, a preservação de sementes tradicionais e o uso de práticas agroecológicas pelos agricultores familiares protegem a diversidade genética das plantas cultivadas, essencial para a resiliência dos sistemas alimentares diante das mudanças climáticas e das políticas agrícolas (Altieri, 2004).

Nesse contexto, as políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o PNAE, desempenham um papel importante no apoio à agricultura familiar, oferecendo crédito e acesso ao mercado (Schneider, 2003). Contudo, a eficácia dessas políticas depende da capacidade do Estado de implementá-las de forma eficiente e de atender às necessidades específicas das comunidades rurais. Em regiões como Bragança, a falta de infraestrutura adequada limita o alcance e o impacto dessas iniciativas (Sousa, 2018).

Para que uma agricultura familiar continue desempenhando seu papel essencial na economia rural e na segurança alimentar, é necessário um enfoque integrado que contemple aspectos econômicos, sociais e ambientais (Souza, 2023, p. 45). Isso inclui o fortalecimento das associações de produtores, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a criação de mercados locais que valorizam os produtos da agricultura familiar (Abramovay; Magalhães; Schrode, 2010).

Assim, a agricultura familiar em Bragança, município paraense localizado na Região Geográfica Bragantina, desempenha um papel vital na manutenção da segurança alimentar e na preservação das tradições culturais locais. Ao investigar as especificidades da agricultura familiar nesta região, com suas práticas sustentáveis e desafios particulares, é possível contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e fortalecer iniciativas locais que promovem a sustentabilidade e a resiliência das comunidades rurais (Sousa, 2018).

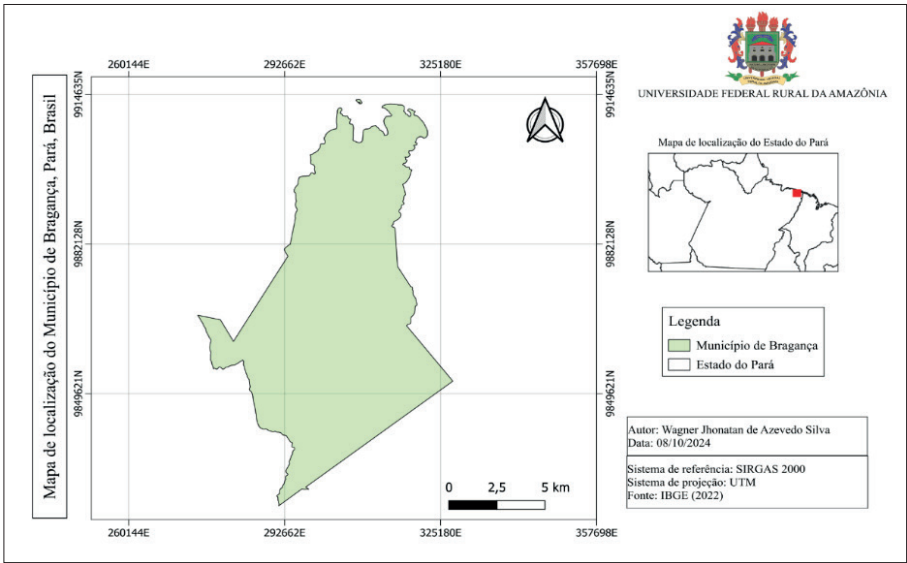
Essa análise regional destaca a importância de um enfoque integrado que contemple os aspectos econômicos, sociais e ambientais para garantir a sustentabilidade a longo prazo e promover a justiça social no campo (Altieri, 2004; Abramovay; Magalhães; Schrode, 2010).

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

A área de estudo é o município de Bragança, conhecido como “Pérola do Caeté”, localizado no Nordeste Paraense (Ver figura 1). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Bragança possui uma área territorial de 2.124,734 km², com uma população estimada de 123.108 habitantes e um PIB *per capita* de R\$ 10.679,00.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Bragança/PA.



Fonte: IBGE (2022).

O referido município foi fundado em 1613 e possui um patrimônio histórico europeu das suas origens e da evolução ao longo dos séculos, refletindo a riqueza cultural e as influências das diversas fases da história regional (Santos, 2020, p. 55). No que se refere à educação, Bragança foi contemplado pelo PNAE, desde 2009. A gestão do PNAE é realizada em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, os diretores das escolas e os conselhos de alimentação escolar.

Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa. De acordo com Gil (2010), a abordagem qualitativa busca compreender as percepções e experiências dos participantes, enquanto a abordagem quantitativa visa mensurar essas percepções em termos numéricos, possibilitando análises estatísticas. A combinação dessas abordagens, conforme destacado por Yin (2015), fortalece a validade das conclusões e oferece uma visão mais holística do fenômeno estudado.

O primeiro passo para a obtenção dos dados envolveu a realização de uma entrevista com duas nutricionistas do PNAE, Ilana Cunha e Adriana Keila Miranda Ribeiro, e com o coordenador do Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE) de Bragança, o Sr. Sidney Ramalho (Ver figura 2). Por meio das informações fornecidas pelos gestores, constatou-se que atualmente existem 8 produtores familiares inseridos no PNAE, que atendem, em conjunto, de acordo com informações da nutricionista, o total de 181 escolas municipais do Município de Bragança.

Figura 2 - Entrevista com a nutricionista do PNAE Ilana Cunha e o Coordenador do SEMAE Sidney Ramalho.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Para a obtenção dos dados junto aos agricultores familiares, foi construído um questionário misto, contendo perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de captar as diferentes dimensões do objeto de estudo. Lakatos e Marconi (2010), ressaltam que um questionário bem estruturado pode ser um dos métodos mais eficazes para obtenção de dados em pesquisas sociais. Gil (2014), define “o

questionário como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões, as quais são submetidas a pessoa com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamento presente ou passado”.

O questionário aplicado na área de estudo foi estruturado em quatro partes: identificação do proprietário, identificação da propriedade, desenvolvimento socioeconômico das famílias participantes e satisfação dos agricultores com o PNAE. Além da aplicação do questionário, para estruturar e analisar os resultados, foram criadas tabelas e gráficos.

A coleta de dados ocorreu entre junho e agosto de 2024 no município de Bragança, com uma amostra composta por cinco agricultores que participam do PNAE das comunidades Monte Alegre, Monte Negro, Abacateiro II e Vila do Atoleiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo concentra-se nas experiências de cinco agricultores, que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Bragança, Pará. Apesar de o programa contar com oito agricultores fornecedores, a entrevista com todos não foi possível devido às dificuldades de contato e à falta de respostas de alguns.

Além disso, é importante ressaltar que os dados obtidos junto aos produtores foram complementados com informações fornecidas pela nutricionista Adriana Keila Miranda Ribeiro, profissional da Prefeitura de Bragança, responsável pela averiguação do nível de qualidade dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares.

Análise do perfil socioeconômico dos agricultores e características das propriedades rurais

A análise dos dados revelou que todos os cinco agricultores entrevistados são homens. Quanto à faixa etária de idade, 20% dos agricultores têm entre 21 e 30 anos, 20% estão na faixa de 31 a 40 anos, sugerindo uma fase intermediária de experiência, e 60% têm entre 41 e 50 anos, demonstrando a existência de agricultores que possuem um nível de conhecimento e experiência mais elevados.

Com relação ao nível de escolaridade, constatou-se que todos os agricultores possuem o ensino médio completo. Este nível de escolaridade é fundamental, pois a conclusão do Ensino Médio prepara os indivíduos para enfrentar desafios no mercado de trabalho.

Costa e Silva (2021) acrescentam que “a conclusão do Ensino Médio é um requisito essencial para o desenvolvimento profissional, oferecendo uma base sólida de conhecimentos gerais e habilidades básicas. Além disso, a formação complementar através de cursos técnicos e profissionalizantes pode, significativamente, aumentar a eficiência e a competitividade dos trabalhadores no setor agrícola”.

Assim, em relação aos produtores inseridos no PNAE presume-se que a formação em ensino médio completo e a diversidade de cursos adicionais oferecidos por instituições como o SENAR proporcionam uma formação complementar importante, enriquecendo suas habilidades práticas e conhecimentos específicos relacionados às atividades de produção agrícola.

Tabela 1 - Faixa etária de idade dos agricultores participantes do PNAE em Bragança/PA.

Faixa etária	Percentual (%)
De 21 a 30 anos	20%
De 31 a 40 anos	20%
Entre 41 e 50 anos	60%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No que tange a moradia averiguou-se que todos os agricultores possuem residências em suas propriedades, o que indica que vivem e trabalham no local onde desenvolvem suas atividades de produção. Em relação à mão de obra, todos os membros da família são envolvidos no processo de gestão e produção, demonstrando um modelo de trabalho familiar.

Para Mendonça e Andrade (2021, p. 42), “o modelo de trabalho familiar é comum nas propriedades rurais, onde a moradia na propriedade e a utilização de membros da família como mão de obra refletem a estrutura e a dinâmica de produção agrícola familiar”. A conexão entre vida e trabalho, bem como o papel da família na produção, são aspectos centrais para entender a dinâmica das propriedades rurais e a eficácia dos modelos de produção agrícola (Schneider,

2003). Pois, ajudam a compreender como a estrutura familiar e a residência na propriedade estão interligadas com o modelo de trabalho e produção agrícola.

Em relação a funcionários fixos e contratados, 40% dos agricultores possuem funcionários fixos, indicando uma estrutura de produção mais complexa e com necessidade de mão de obra permanente. Os demais 60% dos agricultores contam com funcionários temporários, o que sugere que a demanda por trabalho varia de acordo com a época do ano ou a necessidade específica de produção.

Silva (2022, p. 45), enfatiza que “os funcionários temporários na agricultura familiar desempenham um papel crucial durante a colheita, enquanto os fixos são responsáveis pela gestão diária das atividades”.

Essa diversidade demonstra a complexidade e a flexibilidade necessárias à agricultura familiar, que deve se ajustar constantemente a uma variedade de necessidades e condições específicas para garantir seu sucesso e sustentabilidade. A capacidade de alternar entre diferentes tipos de mão de obra e adaptar as estratégias de produção conforme as demandas sazonais e contextuais são decisivas para a eficácia e a continuidade das operações agrícolas.

No que se refere à sucessão familiar, todos os agricultores afirmaram que são precursores de atividades agrícolas desenvolvidas pelos seus pais e avós, o que contribui para a manutenção da produção agrícola no campo. Além disso, todos recebem o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o que é importante para a implantação de práticas agrícolas eficazes e para a melhoria contínua das atividades rurais. Ademais, nenhum dos agricultores exerce atividades fora do campo.

Para Silva e Oliveira (2022), “a assistência técnica e a extensão rural desempenham um papel importante no desenvolvimento das práticas agrícolas, oferecendo suporte especializado que é fundamental para a eficiência e a inovação no setor. Além disso, a continuidade familiar nas propriedades rurais contribui para a estabilidade e a sucessão das práticas agrícolas ao longo das gerações”.

Nesse sentido, a sucessão familiar mostra-se muito comum na agricultura familiar, onde o gerenciamento da propriedade (terra) é, frequentemente, passado de geração em geração. Este cenário de dedicação e suporte cria um ciclo virtuoso em que a alimentação escolar é enriquecida pela experiência e pela dedicação dos agricultores, e os mesmos são fortalecidos pela assistência técnica e pelas oportunidades proporcionadas pelo PNAE.

Em relação ao tempo de participação dos agricultores no PNAE constatou-se que é variável, e se estende entre sete, dez e doze anos. Esses anos de experiência permitem que os agricultores desenvolvam uma compreensão profunda das necessidades das escolas e ajustem suas práticas para melhor atender às exigências do programa. Por outro lado, há também agricultores que iniciaram sua participação mais recentemente, como há 2 anos, o que traz uma nova perspectiva e contribui para a renovação e a dinamização do programa.

Características das propriedades rurais

Os cinco produtores que participaram do trabalho forneceram as informações sobre a identificação, localização e tamanho das áreas das cinco propriedades rurais inseridas no PNAE. As propriedades são denominadas Sítio Boa Esperança, Sítio Chapada, Propriedade Família Bailosa, Sítio Fênix e Vivenda dos Pinheiros.

O Sítio Boa Esperança é detentor de 8 hectares, o Sítio Chapada possui 209 hectares, a propriedade Família Bailosa é, significativamente, menor, com uma área de apenas 0,005 hectares (50 m²), o Sítio Fênix tem 72 hectares, e por fim, a Vivenda dos Pinheiros possui 0,24 hectares.

Dessa forma, constatou-se uma grande variação no tamanho das propriedades, refletindo diferentes usos e potencial agrícola. As áreas maiores, como as do Sítio Chapada e Sítio Fênix, devem suportar atividades agrícolas em larga escala, enquanto as áreas menores, como as da Propriedade Família Bailosa e Vivenda dos Pinheiros, sugerem um uso mais limitado ou específico. De acordo com a Lei nº 11.947/2009, não há uma definição específica sobre o tamanho das propriedades que podem fornecer alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No entanto, presume-se que essas propriedades devem atender aos critérios estabelecidos pela legislação agrícola vigente, como a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta lei define que as propriedades rurais familiares devem ter até quatro módulos fiscais, cujo tamanho varia conforme a região. Por exemplo, na Região Norte, um módulo fiscal equivale a 100 hectares, o que significa que uma propriedade de agricultura familiar pode ter até 400 hectares (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Tamanho das propriedades por hectares rurais no Município de Bragança/PA.

Propriedade	Área (hectares)
Sítio Boa Esperança	8 hectares
Sítio Chapada	209 hectares
Propriedade Família Bailosa	0,005 hectares
Sítio Fênix	72 hectares
Vivenda dos Pinheiros	0,24 hectares

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Sendo assim, observou-se uma diferença significativa no tamanho das propriedades e suas implicações para o tipo de atividades que podem ser realizadas. As propriedades maiores (Sítio Chapada e Sítio Fênix) são adequadas para atividades extensivas, enquanto as menores (Propriedade Família Bailosa e Vivenda dos Pinheiros) são mais limitadas em termos de uso agrícola.

O Sítio Boa Esperança fornece uma ampla variedade de produtos, como farinha de mandioca, farinha de tapioca, farofas e diversas frutas como melancia, laranja, tangerina, abacaxi e banana (Ver figura 2). O Sítio Chapada oferta uma variedade de produtos, como feijão, farinha, melancia, laranja, banana, macaxeira (também conhecida como aipim ou mandioca), pimentinha (um tipo de pimenta) e abóbora, entre outros (Ver figura 3).

Figura 2 - Melancias do Sítio Boa Esperança, localizado na PA 108 Ramal do Monte Alegre Bragança/PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A propriedade Família Bailosa disponibiliza hortaliças, farinhas variadas, além de banana e laranja. O Sítio Fênix fornece farinha d'água, farinha de tapioca e polpas de frutas. Por fim, a Vivenda dos Pinheiros produz, principalmente, hortaliças.

O Sítio Boa Esperança é o principal fornecedor do programa, oferecendo uma variedade de produtos, incluindo farinha de mandioca, farinha de tapioca, farofas, além de frutas como melancia, laranja, tangerina, abacaxi e banana.

Figura 3 - Exposição dos produtos do Sítio Chapada como farinha de mandioca, farinha de tapioca, farofas e outros.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

O Sítio Chapada também realiza exposições de sua produção de farinha durante o Festival Junino de Bragança. Durante os cinco dias do festival, diversas comunidades, tanto participantes quanto não participantes do PNAE, têm a oportunidade de expor e comercializar seus produtos. Entre os itens comercializados pelo Sítio Chapada estão o feijão, farinha, melancia, laranja, banana, macaxeira, pimentinha, abóbora, entre outros.

Impactos socioeconômicos do PNAE sobre os agricultores familiares

Os agricultores locais foram informados sobre o PNAE por meio de combinações e comunicações diretas. O montante de 40% dos agricultores tomou conhecimento do programa por meio da indicação de amigos já envolvidos,

enquanto outra parcela significativa, de 40%, soube por meio de divulgação em redes sociais.

No programa, as informações foram postadas em grupos e páginas voltados para a agricultura local, o que contribuiu para a adesão desses agricultores. Por fim, 20% dos agricultores foram alcançados por meio de ofício oficial, que foi amplamente divulgado como uma publicação pública, garantindo que todos os interessados tivessem acesso às informações detalhadas sobre o programa e compreendessem seus benefícios e requisitos.

Segundo Reis e Silva (2020), “a eficácia das estratégias de comunicação na disseminação de programas governamentais em áreas rurais depende, significativamente, da combinação de métodos formais e informais, bem como do uso adequado de tecnologias digitais para alcançar o público-alvo e garantir a inclusão de todos os interessados”.

Vale ressaltar que o programa teve uma importância tão significativa no município que, antes da implementação do PNAE os agricultores vendiam seus produtos na cidade, principalmente na feira municipal, mas enfrentavam desafios significativos, como relatado por um dos produtores entrevistados:

“Vendíamos na feira sendo humilhados pelos atravessadores”.

De acordo com os produtores, após adesão ao PNAE, tiveram um aumento significativo nas vendas, com um crescimento médio de 50% desde que começaram a fornecer alimentos para o programa. O crescimento nas vendas pode ser atribuído a diversos fatores, como a estabilidade financeira oferecida pelo contrato com o PNAE e a oportunidade de alcançar um mercado mais amplo.

Ao aumentar as vendas, os agricultores têm a oportunidade de reinvestir em suas propriedades, aprimorar as técnicas e equipamentos utilizados e, consequentemente, aumentar a capacidade produtiva. O ciclo de crescimento proporciona benefícios tanto para os produtores quanto para as comunidades que recebem alimentos de qualidade através do programa.

Para Garnes e Oliveira (2021, p. 58), “o programa, ao garantir a compra direta de alimentos da agricultura familiar, tem promovido um ciclo virtuoso de benefícios econômicos, onde os produtores locais veem um aumento substancial em suas receitas, contribuindo para a economia das comunidades rurais”.

Este aumento reflete a maior demanda gerada pelo PNAE, que proporciona uma nova fonte de receita e estimula os agricultores a expandirem suas atividades e melhorarem suas práticas de produção.

A renda dos agricultores era bastante variável antes de ingressarem no Programa Nacional de Alimentação Escolar. A pesquisa revelou que 40% dos produtores não tinham nenhuma renda estável e dependiam de outras fontes de sustento. Enquanto 40% recebiam um salário mínimo, o que era insuficiente para cobrir todas as suas despesas, apenas 20% dos agricultores tinham uma renda mais confortável, recebendo três salários mínimos ou mais. A adesão ao PNAE trouxe uma nova fonte de receita, contribuindo para a melhoria da situação financeira dos agricultores.

Após a inserção ao Programa, os agricultores também observaram mudanças significativas em seus volumes de produção. Conforme os dados coletados, 60% dos agricultores relataram que houve um aumento considerável na quantidade produzida de produtos agrícolas. Esse crescimento pode ser atribuído ao estímulo financeiro e ao aumento da demanda proporcionado pelo programa, que incentivaram os agricultores a investirem mais em suas atividades e a melhorar suas técnicas de cultivo.

Por outro lado, 40% dos agricultores afirmaram que o volume de produção permaneceu estável, sem grandes mudanças após a adesão ao PNAE. Para esses produtores, o programa não teve um impacto direto perceptível na quantidade produzida, sugerindo que outros fatores, como práticas agrícolas ou condições climáticas, possam ter influenciado a produção de forma mais significativa.

Estudos de Silva *et al.* (2021, p. 45), indicam que a participação em programas de alimentação escolar, como o PNAE, tem sido um fator determinante para o aumento da produção agrícola em diversas regiões. A garantia de um mercado estável e a remuneração justa criam um ambiente propício para que os agricultores invistam em suas práticas produtivas, resultando em um crescimento significativo na produção.

Essas divergências apontam para a complexidade dos fatores que influenciam a produção agrícola, sugerindo que a eficácia do PNAE pode variar conforme o contexto regional e as condições específicas dos agricultores. Entretanto, os agricultores reconhecem que o PNAE oferece uma plataforma importante para

a comercialização de seus produtos, o que impacta diretamente sua sustentabilidade econômica.

Além disso, os agricultores possuem compreensão profunda das possíveis consequências para a agricultura familiar caso o PNAE fosse descontinuado. Resaltam que, sem o programa, enfrentariam dificuldades para escoar seus produtos, uma vez que não haveria alternativas viáveis de venda para os mercados em que atuam. A extinção do PNAE tornaria a comercialização de seus produtos muito mais desafiadora, comprometendo a viabilidade econômica e a continuidade de suas atividades agrícolas, conforme relato a seguir:

“Seria difícil fazer a venda dos produtos, pois não teria onde vender o que a gente produz”

A participação no PNAE gerou mudanças significativas para os agricultores, impactando positivamente vários aspectos de suas vidas. Um dos principais efeitos foi o aumento do valor das propriedades, um reflexo direto do fortalecimento econômico proporcionado pelo programa.

No que diz respeito à mão de obra familiar, 60% dos agricultores relataram que a participação no PNAE levou a um aumento na contribuição de seus familiares nas atividades agrícolas. Esse crescimento pode ser atribuído à elevação das demandas de produção e à maior valorização do trabalho familiar, devido ao retorno financeiro mais robusto.

Além disso, 20% dos agricultores afirmaram que a participação familiar se manteve constante, sem grandes variações na quantidade de trabalho envolvido. Entretanto, 20% dos agricultores observaram uma diminuição na mão de obra familiar, o que pode estar relacionado a uma reavaliação das atividades ou a mudanças nas dinâmicas familiares. Esses dados demonstram a diversidade de respostas e adaptações dos agricultores em relação às mudanças trazidas pelo programa.

Sobre o uso de pesticidas, herbicidas e fungicidas nas propriedades agrícolas, 60% dos agricultores relataram que houve uma redução na aplicação desses produtos em suas lavouras. Essa diminuição pode ser atribuída a uma maior conscientização sobre práticas agrícolas sustentáveis ou ao uso de alternativas mais ecológicas. Por outro lado, 40% dos agricultores afirmaram que o uso desses produtos permaneceu constante, sugerindo que, para alguns, a

dependência de pesticidas e similares ainda é uma prática corrente e necessária para manter a produtividade.

Estudos recentes de Ferreira, Silva e Oliveira (2022, p. 32), indicam que a “adoção de práticas agrícolas sustentáveis tem levado à redução do uso de insumos químicos nas lavouras, refletindo uma tendência crescente entre os agricultores de buscar alternativas mais ecológicas e menos impactantes ao meio ambiente”. Sendo assim, o estudo reforça a ideia de que a conscientização e a busca por alternativas sustentáveis estão influenciando a diminuição do uso de pesticidas, herbicidas e fungicidas.

No que diz respeito ao uso de tecnologias nas propriedades, 60% dos agricultores indicaram que houve um aumento na adoção de novas tecnologias. Isso reflete uma tendência de modernização e aprimoramento das práticas agrícolas, com a incorporação de ferramentas e equipamentos mais avançados para melhorar a eficiência e a produtividade.

Em contraposição, 40% dos agricultores observaram que a situação tecnológica nas suas propriedades se manteve a mesma, sugerindo que, para esses produtores, a inovação tecnológica ainda não teve um impacto significativo ou não houve necessidade de atualização. Isso reflete a complexidade do processo de adoção tecnológica, que não é uniforme, e pode variar, significativamente, dependendo do contexto específico de cada propriedade e das condições enfrentadas pelos agricultores.

Para Foster e Rosenzweig (2010), “a adoção de tecnologias agrícolas modernas tem o potencial de transformar a produtividade das propriedades rurais, mas sua disseminação é, frequentemente, desigual, com uma parcela significativa dos agricultores relutantes ou incapazes de adotar novas práticas”.

Quanto à assistência técnica, a maioria dos agricultores expressou uma percepção positiva, sendo que 80% deles classificaram a assistência técnica como tendo sofrido um aumento significativo, destacando melhorias substanciais no suporte e orientação fornecidos. Este aumento pode ter contribuído para uma maior eficiência e sucesso nas práticas agrícolas.

No entanto, 20% dos agricultores consideraram que a assistência técnica permaneceu estável, sem grandes alterações em relação ao suporte recebido anteriormente. A assistência técnica desempenha um papel fundamental no

desenvolvimento e na modernização da agricultura, especialmente, em áreas onde o acesso a novos conhecimentos e tecnologias pode ser limitado.

Nesse viés, Rivera e Alex (2004), afirmam que “a assistência técnica desempenha um papel crucial na capacitação dos agricultores, melhorando suas habilidades e conhecimento para adotar práticas agrícolas mais eficientes. Um aumento na qualidade e frequência desse suporte é, geralmente, associado a melhorias significativas no desempenho agrícola”.

Portanto, observa-se a importância tanto da adoção de novas tecnologias quanto da assistência técnica para o desenvolvimento e a modernização das práticas agrícolas, embora também reconheça as disparidades existentes na implementação e no acesso a esses recursos.

Nível de satisfação dos agricultores familiares com relação ao PNAE

Os agricultores expressaram um nível de satisfação positivo em relação ao programa. Pois, a partir da análise dos dados, constatou-se que 20% dos agricultores classificaram sua satisfação como “Excelente”. Este grupo de produtores destacou a qualidade do suporte e os benefícios recebidos, indicando que o programa superou suas expectativas e teve um impacto muito positivo em suas atividades.

Além disso, 60% dos entrevistados avaliaram o programa como “Muito bom”. Este nível de satisfação reflete uma percepção amplamente favorável, com os agricultores reconhecendo as vantagens significativas proporcionadas pelo PNAE, como o aumento na demanda por seus produtos e o suporte financeiro estável, apesar de ainda existirem aspectos que poderiam ser aprimorados. Ademais, 20% dos agricultores consideram o programa como “Bom”. Para esses produtores, o PNAE trouxe melhorias, mas existem áreas que poderiam ser melhoradas para atender ainda mais às suas necessidades e expectativas.

Nesse viés, a satisfação dos beneficiários com políticas públicas de apoio é um indicador importante para o sucesso, que destaca não apenas a adequação dos serviços oferecidos, mas também o impacto positivo percebido pelos agricultores (Rocha; Tróccoli; Albuquerque, 2011).

Esses resultados demonstraram que, apesar da necessidade de melhorias, o PNAE tem conseguido proporcionar benefícios significativos para os agricultores

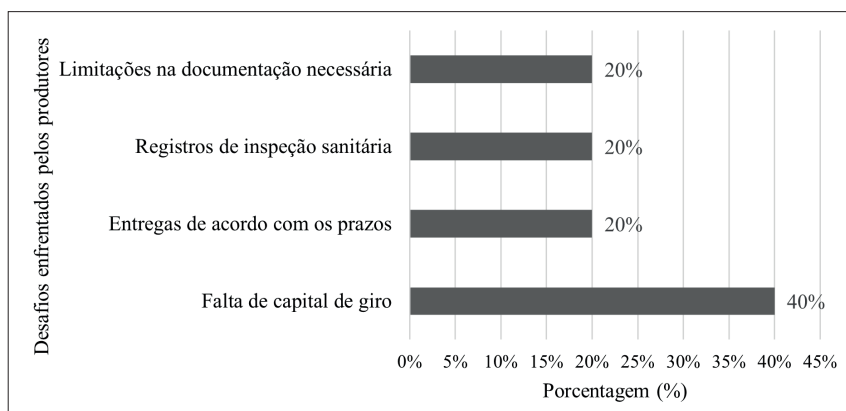
do município de Bragança. A percepção positiva reforça a importância do programa na promoção da agricultura familiar local e na melhoria das condições de vida dos produtores.

No entanto, é fundamental que a implementação contínua do programa leve em consideração as sugestões dos agricultores para aprimorar ainda mais as suas estratégias e garantir a máxima eficácia. A atenção às áreas que necessitam de ajustes poderá fortalecer a satisfação dos beneficiários e o impacto do PNAE na comunidade agrícola.

Com relação aos desafios enfrentados pelos produtores locais, destacou-se a falta de capital de giro, apontada por 40% dos agricultores entrevistados. Essa carência financeira impede que os agricultores invistam adequadamente na produção e melhorem a qualidade e a quantidade dos produtos oferecidos. A insuficiência de recursos é um problema crítico, uma vez que limita a capacidade de atender à demanda do programa.

Outro desafio relevante é o planejamento das entregas de acordo com os prazos estabelecidos, correspondendo a 20% dos desafios relatados (Ver gráfico 1). O cumprimento dos prazos é indispensável para assegurar a entrega adequada dos alimentos às escolas, mas muitos produtores têm dificuldades em ajustar seus cronogramas para atender a essas necessidades. Este problema pode resultar em atrasos e atrasos devido à falta de conformidade com os requisitos do programa, o que pode ter um impacto negativo na eficiência e regularidade das entregas.

Gráfico 1 - Desafios enfrentados pelos produtores inseridos no PNAE.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Além disso, registros de inspeção sanitária e outras certificações também representam 20% dos desafios enfrentados. A obtenção e a manutenção dos registros necessários são cruciais para assegurar que os alimentos atendam aos padrões de segurança e qualidade. A falta de documentação adequada pode comprometer a participação dos produtores no PNAE e afetar a confiança nas práticas alimentares.

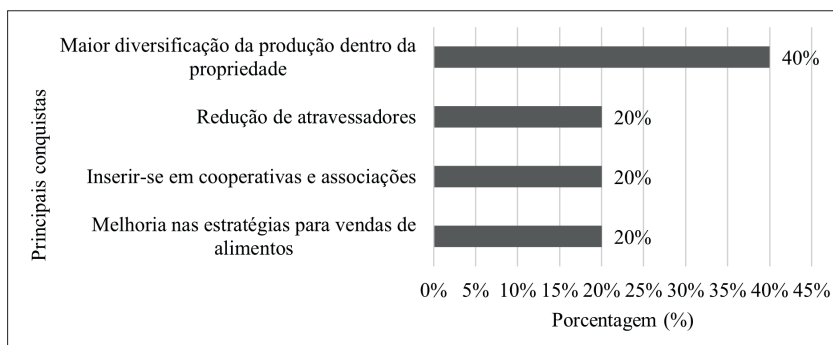
Por fim, limitações na “documentação necessária”, que também representam 20% dos problemas, são um entrave significativo. A documentação necessária para participar do programa pode ser complexa e exigir vários tipos de registros e certificados. As dificuldades em reunir e manter essa documentação podem criar barreiras para os produtores que desejam se integrar ao PNAE e garantir sua participação de forma regular e eficiente (Costa; Silva, 2021).

Esses desafios refletem a necessidade de suporte adicional aos produtores de Bragança, que inclui o acesso à capital de giro, assistência no planejamento das entregas, e apoio na obtenção e manutenção dos registros e certificações necessários. A superação desses obstáculos é crucial para melhorar a eficácia do PNAE e garantir que os benefícios do programa sejam plenamente aproveitados pelas comunidades locais.

É importante frisar, ainda, que conforme os produtores, as principais conquistas advindas da participação no PNAE foram a maior diversificação da produção dentro da propriedade (40%), a redução de atravessadores (20%), a melhoria das estratégias de vendas de alimentos (20%) e a inserção em cooperativas e associações (20%) (Ver gráfico 2).

Dessa forma, os produtores ampliaram seus cultivos, promovendo uma produção mais sustentável e resiliente. Além disso, com menos intermediários, os produtores conseguem negociar diretamente, recebendo preços mais justos, aumentando a margem de lucro, além de adotar práticas mais eficientes de comercialização, otimizando a gestão de suas vendas. E por fim, a inserção em cooperativas proporciona aos produtores uma plataforma para cooperar, compartilhar recursos e fortalecer suas operações coletivas.

Gráfico 2 - Principais conquistas dos agricultores familiares decorrentes da participação no PNAE.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Ao serem questionados sobre os benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os alunos de escolas públicas, todos os agricultores entrevistados destacaram que a principal vantagem é o consumo de alimentos mais saudáveis. O PNAE garante que as crianças tenham acesso a refeições nutritivas e balanceadas, o que contribui significativamente para a sua saúde e bem-estar.

Ao fornecer alimentos frescos e de qualidade, o programa não apenas melhora a dieta das crianças, mas também combate problemas nutricionais e incentiva hábitos alimentares saudáveis desde cedo. Esse foco em alimentação saudável é fundamental para o desenvolvimento físico e mental dos alunos, refletindo o impacto positivo do PNAE na vida escolar e na saúde das crianças.

Quando questionados sobre os benefícios do PNAE para sua região, 40% dos entrevistados destacaram a elevação do nível de renda dos agricultores familiares que participam do programa. A garantia de demanda regular para seus produtos permite que os produtores melhorem sua estabilidade financeira, reinvestam em suas atividades e fortaleçam suas operações.

Além disso, 60% dos agricultores enfatizaram que o PNAE contribui significativamente para o fortalecimento das cooperativas e associações locais. A participação no programa incentiva a colaboração entre os agricultores e promove a formação de redes cooperativas, melhorando o acesso a recursos, informações e oportunidades de mercado, impulsionando o desenvolvimento econômico regional e promovendo a solidariedade entre os produtores locais.

Os agricultores participaram ativamente na discussão sobre como o PNAE pode ser aprimorado. E alguns sugeriram a inclusão de novos produtos no programa, como mamão, banana e feijão. Pois, acreditam que a adição desses alimentos, que atualmente não são vendidos através do PNAE, seria benéfica tanto para a diversidade alimentar oferecida aos alunos quanto para o fortalecimento da agricultura familiar local.

Além disso, há um apelo significativo para que o PNAE aumente a porcentagem de compras da agricultura familiar. Muitos agricultores destacaram:

“Eu acho que o programa PNAE deveria compra 50% ou mais da agricultura familiar, não é porque eu quero vender, mais sim por motivo de ser um alimento mais saudável aos nossos alunos, e ia fortalecer a agricultura familiar do nosso município”.

E argumentaram, ainda, que isso não somente promoveria alimentos mais saudáveis para os alunos, mas também fortaleceria a economia agrícola do município. Outro ponto abordado foi a necessidade de ajustar os valores de compras para refletir melhor o custo de produção e garantir condições mais favoráveis para os agricultores. A revisão desses valores poderia contribuir para melhorar a viabilidade financeira dos produtores e incentivar uma maior participação no programa.

Além disso, há uma demanda para que o PNAE compre acima de 30% dos produtos da agricultura familiar, garantindo uma maior participação dos produtores locais e diversificação dos alimentos oferecidos. Conforme relato a seguir:

“Eu acho que devemos vender, mamão, banana, feijão, esses produtos não vendemos e seria importante inserir”.

Para Almeida (2017, p. 45), “a inclusão de uma diversidade de produtos alimentares nos programas de alimentação escolar é fundamental para assegurar uma nutrição equilibrada e fortalecer a produção local. A valorização da agricultura familiar é um dos caminhos mais eficazes para promover a sustentabilidade alimentar nas comunidades”.

A diversificação dos produtos fornecidos ao PNAE, incluindo frutas como mamão e banana, além de legumes e feijão, não só enriquece a dieta dos alunos,

mas também expande as oportunidades de mercado para os agricultores familiares (Pereira, 2020, p. 89).

As sugestões dos agricultores para aumentar a variedade de produtos e aumentar a porcentagem de compras da agricultura familiar demonstram um desejo comum de se adequar e melhorar o PNAE. Essas melhorias podem ter um impacto mais benéfico e sustentável no programa nas comunidades locais, tornando-o mais inclusivo e benéfico tanto para os produtores quanto para os alunos. Essas mudanças podem fortalecer a economia agrícola local e garantir uma dieta mais diversificada e nutritiva para os estudantes, como apontado pelas análises e propostas apresentadas pelos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos agricultores familiares de Bragança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) gerou um impacto positivo significativo, alterando não apenas a dinâmica produtiva, mas também a realidade econômica e social desses produtores. O aumento da renda e a valorização das propriedades, juntamente com a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e a modernização tecnológica, evidenciam o papel central do programa de promoção do desenvolvimento rural e na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

No entanto, o estudo também revelou desafios que ainda precisam ser superados, como a falta de capital de giro, a complexidade da documentação necessária e as dificuldades no planejamento das entregas. Esses obstáculos indicam a necessidade de um apoio mais robusto para que os agricultores possam maximizar os benefícios do PNAE e garantir a continuidade de suas atividades de forma sustentável.

Além disso, as sugestões dos agricultores para a inclusão de novos produtos no programa e o aumento das compras da agricultura familiar ressaltam a importância de uma evolução contínua do PNAE, de modo que o programa prossiga atende cada vez mais às necessidades dos produtores e contribui para a diversificação da oferta de alimentos nas escolas públicas.

Dessa forma, a manutenção e o aperfeiçoamento do PNAE são fundamentais para fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar não apenas em Bragança, mas em diversas outras regiões do Brasil. A implementação

das melhorias sugeridas pelos agricultores tem o potencial de ampliar ainda mais os benefícios do programa, promovendo um desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODE, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Revista Sociologias**, n. 12, n. 24, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HnvsMtDJ9P7fttdjCy75q5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de set. 2024.
- ALMEIDA, J. R. **Políticas públicas e alimentação escolar: A importância da diversidade alimentar nas escolas rurais**. São Paulo: Editora AgroBrasil, 2017.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: uma dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ARAÚJO, J. M. M. de. **Perfil socioeconômico dos produtores rurais cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Município de Monteiro** - PB. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Superior de Tecnologia em Agroecologia)-Universidade Federal de Campina Grande.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Márcio Luciano Pereira *et al.* Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 57, p. e-2022-0160, 2023.
- BRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Estudos Avançados**, v. 68, p. 33-49, 2010.
- BRAGANÇA (PA). Prefeitura Municipal de Bragança. Disponível em: <https://www.braganca.pa.gov.br>. Acesso em: 10ago.2024.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Define a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>.
- CARVALHO, L. F. **Bragança do Pará: História, Cultura e Agricultura Familiar**. Belém: Editora Amazônia, 2022.
- COSTA, A. R.; SILVA, M. J. Educação e desenvolvimento no setor agrícola: uma análise da formação profissional e suas implicações. **Revista Brasileira de Educação Rural**, v. 23, n. 4, p. 115-130, 2021. doi:10.1590/rber.2021.115-130.
- COSTA, Ana. **Desenvolvimento Econômico e Social através do PNAE**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará.
- COSTA, Joice de Paula. **Valores nutricionais dos alimentos fornecidos a creches e adequações às demandas previstas no PNAE: estudo de caso do município de Piúma-ES**. Trabalho de Conclusão de Curso-TCC 2023. <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3683>.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017.

FERREIRA, A. P.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, J. F. Tendências na redução do uso de insumos químicos em práticas agrícolas sustentáveis. **Revista de Agricultura Sustentável**, v. 12, n. 1, p. 30-45, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/ras.v12i1.7890>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FOGUESATTO, C. R.; BREITENBACH, R.; GOMES, C. J. O.; A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a emancipação das mulheres rurais. **Revista de Administração IMED**, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2023.

FOSTER, C.; ROSENZWEIG, M. **Microeconomics of Technology Adoption**. Annual Review of Economics, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FAO. **Agricultura Familiar no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 125-146, 2015.

GUIMARÃES, Mauro. **Desafios e perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura Familiar no Brasil** – 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

IBGE. **Censo Agropecuário 2022: Resultados preliminares**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Bragança (PA). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/braganca.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEAL, Alessandra Nahra. **A transição alimentar de uma família açoriana em Santa Catarina**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, R. F.; ANDRADE, R. A. Agricultura Familiar e Dinâmica de Trabalho nas Propriedades Rurais Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Rurais**, v. 14, n. 1, p. 45-63, 2020.

OLIVEIRA, Aline Cardoso Silva *et al.* **Alimentação escolar: uma avaliação diagnóstica do PNAE e da agricultura familiar nas escolas estaduais pertencentes a Superintendência Regional de Ensino de Pirapora, MG**. Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. 57 p. 2023.

PLOEG, J. D. van der. **Os novos camponeses: Lutas por autonomia e sustentabilidade em uma era de império e globalização**. Londres: Earthscan, 2008.

PEREIRA, A. V. **Diversificação da produção agrícola: Desafios e oportunidades no contexto do PNAE**. Belo Horizonte: Editora Sustentare, 2020.

REIS, L. C. M.; SILVA, D. C. Comunicação e envolvimento comunitário: Estratégias de disseminação de programas governamentais em áreas rurais. **Revista Brasileira de Política Agrícola**, v. 15, n. 2, p. 89-106, 2020.

REZENDE, Gervásio Castro de. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, p. 47-78, 2006.

RIVERA, W. M.; ALEX, G. **Extension and rural development: converging views on institutional approaches?** Washington, D.C.: The World Bank, 2004.

ROCHA, F. E. de C.; TRÓCCOLI, B. T.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de. Desenvolvimento de modelo de avaliação de programa de incentivo à agricultura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 83-91, 2011.

SANTOS, L. M. **Patrimônio e História: O Legado das Cidades Brasileiras**. Recife: Editora Recifense, 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 51, p. 99-123, 2003.

Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Bragança, 2022. Disponível em: <https://braganca.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Plano-municipal-de-educacao-braganca.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

SALGADO, B. T.; DELGROSSI, M. E. Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante pandemia? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022005-e022005, 2022.

SILVA, J. A.; OLIVEIRA, M. F.; SANTOS, P. R. Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na produção agrícola familiar: uma análise em diferentes regiões. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 2, p. 40-55, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rba.v16i2.5678>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, João. O papel dos funcionários temporários e fixos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agricultura Familiar**, v. 15, n. 3, p. 40-60, 2022.

SILVA, José. **Agricultura familiar e sustentabilidade: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Rural, 2019.

SILVA, J. P.; OLIVEIRA, M. C. O papel da assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Agricultura Familiar**, v. 18, n. 3, p. 234-250, 2022. doi:10.1590/rbaf.2022.234-250.

SOUSA, S. R. Uma agricultura familiar no nordeste paraense: desafios e oportunidades. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 2, p. 245-268, 2018.

SOUZA, M. A. **Sustentabilidade e Desenvolvimento na Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Editora Rural, 2023.

SOUSA, M. S.; ALVES, A. G. S.. Os programas de crédito agrícola e fomento para a agricultura familiar: uma análise acerca do Pronaf e do Pnae. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, p. 139-159, 2018.

VITORINO, V. A. O. **Gestão financeira do PNAE: estudo de casos em entidades executoras do Nordeste do Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANÁLISE DOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS BATEDORES DE AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Vanessa Yukari Masyama

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Emilly Thaissa Fontel Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Amanda Hellem Dias Teixeira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e oportunidades enfrentados pelos batedores de açaí no mercado do Município de Capanema, estado do Pará, com vistas a fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que valorizem o produto na área de estudo. **Métodos:** Utilizou-se uma pesquisa descritiva por meio da aplicação de um questionário semiestruturado direcionado aos batedores de açaí do município de Capanema. As questões abordam aspectos relacionados ao acesso à matéria-prima, gestão, processamento e comercialização do açaí. **Resultados:** A atividade de batedor de açaí tem forte conexão com a comunidade local, com prevalência de mão de obra familiar. Observou-se que a renda mensal dos batedores está associada ao nível de experiência profissional. A maioria dos batedores adota medidas de higiene, como o branqueamento do fruto, mas enfrenta desafios logísticos para a obtenção de matéria-prima e na conformidade com as normas sanitárias. Além disso, há uma concorrência é significativa, com foco na qualidade e higiene como estratégias de diferenciação no mercado. **Considerações finais:** As oportunidades para os batedores incluem a expansão para novos mercados e o aumento da demanda ao longo de todo o ano. Este estudo oferece *insights* valiosos para o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor de açaí em Capanema-PA.

Palavras-chave: açaí; processadores; mercado; segurança alimentar; comercialização.

INTRODUÇÃO

O açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*), é considerado o ouro negro da Amazônia, o fruto é típico das florestas da região Norte do país (Mendonça *et al.*, 2020). De acordo com Silva (2021), o açaí fruto tem uma grande relevância na fruticultura amazônica, sendo considerado um dos mais importantes devido à sua expansão nas áreas extrativas e de cultivo. Os açazais mantidos em sua forma natural estão localizados em áreas de solos de várzea e igapós, dentro do ecossistema da floresta amazônica e tem sua exploração oriunda do extrativismo.

No entanto, de acordo com o estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018), a partir da década de 1990 houve um aumento na demanda por polpa e derivados do açaí, o que estimulou os produtores a passarem a realizar manejo nas áreas dos açazais nativos. Além disso, muitos dos cultivos do fruto também foram levados para áreas de terra firme, em regiões com maiores índices de precipitação e mais próximas aos centros urbanos.

É importante frisar que o manejo, o processamento e o consumo do açaí têm uma história milenar na Amazônia e, pelo menos desde o século XIX, há registro de amplo consumo urbano em Belém e demais regiões. Isso deu espaço para o surgimento de características culturais, técnicas, estéticas, econômicas e institucionais singulares (Silva, 2021, p. 279). Conforme o mesmo autor, os exemplos disso são o manejo da espécie, as tecnologias de processamento e o formato do comércio varejista urbano, que mantêm a endogeneidade devido à densidade das relações entre a sociedade e a natureza, construídas com mediação da vida urbana.

Da Silva (2020), destaca que a coleta do açaí é uma prática comum entre os extrativistas, sendo que a polpa resultante desse processo é um dos resultados finais da etapa de transformação da matéria-prima na cadeia produtiva de pequena escala, nos estados da Amazônia. A polpa de açaí, após processada, é comercializada no estado do Pará, através do comércio de batedeiras, restaurantes, praças de alimentação, supermercados e sorveterias.

As batedeiras são pontos de venda característicos do estado do Pará, os quais são identificados por placas vermelhas com letras brancas. Esse segmento de mercado, em 2002, representava uma parcela de 53% do mercado varejista de açaí de Belém (Santana *et al.*, 2012). Por muitos anos, esse tipo de comércio

foi visto como informal por estar concentrado às margens das cidades e não apresentarem licença para a comercialização.

Muitos desses comércios são constituídos por famílias que utilizam o açaí como geração de renda. Veloso (2021, p. 17), afirma que “o açaí é uma forma de garantia de provisão de renda para a população, a principal característica é a inserção da própria família nos locais de processamento e venda da polpa”. Com o avanço tecnológico as bateadeiras se tornaram cada vez mais produtivas e começaram a se inserir em localidades mais privilegiadas dentro das cidades. Essa mudança é pautada na qualidade e na segurança alimentar, o que caracteriza o segmento de mercado como microempreendedores do açaí (Santana *et al.*, 2014). Com isso, o produto aumenta seu valor agregado e torna este comércio mais competitivo.

De acordo com Teixeira e Pessoa (2012), o mercado de bateadeiras de açaí funciona em concorrência perfeita. Pois, trata-se de uma relação em que há muitos compradores e muitos vendedores, de modo que, cada um deles tem um impacto negligenciável sobre os preços de mercado (Mankiw, 2005). Além disso, a polpa do açaí é um produto homogêneo aos olhos dos consumidores, e ainda, há ausência de barreiras e regulamentos à entrada ou saída da atividade.

O consumo paraense da polpa do açaí é diário, retratando um hábito cultural desse povo. A polpa do açaí é consumida com farinha de mandioca, associado ao peixe, camarão ou carne, sendo o alimento básico para as populações de origem ribeirinha. Devido ao fato de o fruto ter inúmeros benefícios nutricionais, como vitamina E, B1, Ferro, minerais e antioxidantes (Tinoco, 2005; Souza; Bahia, 2010).

Na época da entressafra, nota-se que o seu consumo diário diminui, pois o valor do insumo aumenta, já que o fruto do açaí se torna mais escasso para produzir (Santana *et al.*, 2014). Dessa forma, torna-se menos acessível para a população de baixa renda, pois o aumento do preço do produto leva a uma redução nas quantidades demandadas de açaí fruto (Nogueira; Santana; Garcia, 2013).

No município de Capanema, localizado no Nordeste do estado do Pará, a comercialização mais tradicional do açaí também é realizada por meio das bateadeiras, que estão situadas nos diversos bairros da cidade. De acordo com Amaro *et al.* (2023), em Capanema, é ofertado, além das bateadeiras, em supermercados e feiras, onde o consumidor pode adquirir como polpa, sorvete ou cremes. A polpa do açaí está presente nas principais refeições, como o almoço ou o jantar, acompanhada de uma proteína, como frango, camarão, peixe, carne e diversas outras opções de complemento.

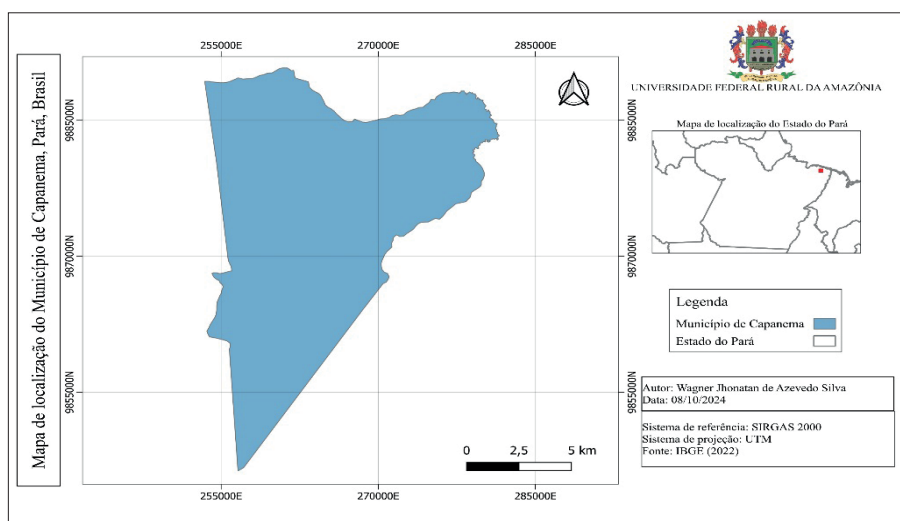
A comercialização do açaí em Capanema tem grande importância socioeconômica, contribuindo para a segurança alimentar da população local. Assim, a avaliação dos desafios e oportunidades dos batedores de açaí do município de Capanema, é fundamental para auxiliar no planejamento estratégico desses atores para se manterem no mercado. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e oportunidades que os batedores de açaí enfrentam no mercado do Município de Capanema, a fim de gerar subsídio para construções de política públicas de valoração do produto na área de estudo

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A área de estudo é o município de Capanema (Ver figura 1), situado na mesorregião nordeste e na microrregião bragantina do estado do Pará. De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estimou-se, que em 2022, o município de Capanema possuía 70.394 habitantes. Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município em 2022 foi de R\$ 20.438 mil (IBGE, 2023).

Figura 1 - Mapa do município de Capanema, estado do Pará.



Fonte: IBGE (2022).

No que se refere à extração do açaí, de acordo com o censo de 2021 (IBGE, 2023), a quantidade produzida ao ano corresponde a 7 toneladas, que apesar do quantitativo, o município de Capanema está em 95º no *ranking* paraense e 273º no *ranking* brasileiro.

Procedimentos metodológicos

Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa é uma técnica formal crítica que envolve reflexão, visando a descoberta de novos conhecimentos, relações ou leis em diversas áreas do saber.

Neste estudo, adotou-se a pesquisa descritiva, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los”. Vergara (2015, p. 42) acrescenta que “a pesquisa descritiva visa detalhar um fenômeno ou uma população, buscando maior compreensão sobre suas características e relações”.

Quanto à forma de abordagem, adotou-se a de natureza qualitativa e quantitativa. Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa em compreender com profundidade uma organização e a pesquisa quantitativa define-se sendo os resultados que são quantificados, tendo como linguagem a matemática e a estatística.

Dessa forma, realizou-se a pesquisa em Capanema, onde houve um aumento significativo no número de pontos de bateadeiras de açaí registrados no Departamento de Vigilância Sanitária (DVS), em quinze bairros da cidade. As referidas bateadeiras proporcionam aos habitantes o típico açaí paraense, além de contribuir para o crescimento da economia local.

De acordo com o DVS (2023), existem cinquenta e dois estabelecimentos cadastrados que processam e comercializam o açaí fruto na cidade de Capanema. Dessa forma, por apresentar um número significativo de bateadores de açaí, há uma necessidade de analisar quais são as oportunidades e desafios enfrentados por esses comerciantes na referida área de estudo.

Para obtenção dos dados foi elaborado um questionário semiestruturado, composto por quarenta e duas perguntas, trinta e duas objetivas e dez subjetivas. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 100), “o questionário é uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa social, caracterizando-se por uma série de

perguntas que são respondidas pelo próprio informante, sem a interferência do pesquisador”.

Vale ressaltar que as perguntas abertas e fechadas eram relacionadas aos principais desafios e oportunidades enfrentados pelos batedores e às três principais etapas da comercialização do açaí: matéria-prima, gestão, processamento e venda do produto. Segundo Gil (2008, p. 121), “as perguntas fechadas limitam as opções de resposta, enquanto as abertas permitem maior liberdade de expressão, possibilitando respostas mais elaboradas e reflexivas”.

O questionário foi desenvolvido na plataforma *google forms* e aplicado no período de 14 de julho a 26 de setembro de 2023, diretamente a vinte e oito batedores, do total de cinquenta e dois estabelecimentos cadastrados no DVS. O referido questionário foi distribuído pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, com o objetivo de obter percepções individuais e experiências dos batedores de açaí. Após a obtenção dos dados foram construídos tabelas e gráficos para representação dos resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do perfil socioeconômico dos batedores de açaí

A partir da análise dos dados buscou-se traçar o perfil socioeconômico dos batedores de açaí do município de Capanema. Tais informações são cruciais para compreender melhor as características desses agentes econômicos e sua relação com a atividade de beneficiamento e comercialização do açaí. Assim, constatou-se que do total de 28 batedores entrevistados 64,4% são homens, sendo 42,9% casados, e 35,7% são mulheres, das quais 57,1% são casadas. No que se concerne a naturalidade dos batedores de açaí, verificou-se que 74,1% são do município de Capanema, 18,5% de Belém do Pará, 3,7% de Bonito, 3,7% de Barcarena e 3,75% Ananindeua (Ver tabela 1).

É importante frisar que a atividade de batedor de açaí é fortemente sustentada pela participação de membros da família, não apenas como uma estratégia econômica, mas também como um meio de fortalecer os laços sociais e comunitários. Silva e Santos (2014), apontam que a mão de obra familiar é fundamental

para o processamento do fruto, representando um importante ativo para os batedores e promovendo a coesão social da comunidade local.

Tabela 1 - Gênero e estado civil e naturalidade dos batedores de açaí no Município de Capanema/PA.

Gênero	Percentual (%)	Estado civil	Percentual (%)	Local de Nascimento	Percentual (%)
Homens	64,4%	Homens Casados	42,9%	Capanema	74,1%
Mulheres	35,7%	Mulheres Casadas	57,1%	Belém	18,5%
				Bonito	3,7%
				Barcarena	3,7%
				Ananindeua	3,7%
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Com relação a renda mensal dos batedores de açaí atestou-se que está diretamente relacionada à sua experiência e ao tempo de atuação no mercado. Os dados revelaram que 40% dos entrevistados trabalham como batedores há menos de um ano e recebem, em média, dois salários mínimos.

Além disso, 30% dos entrevistados revelaram que trabalham no ramo de um a três anos e, geralmente, recebem até dois salários mínimos. Em contrapartida, 30% dos batedores afirmaram ter mais de três anos de experiência no desenvolvimento da atividade e receberem mais de três salários mínimos mensais. Isso significa que a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo do tempo teve um grande impacto no aumento da renda dos batedores de açaí (Ver tabela 2).

Além disso, fatores como desenvolvimento de relações com clientes e fornecedores e a otimização dos processos de produção e distribuição podem estar relacionados a essa afirmativa.

Tabela 2 - Relação entre tempo de atuação e renda mensal dos batedores de açaí.

Tempo de Atuação	Faixa de Renda Mensal	Percentual (%)
Menos de 1 ano	Até 2 salários mínimos	40%
1 ano até 3 anos	Até 2 salários mínimos	30%
Mais de 3 anos	Mais de 3 salários mínimos	30%
Total		100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

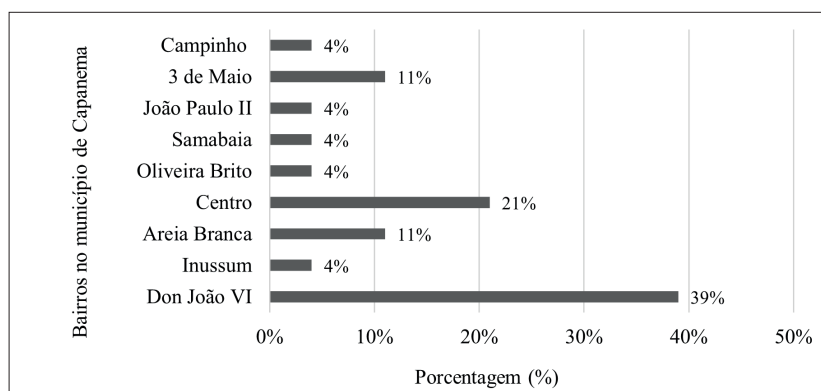
Em termos de estabelecimentos comerciais, verificou-se que o bairro Dom João VI apresenta a maior concentração de batedeiras, representando 39% dos pontos comerciais que processam o açaí no município de Capanema. Isso indica que o bairro de Dom João VI é uma área de grande relevância comercial, provavelmente devido a fatores como maior fluxo de pessoas, melhor infraestrutura ou maior concentração de consumidores (Ver gráfico 1).

O Centro é o segundo bairro com maior número de estabelecimentos comerciais, representando 21% do total de batedeiras. A localização central da cidade é geralmente privilegiada por negócios que buscam maior visibilidade e facilidade de acesso para os clientes, o que pode explicar essa alta porcentagem. Os bairros 3 de Maio e Areia Branca também apresentam uma quantidade significativa de estabelecimentos comerciais, cada um com 10%. Esses bairros podem ser considerados áreas de crescimento comercial, oferecendo oportunidades para novos negócios.

Os bairros Campinho, João Paulo II, Samambaia, Oliveira Brito e Inussum concentram, cada um, 4% dos estabelecimentos comerciais. Essa distribuição mais equilibrada pode indicar uma diversificação na presença comercial em diferentes áreas da cidade, embora seja menor em comparação aos bairros mencionados anteriormente.

A presença de estabelecimentos comerciais em diversos bairros reflete uma estratégia de distribuição que pode estar associada à necessidade de atender a diferentes segmentos da população, melhorar o alcance dos serviços e produtos e facilitar o acesso dos consumidores aos pontos de venda.

Gráfico 1 - Quantidade de batedeiras por bairros no município de Capanema/PA.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Em Capanema, constatou-se que a distribuição de pontos comerciais não é uniforme, com alguns bairros apresentando uma maior concentração de estabelecimentos comerciais. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a infraestrutura, a densidade populacional, a acessibilidade e a atratividade econômica dessas áreas. Para os negócios, compreender essa distribuição é crucial para a definição de estratégias de localização, *marketing* e expansão.

Braga *et al.* (2023), afirmam que é necessário realizar uma análise mercadológica do ponto comercial, para avaliar o mercado e entender as condições e características daquele meio, e isso inclui o estudo dos concorrentes, clientes potenciais, demanda pelo produto ou serviço, tendências do mercado e outros fatores relevantes.

No que refere ao processamento de alimentos, a segurança alimentar e a higiene são aspectos essenciais, especialmente, no caso do açaí, que é um produto amplamente consumido e que requer cuidados específicos para garantir sua qualidade. Nesse sentido, a distribuição percentual das medidas adotadas pelos batedores para garantir a higiene e a segurança do açaí fruto (Ver tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição percentual de medidas adotadas para garantir higiene e segurança do açaí.

Medida Adotada	Percentual (%)
Lavagem com água clorada	20%
Procedimento de branqueamento	75%
Outras medidas não especificadas	5%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A análise dos dados revelou que 75% dos batedores de açaí adotam o procedimento de branqueamento como uma das principais medidas para assegurar a higiene e a segurança do produto. De acordo com Silva (2020, p. 45), “o branqueamento é um processo térmico que consiste na imersão do alimento em água quente, seguida de um rápido resfriamento. Esse método é amplamente utilizado na indústria de alimentos para inativar microorganismos patogênicos e enzimas indesejadas”.

Adicionalmente, 20% dos batedores utilizam a lavagem com água clorada, um método eficaz para a desinfecção do açaí, removendo sujeiras e microorganismos da superfície do fruto. E por fim, 5% dos batedores indicaram a adoção

de outras medidas não especificadas. Estas podem incluir métodos inovadores ou alternativos, personalizados de acordo com as necessidades e condições específicas de cada batedor.

Essas divergências refletem a variação nas práticas e preferências dos batedores, influenciadas por fatores como eficácia percebida, custo, facilidade de implementação e características específicas do processamento de cada estabelecimento.

No que diz respeito à logística necessária para se obter a matéria-prima, verificou-se que esse é um dos problemas enfrentados pelos batedores. Conforme apontado pelos entrevistados, a longa distância dos fornecedores é uma das principais dificuldades que enfrentam, o que implica na qualidade e frescor do açaí durante o transporte do fruto.

Para Gama (2012), “alguns cuidados são necessários para proteger os frutos do açaí, se efetuar muitas transferências dos frutos para diversos locais, medições e posterior embarque é costume dizer que o açaí está ‘surrado’, prejudicando a qualidade e comprometendo o rendimento no beneficiamento”.

Nesse contexto, as percepções em relação aos atravessadores são multifacetadas: alguns acreditam que podem dificultar o acesso, enquanto outros defendem que facilitam, há também aqueles que alegam que os atravessadores podem contribuir para a elevação do preço da matéria-prima.

Quando há uma elevação no preço do açaí fruto, os batedores relataram que há várias formas de lidar com esse desafio, observou-se que uma parcela significativa realiza ajuste no preço do produto final, outros preferem reduzir a margem de lucro, e outros informaram que buscam novos fornecedores.

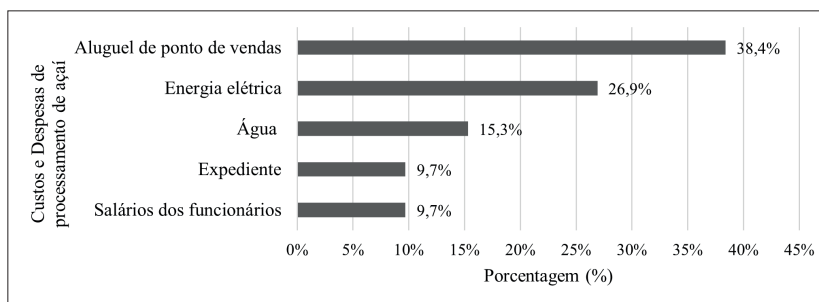
No processamento do açaí, diversos custos e despesas se destacam, sendo o aluguel uma das principais preocupações dos empresários do setor. Conforme relatado pelos proprietários das bateadeiras sobre os principais custos e despesas, o aluguel de pontos de vendas representa 38,4% das despesas totais.

Além do aluguel, outras despesas relevantes incluem a energia elétrica, que representa 26,9% das despesas, devido à necessidade de manter os equipamentos de refrigeração e processamento em funcionamento contínuo. A água, que representa 15,3% das despesas, é indispensável para higienizar e processar o açaí. Os materiais necessários para o processamento representam 9,7% das despesas, abrangendo itens como embalagens, equipamentos e produtos

químicos necessários para a preparação do açaí. E os salários dos funcionários, que representam 9,7% das despesas, refletem a necessidade de mão de obra qualificada para assegurar a qualidade do produto final.

Para Ferreira *et al.* (2018, p. 235), “os custos de processamento do açaí são influenciados por diversos fatores, como o tipo de equipamento utilizado, a eficiência energética das instalações e o preço dos insumos”. A escolha criteriosa de equipamentos eficientes e o controle dos custos de energia e insumos não só permitem reduzir despesas, mas também asseguram a sustentabilidade financeira e a qualidade do produto final. Em um setor tão competitivo como o de processamento de açaí, a eficiência operacional se tornou um diferencial determinante entre o sucesso e o fracasso empresarial.

Gráfico 2 - Principais custos e despesas de processamento de açaí-fruto no Município de Capanema/PA.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Quanto ao processo de higiene e à legislação sanitária, 17,8% dos entrevistados afirmaram que não estão em conformidade com todas as normas de regulamentação sanitária. No entanto, todos relataram que adotam medidas de higiene para tratar o fruto antes de processar, tais como: lavagem com água clorada e realização de branqueamento. Apenas 3,5% dos estabelecimentos utilizam água comum (encanada) para processar o açaí-fruto. Quando questionados sobre o não cumprimento das normas sanitárias, alguns entrevistados mencionaram a falta de informação e a percepção de que esses procedimentos aumentam o preço do produto final.

É importante ressaltar que a conformidade com as normas sanitárias é crucial para garantir a segurança alimentar e a qualidade do açaí produzido, bem como para cumprir os requisitos legais. A falta de atendimento às normas pode

não apenas resultar em riscos para a saúde dos consumidores, mas também em consequências legais e na reputação dos estabelecimentos, aspectos que merecem uma atenção especial na operação desses negócios.

Comercialização e gestão das bateadeiras de açaí

Todos os batedores indicaram que comercializam o produto exclusivamente na forma de polpa, e embalado em sacos plásticos. Apenas dois estabelecimentos não vendem o produto em diferentes texturas, como fino, médio e grosso. Sobre o tipo de venda, dez batedores informaram que as formas principais de venda são tanto a loja física quanto *delivery*, e apenas um mencionou a utilização de um serviço de entrega terceirizado.

Além disso, os produtos complementares mais vendidos como acompanhamento do açaí são: farinha de tapioca, farinha de mandioca e camarão, ressaltando a versatilidade do mercado e a capacidade de atender às preferências variadas dos consumidores. Os entrevistados indicaram que duas pessoas é o mínimo necessário para a manutenção do negócio e apenas 7,9% afirmaram não ter mão de obra qualificada.

Isso é um fato importante para analisar, devido a questão de que todos concordaram que investir em capacitação e treinamento melhoraria a qualidade do serviço prestado. Além disso, a produção, a gestão financeira e o *marketing* são as áreas mais citadas quando questionados sobre qual delas seriam mais beneficiadas com as ações de capacitação.

Em relação ao *feedback* do serviço prestado, 22,7% indicaram que não buscam fazer pesquisas sobre a satisfação dos seus clientes, 50% afirmaram realizar "às vezes" e 27,3% dizem fazer regularmente (Ver tabela 4). De acordo com Lurie e Swaminathan (2009), a importância do *feedback*, se exercitado regularmente, está no aprimoramento dos resultados e ações.

Tabela 4 - Nível de satisfação dos consumidores de açaí fruto.

Frequência de Pesquisa de Satisfação	Percentual (%)
Não fazem pesquisas	22,7%
Fazem "parcialmente"	50%
Fazem regularmente	27,3%
Total	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

A consequência disso se evidencia ao questioná-los sobre a existência de uma gestão estruturada para o seu negócio, pois 27,3% afirmaram não possuir uma estrutura organizacional. A estrutura organizacional é essencial para qualquer empresa, pois, segundo Stoner e Freeman (1992, p. 230), "a estrutura organizacional é uma forma pela qual as atividades de uma organização são divididas, organizadas e coordenadas". Sem essa organização, é difícil alcançar sucesso no negócio, especialmente em empresas familiares, que resistem muitas vezes à construção de uma hierarquia de funções dentro do empreendimento.

Além disso, 54,5% dos entrevistados concordaram que um dos principais desafios para a venda de açaí é a existência de concorrência. Para enfrentar esse desafio, os batedores focam na qualidade do produto, na higiene do estabelecimento e na exclusão de aditivos que artificialmente espessam a polpa, utilizando essas estratégias para se diferenciar dos concorrentes. A busca pela diferenciação no mercado deve ser cuidadosamente avaliada, considerando que os consumidores de açaí são exigentes quanto à qualidade do serviço prestado.

As oportunidades identificadas para os batedores de açaí são potencialmente promissoras. A pesquisa revelou uma grande perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Primeiramente, identificou-se o aumento da demanda além do período de safra, devido à popularidade contínua da polpa do açaí ao longo dos anos, apesar dos preços mais altos durante a entressafra. Esse fator motiva os batedores a investirem nesse comércio.

Além disso, a possibilidade de expandir para novos mercados territoriais é outra oportunidade atraente para os batedores de açaí. O açaí fruto não é apenas apreciado localmente, mas também nacional e internacionalmente, permitindo que os proprietários atinjam consumidores em diferentes cidades e estados.

Por fim, a facilidade de vender produtos complementares ao açaí, como farinha de mandioca, tapioca, camarão, entre outros, representa uma oportunidade

valiosa para aumentar o retorno do negócio. O açaí é tradicionalmente consumido com esses produtos, e um estabelecimento que os oferece junto ao açaí atrai ainda mais consumidores em busca de conveniência. Essa estratégia cria uma experiência completa e satisfatória para o consumidor, podendo resultar em recomendações positivas que impulsionam o crescimento do negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado mundial do açaí está em constante expansão, com o produto processado por diversas empresas, incluindo agroindústrias, restaurantes, sorveterias e batedores de açaí. No município de Capanema, destacam-se os batedores de açaí pela oferta de polpa do fruto. Esses comerciantes enfrentam desafios e oportunidades específicas, e compreender suas estratégias é crucial para avaliar a dinâmica do mercado local.

Os principais desafios enfrentados pelos batedores de açaí em Capanema estão relacionados à dificuldade de obtenção do fruto, especialmente durante o período de entressafra. A escassez de matéria-prima, muitas vezes proveniente de outras regiões, é agravada pela sazonalidade, fazendo com que os batedores reduzam a quantidade ofertada ou busquem o fruto em localidades mais distantes. Esse cenário acarreta um aumento expressivo do preço final e compromete a qualidade do produto.

Para mitigar os efeitos da sazonalidade, é fundamental que os batedores adotem estratégias que reduzam os impactos dessa variação. Isso pode incluir a diversificação dos produtos oferecidos, como a introdução de sorvetes de açaí ou outros itens complementares. Essas alternativas ajudam a manter o fluxo de receitas e a minimizar os prejuízos associados à flutuação no fornecimento do fruto.

Além dos desafios logísticos e de qualidade, outro fator crucial identificado foi a forte influência familiar no negócio de açaí. Em muitos casos, a gestão do empreendimento é marcada por uma postura de comodismo, uma vez que os proprietários frequentemente evitam buscar novas capacitações, acreditando que já dominam as técnicas de gestão permitidas. Esse fator pode ser problemático, pois a ausência de conhecimento atualizado pode impactar negativamente o ambiente de trabalho e a eficiência do negócio.

Outro ponto relevante é a falta de conhecimento sobre regulamentações de higiene. A higiene é fundamental para garantir a qualidade do açaí e a segurança alimentar dos consumidores, que incluem crianças, adultos e idosos. Assim, o não cumprimento dos protocolos exigidos pela vigilância sanitária pode comprometer a saúde pública e prejudicar a confiança dos batedores.

Além disso, a implementação de estratégias de *marketing* é crucial para que os batedores de açaí se diferenciem da concorrência, pois com o crescimento do comércio de açaí e a presença de grandes estabelecimentos, como supermercados, que também oferecem o produto, torna-se necessária uma promoção inovadora e eficaz para atrair novos clientes e manter a competitividade.

Apesar dos desafios, o mercado de açaí em Capanema apresenta oportunidades significativas, como a expansão contínua da demanda e a possibilidade de diversificação dos produtos. Essas oportunidades podem contribuir para o crescimento dos empreendimentos local, desde que os batedores adotem estratégias eficazes para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades disponíveis.

Assim, a análise dos processos envolvidos na comercialização do açaí em Capanema fornece uma visão abrangente das dificuldades e oportunidades enfrentadas pelos batedores. Essa perspectiva é valiosa para a formação de estratégias que podem melhorar e impulsionar a realidade desse setor vital para o comércio e a cultura local.

REFERÊNCIAS

AMARO, P. S.; CASTRO, L. C. de.; QUEIROZ, J. P. S. O.; NOGUEIRA, A. K. M.; CASTRO, L. C. de. A comercialização e o consumo do açaí fruto no Município de Capanema/PA. In: III Congresso Nacional Online de Conservação e Educação Ambiental, 2023. Anais do III Congresso Nacional Online de Conservação e Educação Ambiental. Editora Integrar: **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v.4, 2023.

BRAGA, T. D. O.; MARICÁUA, B. P.; ROBERTO, J. C. A.; SOUTO, S. P. **A dissensão no custo de ocupação nos contratos de locação em shopping centers**. Ciências Sociais Aplicadas, edição 121, 2023.

CARVALHO, Letícia Milena Gomes de *et al.* Cadeia produtiva do açaí e aspectos socioeconômicos dos batedores no município de Laranjal do Jari, AP. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 2, p. 123-145, 2022.

COSTA, Luis Carlos Moreira. **O impacto dos custos fixos nos resultados de organizações sem fins lucrativos do DF: uma análise com base no custo de aluguel da Câmara Americana de Comércio.** Monografia (Bacharel em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília - DF, p. 40, 2011.

CORDEIRO, C. A. M.(org). **Tecnologia de alimentos: tópicos físicos, químicos e biológicos.** Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2020. p. 557-565.

CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. **Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: SBPC, 2021. 351 p.

D'ARACE, L. M. B.; PINHEIRO, K. A. O.; GOMES, J. M.; CARNEIRA, F. S.; COSTA, N. S. L.; ROCHA, E. S.; SANTOS, M. L. Produção de açaí na região norte do Brasil. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.10, n.5, p.15-21, 2019.

DE SOUZA MENDONÇA, Moisés, *et al.* **Reaproveitamento do caroço do açaí como alternativa na produção de bebida aromática.** Em tecnologia de alimentos: tópicos físicos, químicos e biológicos- Volume 2. Editora Científica Digital, 2020. p. 557-565.

FERREIRA, M. C.; GOMES, A. P.; CARVALHO, F. J. Fatores que influenciam os custos de processamento do açaí no estado do Pará. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 22, n. 2, p. 234-240, 2018. DOI: 10.1590/1861-6850180002240000.

FONTES, E.; RIBEIRO, F. Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura. **História Oral**, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v15i1.243>.

GAMA, Sidnei Andrea. **Aspecto sócio econômico: atividade comercial do açaí no município de Santana-AP.** Macapá- AP, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31- 43.

GOTTMANN, J. **Central place theory and spatial interaction.** In: CHISHOLM, M.; HUDSON, R. (Eds.). *Frontiers in geography*, p. 241-266. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: ciência & desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 7-23, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Panorama do município de Capanema - PA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 29 ago. 2023.

LURIE, N. H.; SWAMINATHAN, J. M. Is timely information always better? The effect of feedback frequency on decision making. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 108, n. 2, p. 315-329, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2008.05.005>.

MANKIW, N. Gregory *et al.* **Introdução à economia.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo : Atlas, 2017.

NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C. d.; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Cores**, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, 2013.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C.; **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Fabrício Ribeiro. **História e Memória: leituras sobre o trabalho com o açaí e suas transformações**. Dissertação de mestrado - pós graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 27. 2016.

SANTANA, A. C.; PESSOA, J. D. C.; SANTANA, A. L. **O Mercado de açaí e os desafios tecnológicos da Amazônia**. 2012.

SANTANA, Antônio Cordeiro de *et al.* Análise discriminante múltipla do mercado varejista de açaí em Belém do Pará. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 36, p. 532-541, 2014.

SILVA, Anjélica Jackeline da. **Percepções de consumidores oriundos da região Amazônica brasileira sobre o açaí**. Orientador: Régis da Cunha Belém. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) - Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

SILVA, João. **Processamento de Alimentos e Segurança Alimentar**. São Paulo: Editora Nova, 2020.

SILVA, Jessyca Diane de Araújo. **Um novo mercado do açaí em São Luís-MA: inovação e empreendedorismo em terras de Juçara**. 2019.

SILVA, Renata Santos da. **Açaí: Importância socioeconômica nos Estados do Pará e Goiás**. Orientador: Jesiel Souza Silva. 2021. 41 f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agronegócio) - Instituto Federal de Goiânia, Rio Verde, 2021.

SILVA, J. S.; SANTOS, R. F. dos. **Açaí: da produção artesanal à comercialização em rede**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014. 44 p.

SMITH, H. H. **Brazil, the Amazons and the Coast**. London: C. Scribner's Sons, 1879.

SOUZA, J. E. O. de; BAHIA, P. Q.; **Gestão logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do açaí**. VII SEGeT-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, p. 1-15, 2010.

SOUZA, M. P.; SILVA, T. N.; PEDROZO, E. A.; SOUZA FILHO, T. A. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 44-57, 2011.

TEIXEIRA, G. H. A.; PESSOA, J. D. C. **Tecnologias para inovação nas cadeias euterge**. Brasília, DF: Embrapa, 2012

TINOCO, A. C. **Açaí amazônico: novas perspectivas de negócio**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 1 CD-ROM. In: **Workshop Regional do Açaizeiro: pesquisa, produção e comercialização**, Belém, PA, 2005.

VELOSO, P. L. **Densidade, diversidade e dinamismo na economia popular: um estudo sobre a distribuição espacial do comércio de polpa do açaí no município de Belém**. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas-ICSA da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará.

XIMENES, L. C.; GAMA, J. R. V.; BEZERRA, T. G.; CRUZ, G. S. Importância do açaí na renda mensal da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 2, p. 36-42, 2020.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VILA DE SANTA MARIA DO PATAL, MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - PA

Vanessa Brito da Cunha

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Tomásio Antonio Galvão dos Reis

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Allan Mayron Rodrigues Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

João Gabriel Galvão de Lima Melo

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

A agricultura familiar causa um grande impacto significativo no mundo, dada sua importância na produção de alimentos. Este estudo teve como objetivos caracterizar e analisar a socioeconomia da produção da agricultura familiar na vila de Santa Maria do Patal, no município de Bragança-PA. Para isso, foi realizado diagnóstico por meio da aplicação de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Os resultados apontaram que o principal responsável pelo sustento da família ainda é o homem, que cursou o ensino fundamental, recebe pouca orientação técnica e realiza técnicas de derruba e queima. Com base na análise socioeconômica da agricultura familiar da localidade, infere-se que os agricultores locais enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de infraestrutura, dificuldades em obter assistência técnica, além do baixo nível de escolaridade. A pesquisa apontou a necessidade de implementação de programas governamentais para dar apoio e auxiliar na melhora da qualidade de vida das famílias.

Palavras-chave: agricultura tradicional; socioeconomia; desenvolvimento regional; produção de farinha.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem uma grande contribuição no país, já que produz a maior parte dos alimentos consumidos. Como o nome diz, agricultura familiar é caracterizada por utilizar, predominantemente, mão de obra de sua própria família (Correia, 2013). De acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, onde se faz necessário atender, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Esta lei vem beneficiar também silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, desde que atendam os respectivos requisitos dispostos na lei (Brasil, 2006).

De acordo com dados da Organizações das Nações Unidas (ONU), no Brasil, a agricultura familiar destaca-se na produção de alimentos, sendo responsável por mais de 80% da produção mundial de alimentos, correspondendo a um total maior que 500 milhões de produtores rurais dedicados à agricultura familiar no mundo. Esse sistema agrícola produz uma variedade significativa de alimentos como: cenoura, batata, cebola, tomates, mandioca, arroz, feijão e todas essas variedades são vendidas no mercado interno em mercados municipais, feiras livres, supermercados, dentre outros.

No estado do Pará, segundo dados do IBGE, o valor da produção agrícola municipal paraense cresceu cerca de 170% entre os anos de 2006 e 2013. De acordo com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepara, 2017), o levantamento registrou que o produto final das plantações no Estado alcançou R\$5,4 bilhões em 2013, soma quase R\$3,4 bilhões superior à observada em 2006 de R\$2 bilhões.

O setor da agricultura familiar tem grande importância na absorção de empregos e na produção de alimentos, especialmente para o autoconsumo, focando-se mais no caráter social do que econômico, tendo em vista sua menor

produtividade e incorporação tecnológica (Guilhoto, 2007). De acordo com o mesmo autor, faz-se necessário destacar a importância que a produção familiar tem como um fator de redução do êxodo rural e sendo como uma fonte de recursos para famílias com menor renda, assim tendo de grande importância na contribuição para geração de riqueza, considerando a economia não somente do setor agropecuário, como também do próprio país.

Conforme Beets (1990), a evolução dos sistemas agrícolas é determinada por diversos fatores naturais, que podem ser classificados em físicos, biológicos e socioeconômicos. Os fatores físicos incluem elementos como o clima, a topografia, os solos e suas estruturas físicas. Já os fatores biológicos abrangem aspectos como as culturas cultivadas, a presença de gado, a ocorrência de ervas daninhas, pragas e doenças. Por fim, os fatores socioeconômicos dividem-se em duas categorias: os endógenos, que envolvem a composição familiar, as condições de saúde e nutrição, o nível de educação, as preferências alimentares e a aversão ao risco; e os exógenos, relacionados à posse e uso da terra, às oportunidades fora do setor agrícola, às infraestruturas sociais, ao acesso a crédito e tecnologia, à disponibilidade de fatores de produção, aos serviços de extensão e às possibilidades de poupança, entre outros aspectos.

Na agricultura familiar, mantem-se muito dos traços da agricultura para o autoconsumo, fortemente condicionada pelas determinantes naturais e socioeconômicas endógenas, embora, atualmente, cada vez mais ligada aos mercados. Isto se dá pela influência das determinantes socioeconômicas exógenas. Sendo assim, estima-se que 85% das 525 milhões de explorações agrícolas são operadas por agricultores familiares em talhões inferiores a 2 há (Correia, 2013).

É notória a importância desse sistema agrícola, pois é com ele que esses agricultores retiram sua renda, mesmo que esse sistema seja importante para o mundo, este ainda passa por diversas dificuldades, tais como: assistência técnica incipiente, políticas públicas reduzidas, problemas no aumento de sua produção, dificuldade na qualificação de mão de obra qualificada e investimentos e insumos e sementes de qualidade (Castro, 2015).

Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo caracterizar e analisar a socioeconomia da produção da agricultura familiar na vila de Santa Maria do Patal no município de Bragança-PA.

REFERENCIAL TEÓRICO

Após décadas de disputas e debates que ocorreram no âmbito da sociedade civil e do poder público para atender a agricultura, foi criado, no ano de 1995, um programa que atendia esse segmento da produção agropecuária, o qual ficou conhecido como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), (Castro; Pereira, 2017).

Aquino e Schneider (2015), revelam que a criação do PRONAF, inicialmente, foi com o objetivo de atender, principalmente, às carências de um tipo específico de produtor, aquelas unidades de produção que tinham a capacidade de se transformar em empresa familiar viável, com inclusão de tecnologias e atendimentos econômicos voltados para as demandas do mercado. No entanto, com as grandes pressões que o governo federal sofreu por parte dos representantes dos agricultores que eram negligenciados pelo programa estabelecido, o PRONAF se voltou para o segmento da população agrícola fragilizada, em termos de capacidade técnica e inserção nos mercados agropecuários. Desta vez, o público-alvo eram os produtores rurais que não tenham sido contemplados pelas políticas até então existentes.

As perspectivas de análise e interpretação que se baseiam em um raciocínio dualista, tipológico e ordenador da heterogeneidade social e econômica classificam as formas familiares de produção como as que devem ser abandonadas, pois a noção de agricultura familiar, partindo dos elementos socioeconômicos, opõe-se ao modelo convencional. Contudo, simplificações dualistas, como agricultura de subsistência *versus* agricultura de excedentes ou agricultura de baixa renda *versus* agricultura de grande lucratividade e agricultura artesanal *versus* agricultura moderna, devem ser evitadas, como expõe Schneider (2006).

De acordo com Motta (2018), a condição dos agricultores e a qualidade de vida dos mesmos são afetadas pelos fatores de acesso a recursos, como sistemas de assistência técnica, interação com o mercado, ações de extensão, acesso a créditos, acesso a informações e dificuldade em administrar, pois o que não é medido é difícil de ser gerenciado. Isso demonstra a importância dos programas, visto que o agricultor que possui esses tipos de recursos terá um ganho social e econômico, além de agregar suas técnicas tradicionais com o conhecimento técnico e aumento da sua produção.

O processo de modernização da agricultura, no Brasil, teve início em meados dos anos 1960, no Sul e Sudeste, estabelecendo-se, até os anos 1980, em outras regiões. O processo da difusão das tecnologias da Revolução Verde tornou a agricultura dependente da indústria, dos combustíveis fósseis e do monopólio genético das plantas cultivadas, compra de produtos e produção de matérias-primas para as indústrias. Essa configuração resultou em um conjunto de atividades produtivas e comerciais interligadas, constituindo o agronegócio (Contini, 2001).

Souza *et al.* (2006, p. 6), mencionam que, devido ao rápido e grande avanço tecnológico, a agricultura familiar ainda se apresenta com poucos níveis ligados às inovações tecnológicas, que acarretam em problemas de caráter produtivo, organizativo e técnico (dificuldade na capacidade de produção, dificuldade para obter mecanização adequada para cada atividade, terras esgotadas, falta de assistência técnica eficiente, entre outros).

Chayanov (1974), discute a importância da caracterização feita sobre a produção de subsistência a partir da organização familiar da produção camponesa. Estas interpretações sobre o campo russo, no início do século XX, são muito representativas no contexto atual do campesinato brasileiro. O balanço entre trabalho e consumo é um eixo central para suas interpretações acerca dos elementos e da morfologia constitutiva da unidade econômica camponesa.

Segundo Wolf (1970, p. 17), o mínimo calórico “pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho”. De acordo com o mesmo autor, o campesinato é uma unidade que correlaciona consumo e trabalho, uma relação que permite aos agricultores produzir o necessário para abastecer a unidade familiar, garantindo o mínimo calórico necessário para desenvolver suas atividades diárias e ainda a possibilidade de gerar renda com os excedentes de sua produção.

A manutenção do perfil das unidades de produção das famílias rurais, com seus diversos vínculos mercantis, tende a ser comprometida pelas pressões exercidas pela competição na direção da elevação da escala de produção, tendo como consequência um maior grau de exigência de especialização para aumento da produtividade; a aplicação de recursos tal qual a terra, capital, mão-de-obra qualificada e recursos financeiros, passa a ser concentrada em um leque reduzido

de produtos e a inserção mercantil se volta mais fortemente às cadeias integradas aos mercados nacional ou internacional (Maluf, 2004).

Os agricultores, de variadas formas, estabelecem uma interação cotidiana com os mercados, seja pelo lado da demanda ou da oferta, estas interações se dão por meio de compra de insumos para a realização de atividades de plantio, também na contratação de trabalhadores externos, além da demanda para atividades agropecuárias de uma série de outros mercados, com os quais os agricultores tem uma relação de forma direta, obtendo informações, assistência técnica ou, de forma indireta, quando mediadas por um agente, por exemplo, o banco para obter acesso ao mercado de crédito (Schneider, 2016).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na vila de Santa Maria do Patal, no Município de Bragança, com as coordenadas geográficas: Latitude: 1° 9'36.80"S e Longitude: 46°38'39.47"O. Para a pesquisa da literatura base do trabalho, foram utilizadas plataformas de busca de periódicos como: *Scielo* Brasil, *Google Acadêmico*, Repositório Institucional da UFRA, IBGE e ADEPARÁ.

Para a análise socioeconômica, foi realizado um diagnóstico por meio da aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. A definição de questionário, de acordo com Gil (1999, p. 128), é "uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas."

De acordo com Miranda (2020), o questionário é a ferramenta mais comumente utilizada para levantamento de dados em pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo. Com ele, é possível obter informações primárias diretamente do sujeito pesquisado, sendo qualitativa na forma de abordagem da percepção dos atores entrevistados. A pesquisa também tem caráter quantitativo, uma vez que os dados obtidos foram analisados por meio de análise estatística e interpretados com o uso de gráficos.

Segundo dados coletados junto a uma liderança comunitária, a comunidade possui cerca de 35 famílias agricultores. A aplicação do questionário ocorreu no dia 16 de setembro de 2023, com um total de 18 famílias entrevistadas. Foi realizada

análise estatística das perguntas e respostas obtidas através do questionário, onde os dados foram tratados utilizando programas como *Microsoft Excel*, os quais foram utilizados para elaboração de gráficos e tabela para interpretação de dados no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil do produtor e das famílias

Esta seção apresenta o perfil das famílias quanto a aspectos como: sexo, idade, tempo de residência, responsável pelo sustento, escolaridade, se a família recebe benefício do governo e a renda familiar. Do total de entrevistados, 56% são do sexo masculino e 44% do sexo feminino. A idade variou entre 36 a 65 anos, sendo que entre os homens o intervalo foi de 42-65 anos e entre as mulheres foi de 36-45 anos. Dos entrevistados, 33% responderam que moram na vila há mais de 10 anos e 67% responderam que sempre moraram na vila de Santa Maria do Patal.

Antigamente, pouco se debatia sobre a relação das pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar com seus sonhos e anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Segundo Nobre (1998), o que mais era debatido historicamente era a visão e anseios da figura do chefe de família, o trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos são negligenciados, como se os interesses do pai incluíssem os de todos.

Atualmente, já existem bastantes mudanças sobre os assuntos que são estudados e debatidos sobre a agricultura familiar, tanto sobre sustentabilidade quanto a importância das mulheres no campo. Para a maioria os moradores entrevistados de Santa Maria do Patal, o responsável pelo sustento da família é o marido (72%). Somente 28% responderam que homem e mulher trabalham em conjunto para sustentar a família. Tal percepção pode ser por conta de ser o homem que fica mais tempo no campo e comercializa os produtos e a esposa fica cuidando dos filhos e da casa, assumindo poucas tarefas no campo. Este resultado faz analogia com a crítica de Moura (1978) e Heredia (1979), os quais expõem que, historicamente, por não serem diretamente responsáveis por nada que envolva a terra ou que resulte diretamente do produto mercantilizado do trabalho, como lavouras ou comercialização dos produtos, elas não tinham direito de

receber terra em herança, como se todo o trabalho realizado por elas não tivesse importância ou quando recebiam herança só deveriam negociá-la por intermédio de um homem. Sendo assim, o trabalho realizado dentro de casa, como cuidar do filho, da casa e dos animais do quintal ou trabalho externo, como empregada, não era visto como algo que contribuísse, em grande parte, com a renda.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelece como meta a garantia de uma educação inclusiva e de alta qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos. Essa meta visa assegurar que todas as crianças, independentemente de gênero, completem o ensino fundamental e médio na idade apropriada, proporcionando, assim, um ensino justo e de excelência que resulte em aprendizado relevante e eficaz (ODS, 2019).

A tabela 1 evidencia que, dos entrevistados, 61% estudaram até o ensino fundamental, já 28% conseguiram terminar o ensino médio e somente 11% cursaram ensino superior. A resposta dos entrevistados sobre o motivo de só ter cursado o fundamental era a dificuldade de acesso à escola, que tinha somente na cidade de Bragança ou no município mais próximo, a saber, Augusto Corrêa. Além da distância, também era empecilho para estudar a necessidade de desenvolver o trabalho no campo, importante para manter a família. Já em relação à escolaridade dos filhos, o quadro se altera: a maioria concluiu o ensino médio (54%), 28% concluíram ou estão concluindo o ensino fundamental e somente 11% já concluíram o ensino superior. Apenas 16,6% dos entrevistados não tem filhos.

Tabela 1 - Nível de escolaridade e agricultores familiares que recebem benefícios do governo.

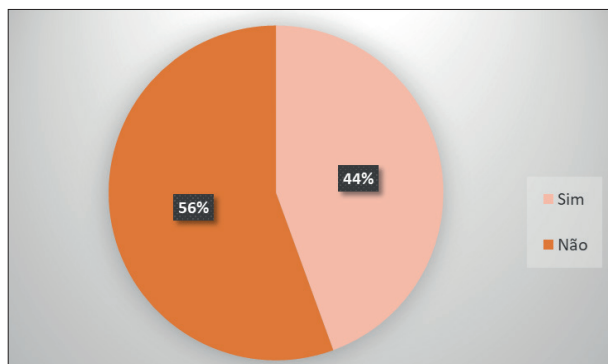
Nível de escolaridade	Ensino fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Nível de escolaridade do entrevistado	61%	28%	11%
Nível de escolaridade do filho mais velho	28%	54%	11%
Benefício do governo	SIM	NÃO	
	72%	28%	

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

No que se refere aos benefícios sociais do governo, 72% das famílias recebem estes benefícios e apenas 28% não têm acesso aos programas governamentais de transferência de renda. Os programas sociais mencionados foram o Bolsa Família e a aposentadoria rural.

Conforme mostra a figura 2, os resultados acusam que mais da metade dos entrevistados (56%) não recebem assistência técnica, o que confirma o trabalho de Pereira; Castro (2021), o qual citam que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), não consegue atender a todos os estabelecimentos agropecuários, sendo que a maioria deles não têm acesso a nenhum tipo de atendimento. Isso demonstra a necessidade de reestruturar o serviço de ATER para alcançar todos os produtores, inclusive aqueles que não têm acesso a outras fontes de assistência. Ainda segundo os autores supracitados, o sucateamento e declínio da ATER se deu após a extinção do EMBRATER, na década de 1990, que culminou no sucateamento dos serviços e redução significativa dos recursos. Contudo, apesar das deficiências na atuação, a ATER ainda é a fonte de orientação técnica mais abrangente e apta para atender os pequenos produtores.

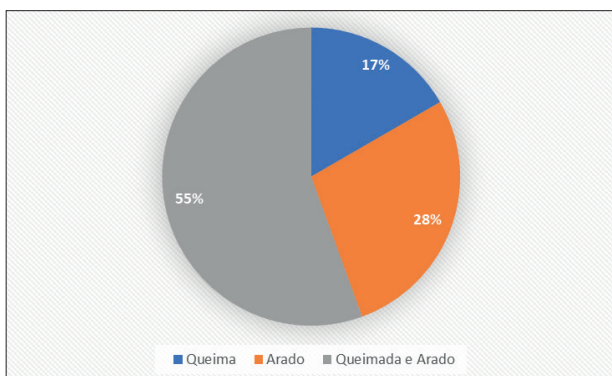
Figura 2 - Assistência técnica recebida pelos agricultores familiares.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Quando questionados sobre qual técnica é utilizada para a limpeza de suas áreas, os agricultores relatam, conforme mostra a figura 3, que a limpeza acontece, majoritariamente, empregando-se o processo de queima e arado (55%); 28% usam apenas o arado e 17% somente a queima. Esses resultados representam técnicas utilizadas há décadas por produtores rurais, devido ao baixo custo e fácil acesso. No entanto, a queima traz consigo consequências, por se tratar de uma prática não sustentável (Soares *et al.*, 2021).

Figura 3 - Tratos culturais realizados pelos agricultores familiares.

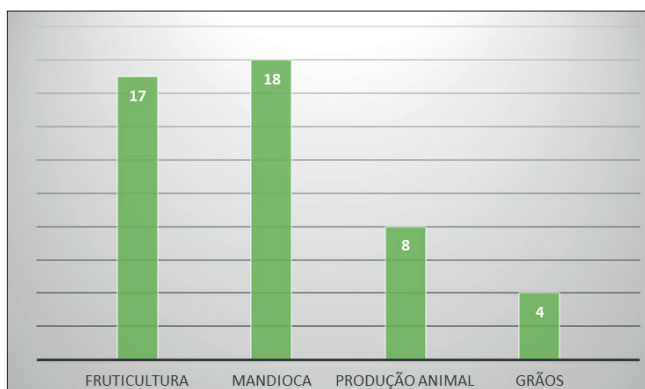


Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Caracterização da produção agrícola

De acordo com a figura 4, a produção de mandioca lidera como a mais cultivada na vila de Santa Maria do Patal, seguida por fruticultura, produção animal e produção de grãos, corroborando com os resultados obtidos por Soares *et al.* (2023), nos quais a mandioca e seus derivados, como farinha, goma de tapioca e farinha de tapioca, constituem boa parte do sustento das famílias dos produtores, no que tange à sua comercialização. Sendo assim, os outros produtos, como frutas e produtos de origem animal, como porcos, galinhas e patos, eram somente para o consumo familiar.

Figura 4 - Produção agrícola na vila de Santa Maria do Patal.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os produtores familiares diversificam suas atividades (Figura 5), dada a importância da diversidade de cultivos para o autoconsumo. Ainda assim, a mandioca é a mais comercializada, pois eles têm nessa cultura um fator de segurança e estabilidade financeira, em virtude de sua rusticidade a adversidades edafoclimáticas e a baixa exigência de fertilizantes, o que torna a necessidade de investimento de capital baixa. Ademais, dessa cultura, pode-se obter vários subprodutos (Valle; Lorenzi, 2014).

Figura 5 - Produção agrícola do Sítio Raízes, Bragança-PA.



Fonte: Vanessa Cunha (2023).

Na época atual, sistemas produtivos diversificados compõem a principal estratégia de segurança alimentar e nutricional das famílias. A produção da agricultura familiar tem como destino o autoconsumo e geração de renda, a partir da comercialização em mercados locais ou regionais, atendendo às necessidades da unidade familiar, assim promovendo a autonomia e o acesso a outros bens necessários, porém externos à unidade de produção (Nascimento; Peruchi, 2020).

Ainda na imagem 1, podemos observar, além da produção agrícola, diversos equipamentos utilizados no processamento da mandioca para a fabricação de farinha. Essa cena ocorre em um local amplamente reconhecido na região, conhecido como Sítio Raízes. Este sítio desempenha um papel significativo, tanto na agricultura quanto no turismo local, atraindo muitos visitantes durante as férias, que desejam aprender sobre os métodos de produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise socioeconômica da agricultura familiar na localidade de Santa Maria do Patal, Bragança-PA, podemos dizer que os produtores enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de infraestrutura, dificuldades em obter assistência técnica, além do baixo nível de escolaridade. Apesar destes desafios, a produção agrícola da região é diversificada e impulsiona significativamente a economia local, especialmente a produção de farinha de mandioca.

A pesquisa apontou a necessidade de implementação de programas governamentais para dar apoio e auxiliar na melhora da qualidade de vida das famílias. Portanto, ressalta-se a importância de políticas públicas que apoiem e incentivem a agricultura familiar na região, para garantir a sua permanência e sustentabilidade socioeconômica e ambiental das comunidades rurais. Além disso, ressaltamos aqui a importância de mais pesquisas relacionadas à agricultura familiar, tendo em vista a importância da mesma no desenvolvimento rural e do país.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, a Deus, por sempre nos dar forças para enfrentar todas as dificuldades que surgem em nosso caminho. Aos nossos familiares e colaboradores, que ajudaram durante todo o processo da pesquisa. Aos professores, Luiz Cláudio e Ana Karlla, que nos auxiliaram durante o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R., & SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições o econômico e desafios para o futuro. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03/08/2023.
- BERTOLINI, M. *et al.* **A importância da agricultura familiar na atualidade**. CIAGRO, 2020. Disponível em: <https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf>. Acesso em: 27/09/2023.
- BEETS, W. C. *et al.* **Raising and sustaining productivity of smallholder farming systems in the tropics: a handbook of sustainable agricultural development**. AgBe Publishing, 1990.
- CASTRO, C. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**. Ipea, julho. p. 49-58, 2015.
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.
- CORREIA, A. M. A Agricultura Familiar versus A Agricultura De Subsistência no âmbito da Segurança Alimentar no Espaço dos países da CPLP. Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas, Fundação Fio-Cruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Rio de Janeiro, 2013, p. 119-133, 2013.
- CONTINI, E. Dinamismo do agronegócio brasileiro. Agronline.com.br, 2001. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=7> (Acessado em 20 de fevereiro de 2010).
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, [1925] 1974.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUILHOTO, Joaquim *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.
- MIRANDA, D.; GOMES, B. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no vale do ribeira, Brasil**. SciELO Brasil. 2016. Editora da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/3fNL6WnhRDdvTJcg5KmgNg/#>. Acesso em: 28/09/20223.
- MIRANDA, G. J. Elaboração e aplicação de questionários. *In*: NOVA, Sílvia Pereira de Castro Casa *et al.* (org.). **Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 216-229.
- NOBRE, Miriam *et al.* Relações de gênero e agricultura familiar. **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998.

NASCIMENTO, Elcio Costa; PERUCHI, Loyvana Carolina. A roça nossa de cada dia: segurança alimentar e nutricional através da produção para subsistência na Comunidade Quilombola do Baixo Acaraí, PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). FAO: Brasil ampliará cooperação regional para promover agricultura familiar e erradicação da fome. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/faobrasil-ampliar-cooperacao-regional-para-promover-agriculturafamiliar-e-erradicacao-da-fome/>>. Acesso em: 17/08/2023.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS. Instituto de pesquisa econômica aplicada ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 27/09/2023.

TEIXEIRA, J. **Sustentabilidade: o que é, como funciona, benefícios e exemplos**. FIA Business School, 2023. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/sustentabilidade/>. Acesso em: 24 / 09/ 2023.

SOARES, A. C. S. *et al.* Queimar ou não queimar? Um estudo de caso da roça sem queima na comunidade São Sebastião do Livramento-Cutias/AP. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e155101622537-e155101622537, 2021.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In. Froehlich, J.M; Vivien Diesel (org.). **Desenvolvimento Rural: Tendências e debates**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar**: Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

VALLE, Teresa Losada; LORENZI, José Osmar. Variedades melhoradas de mandioca como instrumento de inovação, segurança alimentar, competitividade e sustentabilidade: contribuições do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 1, p. 15-34, 2014.

MACHADO, M. C. V. C. A ESCASSEZ DE INSUMOS AGRÍCOLAS NAS SAFRAS DE 2020/2021/2022. 2022.

MALUF, R. Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: Agregação de Valor, Cadeias Integradas e Circuitos Regionais, Porto Alegre, **Ensaio FEE**, V.25, Nº 01, abril de 2004.

MOURA, M. M. Os herdeiros da terra: parentesco e herança. São Paulo: HUCITEC, 1978. 112 p. PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

MOTTA, Francisco. 5 Dificuldades e problemas na agricultura familiar Brasileira, 2018. Elysios. Disponível em: <https://elysios.com.br/blog/5-dificuldades-e-problemas-na-agricultura-familiar-brasileira/>. Acesso em: 07/10/2023.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA JACAREQUARA, SANTA LUZIA DO PARÁ

Ana Vitória Moreira Fonseca
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Márcia Fernanda Pereira de Souza
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lucas Gabriel Lima e Lima
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Leal de Negreiros
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Thiago Arthur Bentes Corrêa
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ingrid Swenn Oliveira Alhadef
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Jessica Caroline Silva do Nascimento
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Aderjone Antônio Magalhães Reis
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Paulo Araújo de Miranda Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Eleci Terezinha Dias da Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho apresenta uma análise socioeconômica da comunidade quilombola Jacarequara, localizada no município de Santa Luzia do Pará, com o objetivo de avaliar o perfil socioeconômico dos moradores e identificar os principais aspectos que influenciam o desenvolvimento social e cultural da comunidade.

Métodos: Realizou-se uma pesquisa de campo com coleta de dados primários, focando o perfil demográfico e o acesso a serviços básicos, saúde, educação e infraestrutura, além de identificar os principais desafios enfrentados pela comunidade. O estudo também buscou analisar como ocorre a preservação das tradições culturais de Jacarequara e a valorização e proteção dos recursos naturais e do meio ambiente. **Resultados:** Os resultados revelaram que 51% da população nasceu na própria comunidade, sendo a mão de obra familiar a principal forma de trabalho (71%) e a agricultura a principal fonte de renda (42%). **Conclusão:** Concluiu-se que, apesar dos desafios socioeconômicos, o estudo destaca que a comunidade de Jacarequara apresenta significativas potencialidades culturais e recursos naturais que refletem ser valorizadas e protegidas.

Palavras-chave: políticas públicas; quilombo; desenvolvimento sustentável; identidade.

INTRODUÇÃO

O surgimento dos quilombos no Brasil foi resultado da resistência negra introduzida pela escravidão, que cresceu no século XVIII devido ao aumento do tráfico transatlântico de escravos, criando grupos de norte a sul do país que variaram em tamanho e duração, e mais tarde, no início do século XIX, ocorreu um ciclo de rebeliões africanas que trouxe mudanças na legislação escravagista, especificando os poderes dos Capitães-do-mato, que eram responsáveis pela captura de escravos fugitivos (Marquese, 2006; Silva, 2012).

Em 1637, como no restante do país, o estado do Pará explorava a mão de obra escrava, tendo o trabalho agrícola na região como uma das principais formas de utilização do mesmo. Após 20 anos da fundação de Belém, ainda havia cerca de duzentos habitantes, sendo a maioria deles escravos. Posteriormente, a cidade se tornou a capital da província do Grão-Pará, que já foi um grande mercado de escravos regional, interprovincial e intermunicipal (Salles, 1971; Laurindo Junior; Bezerra Neto, 2018).

Os direitos das comunidades quilombolas passaram a fazer parte da agenda política de forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir títulos pertinentes (Silva *et al.*, 2012).

Sob esse viés, a comunidade quilombola preza pela proteção ambiental dos recursos naturais presentes, por meio de uma relação estreita com a natureza, além de preservar suas tradições e costumes, passados de geração em geração, como comidas típicas, músicas e danças. Apesar dos desafios socioeconômicos que enfrentam, possuem potencialidades e riquezas culturais e naturais que precisam ser valorizadas e protegidas (Souza, 2000).

Neste trabalho, acredita-se que os territórios das comunidades tradicionais sejam resultados das relações socioeconômicas de seus antepassados. Essas relações específicas são reproduzidas e influenciadas por novos contextos e a preservação dos princípios indenitários nesses locais se manifesta mais fortemente. Portanto, não podem ser compreendidas a partir de generalizações importadas de outras áreas (Diegues, 2001).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise socioeconômica da comunidade quilombola Jacarequara, que pertence ao município de Santa Luzia do Pará. Tendo em vista alguns aspectos sociais e econômicos que contribuem para o desenvolvimento social e cultural da comunidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da constituição brasileira de 1988, foi possível iniciar uma nova restauração em relação à escravidão no país. Logo, a partir da possibilidade de titulação coletiva de terras para comunidades negras tradicionais, surgiram as comunidades quilombolas reconhecidas como “remanescentes de quilombos” (Mattos; Abreu, 2009).

Os quilombos fazem parte de um triste período da história brasileira. A escravidão deixou uma marca profunda. Feridas que ainda persistem em não cicatrizar. Em meio a essa maquinação de exclusão, desigualdade e racismo institucionalizado, comunidades remanescentes de foragidos em fuga emergem para lutar por políticas de acesso e inclusão para suas populações (Freitas, 2011).

Freitas (2011) afirma que as comunidades negras têm alguns processos importantes nas redes de relações socioculturais e econômicas na formação dos quilombos. Reconhecida formalmente pelo governo brasileiro em 1988, essa comunidade escrava fugitiva apresentava uma série de questões socioeconômicas, espaciais, jurídicas e culturais que vieram à tona na discussão sobre o que os quilombos contemporâneos representam hoje qual a sua efetiva inserção na cidadania.

Quilombo é uma palavra que vem das línguas bantu (kilombo). Sua presença no Brasil e seu significado estão associados aos povos bantu, onde membros foram trazidos para serem escravizados. São os Lunda, Ovimbundu, Mbundu e outras etnias onde o território se divide entre Angola e Zaire (Munanga, 1996).

Segundo Furtado e Melo Junior (2018), as comunidades quilombolas estão a perder suas tradições, no entanto, ainda existem membros que resistem e lutam para preservar a cultura e a tradição. As mulheres da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento no Município de Igarapé-Açu são um exemplo de luta e atuação no cenário sociocultural de sua comunidade.

As fronteiras étnico-raciais dentro do Brasil/Nação têm à vista a luta dos povos indígenas para proteger a invasão dos seus territórios ocupados durante o processo colonial, no qual continua até hoje. A antropologia das sociedades

indígenas fornece visibilidade e uma justificativa para reivindicações da concepção amplamente definida de grupos indígenas. Vem sendo realizado com o governo alguns tipos de reconhecimento, promulgando os decretos de áreas reservadas, legislação protetiva e instituições assistenciais. Desde que o continente foi ocupado e explorado, índios e negros, por vezes aliados, lutam contra procedimentos de explorações, bens e direitos (Leite, 1999).

Nas últimas décadas, os povos tradicionais vêm desenvolvendo mais de uma perspectiva interdisciplinar, estabelecendo assim uma interface entre as ciências sociais e naturais. O conhecimento sobre a natureza dos grupos indígenas e comunidades tradicionais tem sido enfatizado em debates sobre a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade (Castro, 1998).

Segundo Leff (2009), os processos sociais e naturais são mediados por meio de mudanças históricas que vêm desencadeando uma transformação tecnológica que, por sua vez, vem afetando a forma de organização social da comunidade. Um dos grandes desafios é estabelecer um novo estilo cultural de utilização de recursos, estimular a inovação e organização social, permitindo assim maior produtividade e uso do ecossistema e uso sustentável dos recursos naturais. Com isso, conclui-se que as comunidades tradicionais amazônicas, quilombolas e comunidades ribeirinhas tiveram e têm um papel importante nesse processo de proteção dos recursos naturais.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade quilombola de Jacarequara, situada em Santa Luzia do Pará. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Santa Luzia do Pará está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião do Guamá. Sua população foi estimada, em 2021, em 19.839 habitantes, com área territorial de 1.346,502 km² (IBGE, 2022). O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município, em 2020, foi de 9.506,34 (IBGE, 2020). O município foi criado em 1991, a partir da separação dos municípios de Ourém, Bragança e Viseu (Crispim, 2020).

Considerando a importância do clima e da precipitação na formação da paisagem da região de Santa Luzia do Pará, é relevante ressaltar que a vegetação

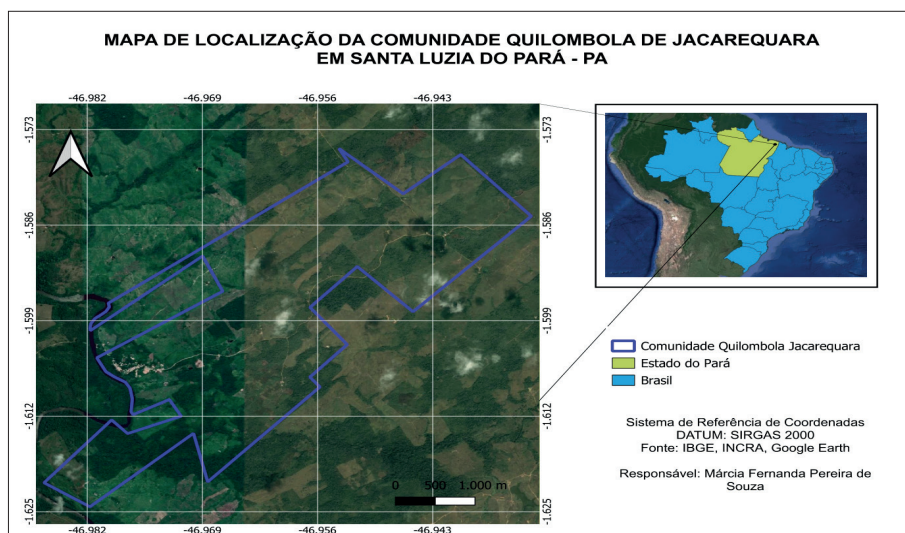
primária e secundária pode apresentar variações significativas, de acordo com as características do clima e solo.

A região onde se localiza o município possui clima tropical de monção, com variação entre as classes B1 (agressividade climática que varia de classe baixa e grau 1) e M2 (agressividade climática que varia de classe média e grau 2), a precipitação média anual está entre 1750-2500 para B1 e 1250-2500 para M2, sendo oito meses chuvosos e três meses secos para o primeiro e 5-6 meses chuvosos e 4-5 meses secos para o segundo (IBGE, 2014).

Tal característica pode influenciar diretamente na ocorrência de diferentes tipos de vegetação da região, principalmente em relação à distribuição das espécies e suas adaptações às condições climáticas locais. Dessa forma, o conhecimento da relação entre o clima e a vegetação da região é essencial para a elaboração de estratégias de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

Jacarequara está localizada às margens do Rio Guamá, fazendo fronteira com o município de Capitão Poço (Figura 1). A comunidade possui uma escola, igreja, campo de futebol e uma associação de moradores, e utiliza um barracão próprio para realizar suas reuniões. A associação foi criada pelo Sr. Raimundo Nogueira, em parceria com outros moradores, e recebeu o nome de Associação Quilombola Vida Para Sempre (AVPS) (Silva, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade quilombola Jacarequara, Santa Luzia, Pará.



Fonte: IBGE (2023).

A comunidade quilombola de Jacarequara tem suas origens na época da escravidão no Brasil, quando os primeiros habitantes da área eram escravos que fugiam de fazendas próximas e se refugiavam nas florestas locais. Pode-se dizer que os quilombos foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também contra a discriminação racial e o preconceito que se estenderam para além da abolição da escravatura (Silva *et al.*, 2012).

Coleta e análise dos dados

Para a obtenção dos dados socioeconômicos da comunidade quilombola de Jacarequara, foi aplicado um questionário elaborado a partir de uma visita pré-campo. O questionário contava com 18 perguntas abertas e fechadas, relacionadas à identificação, origem, grupo familiar, educação, renda, abastecimento de água e meio ambiente. As perguntas foram direcionadas a apenas um membro responsável de cada família.

A aplicação do questionário foi realizada no dia 24 de março de 2023 por discentes do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *campus* Capanema, o qual foi respondido por um total de 43 famílias. Posteriormente, os dados foram tabulados em uma planilha do *Excel*, organizados em gráficos e tabelas, e analisados por estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

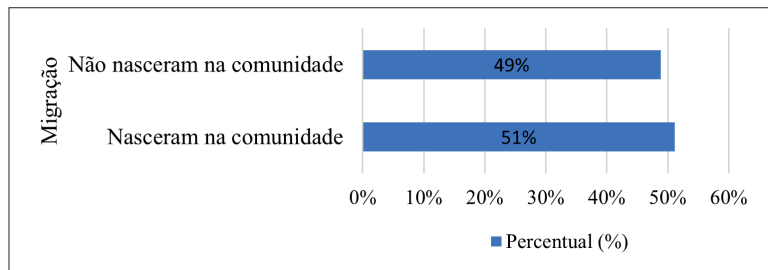
Perfil socioeconômico dos chefes de família

Essa seção apresenta os resultados e discussões acerca do perfil socioeconômico dos chefes de família da comunidade quilombola Jacarequara. Dos entrevistados, 51% nasceram na própria comunidade e 49% vieram de outras cidades (Ver gráfico 1).

No estado do Pará, a migração sucedeu de cidades como Primavera, Ourém, Capitão Poço e de outros estados, ocorreu no Maranhão e no Ceará. Conforme afirma Feres (2006), o conceito de modelo rural-urbano-rural explica que o indivíduo pode ter uma série de etapas migratórias urbanas e uma série de etapas migratórias rurais, de acordo com a sua necessidade, o que pode explicar

a migração de 49% da população para a comunidade Jacarequara em busca de sua própria subsistência.

Gráfico 1 - Migração dos chefes de família da comunidade Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A faixa etária dos chefes de família variou entre 18 a 80 anos, sendo a média de idades igual a 47,6 anos. O maior percentual está situado entre 31 a 40 anos, com 26%. Os mais jovens, com menos de 30 anos, apresentaram percentual de 12% e os mais velhos, acima de 60 anos, 22% (Ver tabela 1). Ao comparar os resultados com estudos feitos por Silva *et al.* (2013), na comunidade quilombola do Curiaú, localizada no estado do Amapá, observou-se resultados aproximados com variação entre 20 a 80 anos e média de idade igual a 43 anos.

Tabela 1 - Faixa etária dos chefes de família da comunidade Jacarequara.

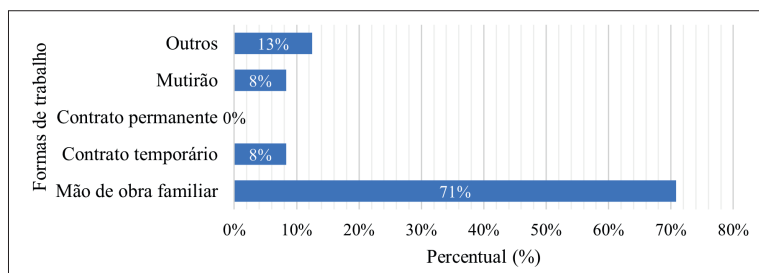
Faixa etária (anos)	Percentual (%)
Menos de 30	12%
De 31 a 40	26%
De 41 a 50	21%
De 51 a 60	19%
Mais de 60	22%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A atividade praticada na comunidade que mais obteve destaque foi a mão de obra familiar, representada por 71% das respostas. As demais formas de trabalho apresentaram 8% para o contrato temporário, 0% para o contrato permanente, 8% para mutirão e 13% para outras atividades (Ver gráfico 2). Segundo Lima e Tubaldini (2009), as atividades mais comuns nas comunidades quilombolas envolvem a agricultura tradicional, com manuseios sustentáveis, fazendo uso de

trabalho coletivo e solidário, de maneira que a produção principal é voltada para a subsistência da própria comunidade.

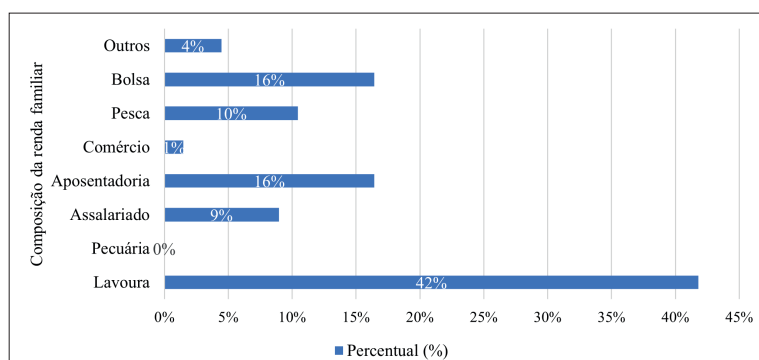
Gráfico 2 - Formas de trabalho desenvolvidas na comunidade de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Além disso, quando se trata de renda familiar, constatou-se que esta é composta, principalmente, pela lavoura (42%), aposentadoria e bolsa (16%), pesca (10%) e assalariado (9%) (Ver gráfico 3). Assim, observou-se que a principal atividade desenvolvida na comunidade de Jacarequara foi a lavoura. Lima e Tubaldini (2009) afirmam que a lavoura é a principal atividade desenvolvida em propriedades quilombolas, e consequente, a que mais contribui para a composição da renda familiar.

Gráfico 3 - Composição da renda familiar dos moradores de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No contexto educacional, 9% dos chefes de família informaram que são analfabetos, 58% possuem ensino fundamental incompleto, 2% têm ensino

fundamental completo, 7% possuem ensino médio incompleto, 19% têm ensino médio completo e 5% possuem ensino superior (Ver tabela 2).

Conforme afirma Figueiredo (2017), foi somente a partir de 2003 que o Brasil efetivou uma série de ações que possibilitou a inserção das comunidades quilombolas nas preocupações do Estado, estando entre os deveres a oferta de educação de qualidade e acesso às escolas. Todavia, a dificuldade de locomoção entre do rural para o urbano, especialmente entre as pessoas que vivem em comunidades distantes, ainda é um entrave para o acesso pleno das pessoas da comunidade de Jacarequara à educação.

Segundo o relato de um dos moradores da comunidade remanescente Jacarequara, a falta de infraestrutura básica impede o deslocamento dos alunos até a escola localizada na cidade de Santa Luzia do Pará, uma vez que com frequência os alunos precisam retornar para casa devido às más condições na estrada de acesso e veículo inapropriado para o trajeto. Tal fato corrobora para o baixo nível de escolaridade apresentado nos resultados.

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos chefes de família na comunidade de Jacarequara.

Nível de escolaridade	Percentual (%)
Analfabeto	9%
Fundamental Incompleto	58%
Fundamental Completo	2%
Ensino médio incompleto	7%
Ensino médio completo	19%
Ensino Superior	5%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

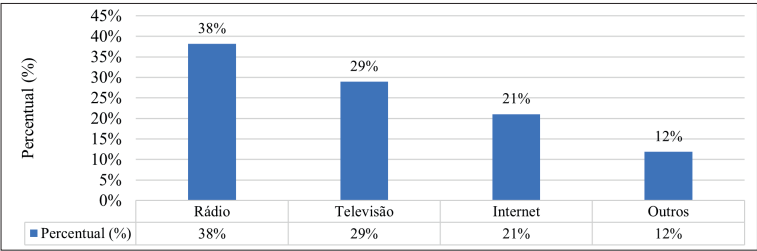
Assim, o baixo nível de acesso dos moradores à educação é preocupante, uma vez que a escolaridade é de grande importância para que o homem do campo tenha acesso as inovações tecnológicas, visando melhorar sua produção e a qualidade de vida da família (Quirino; Garagorry; Sousa, 2002).

Serviços básicos de uso público

O meio de comunicação que mais utilizado pelos chefes de família foi o rádio, com 38%, seguido da televisão e *internet*, com 29% e 21%, respectivamente. O outro

meio de comunicação que está presente na comunidade é o telefone celular, representando 12% das respostas (Ver gráfico 5). O alto nível de acesso ao rádio e à televisão se dá devido à dificuldade de instalação de *internet* na comunidade, visto que possui um alto custo. Segundo relatos dos próprios moradores, quando se instala *internet*, é comum haver o compartilhamento dos custos entre os moradores, o que possibilita o acesso a notícias *online* nos telefones celulares.

Gráfico 5 - Meios de comunicação utilizados na comunidade de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Constatou-se, ainda, que 49% dos chefes da família recebem cursos profissionalizantes, dentre os quais estão a fabricação de bombons e cerâmica. Todavia, 51% dos entrevistados ainda não tiveram acesso a cursos (Tabela 3). O alto índice de não acesso aos cursos pode ser em decorrência da pouca oferta e também da baixa disponibilidade dos moradores em participar, uma vez que quando os cursos são ofertados, muitos deles estão trabalhando para garantir a sua subsistência.

Tabela 3 - Cursos profissionalizantes ofertados na comunidade de Jacarequara.

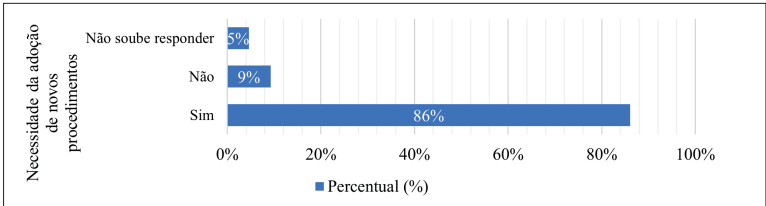
Cursos profissionalizantes ofertados	Percentual (%)
Sim	49%
Não	51%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Dentre todos os entrevistados, 86% afirmaram que as pessoas contribuem essencialmente na melhoria de vida da comunidade e 14% afirmaram que não. Além disso, 86% da população afirmaram que necessitam de novos procedimentos para a melhoria do meio ambiente e da localidade onde vivem, como reflorestamento, menos queimadas, instalação de um posto de saúde e coleta

de lixo. Frente a isso, 9% das pessoas afirmaram que não precisam de adoção de melhorias e 5% não souberam responder (Ver gráfico 6).

Gráfico 6 - Percepção sobre a necessidade da adoção de novos procedimentos para melhoria do meio ambiente e da comunidade de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito ao recebimento de assistência na comunidade, 40% afirmaram que recebem assistência, sendo 100% advindos da associação da própria comunidade e 60% responderam que não recebem qualquer tipo de assistência técnica (Ver tabela 4). O tipo de assessoramento fornecido pela associação é relacionado ao viés social e ao bem-estar da comunidade, uma vez que, por meio desse apoio, mensalmente são levados médicos até a comunidade para consultas de rotina.

De acordo com Rocha Júnior *et al.* (2020) o acesso à assistência técnica por agricultores familiares resulta em impactos positivos, principalmente, em relação ao aumento de renda dos produtores. A expansão da política de assistência rural, associada a análises sistêmicas para seu constante aperfeiçoamento, é, portanto, um caminho promissor para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

Tabela 4 - Percentual de pessoas que recebem assistência na comunidade de Jacarequara.

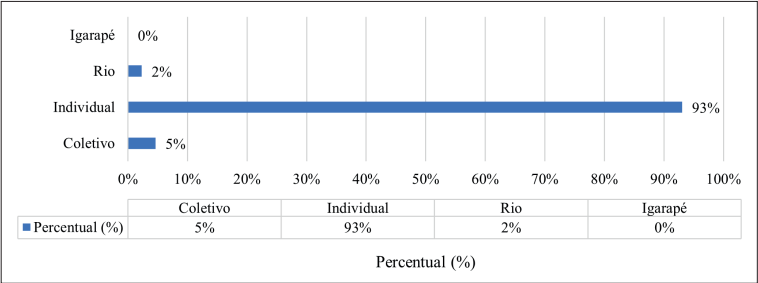
Recebimento de assistência	Porcentagem (%)
Sim	40%
Não	60%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Entre os entrevistados, 93% responderam que o abastecimento de água das suas casas é individual, seguido de abastecimento coletivo com 5% e abastecimento pela água do rio com 2% (Ver gráfico 7). Dessa forma, notou-se que

a maior parte do abastecimento de água das casas de Jacarequara ocorre por meio de poços individuais e coletivos, além de uma pequena porcentagem de abastecimento advindo do rio.

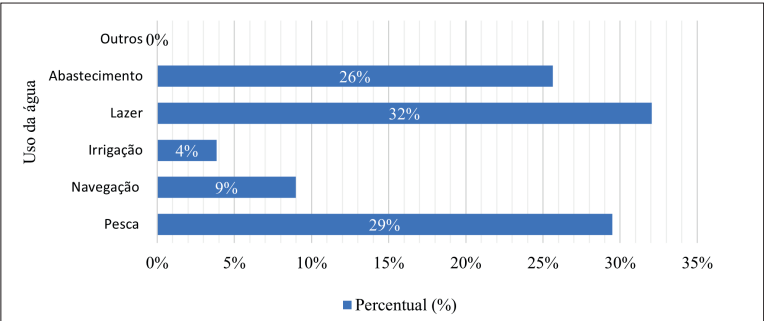
Gráfico 7 - Abastecimento de água na comunidade de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação aos usos da água na comunidade, 32% responderam que usam para lazer, 29% para a pesca, 26% para o abastecimento, 9% para navegação e 4% para irrigação (Ver gráfico 8). O abastecimento de água advindo do rio, quando feito sem tratamento adequado, pode ocasionar o aparecimento de doenças. Assim, estudos feitos por Moura e Machado (2010) na comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca confirmam a tese de que a utilização da água proveniente de nascente sem o tratamento adequado ocasiona a proliferação de doenças transmitidas pela água não tratada.

Gráfico 8 - Usos da água na comunidade de Jacarequara.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao serem indagados sobre a participação em alguma organização comunitária, 84% responderam que fazem parte da Associação Vida Para Sempre e

16% responderam que não fazem parte de nenhuma organização comunitária (Ver tabela 5). De acordo com Casagrande *et al.* (2021), é de suma importância a participação das pessoas nas associações comunitárias, visto que a mesma possui espaço para a difusão de informações sobre o desenvolvimento de projetos na comunidade para a sua permanência e subsistência nesse local.

Tabela 5 - Porcentagem de pessoas que participam de alguma organização comunitária em Jacarequara.

Participação em organização comunitária	Porcentagem (%)
Sim	84%
Não	16%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, as organizações comunitárias têm papel fundamental na discussão dos direitos da população, no resgate dos costumes e tradições, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida de todos os moradores na comunidade Jacarequara.

CONCLUSÃO

A comunidade quilombola de Jacarequara, situada em Santa Luzia do Pará, exemplifica a luta e resistência contra as desigualdades históricas geradas pelo sistema escravocrata no Brasil. Apesar dos desafios enfrentados, como a insuficiência de infraestrutura mínima, no que se entende como básica, a oferta é, por vezes, insuficiente, como, por exemplo, o limitado acesso aos serviços básicos, a comunidade mantém suas tradições e cultura viva, preservando a sua identidade, seus costumes e práticas como músicas, dança, festas, artesanato e plantio de alimentos para subsistência.

A luta dos quilombolas pela garantia de seus direitos provoca uma reflexão sobre o papel da sociedade na promoção da justiça social e da equidade. É fundamental considerar e valorizar os conhecimentos e saberes tradicionais dessas comunidades, além de garantir condições para poderem prosperar e desenvolver-se de forma sustentável. Assim, torna-se imperativo enfatizar a necessidade de políticas públicas que garantam a proteção e o reconhecimento dos direitos dos quilombolas, promovendo a inclusão e o fortalecimento de sua autonomia e dignidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. D., SILVA, A. B. Os Impactos das Práticas Comerciais da Empresa de Cosméticos Natura na Comunidade Quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará. **Nova Revista Amazônica**. p. 13-30, 2018.
- BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão Negra no Grão Pará (séculos XVII-XIX)**. 2ª. ed. Belém: Ed. Paca-Tatu, 2012.
- BIONDO, E. *et al.* Diversidade e potencial de utilização de plantas alimentícias não convencionais no Vale do Taquari, RS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, 2018.
- CASAGRANDE, S. *et al.* A Associação Acquicambará como Instrumento de Lutas e Conquistas da Comunidade Quilombola do Cambará-RS. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 165-182, 2000.
- CRISPIM, D. L.; BEZERRA, P. E. S.; LIMA, G. V. B.A.; PEREIRA, M. M.; FERNANDES, L. L. Análise de índice de vegetação e a temperatura da superfície no município de Santa Luzia do Pará, Amazônia. **Journal of Hyperspectral Remote Sensing**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 77-86, 2020.
- DIEGUES, De direitos, A. Esses grupos diferenciados. Povos indígenas, quilombolas e pobres tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação**, p. 42, 2001.
- FERES, A. M. B. O Movimento dos Sem Terra, a Contramobilidade e a Migração Urbano-rural: o caso do Acampamento Olga Benário em Mangaratiba/RJ, 2006.
- FIGUEIREDO, A. V. Subalternidade e Políticas da Diferença no Brasil: o caso das comunidades remanescentes de quilombo. **Hendu Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, Belém, v. 6, n. 2, p. 65-78, 2017.
- FREITAS, D. A. *et al.* "Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura." **Revista Cefac**. v. 13, p. 937-943, 2011.
- FURTADO, L. L. Gênero e Tradição Quilombola Amazônica: histórias de vida de mulheres de uma comunidade quilombola do Nordeste Paraense. In: MELO JÚNIOR, L. C. M. **Estudos Socioambientais na Amazônia: 5 anos de extensão, pesquisa e ensino no Nordeste Paraense**. Curitiba: CRV, p.150-173, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Potencial de agressividades climáticas na Amazônia Legal. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama das cidades: Santa Luzia do Pará. IBGE, Rio de Janeiro. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama das cidades: Santa Luzia do Pará. IBGE, Rio de Janeiro. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama das cidades: Santa Luzia do Pará. IBGE, Rio de Janeiro. 2022.
- LEITE, I. B.. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Revista Horizontes antropológicos**, v. 5, p. 123-149, 1999.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petropolis: Editora vozes, 2009.

LIMA, G. D.; TUBALDINI, M. A. S. **Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de Macucos e Pinheiros – Alto Jequitinhonha**. XIX ENGA, São Paulo: 2009.

MATTOS, H.; ABREU, M. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: Memória do Cativo, Patrimônio Cultural e Direito à Reparação. **Habitus**, Goiânia, v. 7, n. 12, p.265-288. 2009.

MOURA, J. O.; MACHADO, J. G. N. Desenvolvimento socioeconômico da comunidade remanescente do quilombo Ribeirão da Mutuca, município de Nossa Senhora do Livramento/MT: condições de sustentabilidade. **Anais. In:** Congresso Internacional de Educação. Ponta Grossa, PR, 2010.

MUNANGA, K. “Origem e histórico do quilombo na África.” **Revista USP**. v. 28, p. 56-63, 1996).

QUIRINO, T. R.; GARAGORRY, F. L.; SOUSA, C. P. **Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira: I Produtores**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

ROCHA JUNIOR, Adauto Brasilino *et al*. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, p. e194371, 2020.

SILVA, É. J. C. **Plantas úteis na comunidade quilombola Jacarequara, município de Santa Luzia do Pará-PA**. 2022. 53f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Conservação) – Universidade Federal do Pará, Programa de pós-graduação em biodiversidade e conservação, Capitão Poço, 2022.

SILVA, M.; SANTOS, E, R. **Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do Nordeste Paraense**. Capanema: Ministério do Desenvolvimento Agrário. p. 133, 2006.

SILVA, R. B. L.; SANTOS, J. U. M.; FREITAS, J. L.; SOUTO, R. N. P. Caracterização agroecológica e socioeconômica dos moradores da comunidade quilombola do Curiaú, Macapá-AP, Brasil. **Biota Amazônia**. v. 3, n. 3, p. 113-138, 2013.

SILVA, S. R.; NASCIMENTO, L. K. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem**, v. 3, n. 1, p. 23-37, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de *et al*. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR PARA DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO NA UFRA/CAMPUS CAPANEMA, NORDESTE PARAENSE

Sângela Coelho Pontes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Valéria do Socorro Rodrigues da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Carla Santos da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise dos desafios socioeconômicos enfrentados pelos discentes do curso de administração da UFRA Campus/Capanema, Nordeste Paraense. **Métodos:** A presente pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa. E para a obtenção dos dados foi realizada a aplicação de questionário semiestruturado junto aos discentes, devidamente matriculados no curso de Administração. A aplicação do questionário ocorreu de 19 de setembro a 15 de outubro de 2023 junto a quarenta e quatro discentes do curso de administração. **Resultados:** Identificou-se desafios importantes enfrentados pelos discentes, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a falta de suporte dos docentes no atendimento extraclasse, a carga horária excessiva de disciplinas e as dificuldades de acesso à biblioteca. Destaca-se a importância de ampliar as políticas de assistência estudantil e programas de tutoria para auxiliar os discentes a superar tais obstáculos e promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. **Considerações finais:** Diante dos desafios identificados, é essencial adotar medidas concretas para apoiar os discentes na superação dos obstáculos socioeconômicos, visando aprimorar sua experiência de aprendizado, reduzir as taxas de reprovação e promover a igualdade no ensino superior.

Palavras-chave: formação profissional; desempenho acadêmico; bem-estar; inclusão; educação superior.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada para o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para a participação cívica e sua qualificação para o trabalho (Cury, 2002). O ensino superior deve ser igualmente acessível a todos, com base na capacidade de cada um, utilizando todos os meios apropriados, principalmente através da implementação progressiva do ensino gratuito (Brasil, 1992).

Entre os cursos superiores mais ofertados nas universidades e institutos federais está o curso de administração. É uma área das ciências sociais que estuda, analisa e formaliza as práticas administrativas (Queiroga *et al.*, 2019). De acordo com Chiavenato (2004) a palavra "administração" vem do latim *ad* (direção, tendência para) e significa "subordinação, obediência", e refere-se a alguém que realiza uma tarefa sob a direção de outra pessoa ou, mais especificamente, alguém que presta um serviço a outro.

Chiavenato (2004) frisa, ainda, que o processo de planejar, organizar, liderar e supervisionar o uso de recursos para atingir os objetivos organizacionais é conhecido como administração. Portanto, ter fortes habilidades administrativas é essencial para todos que tomam decisões sobre como utilizar recursos para atingir metas ou que trabalham em ambientes onde tais decisões são tomadas (Maximiano, 2000).

Segundo o censo da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o curso de administração está entre os que tiveram maior aumento de procura nos últimos anos, com maior número de alunos matriculados, ficando em primeiro lugar em 2011 e em terceiro lugar em 2021, atrás somente de pedagogia e direito.

Contudo, após o ingresso no ensino superior, vários desafios são enfrentados pelos discentes, o que pode acarretar consequências adversas durante a formação acadêmica. Alguns desses desafios foram descritos em pesquisa realizada pelo INEP (2018), que analisou o perfil dos discentes durante a graduação, considerando as taxas de permanência, conclusão e desistência entre 2010 e 2014. Houve um aumento desordenado no índice de desistência do curso para o qual foram admitidos: 11,4% dos alunos que ingressaram em 2010 desistiram, e esse número chegou a 49% em 2014 (INEP, 2018).

Nesse contexto, políticas educacionais, programas de apoio financeiro e ações institucionais podem ser desenvolvidos para enfrentar esses desafios, garantindo que a administração e outros cursos superiores sejam acessíveis a todos, independentemente de sua condição socioeconômica.

No que se refere a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *campus* de Capanema, uma diversidade de cursos foi aprovada com base em um diagnóstico realizado no município de Capanema, e em seu entorno, cada um se destina a atender a uma demanda específica para as necessidades identificadas no município e regiões próximas (Pinheiro *et al.*, 2012). Entre os cursos elencados está o de Administração em função de sua importância para população e necessidade de desenvolvimento socioeconômico local.

As informações a seguir discorrem sobre a importância da implantação do curso de administração pela UFRA em uma região como o Nordeste paraense:

“Segundo dados do Conselho Regional de Administração-CRA, a Administração, atualmente, é a área que mais forma profissionais no Brasil e, embora o campo de atuação do administrador seja amplo, tendo em vista que praticamente a metade dos cargos de uma organização é para funções administrativas, o setor demonstra-se bastante competitivo, pois a atuação do administrador é muito diversificada, uma vez que o profissional é visado por todos os tipos de empresa (fabril, comercial, serviços, agronegócio, e etc.). Dessa forma, para atender à demanda social da região Bragantina, no que se refere à formação de profissionais nessa área, é que se propôs a criação do curso de Administração, da UFRA, visto que, nessa região, é crescente a oferta de bens e serviços advindos desse setor” (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 26).

A UFRA *campus* Capanema, como muitas outras instituições de ensino superior no Brasil, enfrenta uma série de desafios socioeconômicos que afetam diretamente seus discentes durante o período de formação acadêmica. Localizado em uma região que possui características socioeconômicas peculiares, o *campus* UFRA/Capanema se depara com obstáculos que vão desde questões de acesso à educação até desafios relacionados à permanência e ao êxito acadêmico de seus discentes.

A necessidade de conhecer os desafios do ensino superior para discentes do curso de administração do *campus* UFRA/Capanema surge do interesse em

poder contribuir com uma pesquisa que sirva de base para futuras melhorias no ensino superior ofertado no município de Capanema.

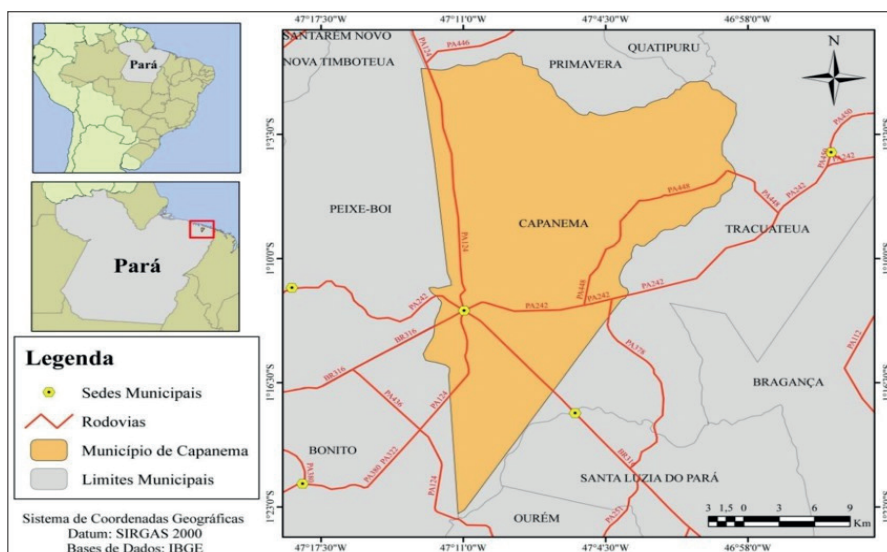
O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise dos desafios socioeconômicos enfrentados pelos discentes do curso de administração da UFRA *Campus/Capanema*, Nordeste Paraense. E por meio deste diagnóstico pretendeu-se contribuir para a compreensão da realidade local, o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e a promoção da igualdade educacional.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A área de estudo é o município de Capanema, por sediar um dos *campi* da UFRA desde 2012. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) o município de Capanema, está localizado no Nordeste Paraense, região Norte do Brasil (Ver figura 1). O município possui uma população de 70.394 habitantes, destacando-se como a segunda maior população na microrregião Bragantina, tendo uma área territorial de aproximadamente 621.483 km², com um PIB *per capita* de R\$ 17.673,47 (IBGE, 2023).

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema, estado do Pará.



A proposta de implantação do *Campus* Universitário no município de Capanema teve como meta atingir uma área de abrangência de 18 municípios paraenses que juntos totalizam uma população de, aproximadamente, 500 mil habitantes. Desse total, 1/5 são estudantes regularmente matriculados nos diferentes níveis do ensino básico e que anseiam pela formação universitária (UFRA, 2023).

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa e buscou analisar e compreender os desafios socioeconômicos que afetam o desempenho acadêmico e qualidade educacional dos discentes do curso de administração do período noturno da UFRA, *Campus/Capanema*. De acordo com Neuman (2011), "a pesquisa qualitativa utiliza dados qualitativos para explorar o contexto e a profundidade do fenômeno, enquanto dados quantitativos permitem a generalização e a análise estatística dos resultados".

Para obtenção dos dados foi realizada a aplicação de questionário semiestruturado junto aos discentes, devidamente matriculados no curso de Administração. Para Gil (2010) o "questionário é um instrumento de coleta de dados estruturado que contém uma série de perguntas formuladas para obter informações específicas sobre determinado assunto".

O referido questionário continha 22 perguntas abertas e fechadas, com questionamentos de "local de origem dos discentes", "renda atual em termos de salário mínimo", "tipo de residência", "adesão a benefícios ofertados pela Universidade e desafios enfrentados durante o período de formação acadêmica". Para Collins (2010) "as perguntas abertas ajudam a explorar novas ideias e gerar dados qualitativos ricos, e as perguntas fechadas são eficazes para medir a frequência e a intensidade de opiniões em grande escala".

A aplicação do questionário ocorreu de 19 de setembro a 15 de outubro de 2023 junto a quarenta e quatro discentes do curso de administração, após conversa com os chefes de turma, para ser realizada a abordagem e explicação do mesmo. Após a aplicação do questionário foi realizada a análise e a representação dos resultados em gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa realizada no curso de Bacharelado em Administração, período noturno, da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus Capanema*. O estudo contou com a participação de 44 discentes regularmente matriculados nos primeiro, terceiro, quinto e sétimo semestres do curso de Administração. A pesquisa analisou os desafios e dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos discentes ao longo do curso.

A partir da análise dos dados constatou-se que 65,9% dos discentes são do sexo feminino, enquanto 34,1% são do sexo masculino, indicando uma predominância de discentes do sexo feminino. Segundo Alves e Resende (2021), ao longo dos anos, as mulheres migraram de papéis tradicionais, como donas de casa, esposas e mães, para ingressar na universidade e no mercado de trabalho. No entanto, essas conquistas também acarretaram um acúmulo de responsabilidades, o que pode resultar em sobrecarga e desafios adicionais para equilibrar múltiplos papéis.

Essa realidade evidencia um aumento significativo na participação e no sucesso feminino na educação superior. E, ainda, destaca-se a necessidade de implementar programas ou recursos específicos voltados para as necessidades das mulheres na universidade. Portanto, os dados e a literatura sugerem que, apesar das conquistas significativas, é crucial continuar desenvolvendo estratégias que atendam às necessidades específicas das mulheres no contexto acadêmico.

Atestou-se, ainda, que 90,9% dos discentes entrevistados são solteiros e 9,1% são casados, com idades que variam de 17 a 63 anos, apresentando uma média de idade de 23 anos. De acordo com Ko Freitag (2000), a faixa etária de idade deve ser entendida como um conjunto de fatores diversos, e não apenas como um número de idade cronológica. Esse entendimento permite ajustar as estratégias de ensino e suporte para melhor atender às variadas necessidades e circunstâncias dos alunos.

Em relação ao local de origem dos discentes, verificou-se que 50% são naturais da própria cidade de Capanema, 18,18% residem em Bragança, 11,37% em Belém e 20,45% residem em outras localidades. Entre os municípios citados pelos discentes estão Castanhal, Vigia, Tailândia, Bonito, Viseu, Augusto Corrêa e Salinópolis (Ver gráfico 1).

De acordo com informações fornecidos pela UFRA (2023) entre os municípios que fazem parte da área de influência de Capanema, que abrangem as microrregiões do Salgado, Bragantina e Guamá, os principais em termos de desenvolvimento socioeconômico e proximidade estão: Augusto Corrêa, Primavera, Bonito, Quatipuru, Bragança, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Igarapé-Açu, São Francisco do Pará, Nova Timboteua, Tracuateua, Peixe-Boi, São João de Pirabas, Salinópolis, Capitão Poço, Ourém, Garrafão do Norte e Santa Luzia do Pará. Entretanto, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, atestou-se que existem discentes de outras localidades mais distantes demandando o curso de Administração como o Município de Belém, Castanhal, Tailândia, Viseu e Vigia.

Este resultado mostrou que o curso de Administração é demandado por alunos de diversos municípios, além daqueles que constam no planejamento da UFRA/Capanema, ampliando o acesso à educação superior. A presença de discentes de várias localidades destaca o papel essencial da instituição na oferta de ensino superior em Administração em diferentes regiões do estado, contribuindo significativamente para a democratização do acesso a essa modalidade de educação.

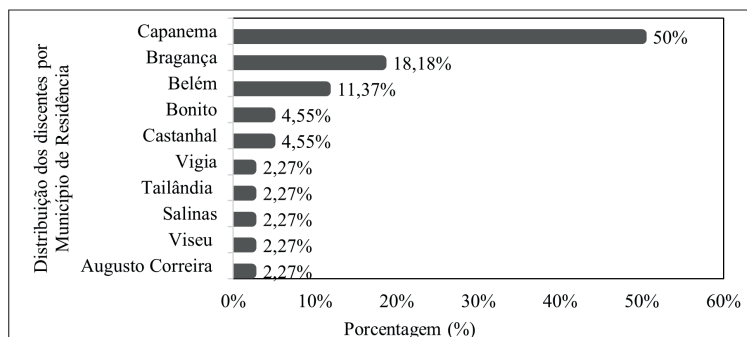
No entanto, essa diversidade geográfica também traz desafios financeiros para alguns discentes, especialmente aqueles provenientes de cidades distantes, como Belém, Viseu e Tailândia. Esses alunos têm custo de vida mais elevado e despesas adicionais com transporte, o que pode dificultar o acesso igualitário ao ensino superior. Segundo Almeida e Mascarenhas (2021), as dificuldades econômicas enfrentadas pelos discentes no ensino superior podem impactar, significativamente, sua trajetória acadêmica.

Além disso, a integração regional dos discentes pode enriquecer o ambiente acadêmico, trazendo diversas perspectivas e experiências para a sala de aula. Segundo Monteiro Neto, Vieira e Macedo (2022), incentivar a integração entre diferentes regiões do país no contexto educacional pode aumentar a troca de experiências, práticas pedagógicas e conhecimentos, promovendo um sistema educacional mais diversificado e inclusivo.

Portanto, é fundamental considerar como a formação em Administração pode se alinhar com as necessidades econômicas das diferentes regiões de origem dos discentes, garantindo que a educação oferecida atenda às demandas locais e regionais. Para superar os desafios socioeconômicos enfrentados

pelos discentes, a instituição deve oferecer um conjunto abrangente de apoios, incluindo bolsas de estudo, auxílios acadêmicos, orientação de carreira e serviços de assistência estudantil.

Gráfico 1 - Município em que residem os discentes do curso de Administração do *campus* da UFRA/ Capanema, Nordeste Paraense.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os dados revelaram uma diversidade de níveis de renda familiar entre os discentes dos cursos. A maior parte dos entrevistados possui renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, representando 38,6% do total, seguida por 27,3% com renda na faixa de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00. Além disso, 20,5% dos discentes têm uma renda familiar inferior a R\$ 1.000,00, enquanto 11,4% possuem renda entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00. Ademais, 2,2% não especificaram sua renda (Ver tabela 1).

A análise dos dados de renda familiar dos discentes do curso de Administração evidencia a heterogeneidade socioeconômica no ambiente acadêmico. A presença significativa de alunos de renda mais baixa aponta para disparidades financeiras que podem influenciar diretamente o sucesso acadêmico e a permanência desses discentes no curso.

De acordo com Ribeiro (2005) a dificuldade financeira é frequentemente citada como uma das principais razões para a evasão universitária, representando aproximadamente 50% das causas principais identificadas em estudos sobre o tema. Esses desafios econômicos podem impactar, significativamente, a capacidade dos discentes de continuar seus estudos na Universidade.

Diante desse contexto, é crucial que as instituições de ensino, como a UFRA, estejam atentas às necessidades financeiras dos discentes e ofereçam suporte adequado para garantir a equidade no acesso à educação superior. A assistência

estudantil desempenha um papel essencial para alunos em situação de vulnerabilidade, porém enfrenta desafios como cortes orçamentários e falta de financiamento adequado, o que compromete sua eficácia na redução das desigualdades sociais e na promoção de oportunidades equitativas (Frاندولوو, 2023).

Os regulamentos da assistência estudantil, tanto para a rede federal quanto para as universidades estaduais, têm como aspectos centrais o combate às desigualdades sociais, regionais e de acesso à educação superior, além de se voltarem para a redução da evasão e da repetência escolar (Duarte Júnior, 2020).

Além disso, é fundamental implementar políticas institucionais direcionadas à inclusão e à igualdade de oportunidades, assegurando que todos os interessados possam prosseguir e concluir seus estudos com sucesso, independentemente de sua condição financeira.

Tabela 1 - Distribuição da renda mensal familiar dos discentes nos cursos de Administração no campus da UFRA/Capanema.

Faixa de Renda (R\$)	Percentual (%)
R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00	38,6%
R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00	27,3%
Menos de R\$ 1.000,00	20,5%
R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00	11,4%
Não especificado	2,2%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Observou-se, ainda, que a maioria dos discentes está inserida no mercado de trabalho, pois 54,5% dos entrevistados afirmaram possuir algum tipo de trabalho, enquanto 45,5% estão desempregados. Esses dados indicam que os discentes enfrentam desafios significativos para equilibrar suas responsabilidades acadêmicas e as atividades profissionais.

Os dados obtidos corroboram com estudos anteriores desenvolvidos por Pereira e Coutrim (2020) que destacam as dificuldades enfrentadas por discentes que também trabalham, pois discentes de camadas populares que estão empregados enfrentam desafios ao conciliar trabalho e os estudos, o que pode influenciar negativamente sua adaptação à vida universitária. A flexibilização dos horários de trabalho é crucial, porém a falta de apoio das universidades resulta

em dificuldades de permanência, trancamentos de cursos e baixo desempenho acadêmico (Pereira; Coutrim, 2020).

Quanto à formação educacional dos discentes, a pesquisa identificou que 68,9% dos entrevistados frequentaram escolas públicas, enquanto 8,9% cursaram todo o ensino médio em escolas privadas. Além disso, de maneira geral, 8,9% dos discentes realizaram a maior parte de sua formação educacional em escolas públicas e os 13,3% restantes dividiram seu tempo de estudo entre escolas públicas e privadas (Ver tabela 2).

Desse modo, os resultados da pesquisa indicaram que a maioria dos discentes possui formação pré-universitária em instituições públicas. Esse contexto pode influenciar diversos aspectos da experiência acadêmica e pessoal dos discentes, como o acesso a recursos educacionais, a preparação para o ensino superior e as perspectivas socioeconômicas.

Segundo De Aguiar Neto (2021), a trajetória de discentes de média e baixa renda com sucesso escolar em escolas públicas destaca o papel crucial do apoio familiar e do desenvolvimento pessoal dos discentes para a diversidade de trajetórias no ensino superior. Portanto, a análise desses dados revelou a importância de considerar a diversidade de origens educacionais ao planejar estratégias de inclusão e suporte acadêmico dentro das instituições de ensino superior.

Tabela 2 - Formação educacional dos discentes do curso de Administração do *campus* da UFRA/Capanema.

Origem da formação educacional	Percentual (%)
Escola pública durante todo o ensino médio	68,9%
Parte em escola pública e parte em escola particular	13,3%
Escola particular integralmente	8,9%
Maioria dos estudos em escola pública	8,9%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Com relação à cor ou raça, constatou-se que a maioria dos discentes de administração se autodeclarou como pardos 81,82%, seguidos por negros 9,09%, brancos 6,82% e indígenas 2,27%. Esses dados sublinham a natureza multirracial do ambiente acadêmico, com uma representação significativa de discentes pardos no curso de administração.

Em alinhamento com a pesquisa de Silva e Silva (2012), tal diversidade pode ser atribuída, em parte, às políticas de cotas instituídas nas universidades federais nos últimos anos. As políticas de ação afirmativa têm desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão e equidade no ensino superior, contribuindo para a maior representação de grupos étnicos diversos nas instituições acadêmicas.

Assim, a análise desses dados enfatiza a importância das políticas de cotas e outras medidas de ação afirmativa na formação de um ambiente acadêmico diversificado e inclusivo. Essas políticas são essenciais para enriquecer o processo educacional e fomentar a igualdade de oportunidades no ensino superior.

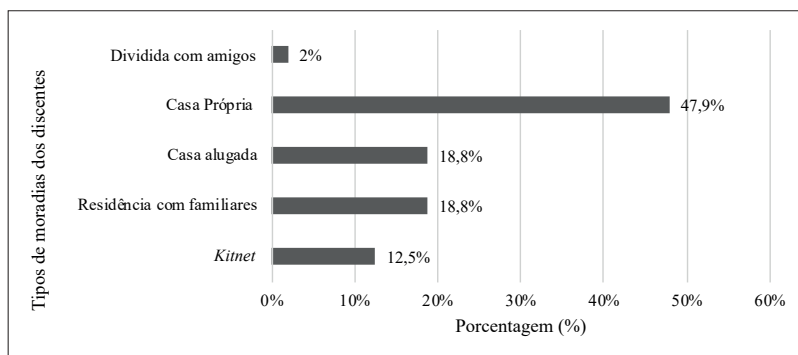
No que se refere à moradia dos discentes, constatou-se que 47,9% possuem casa própria, o que indica uma estabilidade habitacional. Além disso, 18,8% dos discentes residem em casas alugadas, possivelmente enfrentando desafios financeiros adicionais devido aos custos de aluguel. Outros 18,8% residem com familiares, o que sugere a necessidade de apoio familiar para lidar com dificuldades econômicas (Ver gráfico 2).

Discentes que moram em *kitnets* correspondem a 12,5% do total de entrevistados, indicando uma preferência por opções de moradia mais acessíveis financeiramente, enquanto 2% dividem casa com amigos. Essa análise dos tipos de moradia dos discentes destaca a importância de uma abordagem adaptada para atender às variadas realidades socioeconômicas dos discentes.

As dificuldades que os estudantes enfrentam em relação à moradia têm contribuído para uma maior demanda de discentes por assistência estudantil nas cidades menores. Ainda que apresentando desigualdades nas condições de moradia que impactam a permanência e o desempenho acadêmico, o Programa de Auxílio Moradia é fundamental para apoiar os discentes universitários (Nunes, 2021).

Para lidar com os desafios dos discentes, especialmente, aqueles que vivem de aluguel ou têm renda limitada, a instituição pode fomentar o desenvolvimento de políticas específicas, como subsídios de moradia, orientação financeira e assistência estudantil. Estas ações são fundamentais para reduzir a evasão acadêmica, propiciando a permanência dos discentes na universidade.

Gráfico 2 - Tipos de moradia dos discentes do curso de Administração do Campus da UFRA/Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A pesquisa revelou uma grande diferença entre os estudantes do curso de administração em relação ao acesso a estágios remunerados, uma vez que 97,7% deles não têm acesso a estágios com bolsa, enquanto apenas 2,3% tiveram essa oportunidade.

Essa diferença evidencia uma desigualdade de oportunidades dentro da instituição. É importante destacar que, embora a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) ofereça regularmente oportunidades de estágio remunerado para a comunidade acadêmica, a maioria dos discentes de Administração ainda tem acesso limitado a essas vagas.

A falta de informação adequada, a alta concorrência por vagas e o desinteresse dos alunos são fatores que podem influenciar a desigualdade de acesso a estágios remunerados. O estágio é considerado crucial para que os discentes compreendam a realidade da profissão e desenvolvam sua forma de trabalho e identidade profissional (Dias, 2023).

Da Rocha e Guimarães (2022) frisam que além de ser obrigatório para a conclusão do curso superior, o estágio proporciona oportunidades de aprendizado, *networking* e integração entre conhecimento teórico e prático. E para muitos discentes, representa o primeiro contato com o mercado de trabalho e a possibilidade inicial de efetivação em um emprego. No entanto, a restrição de acesso a essas oportunidades pode comprometer a formação dos discentes, resultando em uma preparação menos robusta para o mercado de trabalho.

Em relação aos meios de transporte utilizados pelos alunos para acessar a UFRA, constatou-se que 36,2% dos respondentes utilizam motocicletas, 34%

fazem uso de bicicletas, 19,1% se desloca a pé, enquanto 6,4% utilizam ônibus. Além disso, 2,2% dos discentes utilizam carro e 2,1% indicaram que fazem uso de outros meios de transporte (Ver tabela 3).

Esses dados revelam desafios socioeconômicos relevantes que os discentes enfrentam. De acordo com a análise, a prevalência do uso de motocicletas e bicicletas sugere que muitos alunos optam por alternativas de transporte mais econômicas e possivelmente mais rápidas em comparação ao transporte público. A escolha de se deslocar a pé dos discentes também pode indicar restrições financeiras ou a proximidade de suas residências aos destinos frequentes.

A baixa porcentagem de uso de ônibus pode indicar uma insuficiência na oferta ou a reduzida oferta de transporte público. Para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação, é crucial que o transporte público coletivo seja eficiente e acessível, visando à redução das disparidades socioeconômicas (Aráujo, 2021). Esses dados mostram dificuldades socioeconômicas relevantes, como limitações financeiras, distâncias geográficas e falta de acesso a transporte público eficiente. E elas são relevantes para a instituição, pois podem influenciar a política de mobilidade, a infraestrutura e a oferta de serviços de transporte público próximo ao *campus*.

Tabela 3 - Meios de transporte utilizados pelos discentes para deslocamento ao *Campus* da UFRA/Capanema.

Meios de transportes	Percentual (%)
Carro	2,2 %
Outros meios de transporte	2,1%
Ônibus	6,4%
Se desloca a pé	19,1%
Bicicleta	34%
Motocicleta	36,2%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Dos discentes da UFRA, 65,9% afirmaram conhecer as bolsas (auxílios) oferecidas, enquanto 34,1% não tinham conhecimento sobre esses benefícios. Esses dados mostram que, embora a maioria esteja informada, uma parcela significativa ainda não conhece os auxílios disponíveis, apontando a necessidade de melhorar a comunicação institucional na UFRA/Capanema.

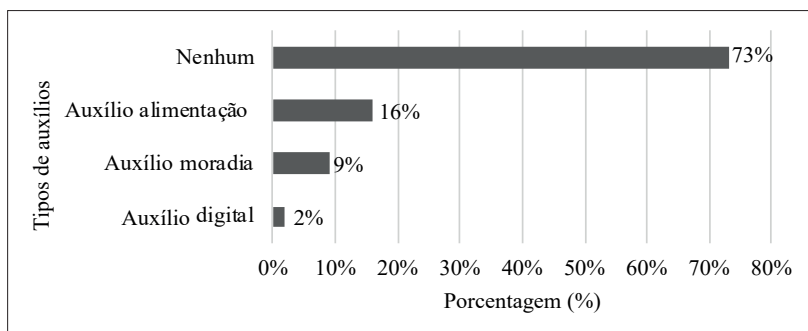
Segundo Da Silva Mattos e Fernandes (2022), essa falta de conhecimento pode ser atribuída à falta de acesso à informação, especialmente entre os ingressantes, e a possíveis falhas na comunicação institucional. Para garantir que todos os discentes estejam informados sobre os recursos disponíveis, a UFRA deve fortalecer suas estratégias de comunicação, utilizando campanhas periódicas e plataformas digitais. Isso pode ajudar a reduzir as taxas de evasão e aumentar a equidade no acesso aos recursos.

Em relação ao acesso a auxílios, 72,73% dos discentes não recebem nenhum tipo de apoio financeiro, apesar de conhecerem os programas. Apenas 15,91% recebem auxílio-alimentação, 9,09% auxílio-moradia e 2,27% auxílio digital (Ver gráfico 4). Isso mostra que a maioria esmagadora não recebe nenhum tipo de apoio financeiro da UFRA/Capanema.

Estes resultados estão em conformidade com estudo desenvolvido por Corrêa *et al.* (2024) no *campus* da UFRA/Capanema com discentes dos cursos de administração e ciências contábeis, que constatou que 86% dos discentes não são contemplados com o auxílio. Em contrapartida, 14% recebiam auxílio fornecido pela UFRA e apenas 1% possuía bolsa de iniciação científica. Dessa forma, é perceptível que a distribuição de oportunidades educacionais não é uniforme no *campus* da UFRA/Capanema.

Conforme Christo, Resende e Kuhn (2018), os programas de bolsas e auxílios são projetados para diminuir as desigualdades sociais e facilitar a permanência dos discentes na universidade. No entanto, os dados indicaram que a maioria dos discentes do curso de Administração da UFRA/Capanema ainda não se beneficiou dessas iniciativas, o que pode impactar negativamente sua trajetória acadêmica.

Gráfico 4 - Distribuição dos auxílios recebidos pelos discentes do curso de Administração na UFRA/Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em termos de acesso à *internet*, 90,9% dos estudantes de Administração da UFRA afirmaram ter acesso, enquanto 9,1% não têm acesso. As tecnologias digitais e redes sociais são cada vez mais essenciais, especialmente no ensino superior, onde melhoram os processos de ensino e aprendizagem (Sales; Boscardioli, 2020).

A alta conectividade entre os alunos da UFRA reflete uma tendência nacional, crucial para a equidade no ensino superior. Contudo, a existência de discentes que não têm acesso à *internet* revela a necessidade de políticas de inclusão digital para garantir igualdade de oportunidades educacionais nos *campi* do interior.

Outro ponto analisado foi a qualidade do acesso à *internet*, e 63,6% dos discentes consideraram o acesso “regular”, 31,8% julgaram ser “ruim” e apenas 4,6% informaram ser “bom”. Esses dados mostraram a necessidade de garantir acesso à *internet* de qualidade para todos os alunos, pois o acesso precário compromete o nível de aprendizado.

É necessário que sejam implementadas políticas educacionais que invistam na melhoria da infraestrutura digital para assegurar um ambiente de ensino inclusivo e igualitário. Pois a disponibilidade de uma *internet* de qualidade e confiável é indispensável para o aprendizado do discente.

No que se refere ao acesso à biblioteca do *campus* da UFRA/Capanema, constatou-se que 59,1% dos alunos enfrentam dificuldades ao tentar acessá-la, principalmente, devido a horários restritos e à localização distante da unidade campinho. Isso limita o uso dos recursos acadêmicos, especialmente, para alunos com horários de trabalho não convencionais.

De acordo com Vaz (2020) a biblioteca pública desempenha um papel vital ao mitigar desigualdades no acesso ao conhecimento e ao fomentar o pensamento crítico. Esse papel é importante para a construção de uma esfera pública mais inclusiva e de uma sociedade mais equitativa.

Entre os alunos de Administração, 41,1% enfrentaram reprovações, principalmente devido à dificuldade em equilibrar estudo e trabalho, enquanto 59,9% não sofreram reprovações. Problemas como carga horária excessiva, falta de apoio dos docentes e incompatibilidade com o curso são frequentes.

Soares (2021), ressalta que os principais desafios enfrentados pelos discentes do ensino superior incluem a dificuldade em conciliar trabalho e estudos, a ausência de suporte dos docentes, relações adversas com os professores, carga horária elevada, reprovação por frequência e falta de identificação com o curso,

fatores que estão relacionados às expectativas não atendidas dos alunos antes do ingresso. Para enfrentar essas questões, as instituições de ensino superior devem implementar estratégias de apoio, como programas de tutoria, para melhorar o desempenho acadêmico e reduzir as taxas de reprovação.

Os dados revelaram, ainda, que 34,09% dos alunos enfrentam dificuldades para acessar o *campus*, devido à localização distante do centro da cidade. Além disso, 20,45% não têm acesso a computadores e *internet*, e 15,9% enfrentam dificuldades para obter suporte dos docentes em atendimento extraclasse. A falta de monitoria foi mencionada por 6,82% dos discentes, enquanto 4,55% relataram problemas de insegurança e ausência de docentes no *campus*.

A análise dos dados revelou que a localização do *campus* é um dos maiores desafios para 34,09% dos estudantes, que enfrentam dificuldades para acessar o local. Esses desafios podem ser causados pela deficiência na infraestrutura de transporte público ou pela distância das residências dos alunos.

Conforme Boareto (2021), a mobilidade urbana deve ser tratada como um direito social, e a criação de um sistema de transporte público acessível e integrado é essencial para promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida nas cidades. Esses problemas destacam a necessidade de uma revisão urgente das condições acadêmicas e da infraestrutura, para assegurar que todos os alunos possam acessar o *campus* e os recursos fundamentais para seu sucesso acadêmico.

Tabela 4 - Principais desafios para a permanência na UFRA/Capanema.

Descrição da Dificuldade	Percentual (%)
Acesso ao <i>campus</i> devido à localização	34,09%
Falta de acesso a computadores e <i>internet</i>	20,45%
Dificuldade para obter suporte dos professores fora da sala de aula	15,9%
Outros desafios não especificados	13,64%
Falta de monitoria nas disciplinas	6,82%
Insegurança no <i>campus</i>	4,55%
Ausência de docentes	4,55%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em relação à desistência do curso, 65,2% dos discentes consideraram essa possibilidade em algum momento, enquanto 34,8% nunca cogitaram

abandonar o curso. Esses dados indicam que muitos alunos enfrentam desafios que os levaram a ponderar a desistência, ressaltando a necessidade de avaliar e melhorar a qualidade do curso e o suporte oferecido para aumentar a satisfação e a retenção acadêmica.

É essencial que as instituições de ensino superior investiguem as causas dessas considerações em relação à evasão e implementem medidas eficazes para mitigar os fatores que contribuem para a desistência. Conforme Carvalho Souza (2021) a evasão no ensino superior brasileiro é um problema crescente, influenciado pela escolha do curso, identificação com a área, dificuldades acadêmicas e outros fatores internos e externos às universidades.

Para criar um ambiente acadêmico mais acolhedor e eficiente, é crucial melhorar o atendimento psicopedagógico, integrar melhor os discentes e revisar o currículo e a metodologia de ensino. A satisfação acadêmica pode ser aumentada pela relevância do curso, qualidade das interações com os professores e infraestrutura oferecida. Embora muitos discentes tenham considerado desistir, a maioria permanece matriculada, sugerindo que, apesar dos obstáculos, encontram motivação e apoio para continuar. Portanto, é essencial verificar e aprimorar continuamente as estratégias de apoio.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos alunos para obter aprovação nas disciplinas, 2,27% dos discentes mencionaram a frequência mínima de 75% da carga horária total da disciplina, 29,55% destacaram a dificuldade em atingir a nota média final igual ou superior a seis e administrar os prazos para a entrega dos trabalhos acadêmicos, 22,73% apontaram a deficiência no ensino básico, em relação às disciplinas de matemática e português, 9,09% mencionaram dificuldades em cursar a quantidade média de disciplinas ofertadas por semestre e 6,81% não souberam especificar os desafios enfrentados (Ver tabela 5).

Esses resultados reforçam a necessidade de ações específicas para apoiar os discentes em suas dificuldades acadêmicas, tais como programas de tutoria e cursos de nivelamento, que podem ser eficazes na organização das atividades acadêmicas e na superação de deficiências em conhecimentos fundamentais.

Tabela 5 - Desafios enfrentados pelos discentes para aprovação em disciplinas do curso de Administração na UFRA/Capanema.

Desafios para aprovação	Percentual (%)
Gestão de prazos para entrega de trabalhos acadêmicos	29,55%
Alcançar nota média final igual ou superior a seis	29,55%
Deficiência no ensino básico (Matemática e Português)	22,73%
Cursar a quantidade média de disciplinas ofertadas no semestre	9,09%
Não especificaram	6,81%
Frequência mínima de 75% da carga horária total	2,27%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A dificuldade enfrentada por 29,55% dos discentes em atingir a média mínima e gerenciar prazos sublinha a necessidade de um acompanhamento mais próximo e do aprimoramento das habilidades de planejamento. A universidade deve se posicionar como um ambiente propício à formação de profissionais qualificados, promovendo a motivação e o conhecimento. Identificar e intervir nas fragilidades identificadas pode reverter o quadro de desmotivação entre os estudantes (Cassiano *et al.*, 2021).

A implementação de estratégias educacionais focadas nesses pontos pode proporcionar um ambiente de aprendizagem mais favorável e equitativo, auxiliando os alunos a superarem as dificuldades identificadas.

No que se refere às indagações sobre que tipo de apoio ou medida a Universidade poderia implementar para auxiliar os alunos a enfrentar os desafios socioeconômicos, foram expressas várias opiniões. Entre elas, destacam-se a conciliação entre emprego e estudo, a flexibilização dos horários das aulas e a criação de programas de apoio ao emprego para facilitar a combinação entre trabalho e estudos.

Além disso, foi mencionada a necessidade de disponibilização de verbas para atividades acadêmicas, como trabalhos de campo, visando enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos. O investimento em infraestrutura, como refeitórios, foi destacado por um dos discentes como uma medida que reduziria os custos de alimentação dos discentes e melhoraria sua experiência no *campus*.

Outra sugestão levantada foi a disponibilização de ônibus escolares para atender áreas próximas ao *campus*, facilitando o acesso às aulas. Também foi ressaltada a necessidade de oferecer mais bolsas de estudo para reduzir os custos

da educação e aumentar o acesso dos discentes à universidade. Além disso, foi destacada a importância de aprimorar os auxílios existentes, como alimentação, transporte e moradia, e até mesmo considerar a criação de alojamentos estudantis, como mencionado por um discente:

*"É essencial aprimorar os auxílios de alimentação, transporte e moradia, ou até mesmo implementar alojamentos estudantis."
"Assistência estudantil mais acessível!"*

A comunidade estudantil pode ter necessidades específicas, sendo importante que a universidade trabalhe em colaboração com os discentes e leve em consideração suas opiniões ao implementar essas medidas. Além disso, a colaboração com órgãos governamentais e instituições locais pode ser benéfica para enfrentar de forma mais abrangente os desafios socioeconômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados, a pesquisa mostrou que a UFRA tem um papel crucial na promoção da igualdade de acesso à educação superior, oferecendo ensino de qualidade e acolhendo discentes de diversas origens. No entanto, há uma diversidade significativa nas situações socioeconômicas dos alunos, com desafios relacionados à renda e moradia.

Para enfrentar essas questões, é essencial implementar políticas robustas de assistência estudantil, como bolsas estudantis e apoio financeiro, e fortalecer as estratégias de comunicação para garantir que todos os discentes estejam informados sobre os recursos disponíveis. Uma divulgação mais eficaz dos programas de assistência estudantil pode reduzir as taxas de evasão e melhorar as condições de permanência dos discentes.

A pesquisa destaca que 65,9% dos discentes do curso de Administração são mulheres, provenientes de escolas públicas e solteiras. E muitos discentes enfrentam desafios socioeconômicos, com renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, e 54,5% estão desempregados. Esses fatores ressaltam a importância de medidas específicas para apoiar a permanência dos discentes na universidade.

Portanto, é essencial que a UFRA e outras instituições de ensino superior estejam cientes das necessidades financeiras dos discentes e ofereçam o suporte

necessário para garantir a equidade no acesso à educação. Implementar políticas institucionais voltadas para a inclusão e igualdade de oportunidades é essencial para assegurar que todos possam concluir seus estudos com sucesso. Essas informações orientam a implementação de políticas e programas que visem melhorar a experiência dos discentes e aumentar as taxas de retenção, cumprindo o papel da universidade na promoção de uma educação superior acessível e de qualidade.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todos que ajudaram a tornar este capítulo de livro uma realidade. Agradecemos à Prof.^a Dr.^a. Ana Karlla Magalhães Nogueira por sua inestimável orientação e apoio durante todo o processo de pesquisa e escrita; sua experiência e sugestões foram imprescindíveis. Somos gratos à nossa família, cujo amor e compreensão nos deram a força necessária para continuar. À Deus, que guiou nossos passos e concedeu sabedoria e discernimento durante todo esse processo. “Confia no Senhor de todo o teu coração e não te estribes no teu próprio entendimento; reconhece-o em todos os teus caminhos, e Ele endireitará as tuas veredas” (Provérbios 3:5-6).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro Silva.; MASCARENHAS, Suely Aparecida Do Nascimento. Prefácio: Desafios Para O Sucesso e Permanência No Ensino Superior. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 13, n. 1, jan-jun, p. 7-8, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/8396>. Acesso em: 09 set. 2023.

ALVES, Kristine Renata Medeiros.; RESENDE, Gisele Cristina. Reflexões sobre as mulheres que exercem múltiplas funções: papéis sociais, dentro e fora de casa. **Revista Educação e Humanidades**, v. 2, n. 1, jan-jun, p. 622-631, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/8576>. Acesso em: 10 set. 2023.

ARAÚJO, Wilker Torres de. **Diagnóstico do sistema de informação do transporte público coletivo: estudo de caso da linha de ônibus Eustáquio Gomes/Cruz das Almas**, de Maceió-AL. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Lima Marques da Silva. 2021. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Tecnologia, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/11957>. Acesso em: 29 set. 2023.

BOARETO, Renato. Os desafios de uma Política de Mobilidade Urbana transformadora das cidades. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais: E-metropolis**, (44), p. 7-24, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Renato-Boareto-2/publication/349413519_Os_desafios_de_uma_Politica_de_Mobilidade_Urbana_transformadora_das_cidades/links/60300c9992851c4ed5836006/Os-desafios-de-uma-Politica-de-Mobilidade-Urbana-transformadora-das-cidades.pdf. Acesso em 10 set. 2023.

BRASIL, Decreto no 591, de 6 de Julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Presidência da República Casa Civil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jul.1992, Seção XXI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep)**. Apresentação da Coletiva de Imprensa: Censo da Educação Superior 2021. Disponível em: Resultados — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep)**. Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CARVALHO SOUSA, Alana Natália de. **Evasão universitária no curso de Licenciatura em Matemática Capanema/UFPB Campus Bragança: uma revisão bibliográfica**. 2021. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Matemática, Capanema, PA, 2021. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/bitstream/prefix/5729/1/TCC_EvasaoUniversitariaCurso.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

CASSIANO, Carolina *et al.* Desmotivação acadêmica: buscando compreender a realidade. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 9, n. 2, p. 417-426, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497969633007/html/>. Acesso em: 15 set. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**, 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. E-book. Disponível em: <https://profeltonorris.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em 15 set. 2023.

CHRISTO, Maria Marilei Soistak.; RESENDE, Maurício Martins de.; TALÍCIA do Carmo Galan Kuhn Por que os alunos de engenharia desistem de seus cursos – um estudo de caso. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudentes, v. 29, n. 1, p.154-168, jan./abr., 2018. DOI: 10.32930/nuances.v29i1.4391. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/Nuances/article> > Acesso em: 02 set. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

DA ROCHA, Manuela Rodrigues.; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho, O Estágio Em Administração Ampliando As Oportunidades Profissionais. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/16951>. Acesso em: 15 set. 2023.

DA SILVA MATTOS, Hellen Cristina Xavier.; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. A universidade no horizonte de estudantes oriundos de escola pública: um estudo qualitativo sobre a permanência. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022010-e022010, 2022. Disponível em: <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/1309>. Acesso em: 01 set. 2023.

DE AGUIAR NETO, Jorge Morgan. Diversidade De Trajetórias Escolares No Ensino Superior: O Caso De Estudantes De Escolas Públicas Em Cursos De Prestígio. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8072>. Acesso em: 10 set. 2023.

DE SALES, André Barros.; BOSCARIOLI, Clodis. Uso de tecnologias digitais sociais no processo colaborativo de ensino e aprendizagem. **Revista Ibérica de Sistemas e tecnologias de informação**, n. 37, p. 82-98, 2020. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/rist/n37/n37a07.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

DIAS, Heloiza Rocha. **O estágio na formação docente: relação teoria e prática**. Orientadora: Prof.ª Luciane Sippert Lanza Nova. 2023. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Licenciatura em pedagogia - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - são Luiz Gonzaga, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2905>. Acesso em 30 set. 2023.

DUARTE JÚNIOR, Nestor Gomes. **Assistência estudantil nas universidades estaduais brasileiras: as marcas dos Programas de bolsas e auxílios financeiros na permanência discente**. 2020. 166f. Tese (Pós-graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pernambuco – Recife 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38918/1/TESE%20Nestor%20Gomes%20Duarte%20J%20c3%banior.pdf>. Aceso em 15 set. 2023.

FRANDOLOZO, Sílvia Lethicia. **Os desafios da assistência estudantil na educação profissional e tecnológica: problematizando a meritocracia e as estratégias de permanência estudantil no contexto de desigualdades sociais sob uma perspectiva interdisciplinar**. 2023. 211f. Dissertação (Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/7007/3/FRANDOLOZO.pdf>. Acesso em 20 set. 2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça Cidades e Estados do Brasil, v4.6.48 **IBGE** 2023. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.b>. Acesso em 24 set. 2023.

KO FREITAG, R. M. Idade: Uma Variável Sociolinguística Complexa. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. p. 105–121, 2000. DOI: 10.5935/rl&l.v6i11.875. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/875>. Acesso em: 12 set. 2023.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução a Administração**, 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000. E-book. Disponível em: http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/EngMec_NOTURNO/TM038/2013-1/Livro_-_Introdu%20a%20Administra%20-%20Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%20Ed.pdf. Acesso em 11 set. 2023.

MONTEIRO NETO, Aristides.; VIEIRA, Danilo Jorge.; MACEDO, Fernando César de. **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/214076_lv_ut_miolo_introducao.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

NUNES, Ilanna Teixeira. **Acesso à política de assistência estudantil: uma análise do impacto do auxílio moradia nas trajetórias de estudantes da UFC no Campus Sobral**. 166f. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará – Fortaleza 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60857/3/2021_dis_itnunes.pdf. Acesso em: 10 agos. 2023.

PEREIRA, Lucinea de Souza.; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Estudantes trabalhadores de camadas populares em seu desafio cotidiano de conciliar trabalho e estudo. **Educativa Goiânia**, v. 23, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/14743/1/ARTIGO_EstudantesTrabalhadoresCamadas.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

PINHEIRO, Fernando Sérgio Valente *et al.* **Universidade Federal Rural da Amazonia UFRA** Projeto pedagógico do curso de Administração. Capanema, Pa, 2012. Disponível em: https://capanema.ufra.edu.br/administracao/images/PDFS/PPC_Capanema_Administracao.pdf. Acesso em: 27 ago.2023.

QUEIROGA, Jose Carlos Vieira de *et al.* Censo socioeconômico dos discentes do curso de administração de uma universidade pública na cidade de Sousa -PB. **Redalyc.org**. Itajubá, v.8, n.4, p.01-25, fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662195048/html/>. Acesso em: 15 set. 2023.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária-um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 2, p. 55-70, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016893006.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

SILVA, Paula Bacellar.; SILVA, Patrícia da. Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, p. 525-542, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/YvFxTBjrTh9VtfXThrpjW8Q/#> Acesso em: 06 set. 2023.

SOARES, Alexsandro Gonçalves. **A evasão no curso de Administração da UNIPAMPA: causas e consequências**. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2021. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5323/1/TCC_Alexsandro_Goncalves_Soares.pdf. Acesso em: 25 set 2023.

UFRA. Projeto Pedagógico de Curso (PCC) de Ciências contábeis. Capanema, PA, 2023. Disponível em: https://capanema.ufra.edu.br/contabeis/images/PDFS/PPC_ciencias_contbeis_capanema.pdf. Acessado em: 08/08/2024.

VAZ, Francisco Antônio Lourenço. A função social da biblioteca pública na era da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-16, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/sange/Downloads/2020-fun%C3%A7%C3%A3o%20social%20bib-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/sange/Downloads/2020-fun%C3%A7%C3%A3o%20social%20bib-2-PB%20(2).pdf). Acesso em: 07 set.2023.

DESAFIOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ACESSO AO CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE QUATIPURU-PA

Edinalva da Silva Gomes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria Rafaela Carvalho Carvalho

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Naelton Santiago de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, pois ela é responsável por quase 70% da produção de alimentos que chegam à mesa da população. Em razão disso, a partir da metade dos anos 1990, o governo brasileiro iniciou a elaboração de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. O CAF é um requisito básico para a obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, os agricultores ainda carecem de informações e de assistência técnica para acessarem programas de políticas públicas essenciais. O objetivo deste trabalho foi identificar os principais desafios dos agricultores familiares no acesso ao CAF, no município de Quatipuru-PA. Para isso, aplicaram-se entrevistas, com perguntas abertas, tanto aos agricultores quanto aos técnicos que atuam no escritório local da EMATER (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural) do município. Os principais desafios estão ligados à limitante comunicação entre agricultores e o órgão de assistência técnica, visto que existe um desconhecimento por grande parte dos agricultores em relação à documentação necessária e os benefícios do CAF. Observou-se que a falta de regularização fundiária é o principal desafio, atualmente. Além disso, agricultores possuem poucas informações e até desconhecem sobre o CAF.

Palavras-chave: assistência técnica; desinformação; regularização.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, pois ela é responsável, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), por quase 70% da produção de alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Em razão disso, a partir da metade dos anos 1990, o governo brasileiro iniciou a elaboração de diversas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar (Cazella, 2016). Segundo a Conab (2022), o fortalecimento da agricultura familiar contribui para a redução do êxodo rural, geração de renda e preservação do meio ambiente, consequentemente, favorece o desenvolvimento das comunidades.

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é um instrumento que identifica e qualifica o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar, bem como a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os empreendimentos familiares rurais e as formas associativas da agricultura familiar, como as cooperativas agropecuárias e associações rurais, (Brasil, 2023). Em virtude disso, o CAF é um requisito básico para a obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, como a obtenção de recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), acesso ao crédito rural, ao Programa de Aquisição de alimentos (PAA), as Políticas Nacionais de Educação Ambiental (PNAE), assistência técnica e extensão rural.

No entanto, de acordo com Bezerra *et al.* (2017), os agricultores ainda carecem de informações e de assistência técnica para acessarem os programas de políticas públicas essenciais. Segundo Brasil (2023), para se enquadrar na agricultura familiar, a propriedade deve possuir área de até quatro módulos fiscais, além disso, utilizar no mínimo 50% da mão-de-obra de origem familiar na produção, obter pelo menos 50% da renda oriunda das atividades econômicas realizadas no seu empreendimento ou estabelecimento e, conduzir a propriedade com a própria família.

No estado do Pará, o município de Quatipuru, localizado na região nordeste paraense e microrregião bragantina, conta com 11.524 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 e cerca de cinco propriedades rurais. Conforme Embrapa (2019), a atividade agrícola realizada na região bragantina

é majoritariamente exercida pelas mãos de pequenos produtores, com base na mão-de-obra familiar, que, por sua vez, dedicam-se à exploração de culturas importantes, como a mandioca, o milho e o feijão-caupi.

Devido à sua importância no cenário nacional, estudos que transpassem a real situação desse setor são de extrema importância. Do mesmo modo, informações sobre a efetivação e cumprimento das políticas públicas, são necessárias. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi identificar os principais desafios dos agricultores familiares no acesso ao cadastro nacional da agricultura familiar (CAF), no município de Quatipuru-PA.

METODOLOGIA

Área de estudo

Quatipuru é um município brasileiro do estado do Pará, localizado na mesorregião do Nordeste Paraense na microrregião Bragantina, à uma latitude 00°53'49" sul e longitude 47°00'19" oeste, estando a uma altitude de 29 metros. A sede do município fica distante 215 km de Belém, passando por Capanema, rumo à BR-316.

O município de Quatipuru é considerado o sexto município mais populoso da pequena região de Capanema com, aproximadamente 11.524 habitantes, ocupando uma área territorial de 321,7 km² (IBGE, 2022). As principais atividades econômicas do município são a pesca, o artesanato e a agricultura. Na produção agrícola destaca-se o cultivo de raiz de mandioca, milho e feijão (Alvez, 2007).

Procedimentos metodológicos

A priori, este estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica, utilizando-se fontes eletrônicas (consulta na internet) e fontes impressas (livros, artigos acadêmicos) e trabalhos de pesquisas anteriores relacionados ao tema abordado. Posteriormente, foi realizado um levantamento do número de agricultores que possuem registro ao Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF) fornecido pelo agente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município de Quatipuru PA. Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo exploratória junto aos agricultores familiares que possuem e que não possuem acesso ao CAF no

município de Quatipuru-PA. A etapa de campo foi efetuada por meio de aplicação de entrevistas, com perguntas abertas, junto aos agricultores familiares da região, que foi de fundamental importância para o levantamento e coleta de dados para o trabalho.

A pesquisa de campo foi realizada de forma presencial nos dias 12 e 26 de agosto e no dia 01 de setembro 2023. A entrevista se deu com um número de 30 (trinta) agricultores familiares que possuem e que não possuem acesso ao CAF, de modo a destacar os principais desafios enfrentados por estes agricultores no acesso e adesão ao CAF, no município de Quatipuru, Nordeste Paraense.

Os dados foram coletados mediante fontes primárias e secundárias. Para a coleta dos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de forma presencial e por meio de rede social como *WhatsApp* no município de Quatipuru-PA. Já para a coleta dos dados secundários, foram consultados materiais como artigos científicos, trabalhos acadêmicos e programas governamentais com a finalidade de se obter arcabouço teórico a respeito do objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepção dos agricultores em relação ao CAF

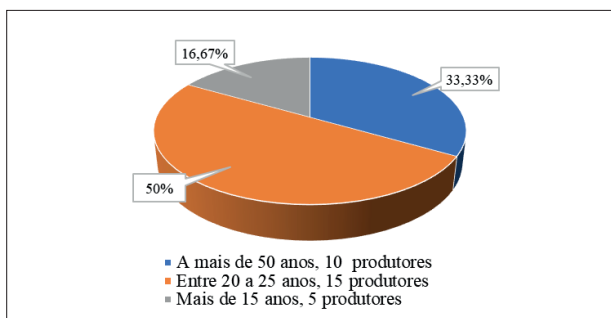
Os programas de políticas públicas são estratégias importantes para a manutenção e desenvolvimento rural no Brasil. Nesse sentido, o CAF é uma ferramenta importante para as mudanças socioeconômicas, não só no município de Quatipuru, mas também em todo o país, uma vez que essa ferramenta possibilitará ao produtor ter acesso as políticas de créditos rurais fornecida pelo Governo Federal.

Em virtude da importância do acesso dessas ferramentas pelos agricultores familiares do município de Quatipuru, perguntou-se o que esses agricultores entendem sobre o CAF. No entanto, antes de analisar tal percepção, optou-se por fazer uma descrição dos entrevistados residentes nas comunidades rurais do município.

A figura 1 mostra que 50% dos agricultores entrevistados residência na comunidade entre 20 e 25 anos, 33,33% dos produtores residem na comunidade a mais de 50 anos. Em relação a obtenção da documentação da terra, a maioria (50%) dos entrevistados apresentação recibo de compra da propriedade. Apenas 16,67% dos entrevistados não possuem título de posse ou recibo de compra e

venda da propriedade. Destaca-se a importância de o agricultor possuir o título da terra, garantindo, assim, a segurança jurídica prevista no Estatuto da Terra, Lei n 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Brasil, 2021).

Figura 1 - Tempo de residência na comunidade.

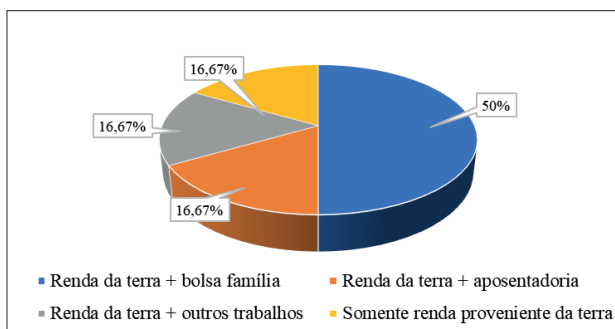


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Feijó (2011), por sua vez, destaca a importância na obtenção dessa documentação uma vez que a propriedade dá direito para o avanço nas políticas públicas, assim como a possibilidade de se obter mais investimentos para a manutenção e crescimento da sua produção. No meio rural, a posse da terra pode ser vista como uma garantia dada pelo produtor ao mercado, assim, quando ocorre diferenças nas informações, utiliza-se de garantias as quais podem reduzir o acesso ao crédito ou diminuir os efeitos de agência.

A figura 2 mostra que o sustento familiar se origina, principalmente, da renda proveniente da terra (100%). Isso se dá pela comercialização dos produtos produzidos nas comunidades, tornando-se a principal fonte de renda dos agricultores entrevistados. Os produtos alimentícios produzidos nas propriedades constituem a alimentação dos mesmos e também abastece o comércio local. Dessa forma, Martins (2001) descreve a agricultura familiar não somente limitante ao núcleo familiar que se restringe a propriedade, mas também como um sistema produtivo que articula entre diversas temporalidade e especialidades, permitindo, assim, o avanço social, econômico e cultural não somente no campo, mas também na cidade. Nota-se, também, que 50% dos entrevistados são beneficiários do programa Bolsa Família e, também, contribuem com a renda familiar junto a renda proveniente da terra.

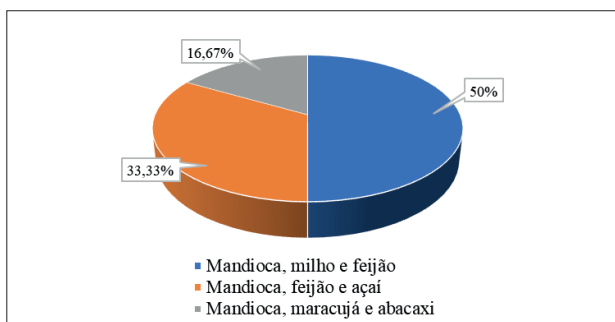
Figura 2 - Fonte de renda familiar dos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

De acordo com os dados da figura 3, todos os entrevistados têm como principal atividade exercida na propriedade é o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*). Segundo Moreira (1999), a cultura de mandioca destaca-se como um dos principais alimentos energético e de fonte de carboidratos para milhões de pessoas. Ainda com base no autor, seu cultivo pode ser feito em pequenas áreas, sem a utilização de grandes tecnologias, como na agricultura familiar de subsistência, além de ser facilmente adaptável a climas tropicais e exigir poucas técnicas sendo sua produção considerada de baixo custo. Dessa forma, tais características podem atuar como fator o qual contribui para que a maioria dos produtores entrevistados sobrevivem do plantio, da fabricação da farinha e da venda das raízes.

Figura 3 - Principais culturas produzidas nas propriedades familiares.



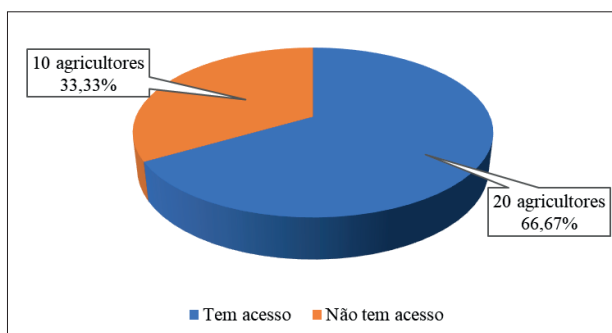
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Além do cultivo de mandioca, 50% dos agricultores trabalham com o cultivo de milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*) em sua propriedade. Apenas 16,67%

associam a mandioca a outras culturas como maracujá (*Passiflora edulis*) e abacaxi (*Ananas comosus*). Dos questionados, 50% trabalham com essa atividade a mais de 30 anos sendo ela passada de geração a geração e 50% exercem a atividade a 10 anos. Segundo Junqueira (2008), com o advento progressivamente mais frequência da globalização, as propriedades rurais têm sido confrontadas com grandes desafios para alcançar seu desenvolvimento, fazendo-se necessário a utilização de diversos mecanismos para a geração de renda, como a diversificação da produção.

Quando questionados, 66,67% dos agricultores afirmaram ter acesso ao CAF e ter conhecimento sobre o programa, assim como possuem informações sobre como efetuar a realização do cadastro, conforme mostra a figura 4. Em relação a não participação 33,33% dos entrevistados relataram não saber o que é o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e não ter acesso a informações de como realizar o cadastro. Isso destaca a pouca atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no atendimento aos agricultores familiares de município.

Figura 4 - Conhecimento dos produtores sobre os benefícios e oportunidades ofertadas através do CAF.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

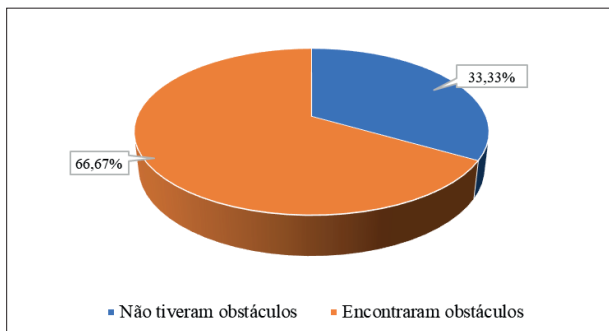
Apesar de 66,67% dos entrevistados afirmarem ter acesso às informações em relação ao CAF, observou-se que grande parte dos entrevistados possuem um conhecimento superficial em relação aos benefícios aos quais podem ser adquiridos através do acesso ao CAF, conforme mostra o gráfico. Quando questionados sobre as informações em relação ao programa ao qual tinha acesso, os produtores destacavam apenas servir para diversas atividades na agricultura, além da possibilidade de vender sua produção para a merenda nas escolas do município, assim como para serviços de aposentadoria. Segundo Machado *et al.*

(2018), essa situação pode ser reflexo de uma série de fatores como a falta de articulação entre gestores e agricultores, e a dificuldade de logística.

Dessa forma, destaca-se a importância do fornecimento das informações em relação aos benefícios ofertados ao produtor através do programa de forma clara. Somente 33,33% afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre oportunidades adquiridas através do CAF.

Em relação aos obstáculos enfrentados pelos agricultores no acesso ao CAF, conforme a análise da figura 5, 66,67% dos entrevistados relataram ter enfrentado obstáculos no acesso ao cadastro e destacam a questão de documentação como uma das principais barreiras no acesso ao cadastro. Entre os motivos que atuam sobre essa problemática, destaca-se a escassez de informações sobre quais os documentos necessários para a realização do cadastro, a carência de conhecimento sobre os direitos e benefícios aos quais o programa dar acesso. Dessa forma, os interrogados destacam que as informações obtidas como onde realizar o cadastro, quais os documentos necessários, quais os benefícios e as políticas de acesso ao CAF são insuficientes.

Figura 5 - As principais barreiras enfrentadas no acesso ao CAF.



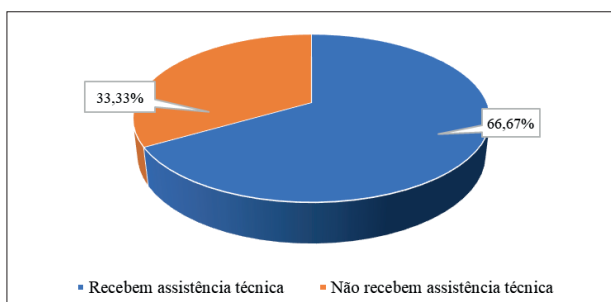
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Tais obstáculos podem estar relacionado a insuficiência de capacitação ou treinamentos específico ao CAF junto aos produtores. Com isso, Machado *et al.* (2018), ressaltam que o acesso do agricultor familiar à assistência técnica no país é relativamente menor quando comparada a assistência técnica ofertada aos grandes produtores. Assim, tal fator pode atuar como justificativa para a carência de informações por parte dos produtores entrevistados em relação a finalidade

do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e as políticas públicas que podem ser adquiridas através deste.

Observou-se que 66,67% dos agricultores entrevistados recebem assistência técnica através de reuniões junto aos produtores os quais possuem acesso ao cadastro, através de visitas técnicas de representantes da EMATER, conforme mostra a figura 6. Por outro lado, os produtores que não possuem o cadastro (33,33%), apresentam menor acessibilidade a essa prática dificultando, assim, o acesso as informações sobre o programa. Dessa forma, Sena e Barbosa (2021), destacam que para se obter melhor desempenho da agricultura familiar e o seu desenvolvimento econômico e social, a assistência técnica deve ser permanente. Com isso, os produtores destacam como principais medidas necessárias para facilitar o acesso ao CAF, através de apoio institucional ou pela assistência técnica, a realização de visitas técnicas nas propriedades, assim como a realização de palestra com os agricultores familiares a fim de agregar o conhecimento técnico as vivências do agricultor e atuar como porta voz entre as políticas governamentais voltadas para a agricultura familiar e o produtor.

Figura 6 - Amostra da participação da assistência técnica frente ao fornecimento de informações sobre o acesso ao CAF para os agricultores familiares.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2023).

Percepção da EMATER em relação ao acesso ao CAF

Falta de regularização fundiária

De acordo com a entrevista aplicada à EMATER do município, o principal problema enfrentado pelos agricultores para acessar o CAF é a falta de regularização fundiária de suas áreas para comprovar seu vínculo com uma área de

produção. Como citado por Melo *et al.* (2017), a regularização fundiária é uma ação sociopolítica que tem como objetivo realizar a segurança jurídica por meio da entrega do título de propriedade a agricultores, e assegurar-lhes a posse da terra. Assim, para Melo (2015), os estabelecimentos agropecuários não regularizados e documentados encontram problemas no acesso às políticas públicas. Ainda com base nas informações do autor, este fator, está ligado em sua maioria ao elevado grau de desinformação no campo no que diz respeito a esse procedimento jurídico, como também, é um procedimento burocrático, muito longo e custoso, e em muitas situações os agricultores não possuem condições financeiras para investir na legalização de seu estabelecimento. Como consequência da falta de documentação para acessar o CAF, os agricultores não conseguem acessar políticas públicas como o acesso as linhas de crédito do Pronaf (Melo, 2015). Assim como assistência técnica e extensão rural em suas propriedades.

Falta de interesse

Outra questão relevante identificada pela EMATER como desafio que leva os agricultores à falta de acesso ao CAF, é o não interesse deles em acessar o CAF, justificado pelo órgão no qual os agricultores não procuram munir-se da documentação necessária. Por outro lado, este fato também pode estar ligado ao desconhecimento dos benefícios e oportunidades oferecidos pelo acesso ao cadastro, possivelmente relacionado a limitação da assistência técnica no município, no atual momento. Com isso, os agricultores ficam isentos das informações para o cadastro, como mencionado por Ferreti (2022), em que a desinformação existente no campo em relação ao conhecimento das políticas públicas, leva ao desconhecimento das regras existentes. Por outro lado, a falta de interesse, também pode ser consequência da falta de confiança. Como dito por Cazella *et al.* (2020), a falta de confiança nas instituições públicas encaminha os beneficiários das políticas públicas a não as demandar.

Limitação no serviço de assistência técnica

No que diz respeito à atuação da assistência técnica, o serviço é disponibilizado no município, no entanto, atualmente, no município, há uma limitação,

pois o serviço se encontra destinado apenas para emissão de CAF's", e, que até o presente momento o município conta com apenas um técnico extensionista, e que anteriormente eram dois. Com isso, nota-se o descaso dos gestores com a agricultura familiar no município. Nesse sentido, observa-se como mencionado por Castro (2015), que historicamente no Brasil, os agricultores familiares sempre receberam pouco apoio por parte do poder público. Dessa forma, a efetivação das políticas públicas acontece de maneira desigual dentro de uma mesma cidade, estado e país, decorrente da falta de abrangência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, conclui-se que grande parte dos entrevistados não possuem conhecimento aprofundado sobre as informações em relação aos benefícios que podem ser adquiridos através do acesso ao CAF. Além disso, observou-se, também, pouca noção da parte dos agricultores no que se refere os requisitos de acesso ao cadastro, o que pode ser fruto da atuação da assistência técnica e extensão rural ineficiente no município. Diante disso, espera-se que através desse trabalho o leitor tenha compreendido a importância do conhecimento, de maneira clara e objetiva, dos desafios que os agricultores enfrentam para acessar o CAF, no município de Quatipuru. Além disso, deseja-se que, através dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores no acesso ao CAF, apontados no decorrer do trabalho, medidas como a atuação de órgãos públicos como a EMATER, por meio do incentivo do poder público, possam atuar de forma mais abrangente e esclarecedoras a fim de minimizar essa problemática e fomentar o desenvolvimento social, ecológico e cultural na produção familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **Desenvolvimento local**: alternativas de produção sustentável para pequenos municípios da Amazônia Brasileira- Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

BEZERRA, Gleicy Jardi; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações** (Campo Grande), v. 18, p. 3-15, 2017.

CASIMIRO DE ANDRADE, Jucimar; ARRUDA DE ARAÚJO, Maurílio; SOUZA SANTOS, Pedro Vieira. ESTUDO SOBRE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS. **Gestão e Sociedade**, v. 13, n. 36, 2019.

CASTRO, César Nunes. **DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**: o caso de assistência técnica e extensão rural. Trabalho de Conclusão de Curso - Ipea, 2015.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49–79–49– 79, 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José; SCHNEIDER, Sergio. A abordagem do Não-Recurso a políticas públicas: o caso do crédito rural para a agricultura familiar. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 48-67, 2020.

CONAB. Agricultura Familiar. Companhia de abastecimento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>. Acesso em: 6 out. 2023.

CONTROVERSA, agricultura familiar abastece boa parte do Brasil. Uol. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/controversa-agricultura-familiar-abastece-boa-parte-do-brasil.shtml>. Acesso em: 6 out. 2023.

COSTA, Igor Andrade. **Agricultura Familiar Camponesa e Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável**: Uma análise do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no município de Peixe-Boi, Pará. Orientador: Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior. 2023. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2023.

CRAVO, Manoel da Silva *et al.* Sistema Bragantino: Agricultura Sustentável para a Amazônia. **Documento 218**, Belém, novembro, 2005.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FEIJÓ, R. L. C. Economia agrícola e desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FERRETTI, Kleber Destefani. REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULOS FINANCEIROS AOS AGRICULTORES FAMILIARES. **POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA**, p. 75.

HESPAANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Programa de aquisição de alimentos**: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>. Acesso em: 01 outubro 2023.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n.02, p. 159-176, jul/dez, 2008.

Machado, Patrícia Maria de Oliveira *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 12 [Acessado 10 Outubro 2023], pp. 4153-4164.

MARTINS, J. de S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Santiago do Chile: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, 2001. Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI”, realizado em Santiago do Chile, 2001. Disponível em: http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/brasil/souza.PDF. Acesso em: ago. 2023.

MELO, Diogo Neves *et al.* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO MEIO OESTE CONTESTADO DE SANTA CATARINA LAND REGULARIZATION IN THE MIDWEST CONTESTADO REGION OF SANTA CATARINA. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 12, n. 27, p. 229-256, 2017.

MELO, Diogo Neves. **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ZONAS RURAIS**: estudo de caso no território meio oeste contestado em Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 205p. Dissertação (Ciências Agrárias) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; DE ARAÚJO, Fernando Moreira; DE QUEIROZ, Carlos César. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

REALIZAR Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Gov.com. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 6 out. 2023.

STEFFEN, Janaína. Você sabe quem são os agricultores familiares? 2017. Disponível em: <http://autossustentavel.com/2017/06/agricultura-familiar.html>. Acesso em: 30/07/2023.

ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CONSUMIDORES DOS SUPERMERCADOS *MIX* MATEUS E LÍDER NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Marcos Vinícius Pimentel Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria do Socorro de Melo Moraes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Nicoli Sabrina Santos Lima

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Naeliton Pinheiro Barbosa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise do perfil socioeconômico dos consumidores das duas referências no setor supermercadista do município de Capanema-PA, *Mix Mateus* e *Líder*, de modo a identificar, mais especificamente, o nível de importância dos atributos que influenciam nas preferências entre os dois supermercados. **Métodos:** Classificou-se como pesquisa aplicada e descritiva, recorrendo a um levantamento de dados e uma abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos por meio de um questionário estruturado com 22 perguntas dicotômicas e de resposta única para os consumidores, além do uso da escala Likert. **Resultados:** Os resultados demonstraram que o perfil dos consumidores do *Mix Mateus* e *Líder*, a maioria é do sexo feminino, entre 19 a 40 anos, recebendo de 1 a 3 salários mínimos, e realizando compras semanais de R\$ 301,00 a R\$ 700,00. O preço, a variedade de mercadorias e a localização foram apontados como os atributos de maior relevância para a fidelização. Além disso, o alto uso da internet pelos consumidores sugere que os anúncios dos supermercados sejam informados nesse meio. **Considerações Finais:** Este estudo reforçou que a decisão de compras são definidas pelos fatores sociais, econômicos e demográficos, o que contribui diretamente para as estratégias comerciais dos supermercados analisados.

Palavras-chave: supermercados; demanda mercadista; atributos; comportamento do consumidor.

INTRODUÇÃO

Supermercados são grandes lojas que oferecem uma enorme e variada gama de produtos, que em sua maioria são de primeira necessidade, caracterizados por apresentarem atributos que fazem diferença no processo de aquisição de produtos (Algeri; Appio; Domingues, 2008).

Nesse sentido, Marandola e Lemanski (2020) afirmam que é perceptível o crescimento da concorrência em todos os ramos de negócios, inclusive no ramo mercadista. Por isso, as empresas varejistas têm, constantemente, tentado se adaptar a essa realidade, realizando estudos e análises que busquem melhorar os atributos que fazem diferença dentro do ramo que oferta, em predominância, produtos alimentícios (Algeri; Appio; Domingues, 2008).

Dessa forma, os produtos alimentícios têm relação direta com a Lei da Demanda e Oferta. Nesse viés, Rossetti (2002, p. 410) define que a, "a procura de determinado produto é determinada pelas várias quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, em função de vários níveis possíveis de preços, em dado período de tempo, *ceteris paribus*".

Para Mankiw (2005), a oferta move a economia de mercado e determina a quantidade produzida de cada bem e o preço de mercado pelo qual será vendido, em dado período de tempo, *ceteris paribus*. Caso necessite-se saber como um fato ou uma política afeta a economia, precisa-se pensar primeiro em seus impactos sobre a oferta e a demanda (Varian, 2006). E estas forças determinam em conjunto a quantidade e o preço dos produtos transacionados no comércio varejista.

Nesse viés, de acordo com Biondo e Bertolini (2017), o comércio varejista vem crescendo diariamente no mercado brasileiro. Segundo os autores, o setor de alimentos é uma grande força que movimenta a economia e impacta diretamente na forma de demandar e ofertar. O supermercadista, que também integra o setor varejista, é historicamente apontado como o que mais protagoniza na economia do cenário nacional:

No início dos anos de 1980 esse segmento comercializava 75% dos produtos do setor varejista, passando para 82,6% no final daquela década. No final dos anos de 1990, sua participação ampliou-se para 86,1% do volume total de vendas de bens de consumo diário, revelando a importância desse segmento (Ferreira; Venâncio; Abrantes, 2009, p. 334).

Todo esse processo histórico transformou o supermercado em uma nova ferramenta de consumo que, de modo geral, evoluiu para um modelo moderno, inovador e ágil devido às suas qualidades únicas (Azevedo *et al.*, 2021). Segundo Souza (2014), é de extrema relevância para as organizações do segmento de supermercados entenderem quais atributos são de maior importância para os consumidores do ramo varejista, para que assim, se tenha mais subsídio para fornecer e se adaptar às necessidades e preferências desses consumidores.

De acordo com Rojo (1998), compete aos gestores dos supermercados o conhecimento dos seus consumidores e necessidades, visando contribuir com o processo de melhor percepção do mercado e atendimento ao consumidor; e trabalhando na captação de clientes.

Nesse contexto, estudar o perfil socioeconômico dos consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e do *Líder* em Capanema, é fundamental para compreender o mercado local, identificar oportunidades de negócios, adaptar a oferta de produtos e serviços e aprimorar as estratégias de *marketing* e atendimento. Vale ressaltar, ainda, que no município em que se delimitou a pesquisa, não foram encontrados estudos realizados com os consumidores dos supermercados, nem que visem conhecer os fatores que levam os compradores a demandar seus produtos em determinado estabelecimento.

Nessa perspectiva, os estudos sobre perfis socioeconômicos são relevantes para o setor, pois podem proporcionar uma vantagem competitiva, permitindo que os estabelecimentos atendam às necessidades dos consumidores de forma mais eficiente e alcancem resultados econômicos mais sólidos. Além disso, se mostra relevante para os consumidores do município, pois permitirá que as empresas conheçam as suas necessidades e particularidades para satisfazer o mercado local.

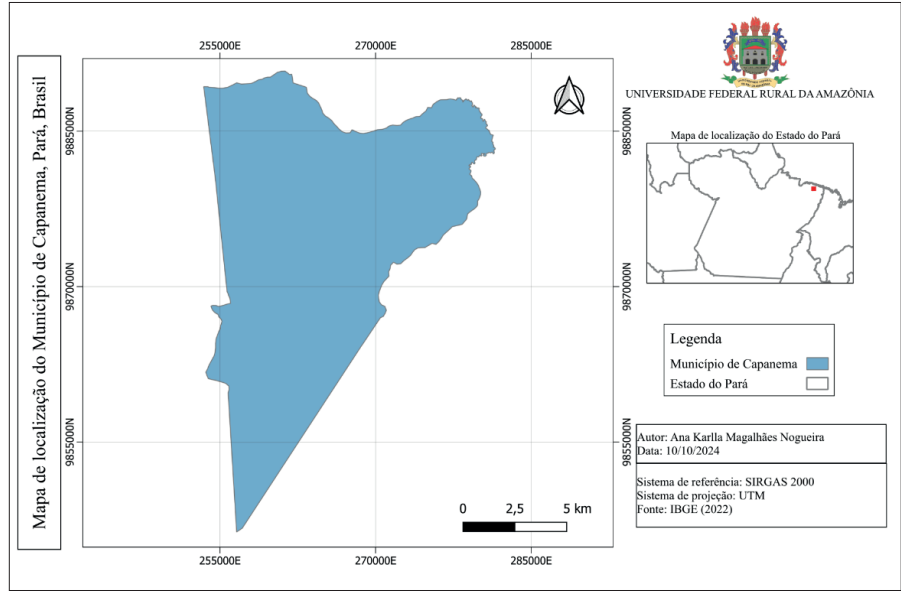
Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi realizar uma análise do perfil socioeconômico dos consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* no município de Capanema, Pará. Assim, como objetivos específicos, buscou-se identificar qual o nível de importância dos atributos que influenciam o processo de decisão do consumidor para a escolha entre os dois supermercados pesquisados.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo e dados utilizados

O estudo foi realizado no município de Capanema, localizado na mesorregião do Nordeste Paraense, região Norte do Brasil (Figura 1). Segundo Ribeiro (2016), Capanema configura-se como um dos centros de destaque do nordeste paraense como um centro sub-regional B, juntamente com Brangança, na hierarquia dos municípios que compõem esta mesorregião.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema/PA.



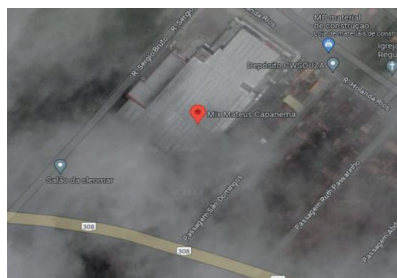
Fonte: IBGE (2022).

Os estabelecimentos escolhidos para estudo são as duas maiores redes de supermercado presentes em Capanema, *Mix Mateus* e *Lider* (Ver figura 2). O *Mix Mateus* localiza-se na BR-308, bairro São João, no município de Capanema, e desenvolve atividades no segmento de varejo voltado à comercialização de mercadorias em geral, com ênfase em produtos alimentícios desde 2020, estendendo-se por uma área de 5.156,12 m², de acordo com informações fornecidas pelo gerente do estabelecimento.

Já o Grupo Líder, varejo e atacado, situa-se na Travessa Justo Chermont, bairro Centro, no município de Capanema/PA, opera desde 2021, oferecendo para a população capanemense uma área de 2.500 m² apenas de supermercado, sendo que seu complexo comercial abrange mais 2.200 m² do Magazan, Ótica Líder e Farmácia Líder; e 900 m² do setor de produtos para construção–Líder *Home Center*.

De acordo com informações prestadas pelos gerentes desses estabelecimentos, ambos os supermercados foram implementados no município em função do posicionamento geográfico e comercial estratégico, isto é, seus serviços não só atendem a demanda da população de Capanema/PA, mas também dos municípios vizinhos.

Figura 2 - Mapa dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* no Município de Capanema/PA.



MATEUS



LÍDER

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em *Google Maps* (2023).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve enfoque na geração de conhecimento a respeito dos atributos essenciais para os consumidores demandarem pelos supermercados analisados, colaborando com a aplicação prática no município de Capanema, pela sua possibilidade em se tornar um importante instrumento na tomada de decisão estratégica dos gestores do *Mix Mateus* e *Líder*. Classificando-se, assim, como uma pesquisa de natureza aplicada. Para Silveira e Cordóva (2009, p. 35), a pesquisa aplicada visa produzir “[...] conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Considerando o objetivo, este estudo foi descritivo, ao caracterizar e descrever detalhadamente o comportamento e preferências dos consumidores pelas duas referências em rede de supermercados na região capanemense. Vergara

(2000) salienta que é através desse tipo de pesquisa que são apresentadas as características de uma determinada amostra ou fenômeno e suas relações entre as variáveis.

Utilizou-se, como procedimento técnico de pesquisa, o levantamento. Pois, conforme Gil (2008), o levantamento é direcionado, por intermédio de um questionário estruturado, às pessoas em que os seus perfis se pretende investigar. Para isso, foi realizada a coleta de dados de uma amostra representativa dos consumidores sobre os fatores determinantes de consumo nos dois supermercados em pauta e, por conseguinte, mediante análise quantitativa, foi possível extrair conclusões a partir dos dados obtidos.

Segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 2022, a população de Capanema era de 70.394 pessoas. Para chegar a uma amostra relevante da população foi adotado um índice de confiabilidade de 85%, tomando assim, 7% como margem de erro permitido. Para calcular o tamanho da amostra foi utilizada a fórmula geral proposta por Cochran (1977), que é dada da seguinte forma:

$$n = (N.P.Q.Z^2) / [(N-1)e^2 + P.Q.Z^2]$$

Onde:

n = é o tamanho da amostra;

N = é o tamanho da população;

P = é a porcentagem com que o fenômeno ocorre, considerando, de modo geral, igual a 0,5, quando a proporção não é conhecida;

Q = é a porcentagem complementar, ou seja, $Q=1-P$, igual a 0,5;

Z = nível de confiança, que para a pesquisa será adotada 85%.

e = é o erro aceitável máximo, no caso, 7%.

A pesquisa levou em conta a abordagem quantitativa para uma interpretação de dados mais precisa e objetiva. Segundo Lakatos e Marconi (2017), os principais benefícios da utilização desse tipo de abordagem se referem a capacidade de controlar as variáveis observadas e verificar os resultados através de

análises estatísticas, além de ajudar a evitar que a interferência de interpretações pessoais do pesquisador possam ocorrer no estudo.

Nesse sentido, o instrumento para coleta de dados foi o questionário estruturado, abrangendo 22 perguntas variadas entre dicotômica ou de resposta única, objetivando a identificação do perfil socioeconômico dos consumidores, destacando, entre outros, sexo, estado civil, nível de escolaridade, idade e renda familiar.

Além disso, foi utilizada a escala *Likert*, com o intuito de verificar o grau de relevância para alguns atributos no que tange à escolha de supermercado para realização das compras.

Os atributos foram selecionados com base em outras pesquisas similares e englobam preço, variedade e sortimento das mercadorias, atacado, atendimento, localização, disposição das mercadorias, nome/marca, qualidade das mercadorias, atmosfera da loja, serviço de entrega, segurança, manuseio dos alimentos, organização e ambiente climatizado (Leite, 2011; Alves, 2020).

A aplicação do questionário ocorreu no período de 28 de agosto a 25 de setembro de 2023, e se deu em duas etapas. Em um primeiro momento, o questionário foi aplicado de forma *online* a consumidores de ambos os supermercados estudados, por meio da plataforma *Google Forms*. Os demais questionários foram aplicados presencialmente nos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* no município de Capanema/PA, de forma aleatória aos clientes.

No total foram aplicados 112 questionários, e os dados coletados no questionário foram sistematicamente tabulados e tratados com a estatística descritiva utilizando o *Microsoft Office Excel 2021* como ferramenta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contribuíram para a pesquisa 112 consumidores do *Mix Mateus* e do *Líder* no município de Capanema-PA. E conforme os dados obtidos na pesquisa, 50% dos entrevistados se caracterizaram como consumidores específicos do *Líder* e a outra metade como consumidores específicos do *Mix Mateus*.

Perfil socioeconômico

Para traçar um panorama do perfil socioeconômico dos consumidores entrevistados, buscou-se averiguar informações sobre o gênero, faixa etária, estado civil, raça/cor, cidade de origem, grau de escolaridade, faixa de renda, grupo familiar e ocupação.

Os resultados revelaram que, dentre os principais demandantes dos serviços supermercadistas, destacam-se as mulheres com 52,7% em relação aos 47,3% do público masculino (Ver tabela 1). Esse resultado está de acordo com estudo desenvolvido por Johnson e Learned (2012), que enfatizam que o poder de consumo das mulheres influencia a compra de produtos e serviços em até 80% das vezes. Geralmente, a tomada de decisão dos assuntos que envolvem o domicílio são feitos pelas mulheres, apontadas como as principais responsáveis pelas compras nos supermercados (Ribeiro; Campos, 2022).

Conforme Garcia *et al.* (2010), o público feminino dos supermercados têm a imagem de que esses espaços comerciais ofertam a praticidade, o uso de forma menos complicada e rápida possível dos produtos e serviços necessários para satisfazê-las.

Tabela 1 - Gênero, idade, estado civil e Raça/cor dos consumidores do Mix Mateus e do Líder no município de Capanema-PA.

Gênero	%	Idade	%	Estado Civil	%	Raça/Cor	%
Feminino	52,7%	Até 18 anos	12,5%	Casados (as)	40,2%	Branco	16,2%
Masculino	47,3%	18 a 25 anos	21,4%	Solteiras(os)	53,6%	Preto	26,5%
		De 25 a 40 anos	40,2%	Divorciadas(os)	6,3%	Pardo	56,3%
		De 41 a 55 anos	17,9%	Viúvas(os)	0%	Amarelo	1%
		Acima de 55 anos	8%			Indígena	0%
Total	100%		100%		100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

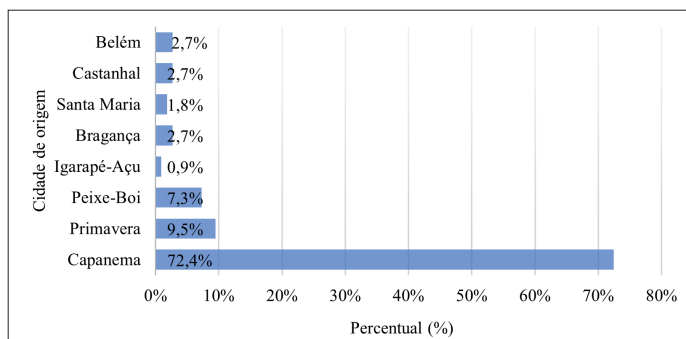
Em relação à faixa etária dos consumidores entrevistados, notou-se uma maior parcela de jovens-adultos em plena idade laboral, isto é, 61,6% possuem de 18 a 40 anos. O público com idade na faixa entre 41 a 55 anos representou

17,9% dos consumidores dos supermercados analisados, e 12,5% são clientes mais jovens e 8% têm idade acima de 55 anos (Ver tabela 1).

No que diz respeito ao estado civil, verificou-se que 53,6% dos entrevistados são consumidores solteiros, 40,2% são casados e 6,3% são divorciados, não havendo registros de viúvas (os) entre os respondentes. Ademais, evidenciou-se um quadro de clientes majoritariamente autodeclarados pardos (56,3%), seguidos de pessoas pretas (26,5%), brancas (16,2%) e amarelos (1%), não havendo registro de consumidores com raça/cor indígena.

Ao considerar a cidade de origem desses consumidores, foi possível observar a conveniência de instalar os supermercados em locais estratégicos para viabilizar a comercialização dos produtos. Pois, o *Mix Mateus* e o *Líder* conseguem atender mais de 23 municípios próximos, destacaram-se os consumidores originários de Belém (2,7%), Bragança (2,7%), Castanhal (2,7%) e dos municípios de Peixe-Boi (7,3%) e Primavera (9,5%) (Ver gráfico 1). Além de atender os consumidores do próprio município, pois constatou-se que, de fato, em geral, 72,4% dos consumidores são naturais de Capanema.

Gráfico 1 - Cidade de origem dos consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder*.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Com relação à escolaridade, constatou-se que 49,1% dos entrevistados possuem ensino superior, 34,8% têm ensino médio completo, 8,9% possuem especialização e 7,1% afirmaram ter o título de doutorado em determinada área de estudo (Ver tabela 2).

Dessa forma, os consumidores capanemenses foram caracterizados, em sua maioria, por serem devidamente instruídos e, conseqüentemente, mais críticos a respeito de suas preferências no momento de realizar suas compras,

evidenciando um desafio a mais para os gestores dos supermercados elaborarem estratégias de fidelização desses clientes.

Tabela 2 - Grau de escolaridade e ocupação dos consumidores do *Mix* Mateus e do Líder.

Grau de Escolaridade	Percentual (%)	Ocupação	Percentual (%)
Ensino médio completo	34,8%	Servidor público	51,1%
Ensino Superior	49,1%	Comércio e serviços	23,2%
Especialização	8,9%	Autônomo (Microempreendedor Individual - MEI)	15,5%
Doutorado	7,1%	Estudante	10,2%
Total	100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

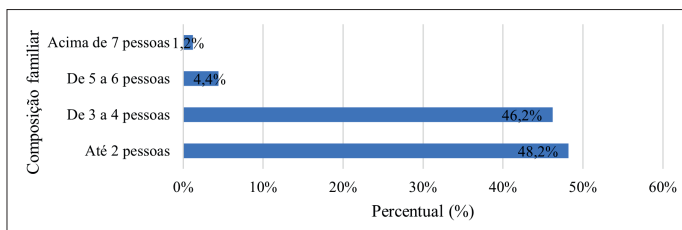
De acordo com Milach *et al.* (2008), quanto menor o grau de escolaridade dos consumidores, mais chance a empresa possui de motivá-los a frequentar seus estabelecimentos somente por meio de propagandas veiculadas nos canais de comunicação. Contudo, à medida que o grau de escolaridade aumenta, essa tendência não consegue ser mais suficiente para influenciar o consumidor a optar pelo comércio varejista.

Quando avaliadas as atividades trabalhistas desempenhadas pelos consumidores, constatou-se que 51,1% são servidores públicos nas esferas federais, estaduais e municipais, 23,2% exercem atividades no comércio, bancos, transportes, hotelarias, escritórios ou outros serviços do terceiro setor, 15,5% são microempreendedores individuais de segmentos que variam de estética a vestuário e 10,2% são estudantes (Ver tabela 2).

Entre as atividades que se destacaram entre os consumidores respondentes estão as atreladas ao comércio e serviços e de microempreendedor individual (MEI). O comércio local e a prestação de serviços assumem, de fato, um importante papel para o desenvolvimento de Capanema, além da crescente busca pela regularização de pessoas que saem da informalidade e se tornam MEI's (Ribeiro, 2017; Silva *et al.*, 2019).

Quanto à composição familiar constatou-se que 48,2% dos consumidores residem com até duas pessoas, 46,4% tem o grupo familiar composto de três a quatro pessoas, 4,4% de cinco a seis pessoas e 1,2% acima de sete familiares (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Composição familiar dos consumidores dos supermercados Mix Mateus e Lider.

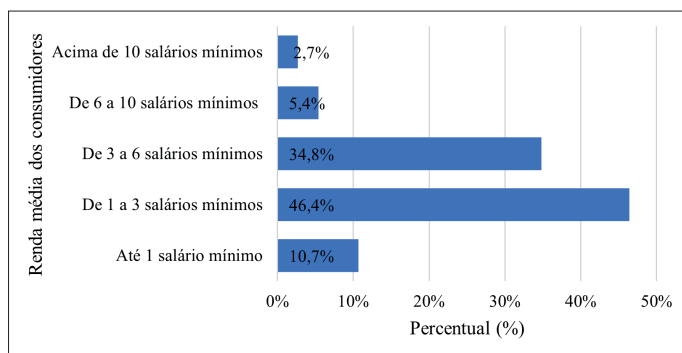


Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Identificou-se, ainda, a renda média dos consumidores do *Mix Mateus* e do Líder em Capanema, na qual 46,4% correspondem às pessoas que recebem de 1 a 3 salários mínimos, 34,8% às pessoas que recebem de 3 a 6 salários mínimos, 5,4% às pessoas que recebem de 6 a 10 salários mínimos, 2,7% consumidores que recebem acima de 10 salários mínimos e 10,7% recebem até 1 salário mínimo (Ver gráfico 3).

Vale ressaltar que foi utilizado o salário mínimo estabelecido na Lei nº 14.663/2023 como base para o cálculo dessa faixa de renda, ou seja, R\$ 1.412,00 (Brasil, 2023). Essa conjuntura gera expectativas positivas para os supermercados que operam na região capanemense, haja vista o poder de compra que a população está conseguindo ter e isso pode refletir no aumento do consumo aos supermercadistas.

Gráfico 3 - Renda média dos consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e Lider.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Pinheiro *et al.* (2006) afirmam que o valor do salário das pessoas determinam o seu padrão de consumo, isto é, as pessoas que ganham remunerações mais altas consomem com mais frequência e em maiores quantidades.

Perfil de compra dos consumidores

Quando questionados sobre a frequência com que procuram os supermercados, verificou-se que 41% dos entrevistados possuem o hábito de fazer suas compras semanalmente, 27% preferem realizar quinzenalmente e mensalmente e 5% diariamente (Tabela 3).

Tabela 3 - Frequência de consumo nos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema-PA.

Frequência de consumo	Percentual (%)
Diariamente	5%
Semanalmente	41%
Quinzenalmente	27%
Mensalmente	27%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Embora a programação de um dia específico da semana para realizar compras nos supermercados não seja um costume de cerca de 67% dos respondentes, 7% ainda afirmam ter preferências por fazer suas compras no sábado, 7% na sexta-feira, 8% no domingo, 9% na quarta-feira e 2% na segunda-feira (Ver tabela 4). Percebeu-se, ainda, nesse comportamento, que os poucos consumidores com dia específico têm preferência maior pelos finais de semana, em função da disponibilidade de tempo em relação ao trabalho durante a semana.

Tabela 4 - Frequência de consumo por dias da semana nos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema/PA.

Frequência de consumo por dia da semana	Percentual (%)
Segunda-feira	2%
Quarta-feira	9%
Sexta-feira	7%
Sábado	7%
Domingo	8%
Sem dia específico da semana	67%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com Dick e Basú (1994), a frequência e o volume de compras dos consumidores são os principais indicadores de lealdade dos clientes para

com os produtos ou serviços oferecidos pelas empresas. Por isso, os supermercados *Mix Mateus* e *Líder* podem trabalhar com base na periodicidade mais destacada na Tabela 3 (compras semanais) para tornar, por exemplo, a gestão de seus estoques ainda mais eficientes, de modo a não deixar com que faltem produtos para atender a demanda semanal e correr o risco de perder a lealdade desses consumidores.

Ao verificar os valores monetários gastos, em média, pelos consumidores em compras de supermercado mensais, foi constatado que prevalecem as compras no valor de R\$ 301,00 a R\$ 700,00 (44%) (Ver tabela 5). Sendo que 26% das compras são de valores que variam de R\$ 700,00 a R\$ 1.200,00, 16% são de valores que variam R\$ 1.201,00 a R\$ 1.700,00, 11% são de compras com valores de até R\$ 300,00, 2% são de compras com valores de R\$ 1.701,00 a R\$ 2.500,00 e a menor representatividade se referem as compras acima de R\$ 2.501,00 (1%).

Tabela 5 - Faixa de valores das compras dos consumidores nos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema-PA.

Faixa de valores	Percentual (%)
Até R\$300,00	11%
De R\$ 301,00 a R\$ 700,00	44%
De R\$ 700,00 a R\$ 1.200,00	26%
De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.700,00	16%
De R\$ 1.701,00 a R\$ 2.500,00	2%
Acima de R\$ 2.501,00	1%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Neste cenário, constatou-se que as compras realizadas pelos consumidores nos estabelecimentos *Mix Mateus* e *Líder* são baseadas no fator custo-benefício, uma vez que a faixa de valor predominante indica a realização de compras com valores de mercado que não são muito baixos nem altos. Stacchini *et al.* (2022) frisam que o orçamento de um indivíduo reflete diretamente em como será priorizada a aquisição de produtos e/ou serviços que ofereçam benefícios atrelados ao equilíbrio entre qualidade e preço.

Além disso, um dos cinco fatores que afetam o comportamento do consumidor pode ser aplicado nesse contexto: os fatores de mercado, que ilustram a situação econômica atual das compras dos consumidores nos supermercados

em questão. A baixa frequência de compras com valores superestimados (acima de R\$ 2.501,00) entre os entrevistados pode estar ligada à inflação e à renda disponível para consumo (Kotler; Keller, 2012).

Outro dado relevante para identificar o perfil de consumidores dos supermercados Mix Mateus e Líder refere-se ao uso de cartões próprios dos estabelecimentos pelos seus frequentadores, sendo que 90% não possuem o cartão de nenhum dos dois supermercados, enquanto 9% usam o do *Mix Mateus* e 1% do Líder (Tabela 6).

Tabela 6 - Uso de cartões próprios dos supermercados *Mix Mateus* e Líder pelos consumidores em Capanema-PA.

Uso de cartões dos supermercados	Percentual (%)
Cartão do <i>Mix Mateus</i>	9%
Cartão do Líder	1%
Nenhum cartão dos supermercados	90%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

À vista disso, percebeu-se que os supermercados atuantes no município de Capanema/PA, infelizmente, não conseguem experimentar da mesma realidade descrita nos estudos de Saab e Tavares (2002), os quais avaliaram a evolução das formas de pagamentos no setor supermercadista e o desempenho do supermercado Bompreço em relação ao uso em larga escala de seu próprio cartão de crédito por seus consumidores.

Isso demonstra a necessidade de uma estratégia de divulgação e promoção dos cartões próprios do *Mix Mateus* e Líder, informando aos clientes sobre os benefícios da sua utilização e, por conseguinte, alcançando o mesmo *case* de sucesso da Bompreço.

Meios de divulgação e informação

A propaganda e veiculação de informações dos supermercados são feitas pela *internet* e anúncios (Quadro 1). Nesse sentido, 92% dos entrevistados responderam que utilizam a *internet* como principal fonte de informação, 5,4% utilizam a televisão e 2,7% se informam por meio de outras pessoas (boca-a-boca).

Em relação à frequência de visualização de anúncios, 38,4% dos respondentes afirmaram ter acesso a algum anúncio sobre ambos os supermercados, 25% somente sobre o *Mix Mateus*, 10,7% somente sobre o *Líder* e 25,9% não visualizaram anúncios de nenhum dos supermercados.

Quadro 1 - Meios de obtenção de informações e visualização de anúncios dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema/PA.

Aspectos	Categoria	Percentual (%)
Meios de obtenção de informações	<i>Internet</i>	92%
	Televisão	5,3%
	Boca-a-boca (outras pessoas)	2,7%
Anúncios	Sobre os dois supermercados	38,4%
	Sobre o <i>Mix Mateus</i>	25%
	Sobre o <i>Líder</i>	10,7%
	Nenhum	25,9%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com o resultado da pesquisa, a *internet* é considerada um instrumento relevante para facilitar a troca de informações entre os consumidores. Dessa forma, os supermercados devem investir com mais vigor no *marketing* eletrônico para reduzir distâncias informacionais (Solomon, 2011).

De acordo com Oliveira e Valdisser (2017), o *Mix Mateus* e o *Líder* já trabalham na criação de meios de comunicação para se tornarem mais próximos dos seus consumidores, isso não significa dizer que eles estão abandonando os meios de divulgação tradicionais (panfletos, propaganda volante e rádio), mas que o meio digital está sendo inserido também (*websites* dos supermercados).

Apesar de a *internet* ser um meio de comunicação relevante para os supermercados, os resultados mostraram que estes estabelecimentos ainda enfrentam dificuldades para que seus anúncios cheguem ao máximo de pessoas. Dessa forma, os supermercados se beneficiam da *internet* para anunciar suas campanhas em tráfegos pagos, fazendo com que os números de visualização de seus anúncios se aproxime do número de pessoas que fazem uso da *internet*.

Segundo Magalhães (2014), os anúncios *online* chegam nas pessoas quando campanhas de tráfegos pagos são realizadas nas redes sociais. Esses tráfegos nada mais são do que o fluxo de pessoas que são trazidos para algum *site*.

Fatores que influenciam na escolha do supermercado

Para de fato tornar eficientes as atividades é necessário compreender como e por quais fatores os consumidores tomam suas decisões para adquirir ou escolher o que demandar e onde demandar, sendo este um assunto que sustenta o ramo mercadológico (Garcia; Gonzales; Mauad, 2010). Nesta pesquisa, os consumidores puderam escolher os atributos que mais os influenciavam no momento de optar entre os supermercados para realização de suas compras, conforme pode ser visto na Tabela 7.

Com os dados obtidos, foi possível verificar alguns atributos que menos influenciam os consumidores do município de Capanema a demandarem pelos supermercados *Mix Mateus* e *Líder*, que foram: a qualidade das mercadorias vendidas (5%), a atmosfera dos supermercados (iluminação, cores agradáveis, som e organização) (2%), disposição das mercadorias (1%), vendas no atacado (1%) e atendimento ao cliente (1%).

Tabela 7 - Atributos que influenciam os consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema/PA.

Atributos	Percentual (%)
Variedade e sortimento de mercadorias	21%
Preço	59%
Disposição das mercadorias	1%
Localização	11%
Qualidade das mercadorias	5%
Atmosfera da loja (iluminação, cores agradáveis, som e organização)	2%
Atacado	1%
Atendimento	1%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Dentre os atributos que mais influenciam os consumidores são o preço (58,9%), variedade e sortimento das mercadorias (21,4%) e a localização (10,7%). Nesse contexto, Mankiw (2001) ressalta que o principal fator determinante para a aquisição ou não de bens e serviços é o preço, *ceteris paribus*. Desse modo, quanto maior o preço dos produtos, menor será a quantidade demandada pelos consumidores e vice-versa.

Além disso, a localização tem um impacto significativo no desempenho dos supermercados, uma vez que os consumidores tendem a demandar em supermercados situados em áreas geográficas de fácil acesso, como em centros comerciais ou próximos às suas residências (Parente; Kato, 2001).

Também foi analisado o grau de importância que os atributos têm para os consumidores (Tabela 8), sendo esta caracterizada como: nula, muito baixa, baixa, moderada, alta e muito alta.

Tabela 8 - Nível de importância dos atributos que influenciam os consumidores dos supermercados Mix Mateus e Líder em Capanema/PA.

Nível de Importância	Atributos						
	Preço	Variedade/Sortimento	Venda no atacado	Atendimento	Localização	Disposição das mercadorias	Nome/Marca
Nula	4,5%	5,3%	13,4%	4,4%	6,3%	7,1%	8,9%
Muito Baixa	3,6%	2,7%	12,5%	6,3%	6,2%	3,6%	10,7%
Baixa	0,9%	0,9%	11,6%	3,6%	6,3%	4,5%	11,6%
Moderada	11,6%	15,2%	24,1%	12,5%	14,3%	12,5%	34,8%
Alta	35,6%	42,9%	24,1%	32,1%	44,6%	39,3%	24,2%
Muito Alta	43,8%	33%	14,3%	41,1%	22,3%	33%	9,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

	Qualidade das mercadorias	Atmosfera da loja	Serviço de entrega	Segurança	Manuseio dos alimentos	Organização	Ambiente climatizado
Nula	4,5%	3,6%	12,5%	5,4%	5,3%	4,5%	6,3%
Muito Baixa	4,5%	6,3%	10,7%	3,6%	5,7%	3,6%	4,5%
Baixa	3,6%	5,3%	18,8%	3,6%	1,8%	2,6%	1,8%
Moderada	5,4%	18,8%	21,4%	9,8%	11,6%	11,6%	18,8%
Alta	42%	33%	19,6%	32,1%	32,7%	35,7%	29,3%
Muito Alta	40%	33%	17%	45,5%	42,9%	42%	39,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para melhor compreender quais atributos, de fato, possuem maior importância dentre os analisados, foram atribuídos valores para cada nível de importância de 1 a 6, como 1 sendo de importância nula e 6 sendo de importância muito alta. As classificações podem ser vistas no Quadro 2.

Quadro 2 - Peso do nível de importância dos atributos que influenciam os consumidores dos supermercados *Mix Mateus* e *Líder* em Capanema/PA.

Grau	Atributo	Peso
1°	Preço	5,02
2°	Manuseio dos alimentos	4,98
3°	Qualidade das mercadorias	4,97
4°	Segurança	4,96
5°	Organização	4,96
6°	Variedade das mercadorias	4,86
7°	Atendimento	4,85
8°	Ambiente climatizado	4,79
9°	Disposição das mercadorias	4,72
10°	Atmosfera da loja	4,70
11°	Localização	4,51
12°	Nome/Marca	3,83
13°	Venda no atacado	3,75
14°	Serviço de entrega	3,75

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Nesse sentido, o primeiro dos atributos foi o preço com maior peso dentre os demais (5,02), constatando que realmente o preço continua sendo o principal fator determinante de escolha dos supermercados e de qualquer outro serviço ou produto.

O segundo mais importante para os respondentes foi o manuseio dos alimentos (4,98), em terceiro está a qualidade das mercadorias (4,97), em quarto e quinto estão segurança e organização (ambos com 4,96), em sexto a variedade e sortimento das mercadorias (4,86), em sétimo o atendimento (4,85), em oitavo a presença de climatizador no ambiente (4,79), em nono a disposição das mercadorias (4,72) e em décimo a atmosfera da loja (4,70).

Percebeu-se, que quando excluído o preço, os cinco primeiros itens de maior relevância para os consumidores diz respeito, propriamente, a mercadoria, com exceção do fator segurança, ou seja, os consumidores valorizam muito mais os cuidados, do que a procedência e qualidade do que será, efetivamente, consumido. Nessa lógica, um ambiente seguro destaca-se dos demais fatores analisados e deve ser, portanto, um fator primordial dentre as preocupações dos supermercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar o comportamento dos consumidores de duas principais redes de supermercados instalados no município de Capanema, o *Mix Mateus* e o *Líder*, visando caracterizar os atributos envolvidos no processo de preferência dos demandantes, bem como a avaliação do seu grau de relevância.

Os achados sugerem com relação ao perfil socioeconômico do consumidor que há uma predominância do sexo feminino, com faixa etária de 19 a 40 anos, solteiros, autodeclarados pardos, naturais do próprio município em que se delimitou a pesquisa, com grau de ensino superior, e renda média variando de 1 a 3 salários mínimos. Realizam compras semanais nos supermercados no valor de R\$ 301,00 a R\$ 700,00 e utilizam a *internet* para obter informações referentes aos supermercados. O atributo preço influencia diretamente suas ações de consumo e são reveladas com um alto grau de importância, corroborando com a ideia de que as decisões de compras dos consumidores são baseadas nas características sociais, econômicas e demográficas.

Os resultados da pesquisa são relevantes, pois demonstram o poder de compra dos consumidores e sua relação com as formas como os supermercados estão utilizando dessas informações para aprimorar as suas operações e se posicionar no mercado. Isso se soma ao conhecimento da idade de quem os consome e à realidade da renda local para se estabelecer os preços, uma vez que este é um atributo determinante para os consumidores capanemenses.

O preço não foi o único fator apontado pelos consumidores, na verdade, a variedade de produtos disponíveis no supermercado e a localização são fatores que refletem na concentração de esforços dos supermercados para oferecê-los.

Outro ponto se trata do aprimoramento do uso da *internet* na veiculação dos anúncios dos supermercados, pois isto pode trazer um crescimento significativo na visualização das campanhas em um meio de comunicação tão utilizado pelos consumidores.

Assim, a pesquisa contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre o comportamento do consumidor e do setor supermercadista, fornecendo um instrumento para avaliar a atuação dos supermercados, disponibilizando informações sobre as características dos consumidores e contribuindo para as estratégias de gestão do *Mix Mateus* e *Líder* no município de Capanema. Compreender e

aplicar nas suas operações as especificidades dos seus clientes pode significar uma vantagem significativa em relação a outros estabelecimentos similares.

Este estudo se limitou à análise de apenas dois supermercados, o que dá margem para explorar muitos outros que estão presentes no município reconhecido pelo seu potencial de comércio. Nesse sentido, novas pesquisas devem ser realizadas para destacar não somente o aprimoramento do mercado regional em conhecer as necessidades dos consumidores, mas também o aprimoramento da gestão interna desses supermercados.

REFERÊNCIAS

ALGERI, M. R. dos S.; APPIO, J.; DOMINGUES, M. J. C. de S. Perfil dos consumidores que fazem compras em supermercados: um estudo com consumidores de Francisco Beltrão-PR. **Synergismus Scyentifica UTFPR**, Pato Branco, v. 3, n. 4, 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/275/85>. Acesso em: 09 out. 2023.

AZEVEDO, I.; ALCÂNTARA, T.; GOUVEIA, G.; GOES, G.; GERALDO, M.; BEZERRA, J. Estudo dos atributos para escolha de um supermercado na percepção dos clientes. **Revista InterScientia**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 45-69, jul/dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/1201>. Acesso em: 09 out. 2023.

BIONDO, A.; BERTOLINI, G. R. F. Fatores que influenciam na decisão de compra entre supermercados e minimercados para moradores de bairros. **CAP Accounting and Management**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 47-61, 2016. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/2208>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/leiturajornal?data=27-12-2023&secao=DOI_EXTRA_D. Acesso em: 13 out. 2024.

COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. 3. ed. Massachusetts: John Wiley & Sons, 1977. 428p.

DICK, A.; BASU, K. Customer loyalty: toward an integrated conceptual framework. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v.22, n.2, p. 99-114, 1994.

FERREIRA, M. A. M.; VENÂNCIO, M. M.; ABRANTES, L. A. Análise da eficiência do setor de supermercados no Brasil. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 333-347, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/1011>. Acesso em: 9 out. 2023.

GARCIA, S. F. A.; GONZALEZ, S.; MAUAD, T. Análise do comportamento de compra de três segmentos de consumidores nos supermercados. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 17-39, jan/abr. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747521003>. Acesso em: 09 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 09 out. 2023

JOHNSON, L.; LEARNED, A. **Por que as mulheres compram?: Estratégias de marketing para atingir um novo publico**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, M. R. **Análise dos atributos da avaliação pré-compra que influenciam os consumidores finais a escolher entre os supermercados Prezunic e Mundial**. Orientador: Danilo Rogerio Arruda. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MAGALHÃES, P. V. P. **Desenvolvimento de metodologia para identificação de fontes de tráfego em marketing digital**. Orientador: José Luís Borges. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial e Gestão) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/101129/2/31424.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MARANDOLA, M. E.; LEMANSKI, S. R. Estudo do perfil do consumidor de supermercados da cidade de Londrina. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 22, n. 43, p. 43-46, mar. 2020. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1241>. Acesso em: 09 out. 2023.

MILACH, F. T.; GABRIEL, F. B.; PAGLIARIN, E. C.; SCHNEIDER, G.; PEREIRA, B. A. D. Fatores relevantes no processo de tomada de decisão de compra dos clientes das lojas de eletrodomésticos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 99-112, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociasehumanas/article/view/776>. Acesso em: 11 out. 2024.

OLIVEIRA, A. F.; VALDISSER, C. R. A importância da utilização dos meios de comunicação como forma de estreitar o relacionamento empresa x cliente: um estudo de caso no supermercado Brasil Norte LTDA. **Revista Gestão, Tecnologia e Ciências**, Monte Carmelo, v. 6, n. 14, p. 98-117, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/1162>. Acesso em 10 out. 2024.

PARENTE, J. G.; KATO, H. T. Área de influência: um estudo no varejo de supermercados. **Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 46-53, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37710>. Acesso em: 09 out. 2023.

PINHEIRO, R. M, *et al.* **Comportamento do Consumidor e Pesquisa de Mercado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 21p.

RAIOL, L. L.; SANTOS, D. C. R.; SILVA, K. W. dos S.; SILVA, L. P. da; FERREIRA, M. T.; GOMES, J. A.; SILVA, A. O. da; GARCIA, A. A.; SANTOS, D. S. dos; LOPES, E. R.; SOUZA, D. P. de; JÚNIOR, J. F. da S. Gerenciamento de pneus inservíveis na cidade de Capanema, Pará. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 5, n. 12, p. 30989-31004, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/5423>. Acesso em: 9 out. 2023.

RIBEIRO, B. P.; CAMPOS, G. Marketing e o comportamento do consumidor: um estudo de caso em supermercados. **Revista Científica ITPAC**, Araguaína, v. 15, n. 1, p. 41-47, 2022. Disponível em: <https://revista.unitpac.com.br/itpac/issue/download/v15-rcitpac-fev-2022/18>. Acesso em: 09 out. 2024.

RIBEIRO, W. O. Cidade de porte médio de responsabilidade territorial: particularidades de Capanema no Nordeste do Pará. **Revista GeoAmazônia, Belém**, v. 5, n. 1, p. 110- 137. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12503>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIBEIRO, W. O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **Revista Geousp Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 115-129, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/96710>. Acesso em: 09 out. 2023.

ROJO, F. J. G. Pesquisa: o comportamento do consumidor nos supermercados. **Revista de Administracao de Empresas**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 16-24, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37873>. Acesso em: 09 out. 2023.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922p.

SAAB, W. G. L.; TAVARES, M. M. Evolução recente dos meios de pagamento e da cesta de consumo no varejo de alimentos no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-112, mar. 2022. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13458/2/BS%2015%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Recente%20dos%20Meios%20de%20Pagamento%20e%20da%20Cesta%20de%20Consumo%20no%20Varejo_P_BD.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

SANTOS, A. M. M. M.; GIMENEZ, L. C. P. Reestruturação do comércio varejista e de supermercados. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 79-93, mar. 1999. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/9642>. Acesso em: 09 out. 2023.

SANTOS, I. V. B. dos. **Fatores que influenciam o comportamento do consumidor quanto a escolha do supermercado de sua preferência: uma análise do setor supermercadista da cidade de Ijuí – RS**. Unijuí: Ijuí, 2018. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5532/Iron%20Vin%C3%>. Acesso em: 09 out. 2023.

SILVA, A. P. F. da.; AGUIAR, F. A. de.; MOREIRA, F. do N.; SILVA, R. M. da L. Microempreendedor individual: análise de sua evolução. **Revista Paraense de Contabilidade**, Belém, v. 4, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa/article/view/43>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, S. A. de. **Atributos valorizados pelos consumidores na escolha de um supermercado**. Orientador: Fabiano Palhares Galão. 2014. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3803>. Acesso em: 09 out. 2023.

STACCHINI, A.; GUIZZARDI, A.; COSTA, M. The Value of Sustainable Tourism Destinations in the Eyes of Visitors. **Highlights of Sustainability**, Austrália, v. 3, n. 1, p. 202-223. 2022. Disponível em: <https://www.hos.pub/articles/hsustain1030015>. Acesso em: 13 out. 2024.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2015. 840p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO AÇAÍ FRUTO NO DISTRITO DE MARUDAZINHO NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PARÁ

José Amilton Alves Neves

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Estefany Karoline de Sousa Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância socioeconômica e cultural do açaí no distrito de Marudazinho, uma vez que, o mesmo é um grande produtor e exportador de açaí nativo no estado do Pará.

Métodos: O trabalho classifica-se como descritivo, os dados foram obtidos por intermédio de questionário quantitativo, aplicado junto aos consumidores de açaí fruto do referido distrito, através das redes sociais, com perguntas que indagavam sobre a importância da fruta na economia e na cultura local, além de explorar as percepções dos consumidores sobre a qualidade do produto ofertado, sobre os estabelecimentos que realizam seu processamento e fatores que os influenciam na tomada de decisão de consumo do açaí fruto. **Resultados:** Com a análise dos dados obtidos, constatou-se que o açaí fruto tem uma grande importância socioeconômica e cultural para o distrito de Marudazinho. Além disso, observou-se que a qualidade dos produtos ofertados pelos estabelecimentos do referido distrito, é classificada como muito boa pelos entrevistados. **Considerações Finais:** Em suma, concluiu-se que é necessária a busca de inovações e novos conhecimentos que ajudem os produtores e consumidores a garantir a sustentabilidade da produção e comercialização do açaí fruto no distrito de Marudazinho.

Palavras-chave: açaí fruto; cultura; economia; percepções de consumidores.

INTRODUÇÃO

O açaí é um fruto do açaizeiro (*Euterpe Oleracea Mart.*) uma palmeira típica da região amazônica (Amaro *et al.*, 2023). O fruto possui cor arroxeada e é muito conhecido pelo seu vinho, consumido diariamente pela população da região norte do Brasil (Garcia *et al.*, 2018). Além de fomentar a cultura e a economia, o fruto do açaizeiro é uma fonte de nutrientes que ajuda na saúde humana, contendo também um elevado teor energético, que faz com que o fruto fique conhecido no Brasil e no exterior (Bezerra *et al.*, 2007).

Com um elevado volume de produção nos estados do Pará e Amazonas, o açaí fruto é um alimento de caráter essencial para uma parcela da população, sendo uma das principais fontes de renda para muitas famílias desta região (Nogueira; Santana; Garcia, 2013; Barros *et al.*, 2023).

A produção do açaí na região norte tem se expandido através de cultivos em áreas planejadas que contam com sistema de irrigação, o que garante uma parcela da produção do fruto em período de entressafra. Ademais, esta produção também se dá em áreas ribeirinhas que fornecem o açaí nativo, retirado das várzeas (Nogueira, 1997).

Impulsionada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Amazônia oriental, a mesorregião nordeste paraense é uma grande produtora de açaí, responsável por grande parte da produção do fruto no estado do Pará (Moraes, 2003). Segundo este autor, o açaí é uma fruta muito importante para essa região, especialmente, para seus habitantes ribeirinhos, que concentram sua renda e subsistência na produção e na extração do açaí fruto.

Além de ser um importante impulsionador da economia dessa região, o açaí fruto contribui para a preservação do meio ambiente, uma vez que, os plantios de açaizais são protegidos e preservados para a garantia de sustentabilidade da fruta (Moraes, 2003).

Queiroz (1998) frisa que o fruto do açaizeiro, é uma indispensável e rica fonte de alimento e renda para as comunidades que são banhadas pelos rios. Dentre essas comunidades destaca-se o distrito de Marudazinho, na região nordeste paraense, sendo um grande produtor de açaí nativo do município de Marapanim. Nesta comunidade seus moradores carecem do fruto para seu sustento diário, uma vez que o fruto é um dos fomentadores de sua economia e de sua cultura. Em vista disso, este trabalho teve como objetivo analisar a importância socioeconômica e cultural do açaí no distrito de Marudazinho, Nordeste Paraense.

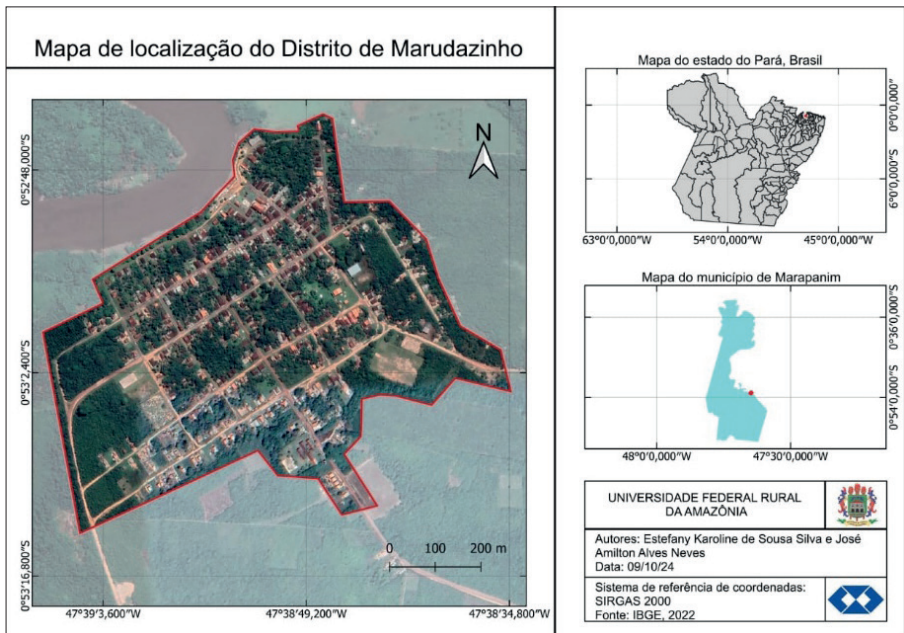
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a região Nordeste Paraense constitui uma mesorregião composta por cinco microrregiões. Em 2010, essa mesorregião tinha uma população de 1.789.387 habitantes, com uma projeção de crescimento de 8,5% em seis anos. Dentro da mesorregião do Nordeste Paraense, a microrregião do Salgado é formada por onze municípios, incluindo Marapanim, que é o foco deste estudo. Marapanim possui uma área territorial de 804,625 km², com uma população de 26.573 habitantes e uma densidade demográfica de 33,03 hab/km² (IBGE, 2022).

O distrito de Marudazinho pertence ao município de Marapanim e foi fundado em 13 de maio de 1915. O referido distrito é conhecido por sua produção de açaí nativo, proveniente das várzeas (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do distrito de Marudazinho, Município de Marapanim/Pa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O distrito de Marudazinho tem sua economia centrada no serviço público, na produção, na comercialização e na exportação do açaí *in natura* e do vinho

processado. A cultura do distrito de Marudazinho engloba movimentos religiosos como o centenário Círio de Nossa Senhora da Conceição, sua padroeira, danças folclóricas como o carimbó e as quadrilhas juninas, além do tradicional festival do açaí.

Procedimentos metodológicos

A metodologia se traduz em formas de se fazer ciência, cuidar dos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos. Na presente pesquisa utilizou-se o método quantitativo que se baseia na quantificação, através de coletas de informações e de técnicas estatísticas, indo desde as mais complexas até as mais elaboradas (Richardson, 1989). A pesquisa quantitativa utiliza dados numéricos para responder a hipóteses previamente estabelecidas, possibilitando conclusões objetivas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Neste contexto, o presente trabalho classifica-se, ainda, como descritivo, pois tem como objetivo fazer um levantamento por intermédio de dados coletados sobre a importância socioeconômica e cultural do açaí fruto para o distrito de Marudazinho. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa descritiva tem como foco principal a observação e descrição detalhada de fenômenos, sem a manipulação direta das variáveis.

Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário quantitativo, contendo doze perguntas fechadas de múltipla escolha, aplicado junto a quarenta e quatro consumidores de açaí fruto, entre os dias 15 a 21 de abril de 2023, pelos meios de comunicação social (*WhatsApp, Facebook e Instagram*).

De acordo com Andrade (2020), os questionários são úteis para obter informações de maneira padronizada, podendo conter perguntas abertas ou fechadas. As perguntas fechadas são aquelas em que as respostas são previamente definidas, permitindo uma análise mais objetiva e quantitativa dos dados (Richardson, 2017).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados em *Excel* e agrupados em tabelas para uma melhor visualização dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação aos dados analisados sobre importância socioeconômica e cultural do açaí no distrito de Marudazinho, constatou-se que 68% dos entrevistados são do sexo feminino e 32% do sexo masculino. No que tange a faixa etária da referida população, atestou-se que 14% têm idade entre 16 a 20 anos, 39% possui idade entre 21 a 30 anos, 18% entre 31 a 40 anos e 29% entre 41 ou mais anos (Ver tabela 1).

Tabela 1 - Faixa etária dos consumidores de açaí fruto do distrito de Marudazinho/PA.

Faixa Etária	Percentual (%)
Até 15 anos	0%
De 16 a 20 anos	14%
De 21 a 30 anos	39%
De 31 a 40 anos	18%
De 41 ou mais	29%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em relação ao nível de empregabilidade entre os consumidores de açaí fruto do distrito de Marudazinho, observou-se que 69% destes afirmaram possuir emprego. Por outro lado, 25% responderam que não possuem renda. Logo, uma parcela significativa da população do distrito de Marudazinho não possui recursos financeiros para demandar o açaí fruto. Além disso, 11% dos entrevistados que se enquadram na categoria “outros”, pessoas que não possuem uma situação financeira clara. Em 2020, o município de Marapanim, onde a área de estudo se localiza, apresentava somente 5,9% de pessoas empregadas formalmente no que se refere a população geral (IBGE, 2020).

O consumo do açaí é um costume arraigado do povo paraense, e o baixo nível de empregabilidade no distrito de Marudazinho reduz a possibilidade de consumo, principalmente, no período da entressafra, quando há elevação no preço do açaí ao consumidor local devido ao aumento nas exportações de fruto, provocando sua escassez (Oliveira; Farias Neto; Queiroz, 2015).

Nesse contexto, Costa, Fernandes e Crispim (2018) frisam que o preço do açaí fica atrás apenas da carne bovina e da madeira tropical, os principais vetores

do desmatamento da Amazônia (de origem animal e vegetal), o qual, no ritmo atual, chegará ao segundo lugar em alguns anos.

No que se refere a renda dos consumidores, notou-se que 47% possuem uma renda entre R\$ 1.201,00 a R\$ 2.200,00, 14% entre R\$ 2.201,00 a R\$ 3.000,00, 14% menos de um salário mínimo, 11% entre R\$600,00 a R\$1.200,00, 7% acima de R\$ 3.000,00 e 7% não possui renda (Ver tabela 2). Segundo o IBGE (2020), o salário médio na região onde o distrito de Marudazinho está localizado, era de 2 salários mínimos e o percentual da população que possuíam renda de até ½ salário mínimo era de 50,4% em 2020.

Tabela 2 - Nível de renda dos consumidores de açaí fruto no distrito de Marudazinho/PA.

Nível de Renda	Percentual (%)
Menos de 1 salário mínimo	14%
De R\$600,00 a R\$1.200,00	11%
De R\$1202,00 a R\$2.200,00	47%
De R\$2.201,00 a R\$3.000,00	14%
Acima de R\$3.000,00	7%
Não possui renda	7%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

O conhecimento sobre a origem do açaí é muito importante, uma vez que o fruto está diretamente ligado à história e à cultura do distrito de Marudazinho. Diante dos dados obtidos, notou-se que a grande maioria dos entrevistados (96%), afirmaram ter conhecimento da origem do açaí, e este resultado deve-se, em parte, ao enraizamento da fruta na cultura alimentar dessa comunidade. Ademais, atestou-se que 4% dos consumidores entrevistados não souberam responder, indicando que, há espaço para educação e informação que conscientize sobre a importância do açaí para a alimentação da população do referido distrito.

O conhecimento sobre a origem do açaí fruto e sua importância socioeconômica para a população do distrito de Marudazinho deve ser uma realidade indispensável, pois a partir do conhecimento de sua origem, os moradores poderão compreender melhor a sua realidade, e a partir desta compreensão, são capazes de levantar soluções para seus desafios cotidianos (Freire, 1979).

No que concerne ao consumo de açaí, 82% dos entrevistados responderam que costumam demandar o açaí fruto sem restrições, 7% afirmaram que depende

do preço, 7% responderam que depende da época do ano e 4% não costumam demandar o açaí fruto (Ver tabela 3).

Tabela 3 - Hábito de consumo de açaí fruto no distrito de Marudazinho/PA.

Hábito de consumo	Percentual (%)
O consumo depende da época do ano	7%
O consumo depende do preço do açaí	7%
Não consome açaí	4%
Consome o açaí sem restrições	82%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

O consumo de açaí fruto é diário por muitos moradores da região norte do Brasil, sendo uma grande fonte de nutrientes que ajuda na saúde, uma vez que esta fruta possui um alto valor energético. E estes fatores são determinantes que podem explicar a porcentagem de 82% dos consumidores que afirmaram que costumam demandar açaí sem restrições o ano todo (Bezerra *et al.*, 2007).

Através dos dados obtidos quanto ao consumo em litros do vinho do açaí fruto por mês, pode-se constatar que 57% dos consumidores consomem 4 ou mais litros do vinho por mês. Contudo, os dados também revelaram que uma parte dos entrevistados preferem quantidades menores, pois, 18% consomem 1 litro, 14% 2 litros e 11% 3 litros por mês.

A população paraense considera o açaí fruto como alimento principal e complementar para muitos de seus habitantes, no consumo interno, pessoas com até 1 salário mínimo costuma demandar 1 litro do vinho do açaí fruto por semana estando na safra, vale frisar que, pessoas com salários maiores costumam demandar 3 litros de vinho de açaí processado por semana sem restrições (Bezerra; Freitas; Damasceno, 2016).

Os consumidores também responderam sobre os fatores que os influenciam na demanda do açaí fruto no distrito de Marudazinho, dentre os mencionados, destacou-se o atendimento (32%), o preço (29%), a higiene (18%), a variedade (11%) e a amizade (10%) (Ver tabela 4).

Tabela 4 - Fatores que influenciam a demanda do açaí fruto no distrito de Marudazinho/PA.

Fatores determinantes da demanda	Percentual (%)
Preço	29%
Amizade	10%
Atendimento	32%
Higiene	18%
Variedade	11%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Identificar os fatores que influenciam na tomada de decisão dos consumidores a demandarem o açaí fruto, se faz necessário, para a reparação de erros que possam acarretar em desconforto aos clientes, além de proporcionar um atendimento de qualidade e o aumento de rotatividade de produtos levando a fidelização dos consumidores aos processadores do fruto (Whiteley, 1992).

A respeito da percepção dos consumidores sobre os estabelecimentos que processam e fornecem açaí fruto no distrito de Marudazinho a avaliação foi positiva, pois 71% dos mesmos estão satisfeitos com os serviços prestados por estes estabelecimentos.

No entanto, torna-se importante salientar que uma parcela de 29% se manteve neutra, indicando a possibilidade de ainda haver melhorias no nível dos serviços prestados por tais processadores. Os proprietários destes estabelecimentos devem ter consciência que a oferta de um produto de qualidade e um bom atendimento prestado aos clientes, pode contribuir para benefícios de longo prazo, como o retorno frequente ao estabelecimento para demandar o produto (Bateson; Hoffman, 2003).

Em relação a qualidade do açaí ofertado pelos estabelecimentos do distrito de Marudá, evidenciou-se o fato de 50% dos consumidores classificarem esta qualidade como muito boa, indicando que os estabelecimentos estão entregando um produto de nível de qualidade aceitável para os consumidores. Além disso, 25% classificaram a qualidade do açaí como boa, reforçando essa percepção. Contudo, os outros 25% restantes dos consumidores classificaram como razoável, o que pode indicar que alguns estabelecimentos podem estar ofertando uma polpa de açaí que não satisfaz todos os anseios dos consumidores (Ver tabela 5).

Tabela 5 - Nível de qualidade do açaí fruto comercializado pelos estabelecimentos do distrito de Marudazinho/PA.

Nível de qualidade do açaí fruto	Percentual (%)
Muito Boa	50%
Boa	25%
Razoável	25%
Ruim	0%
Muito Ruim	0%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

É de fundamental importância que produtos ofertados no mercado tenham um nível de qualidade aceitável, principalmente, no setor de processamento de alimentos, onde a qualidade é entendida como a intensidade a qual a expectativas do cliente é atendida por parte dos estabelecimentos (Corrêa; Giancesi, 1994).

Com relação ao grau de importância atribuída ao açaí fruto no que diz respeito a socioeconomia do distrito de Marudazinho, constatou-se que 86% dos entrevistados consideram o açaí “Muito importante” e 14% “Importante” em termos socioeconômicos, evidenciando o papel que o açaí desempenha na economia local, com relação, principalmente, a geração de emprego e renda para a população do referido distrito.

Oliveira *et al.* (2002) enfatizam que o açaí tem relevante importância na economia das comunidades ribeirinhas e vem a muitos anos sendo a principal fonte de renda para essas comunidades desde a época pré-colombiana.

No que tange ao grau de importância do açaí fruto dada ao fator cultural, atestou-se que 86% dos entrevistados consideram o açaí “Muito importante” para a cultura de Marudazinho, 14% afirmaram ser “Importante” refletindo a forma como o fruto se faz presente na história e na tradição da comunidade (Ver tabela 6).

Tabela 6 - Grau de importância que os consumidores atribuem ao açaí, no que diz respeito a cultura do distrito de Marudazinho/PA.

Grau de Importância	Percentual (%)
Muito importante	86%
Importante	14%
Pouco importante	0%
Sem importância	0%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

De acordo com Portilho, Zimmermann e Bruck (2012) a expansão do manejo e plantio do açaí fruto ocorrida nos últimos anos, fez com que, a fruta se tornasse um dos principais fomentadores da cultura do estado do Pará, nele se concentra uma significativa parcela do turismo do estado, por meio da cultura alimentar de seus habitantes, em danças folclóricas e festivais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, o açaí é uma fruta de extrema importância socioeconômica e cultural para o distrito de Marudazinho. Além de ser um dos principais meios de subsistência para os habitantes do referido distrito, onde a exploração do fruto tem se evidenciado como fonte de renda significativa para a comunidade.

Além dos aspectos econômicos, uma forte relação do açaí com a cultura da comunidade tem se mostrado de grande valor, sendo utilizado na alimentação de seus moradores diariamente e em datas comemorativas, além de festas religiosas e festivais.

No entanto, vale ressaltar que a exploração do açaí nativo tem que ser feita de maneira sustentável para garantir que a biodiversidade da região seja preservada.

Faz-se necessário ainda pontuar aspectos relevantes tais como a qualidade do produto e dos estabelecimentos do distrito, levando em consideração o fator crítico dos consumidores, compreender esses aspectos se faz de extrema valia para a formulação de estratégias mais eficazes na fidelização, na melhor oferta de produtos e no aumento de vendas. Dessa forma, os estabelecimentos poderão atrair e fidelizar mais clientes, consolidando sua posição no mercado.

Em resumo, a importância socioeconômica e cultural do açaí no distrito de Marudazinho tem que ser trabalhada em conjunto pelos produtores e consumidores, garantindo com que a fruta traga benefícios duradouros como emprego, renda, além da manutenção da identidade cultural da comunidade, garantindo o futuro da produção e comercialização de forma sustentável e responsável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- AMARO, P. S.; CASTRO, L. C.; QUEIROZ, J. P. S. O.; NOGUEIRA, A. K. M. a comercialização e o consumo do açaí fruto no município de Capanema/pa. *In: III Congresso Nacional Online de Conservação e Educação Ambiental*, 2023. *Anais do III Congresso Nacional On-line de Conservação e Educação Ambiental*. Editora Integrar: Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente, 2023. v. 4.
- BARROS, G. V.; REIS, M. O.; MOREIRA, R. S.; NOGUEIRA, A. K. M. Estudo da percepção dos consumidores sobre as boas práticas de processamento do açaí fruto no município de Capanema-PA. *In: Alan Mario Zuffo Jorge González Aguilera. (Org.). Inovações em pesquisas agrárias e ambientais: Volume I*. 1ed. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2023, v. 1, p. 96-108.
- BATESON, J. EG; HOFFMAN, K. D. **Princípios de Marketing de Serviços**: conceitos, estratégias e casos. São Paulo, Thomson, 2003.
- BEZERRA, V. S.; FREITAS-SILVA, O.; DAMASCENO, L. F. **Açaí: produção de frutos, mercado e consumo**. EMBRAPA, 2016.
- BEZERRA, Valéria Saldanha. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Amapá Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2007.
- CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N. **Administração estratégica de serviços**. São Paulo: Atlas, 1994.
- COSTA, F. de A; FERNANDES, D. A; CRISPIM, C. N. S. Constituição, Situação e Dinâmica de Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de Açaí na Região do Grão-Pará (2002 a 2010). **Revista Análise Econômica**, v. 36, n. 69, p. 109-137, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/55792>. Acesso em 12 de julho 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GARCIA, W. S; SANTANA, A. C.; NOGUEIRA, A. K. M.; MARTINS, C. M. Demanda de Produtos Florestais Não Madeireiros: o caso do açaí e da castanha-do-pará. **RAMA-Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, p. 1039-1059, 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORAES, R.C.B.; HADDAD, M.L.; SILVEIRA NETO, S.; REYES, A. E. L. Software para análise faunística – ANAFAU. *In: SIMPÓSIO DE CONTROLE BIOLÓGICO*, 8., 2003, São Pedro. *Anais...* São Pedro: Sociedade Entomológica do Brasil, 2003. p.195.
- NOGUEIRA, O. L. Regeneração, manejo e exploração de açaizais nativos de várzea do estuário amazônico. Belém: UFPA, 1997. (Tese de doutorado). 149p.
- NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C. de; GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. **Revista Ceres**, v. 60, p. 324-331, 2013.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; CARVALHO, José Edmar Urano de; NASCIMENTO, Walnice Maria Oliveira do; MÜLLER, Carlos Hans. **Cultivo do Açaizeiro para produção de frutos**. Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Em Belém, jun. 2002.

OLIVEIRA, M. do S. P. de; FARIAS NETO, J. T. de; QUEIROZ, J. A. L. de. Açaizeiro: cultivo e manejo para produção de frutos. *In: Encontro Amazônico de Agrárias*, 7, 2015, Belém, PA. **Segurança alimentar: diretrizes para Amazônia**. Belém, PA:UFRA, 2015, p. 1-22. Disponível em: <https://www.embrapa.br/buscadepublicacoes/-/publicacao/1014101/acaizeiro-cultivo-e-manejo-para-producao-de-frutos>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PORTILHO, J. A.; ZIMMERMANN, L. M.; BRUCK, M. R. Efeitos benéficos do açaí. **International Journal of Nutrology**, v. 5, n. 1, p. 15-20, 2012.

QUEIROZ, J.A.L. de. Açaí (*Euterpe oleracea* Mart). *In: CURSO DE PALMÁCEAS*, 1, 1998, Macapá. **Palmáceas: cultivos e usos alternativos** - Apostila. Macapá: EMBRAPA - CPAF Amapá, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

WHITELEY, R. C. **A empresa totalmente voltada para o cliente: do planejamento à ação**. 21 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

INTERAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), *CAMPUS* CAPANEMA-PA, EM RELAÇÃO AO GAMBÁ-COMUM (*DIDELPHIS MARSUPIALIS*)

Bruna Monteiro Rocha

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ester Cristina Nascimento Dos Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O gambá-comum *Didelphis marsupialis* é um animal silvestre presente em áreas urbanas, em busca de alimentos e abrigos. Devido ao aumento da urbanização, é inevitável a coexistência desses animais com os seres humanos. Disseminar os devidos cuidados e informações sobre esses marsupiais é importante para manter o bem-estar do animal e o equilíbrio ecológico. Por ser um animal incomum de ser encontrado em ambientes urbanos, muitas vezes, acabam surgindo preconceitos pré-existentes relacionados ao animal, que são vistos como pragas e transmissores de doenças. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi identificar a interação e a percepção dos estudantes da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) sobre o gambá-comum *Didelphis marsupialis*, na cidade de Capanema, Pará. Foi realizada uma pesquisa, por meio de aplicação de questionários, junto aos estudantes da UFRA. Diante disso, os resultados mostraram uma interação positiva entre estudantes e o gambá-comum. Adicionalmente, a pesquisa revelou que os discentes estão interessados em conhecer melhor sobre a biologia da espécie e que estão conscientes sobre a importância de manejar adequadamente, com a implementação da divulgação consciente e permitir, sem transtornos, a coexistência.

Palavras-chave: animais silvestres; ecologia; educação ambiental; urbanização.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da relação entre humanos e animais selvagens, abordando, especificamente, a interação e a percepção dos estudantes da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) sobre o gambá-comum *Didelphis marsupialis*, na cidade de Capanema, Pará.

A urbanização desordenada tem ocasionado falta de alimento e habitat para animais silvestres, fazendo com que os mesmos procurem habitações em ambientes urbanos, e, como consequência, traz uma interação inesperada com animais silvestres fora de seu habitat natural (Lacerda *et al.*, 2010).

Para uma zona urbana funcionar adequadamente, é necessário caminhar com o pensamento sistêmico, pela perspectiva de manter a organização de forma conjunta, ou seja, os moradores e os órgãos públicos precisam manter uma visão holística para que haja harmonização entre o ambiente urbano e a fauna que transitam pela área. É crucial implementar estratégias de planejamento urbano sustentável para proteger a fauna e promover a coexistência harmoniosa entre a vida urbana e a vida selvagem, sendo a arborização uma delas (Soares *et al.*, 2011).

Trabalhar a educação ambiental em ambientes escolares e em outros espaços sociais é um dos primeiros passos para conscientizar e informar o indivíduo sobre a importância de manter um ecossistema preservado. Nessa direção, Morin (2003, p. 89) afirma que: “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une”. Ou seja, ter uma relação de qualidade com o meio ambiente, incluindo todas as partes, significa abrir portas para um futuro melhor e equilibrado, obtendo uma gama de benefícios para ambas as partes.

Ademais, maltratar e matar esses animais é crime ambiental, com pena prevista de três meses a um ano de prisão, de acordo com o Artigo 32 da Lei nº 9.605/98, que considera crime ambiental praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, principalmente, um animal não nocivo.

O termo “percepção” é definido na maioria dos dicionários da língua portuguesa como: ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual, ou avaliação do mundo através dos sentidos. Dessa forma, a percepção envolve o uso dos sentidos no reconhecimento de um

objeto (Marin, 2008), sendo o que incita o indivíduo agir ou reagir de um modo particular quando confrontado com determinadas situações (Cervantes *et al.*, 2008).

Conhecido por sua variada gama de nomes e suas variações, de acordo com a sua distribuição, sendo elas, mucura, saruê ou gambá, são espécies de marsupiais brasileiros e carregam uma grande importância ecológica, principalmente, quando estão em equilíbrio com o meio ambiente, sendo um eficaz dispersor de sementes. São animais comuns, arborícolas, com hábito noturno e onívoros. A sua dieta contém carne, frutas e de animais peçonhentos, como escorpião, cobra e aranhas, fazendo o controle ecológico predando também animais exóticos como o caramujo africano (*Achatina fulica*).

Além disso, os gambás possuem uma grande importância médica, quando se alimentam de serpentes peçonhentas, como por exemplo, a espécie da família Viperidae, que são as jararacas (*Bothrops atrox*), cascavéis (*Crotalus durissus*), dentre outras. Segundo Chagas (2005), os pesquisadores do Laboratório de Toxicologia do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) comprovam que os gambás são capazes de neutralizar a toxina pelo fato de obterem duas proteínas específicas chamadas DM43 e DM64, inibindo e neutralizando os mecanismos químicos que ocasionam lesões no animal.

Quando migram para as áreas urbanas, esses animais podem se alimentar da ração de cães de gatos e do lixo doméstico. Esses animais, muitas das vezes, são julgados por serem parecidos com ratos e pelo seu odor, por transmissão de doenças, estando sujeitos a serem excluídos e maltratados, ou até mesmo mortos por animais domésticos, como os cães quando estão de passeio pelos quintais das residências.

Este artigo tem como objetivo verificar a interação e a percepção de estudantes da Universidade Federal Rural da Amazônia sobre o gambá *Didelphis marsupialis*, na cidade de Capanema, Pará.

METODOLOGIA

Segundo o último Censo Demográfico, de 2022, o município de Capanema-PA possui população estimada em 70.394 habitantes (IBGE, 2023), dados que revelam tendência de crescimento demográfico, especialmente da população urbana.

Como procedimento de coleta dos dados primários da pesquisa, foram aplicados questionários, cujo conteúdo abordou a percepção dos discentes dos

diversos cursos e de diferentes faixas etárias da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus de Capanema, no estado do Pará, sobre os gambás comuns (*Didelphis marsupialis*). Procurou-se investigar a percepção e as atitudes dos entrevistados em relação ao gambá-comum, com o intuito de analisar o nível de conhecimento do público-alvo em relação à espécie animal e com que frequência é vista pelos entrevistados. Optou-se pela aplicação do questionário no formato online, via plataforma *Google Forms*. Ao todo, foram entrevistados 58 discentes, no período de 20 de julho de 2023 a 25 de setembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que a maioria dos discentes (86%) já viram o gambá-comum, informação que reforça a compreensão em torno dos efeitos da expansão das áreas urbanas na destruição e fragmentação de *habitats*, causando aumento de interações indesejáveis entre a população humana e fauna silvestre local, justificando o aparecimento do gambá-comum em ambientes urbanos como algo recorrente. No Brasil, "a urbanização vem modificando muito o meio ambiente, gerando, em muitas cidades, impactos socioambientais, tais como distribuição dos recursos naturais e desastres ambientais cada vez mais frequente" (Holz, 2012, p. 30), gerando desequilíbrio ecológico e causando a transição dos animais silvestres para as cidades.

Sobre as experiências vivenciadas pelos entrevistados com o animal, a maioria dos discentes respondeu que o animal foi visto no quintal da própria casa (67,2%), seguido da observação em local público (24,1%) e dentro de casa (15,5%). Devido os comportamentos característicos dos gambás, solitários e tímidos, não costumam, intencionalmente, chamar atenção e o nicho desse animal permite uma ampla procura de alimentos, justificando seus diferentes locais de procura por alimento. É importante destacar que esses animais realizam suas atividades principalmente durante a noite, momento em que a busca por alimentos é significativamente maior (Jared *et al.*, 2009).

Ao avaliar a interação dos entrevistados com o gambá-comum, verificou-se que 78% não teve nenhuma interação com o animal, enquanto que 22% responderam que tiveram alguma interação com o Gambá. Com isso, é possível notar que não é comum entre os entrevistados ter o hábito de interagir com esses animais,

pois, muitas vezes, estão apenas de passagem pelos quintais, desempenhando seus nichos ecológicos, em busca de alimentos e criando seus ninhos.

Em relação à percepção dos discentes sobre o gambá, 71% responderam que tem uma percepção positiva sobre o animal, já os discentes que possuem uma percepção negativa representaram 29%. Tal resultado sinaliza que a maioria dos estudantes tem uma boa impressão sobre os gambás, sendo um ponto importante para poder manter uma boa relação com eles. É fundamental manter o respeito e estabelecer limites para não prejudicar o animal. Segundo o Art. 29 da Lei Federal 9.605/1998 é proibido matar, perseguir, caçar, utilizar espécimes da fauna silvestre incluindo outros crimes ambientais, sendo sujeito a uma penalização de seis meses a um ano e multa (Brasil, 1998). Assim, é fundamental assegurar o respeito aos animais silvestres, observando-os de longe, evitando alimentá-los e acionando profissionais qualificados para realizar o resgate em casos de vulnerabilidade.

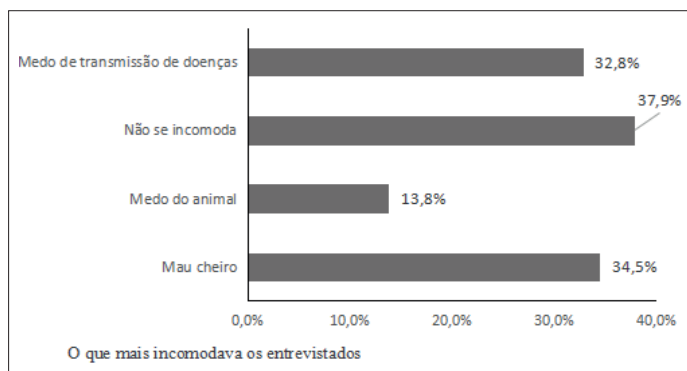
Ao se avaliar o conhecimento que os entrevistados possuem sobre a importância ecológica que o gambá desempenha, 64% responderam que conhecem a importância do animal, já 36% desconhecem essa importância. Apesar de ser um resultado satisfatório, ainda assim, são necessárias ações de educação ambiental, para que, cada vez mais, a convivência e relação dos humanos com o gambá seja saudável para ambos.

No que se refere ao conhecimento do aparecimento do gambá em locais incomuns, a maior parte (71%) entende e mostrou conhecimento sobre o aparecimento do animal, já 29% declararam desconhecimento sobre a questão. É possível constatar que o gambá tem o hábito peculiar de ser encontrado em tetos das casas, armários, entulhos, dentre outros locais. São animais que buscam abrigos sendo, muitas das vezes, para ter a sua prole ou até mesmo fazer um lar provisório. Diante dessas situações, é necessário acionar um órgão responsável para capturar esse animal em segurança e posterior soltura, ou esperar anoitecer para que eles se desloquem por espontânea vontade.

Ao avaliar os fatores que mais incomodam os entrevistados, foi possível constatar que 37,9% não se incomoda com a presença do animal, seguido de 34,5% que responderam que o que mais incomoda na presença do animal é o mal cheiro. Parte dos discentes (32,8%) responderam que possuem medo de que o animal possa transmitir doença e uma pequena parte (13,8%) respondeu que possui medo de ser atacada pelo animal (Figura 1). Analisando os resultados, é

possível identificar a necessidade de implementar ações de educação ambiental sobre a espécie e desmistificar mitos que a coloca em risco.

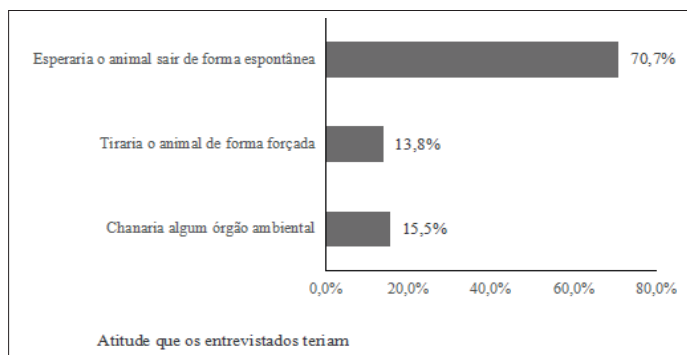
Figura 1 - Fatores que mais incomodam os estudantes com o aparecimento do animal.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Avaliando as atitudes que os discentes teriam ao encontrar o animal, a maior parte dos discentes (70,7%) esperaria o animal sair de forma espontânea; 15,5% dos entrevistados teriam a atitude de acionar algum órgão ambiental, e 13,8% tirariam o animal de forma forçada (Figura 2). Tais resultados indicam, de certa forma, um bom conhecimento por partes dos discentes em não tomarem atitudes extremas e agressivas em relação ao animal, apesar de uma pequena parte da amostra afirmar que “tiraria de forma forçada”, o que demonstra uma preocupação em colocar a espécie em risco, impossibilitando o gambá de desempenhar suas funções ecológicas e provocando desequilíbrios.

Figura 2 - Atitudes que os entrevistados adotariam ao encontrar o animal.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

CONCLUSÃO

O estudo identificou, de forma geral, uma percepção positiva por parte dos estudantes da UFRA, *Campus Capanema*, sobre o *Didephis Marsupialis*. A pesquisa revelou um desejo dos entrevistados em conhecer mais sobre a espécie e como conviver com ela, o que representa uma oportunidade de inserir a educação ambiental. Dessa forma, um entendimento mais aprofundado dos papéis ecológicos da espécie e de seu comportamento, combinado com o manejo efetivo e gerenciamento dos conflitos, podem oferecer um método eficiente para aumentar o apoio do público consciente a essa espécie e promover a coexistência, de forma sustentável.

Agradecimentos

Agradecemos ao professor Luiz Cláudio pela oportunidade de participarmos do X Colóquio de Desenvolvimento Agrário da Amazônia e pela sua orientação, que nos motivou a não desistir dos desafios acadêmicos. Gratidão também aos alunos da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus Capanema*, que colaboraram com a nossa pesquisa, acessando e respondendo o questionário do estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades legislativas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF;13 fev.1998.

CHAGAS, Catarina. No gambá, a solução para mordidas de cobras. **Agência Fiocruz de Notícias**: Saúde e ciência para todos, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 1-1, 20 jul. 2005. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/no-gamba-a-solucao-para-mordidas-de-cobras>. Acesso em: 07 out. 2023.

CERVANTES, Omar *et al.* Users' perception as a tool to improve urban beach planning and management. **Environmental Management**, v. 42, n. 2, p. 249, 2008.

HOLZ, Ingrid Herzogue. Urbanização e impactos sobre áreas de preservação permanente: O caso do Rio Jucu-ES. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória ES, 2012. Disponível em: <http://ufes.br/handle/10/4408>. Acesso em: 09 de nov.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

JARED, C. *et al.* Estudo do comportamento escansório e da morfologia de *Didelphis* sp visando impedir o acesso desses animais aos equipamentos energizados nas subestações da Elektro. *In: Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica*. 2009.

LACERDA N. P., *et al.* Percepção dos residentes sobre a arborização da cidade de São José de Piranhas-PB. *REVSBAU*, 5(4): 81-95, 2010.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em educação ambiental*, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOARES, *et al.* Percepção dos Moradores de Goioerê-PR, sobre a Fauna Silvestre Urbana. *Arquivos do MUDI*, v. 15, n. 1/2, p. 3, 2011.

JARED, C. *et al.* Estudo do comportamento escansório e da morfologia de *Didelphis* sp visando impedir o acesso desses animais aos equipamentos energizados nas subestações da Elektro. *In: Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica*. 2009.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E O PROTAGONISMO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Carla Yasmym de Carvalho Lima

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ires das Dores Borges Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria de Nazaré Lopes de Macedo

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Suzana Mendonça de Sales

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

A interseção entre racismo ambiental e protagonismo feminino é um tema relevante e emergente, especialmente no contexto das mudanças climáticas e da justiça ambiental. Esta pesquisa objetivou realizar um estudo sobre o papel das mulheres extrativistas na preservação dos ecossistemas e na promoção de práticas sustentáveis, destacando a importância de reconhecer e valorizar suas contribuições. A metodologia envolveu pesquisa qualitativa e medição bibliométrica, com análise de artigos científicos, teses e dissertações nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Foram selecionados 23 artigos que abordavam as temáticas de justiça climática, justiça ambiental e protagonismo feminino na Amazônia. Os resultados revelaram um aumento significativo de produções, a partir de 2020, ressaltando a importância de incluir a presença feminina nos diálogos sobre questões ambientais e de justiça climática. A análise apontou para a necessidade de ampliar o reconhecimento e a valorização do papel das mulheres extrativistas como líderes e defensoras do meio ambiente, contribuindo para economias locais, segurança alimentar e resiliência diante das ameaças climáticas e ambientais. No entanto, também evidenciou a escassez de literatura que aborde o protagonismo das mulheres, destacando a persistência de processos de dominação, exploração e violência, que historicamente silenciaram e continuam a dificultar o acesso das mulheres a seus direitos sociais de acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: justiça climática; racismo ambiental; mulheres extrativistas; protagonismo feminino; preservação ambiental.

INTRODUÇÃO

De acordo com Castelo (2024), as mudanças climáticas têm se tornado um assunto cada vez mais presente no cotidiano e esse processo é compreensível, considerando que os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes e intensos, afetando, especialmente, aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. As mudanças climáticas deixaram de ser uma preocupação futura e se firmaram como um problema imediato e urgente.

No contexto de conectar as lutas ambientalistas com as lutas “identitárias”, especialmente pelos direitos civis de pessoas negras, surgiu nos Estados Unidos a noção de “justiça ambiental”. Essa perspectiva, defendida por autores como Bullard (1993), Ferdinand (2022) e Davis (2022), entende que as lutas por direitos e pela preservação ambiental são indissociáveis, argumentando que a crise ambiental não pode ser resolvida de forma eficaz sem considerar a justiça climática.

A justiça climática e o racismo ambiental estão ganhando força em um mundo onde as disparidades sociais e ambientais estão aumentando. As mulheres extrativistas aparecem nesse contexto como um grupo que é frequentemente negligenciado, mas que desempenham um papel importante na preservação dos ecossistemas e na luta contra as mudanças climáticas. Estas mulheres de comunidades tradicionais e indígenas são cruciais para a gestão sustentável dos recursos naturais e para a proteção da biodiversidade.

Nesse contexto, citamos a interseccionalidade, pois permite entender melhor os impactos desiguais que se impõem sobre os grupos sociais, a partir de seus “marcadores sociais da diferença” (Piscitelli, 2008). A análise interseccional permite compreender como as mulheres são particularmente impactadas pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, é relevante lembrar as palavras de Simone de Beauvoir, que afirmou, em 1949, que basta surgir uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam colocados em questão. Da mesma forma, isso se aplica à crise climática.

O relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC) traz à tona os danos e perdas causados pela mudança global do clima e as tendências que devem continuar no futuro, pois as temperaturas já subiram 1,1 graus Celsius. O relatório alerta que os desastres naturais relacionados ao clima

estão atingindo, principalmente, as pessoas mais vulneráveis e os ecossistemas mais frágeis, como manguezais, áreas costeiras e semidesérticas (IPCC, 2023).

Desse modo, é notório que as comunidades tradicionais são as que mais vão sofrer com as mudanças climáticas, pois são mais vulneráveis aos eventos extremos do clima e ao racismo ambiental, principalmente as mulheres. Oliveira *et al.* (2021, p. 9) afirmam que:

As mulheres são mais pobres, tanto em termos monetários quanto de tempo disponível, são sobrecarregadas de trabalho de cuidados não remunerado, têm condições de emprego, salário e contratação mais precárias, com menos direitos trabalhistas, são as primeiras a perder o emprego e/ou as suas rendas diante de situações de crises e apresentam menor representação nos espaços de tomada de decisão.

O Relatório de Desigualdade Climática de 2023 (Chancel *et al.*, 2023) revela que os 50% mais pobres da população mundial são responsáveis por apenas 12% das emissões globais, mas enfrentam 75% das perdas relativas causadas pelas mudanças climáticas e possuem apenas 2% da capacidade de financiar adaptações. Em contraste, os 10% mais ricos são responsáveis por 48% das emissões, sofrem com apenas 3% das perdas relativas e detêm 76% da capacidade de financiamento para adaptação.

Para Oliveira *et al.* (2021), as autoras corroboram que o racismo ambiental aponta a necessidade de considerar quais corpos são mais afetados por um modelo social produtor de desigualdades e entende que esse modelo vem da colonização patriarcal. As mulheres, especialmente as mulheres negras, são as mais afetadas, isso se dá porque a vulnerabilidade climática se sobrepõe às vulnerabilidades socioeconômicas, aprofundadas pelas desigualdades.

Wolff (2011) afirma que as mulheres extrativistas, indígenas e ribeirinhas desempenham funções importantes na proteção da biodiversidade e na gestão dos recursos naturais. A autora enfatiza o papel dessas mulheres na preservação das florestas e na preservação dos costumes locais em suas comunidades.

As questões de gênero e justiça climática devem ser observadas, considerando-se as interseccionalidades, possibilitando, assim, a compreensão de como diferentes eixos de opressão se somam e se cruzam sobre os corpos das

pessoas, especialmente, das mulheres negras e indígenas, criando situações únicas de opressão e invisibilidade (Louback, 2022).

Apesar dos obstáculos, as mulheres extrativistas continuam sendo líderes e defensoras incansáveis do meio ambiente. Seus trabalhos ajudam nas economias locais e segurança alimentar, fornecendo um modelo de adaptação e resiliência às ameaças climáticas e ambientais.

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise bibliométrica sobre a interseção entre racismo ambiental e protagonismo feminino, com o intuito de mapear a produção acadêmica existente, identificar as lacunas de pesquisa e compreender como esses temas têm sido abordados na literatura científica. Além disso, busca-se destacar o papel das mulheres na promoção de práticas sustentáveis e na mitigação dos efeitos do racismo ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base nos aspectos qualitativos e na medição bibliométrica, a qual está relacionada ao estudo da informação para a busca de resultados sobre o tema em questão. Foram utilizados os seguintes termos de busca: "Justiça Climática", "Justiça Climática em Belém"; "Justiça Ambiental na Amazônia" e "Protagonismo de Mulheres na Amazônia".

A análise bibliométrica foi realizada, considerando os anos de 1996 a 2023, pelas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, a partir da análise de artigos científicos, teses e dissertações. Foram examinados os temas, correlação entre eles, ano de publicação e ordem cronológica desde a publicação do tema, periódico e o objeto de estudo dos artigos selecionados.

Inicialmente, foram encontradas 1.635 referências relacionadas à busca pelos temas mencionados. Após uma seleção criteriosa, que exclui trabalhos que não atendiam aos requisitos específicos do estudo, com ênfase no protagonismo das mulheres extrativistas, foram escolhidos 23 artigos. Dentre esses, 11 foram localizados na plataforma do Google Acadêmico, 8 na Scielo e 4 nos periódicos CAPES.

Posteriormente, esses resultados foram sistematizados, a partir de mecanismos da estatística descritiva básica, com a elaboração de gráficos e tabelas para a ilustração dos resultados da pesquisa de cada palavra chave. Essa abordagem

metodológica permitiu uma análise aprofundada e uma visualização clara das tendências e lacunas na literatura, contribuindo para um melhor entendimento do papel das mulheres extrativistas no contexto da justiça climática e ambiental.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da série histórica da disponibilização dos artigos, observa-se que a primeira publicação identificada remonta ao ano de 1996. No entanto, é notável que apenas a partir de 2020 houve um aumento significativo na produção acadêmica relacionada ao tema em questão, conforme ilustrado na Figura 1. Esse crescimento pode ser visto como um reflexo da maior conscientização sobre a justiça climática e o protagonismo feminino nas discussões ambientais.

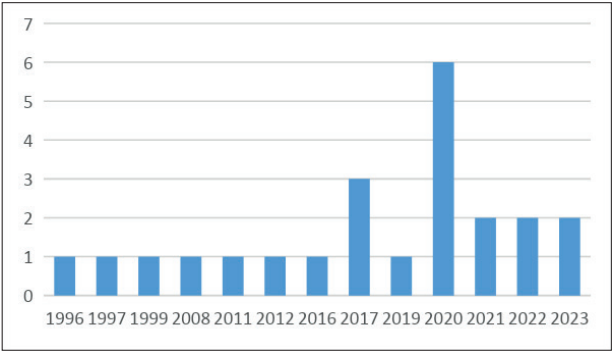
A partir de 2020, diversos fatores impulsionaram essa transformação, como o aumento dos debates sobre as mudanças climáticas e a necessidade de incluir perspectivas diversas nas soluções propostas. A emergência climática agrava as desigualdades sociais, e, muitas vezes, as mulheres são as mais afetadas, pois dependem mais dos recursos naturais compartilhados e enfrentam os maiores desafios com a sua escassez (Miranda; Barroso, 2023). Ampliar a participação das mulheres amazônidas nas discussões globais sobre o clima é reconhecer a sua importância na luta pela preservação ambiental e pela sobrevivência das comunidades.

O conjunto de 23 (vinte e três) artigos cobre um período de 27 anos, de 1996 a 2023, os quais mostram uma mudança evidente nas abordagens dos estudos sobre o papel das mulheres e justiça climática. Esse aumento pode ser atribuído ao maior reconhecimento da importância da justiça climática e à incorporação de perspectivas de gênero nas discussões sobre justiça ambiental e mudanças climáticas.

Embora ainda sejam minoria nos espaços formais de tomada de decisão, as mulheres têm se destacado ao criar formas de organização e resistência dentro dos movimentos de base e no ativismo ambiental e climático (Olivera *et al.*, 2021). O protagonismo feminino também tem ganhado força nas Conferências do Clima, onde sua participação é cada vez mais notável. A conexão profunda entre essas mulheres, a terra e seus conhecimentos ancestrais as torna altamente comprometidas com a preservação dos recursos naturais e a defesa dos bens coletivos, conforme observado por Oliveira *et al.* (2021, p. 8): “O próximo passo

essencial é garantir uma maior igualdade de gênero nas decisões urgentes que precisam ser tomadas diante da crise climática.

Figura 1 - Distribuição temporal da disponibilização dos artigos (total de artigos = 23).



Fonte: Autores da pesquisa, 2024.

A análise detalhada das publicações, conforme apresentada no Quadro 1, revela a diversidade de fontes e a evolução temática ao longo dos anos. Notavelmente, a partir de 2017, houve um aumento significativo no número de estudos abordando temas como racismo ambiental, justiça climática e protagonismo feminino. Especificamente, tópicos como “Racismo ambiental” e “Mulheres quilombolas e ecofeminismo” refletem um reconhecimento crescente das dimensões sociais e culturais associadas à justiça ambiental.

Quadro 1 - Trabalhos analisados e suas respectivas revistas e anos de publicação.

Elementos para una historia de las relaciones entre género y praxis ambiental: itinerarios al paraíso.	Astrágalo: Cultura de la Arquitectura y la Ciudad.	1996
Mulher e ambientalismo	Estudo Sociedade e Agricultura	1997
LA JUTICIA SOCIAL Y LA JUSTICIA AMBIENTAL EM LOS ESTADOS UNIDOS: LA NATUREZA COMO COMUNIDAD	ECOLOGIA POLÍTICA	1999
As mudanças climáticas globais e a floresta amazônica: A biologia e as mudanças climáticas no Brasil	RIMA editora	2008
Mudanças Climáticas	Revista Encontros Teológicos	2011
Clima global, meio ambiente e justiça social	Le Monde Diplomatique Brasil	2012
Racismo ambiental e lutas por reconhecimento dos povos da floresta da Amazônia.	Global Journal of Community Psychology Practice	2016
Justiça ambiental e conflitos socioambientais: uma questão de gênero?	CAPTURA CRÍPTICA	2017

Educação ambiental, justiça ambiental e questões de gênero: a perspectiva de um grupo de educadoras ambientais comunitárias de Magé, RJ.	Repositorio.furg	2017
Lugar de mulher: a participação da Indígena nos Movimentos Feministas e Indígenas do Estado do Amazonas	UFA	2017
Entrelaçamentos entre justiça climática e educação ambiental: diálogos com mulheres de comunidades tradicionais do Mato Grosso e Galícia.	Revista Pesquisa em Educação Ambiental	2019
Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém.	Cad. Metrôpoles	2020
As mulheres indígenas na regulação do clima da América Latina: caminhos para um direito ecológico	Repositório Institucional da UFSC	2020
JUSTICIA AMBIENTAL, LUCHA COMUNITARIAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS	REVISTA DE ADMINISTRACION PÚBLICA	2020
Mulheres, clima e agenda 2030: narrativas verbais-imagética para não deixar ninguém para trás	FURG	2020
As mulheres indígenas na regulação do clima da América Latina: caminhos para um direito ecológico.	UFSC	2020
Mulheres quilombolas e ecofeminismo: Experiência e aproximações teóricas práticas na Amazônica Paraense.	Trabalho necessário	2020
Desenvolver a Amazônia com justiça ambiental: questões para repensar os problemas da educação regional.	Lusófona de Educação	2021
Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e gricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil.	Novos Cadernos NAEA	2021
Mulheres, ecofeminismo e comunidade sustentável na era do antropoceno.	Salão do Conhecimento Unijuí	2022
Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática.	ORGANICOM	2022
Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios.	Revista Estudos Feministas, Florianópolis	2023
Racismo ambiental e o poder da mulher frente às (in)justiças ambientais.	Revista de Comunicação Científica	2023

Fonte: Autores da pesquisa, 2024.

No Quadro 1, também é possível constatar a disseminação da produção acadêmica, desde o ano de 1996 até o ano de 2023, na correlação “justiça climática” com as palavras chaves “Justiça Climática em Belém”; “Justiça Ambiental na Amazônia” e “Protagonismo de Mulheres na Amazônia”.

Falar de justiça climática nos provoca – e convoca – à impossibilidade de discutir a perspectiva sobre o futuro sem a participação periférica, das mulheres, da população quilombola, das comunidades tradicionais e de outros grupos marginalizados e tidos como “vulneráveis”.

O paradoxo que vemos hoje é uma composição branca e homogênea da comunidade climática, ensimesmada em seus debates diplomáticos com mesmos atores, porta-vozes, negociadores, lideranças e clubes excludentes que ousam falar de clima sem falar de desigualdades sociais e raciais. Ousam à exaltação de temáticas enigmáticas, como “precificação de carbono” e “recuperação econômica verde”, sem ao menos refletir sobre privilégios (Louback, 2020, p. 2).

As mulheres são desproporcionalmente afetadas pelos impactos das mudanças climáticas, devido a fatores estruturais e à desigualdade de gênero. Embora estejam sub-representadas nas esferas de decisão, elas se encontram na linha de frente dessas mudanças, especialmente, aquelas em condições de maior vulnerabilidade, com menos acesso a ferramentas e recursos necessários para enfrentá-las (Olivera *et al.*, 2021). Com 70% das pessoas em extrema pobreza sendo mulheres (Lima, 2021), muitas delas são negras, quilombolas, chefes de família, habitantes das periferias, agricultoras familiares, esses grupos são frequentemente responsáveis pela coleta de recursos naturais (Lima, 2021).

A desigualdade de gênero afasta as mulheres de oportunidades econômicas e da plena participação nos processos decisórios, limitando sua capacidade de resposta. Os impactos como escassez hídrica, insegurança alimentar, desafios na agricultura, processos migratórios, maior incidência de doenças e eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, afetam de forma significativa e desproporcional a vida dessas mulheres (IPCC, 2023; Oliveira *et al.*, 2021).

Nessa linha do tempo, percebe-se a importância das plataformas CAPES, Google Acadêmico e Scielo na divulgação de trabalhos sobre as correlações estudadas. Pois, ao se observar a tabela 1, constata-se que apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é possível verificar no meio de divulgações científicas sobre a temática relacionada à crise ambiental, que sem o protagonismo das mulheres extrativistas, a justiça climática não existe.

Tabela 1 - Quantificação das palavras- chaves associadas ao título dos trabalhos, nos portais de pesquisa “Periódicos Capes”, “SciELO” e “Google Acadêmico”.

Periódicos da Capes	
Justiça Climática	161
Justiça Climática em Belém	1
Justiça Ambiental	1.281
Justiça Ambiental na Amazônia	36
Protagonismo de Mulheres na Amazônia	10
Periódicos da SciELO	
Justiça Climática	21
Justiça Climática em Belém	0
Justiça Ambiental	106
Justiça Ambiental na Amazônia	4
Protagonismo de Mulheres na Amazônia	4
Periódicos do Google Acadêmico	
Racismo Ambiental e Gênero	5
Justiça Climática na Amazônia	6

Fonte: Autores da pesquisa, 2024.

Ao observamos a tabela 1, que faz a relação da quantidade de publicações nas plataformas, com as buscas pelas palavras centrais da pesquisa, percebe-se a falta de literaturas que cite as mulheres ou o protagonismo das mesmas. Esse processo de dominação, exploração, opressão e violência nos convida a refletir sobre os impactos que gerou e continua gerando. Por séculos, silenciou e ainda silencia muitas mulheres, impedindo-as de exercer seus direitos e dificultando o acesso a políticas públicas.

A escassez de publicações sobre “Protagonismo de Mulheres na Amazônia” indica que as experiências femininas nas pesquisas sobre justiça climática são menos representadas, refletindo como essas discussões frequentemente marginalizam as vozes e perspectivas das comunidades tradicionais e de gênero. Por séculos, silenciou e ainda silencia muitas mulheres, impedindo-as de exercer seus direitos e dificultando o acesso a políticas públicas.

As desigualdades de gênero são praticadas de maneira implícita via mecanismos, quase sempre sutis, de ordem legal, cultural, política ou estrutural. Essas políticas, se não impedem, dificultam a participação da mulher, com resultados favoráveis ao masculino, que aparece no cenário como beneficiário principal ou exclusivo no processo [...] (Melo, 2003, p. 119).

A crise climática é percebida como um impacto adicional a outras crises, como a de falta de acesso a recursos básicos e outros impactos nas comunidades por elas representadas. Os conceitos de interseccionalidade, racismo ambiental e justiça climática estão diretamente associados às respectivas realidades e ao agravamento da situação, em decorrência dos fenômenos climáticos.

A afirmação que diz "Todos nós seremos afetados pelas mudanças climáticas", frequentemente utilizada em campanhas de conscientização, ignora que, dentro desse "nós", há grupos que sofrem muito mais com esses impactos. A verdade é que "a degradação ambiental e os efeitos das mudanças climáticas não são democráticos. Eles possuem cor, raça, gênero e classe social bem definidos" (Iacovini; Vieira, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se no corpo deste trabalho que há muito tempo as mulheres lutam por autonomia sobre suas decisões e reconhecimento, por sua importância no contexto social, econômico e ambiental. Ao longo do artigo, constatamos que existe uma falta de representação adequada das mulheres, sobretudo nas comunidades tradicionais, nos espaços de decisão. Se as mulheres são as mais impactadas, é imprescindível que elas tenham um papel central nesse debate. A análise bibliométrica constatou que a produção acadêmica relacionada ao protagonismo das mulheres extrativistas é muito pequena.

Para contornar essa problemática, precisa haver maior incentivo à pesquisa com temáticas que perpassam pelo protagonismo feminino nas tomadas de decisões na sociedade, para que, assim, possa haver uma garantia de que as comunidades tradicionais, sobretudo as mulheres, assegurem a sociobiodiversidade local dessas comunidades.

Além disso, é crucial que o debate sobre as mudanças climáticas adote uma abordagem interseccional, reconhecendo que os impactos ambientais não afetam todos da mesma forma. As mulheres negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de outras comunidades marginalizadas sofrem de maneira desproporcional devido às desigualdades estruturais que moldam suas vidas. A interseccionalidade nos permite entender como diferentes formas de discriminação e

opressão — como racismo, sexismo e classismo — se cruzam, criando situações únicas de vulnerabilidade.

As mulheres extrativistas, em particular, desempenham um papel vital na proteção dos ecossistemas e na sustentação das economias locais. Elas são líderes naturais em suas comunidades, utilizando seus conhecimentos tradicionais para promover práticas sustentáveis e combater os efeitos das mudanças climáticas. No entanto, a luta dessas mulheres vai além da preservação ambiental; trata-se também de reivindicar espaço e voz nos processos decisórios, desafiando as estruturas patriarcais e coloniais que historicamente têm silenciado suas contribuições.

Portanto, a inclusão ativa das mulheres extrativistas nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas não é apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade para a eficácia e sustentabilidade dessas estratégias. Somente reconhecendo e valorizando o papel das mulheres na linha de frente da crise climática poderemos avançar para um futuro mais justo e equitativo, onde todos, independentemente de gênero, raça ou classe social, tenham a oportunidade de prosperar.

REFERÊNCIAS

BULLARD, R. D. Anatomy of environmental racism and the environmental justice movement. In: BULLARD, R. D. (ed.). **Confronting environmental racism: voices from the grassroots**. Boston: South End Press, 1993.

CASTELO, T. B. **Litigância climática, soberania e gênero: uma análise interseccional da busca de mulheres por justiça climática**. Brasília: Centro Soberania e Clima, 2024. Disponível em: <<https://www.soberaniaclima.org.br>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CHANCEL, L.; BOTHE, P.; VOITURIEZ, T. **Climate inequality report 2023: fair taxes for a sustainable future in the Global South**. World Inequality Lab Study, 2023.

DAVIS, A. Y. Prefácio. In: FERDINAND, M. (ed.). **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

IACOVINI, R.; VIEIRA, V. No mesmo mar, sim, mas não no mesmo barco: desigualdades e mudanças climáticas. **Nexo Jornal**, São Paulo, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

IPCC. **Summary for policymakers**. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2023. p. 1-34. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LIMA, L. Justiça climática e mulheres: a necessária incorporação do olhar interseccional de gênero num contexto de crise climática. In: JODAS, N.; FIGUEIREDO, G. (eds.). **Ecofeminismo & Jurisgaia: ensaios das conferencistas e artigos científicos do Prêmio Vladimir Garcia Magalhães 2020**. 2021.

LOUBACK, A. C. O paradoxo da justiça climática no Brasil: o que é e para quem?. **Portal Geledés**, São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MELO, L. A. de. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira - PE**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MIRANDA, C. M.; BARROSO, M. F. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Estudos feministas**, v. 31, n. 2, 2023.

OLIVEIRA, M. *et al.* **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**. 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

WOLFF, C. S. Mulheres da floresta: outras tantas histórias. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 6, n. 1, p. 21-40, 2011.

MARKETING AMBIENTAL NA INDÚSTRIA DA BELEZA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR

Fabiana Costa de Sousa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Jhade Gabrielle Costa Ferreira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Izabelly Conde Pereira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lais Costa de Andrade

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O marketing é, sem dúvida, a alma do negócio. Diante a globalização, onde “o que está longe fica perto” temos uma rede de empresas empenhadas em vender seus bens e serviços. Entre as maneiras de se fazer isso, está o Marketing verde, também conhecido como marketing ambiental e eco marketing, que consiste no conjunto das atividades criadas para produzir e facilitar a comercialização de qualquer produto ou serviço, com a intenção de satisfazer necessidades e desejos humanos, porém causando impacto mínimo ao meio ambiente. Uma produção voltada para a sustentabilidade, envolvendo 4 pilares: Ecologia, Economia, Sociedade e Cultura. Muitas indústrias adquirem selos que promovem sua identidade sustentável. Um desses setores é a indústria da beleza. O trabalho em questão retrata como a estratégia de marketing atual da indústria da beleza contém um apelo ambiental. O estudo tem caráter bibliográfico e objetiva expor e discutir sua influência mediante a decisão de compra do consumidor na indústria da beleza, a partir da comparação de visão de diferentes autores a respeito da temática.

Palavras-chave: Greenwashing; marketing societal; sustentabilidade; indústria de cosméticos; capitalismo.

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista de produção gera grandes impactos ao meio ambiente. Por isso, é crescente a preocupação dos consumidores com as consequências advindas desse sistema econômico ganancioso. A partir disso, manifestou-se a necessidade de consumir de forma sustentável, gerando menos impacto ao planeta.

Gradativamente, o consumidor estabelece um alto nível de exigência quanto à escolha das empresas onde investem o seu capital, priorizando as que demonstram estar inseridas no âmbito da sustentabilidade. Assim, pressionam as empresas a se importarem também com o efeito que causam no mundo, preocupando-se com a indevida utilização dos recursos naturais.

O marketing verde tem como princípio uma conduta ética e social, contribuindo com a sustentabilidade do meio ambiente, tendo, assim, 4 pilares: Ecologia, Economia, Sociedade e Cultura (Vitor, 2018). Em vista disso, muitas empresas se apropriam do termo “sustentável”, criando uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica. Deste modo, o sistema capitalista vem incorporando conceitos e adotando práticas “politicamente corretas” para tornar possível sua reprodução, levando vantagens diante dos seus concorrentes e criando um novo nicho de mercado para produtos “de origem verdes e legais” (Guttler, 2011).

Considerando que a ecologia se trata de uma ciência que vem a criticar o modelo capitalista vigente e não influenciar um consumidor na compra de um produto, percebe-se a contradição, pois querendo ou não a “etiqueta sustentável” influência na tomada de decisão de compra dos consumidores. Diante disso, discutir a maneira com a qual o capitalismo usa de suas artimanhas para modificar o mercado a seu favor, faz-se necessário.

O trabalho visa analisar como a estratégia de marketing atual da indústria da beleza contém um apelo ambiental, constituindo-se na venda de uma imagem de “consciência ecológica” por parte das empresas que se fazem presentes nesse setor, assim despertando o interesse do consumidor para adquirir os seus produtos, ditos “verdes”.

METODOLOGIA

O estudo tem caráter bibliográfico, tendo fundamentação mediante a livros, artigos científicos, teses e dissertações. A temática foi explorada através de ferramentas de pesquisa, como Google Acadêmico, Periódicos CAPES, SciELO e bibliotecas virtuais.

Buscou-se apresentar o histórico do marketing verde, analisando a apropriação do meio ambiente dentro da lógica empresarial, bem como expor e discutir sua influência mediante a decisão de compra do consumidor dispondo como suporte a comparação de visão de diferentes autores a respeito do tema.

No decorrer do trabalho, é possível verificar uma subdivisão no tópico resultados e discussão em 4 (quatro) sessões, sendo elas: 1. *Histórico do Marketing ambiental*; 2. *Relação do Marketing ambiental e indústria da beleza*; 3. *Decisão de compra do consumidor*; 4. *Estudos empíricos*. A fim de traçar uma abordagem dinâmica e proporcionar melhor compreensão da ideia dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico do marketing ambiental

Desde os tempos do escambo até a globalização, a essência da troca é a mesma: suprir necessidades baseadas em valores e culturas, definindo critérios de consumo e produção, com o intuito de solucionar problemas com a distribuição e a venda de produtos variados. Diante disso, muitas técnicas ao longo da história foram desenvolvidas para facilitar a compreensão desses valores, que giram e moldam o mercado. Assim surgiu o marketing, no início do século XX, a fim de solucionar problemas com a distribuição e a venda de produtos (Lopes; Pacagnan, 2014).

Schiochet (2018) expressa a plausibilidade da crença inicial das empresas ao adotarem práticas sustentáveis, cuja implementação buscava responder às exigências legais, mas também por perceberem a possibilidade de envolvimento em um escândalo ambiental como algo extremamente prejudicial para a sua imagem, o que poderia representar uma desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes. No entanto, a sensibilidade ecológica evoluiu de tal maneira que acabou se tornando um desafio para o novo milênio.

No final do século XX, em razão das mudanças ambientais, as empresas se converteram ao marketing societal, abordagem que visa a implementação de estratégias de marketing que levam em consideração o bem-estar social e ambiental (Lopes; Pacagnan, 2014).

Savelli (2010) retrata o conceito do consumidor “verde”, uma vez que o consumidor atual tende a se inteirar e buscar informações e detalhes sobre ações responsáveis desenvolvidas pelas companhias das quais é cliente. Os consumidores passaram a exigir por parte das empresas responsabilidade ambiental, dando preferência aos produtos/serviços das organizações que possuem essa prática. Esses indivíduos estão agindo de acordo com seus valores, por meio do poder de suas decisões de compra.

Essas recomendações, levaram, de acordo com Kotler (1995 *apud* Lopes; Pacagnan, 2014) a um novo olhar para o consumidor e as exigências dos mesmos, que, devido às mudanças sociais e ambientais, as empresas devem entregar valor aos clientes com os bens e serviços ofertados pelas empresas, satisfazendo suas necessidades e desejos, mas também se preocupar em ter considerações com a ética, com a sociedade, com o meio ambiente e com a cultura. Assim, o pensamento meramente econômico, até então predominante nas organizações, voltou-se para as questões social e ambiental.

Celestino (2016) expõe, com base nas novas adaptações da sociedade, que empresas buscam aderir a nova onda, com o intuito de instaurar um relacionamento expressivo com os consumidores ecologicamente corretos, porém, algumas não absorvem a confiança do público, por conta da introdução de falsas ações.

O ambientalismo empresarial, no decorrer da história, sobressaiu somente no início da década de 1990 na comunidade ambientalista, como promotor do desenvolvimento sustentável (Layrargues, 2000 *apud* Lopes; Pacagnan, 2014). Essa visão é apresentada também por Peattie e Charter (2005 *apud* Lopes; Pacagnan, 2014) os quais, através do contexto acima, demonstram as mudanças de atitude das empresas ao longo dos tempos, pois elas passaram de vilãs a parceiras incondicionais.

O termo marketing verde surgiu nos anos 1970, quando a AMA (*American Marketing Association*) discutiu os impactos do marketing sobre o meio ambiente natural, definindo-o como “o estudo dos aspectos positivos e negativos das

atividades de marketing em relação à poluição, ao esgotamento de energia e dos recursos não renováveis" (Saad; Machado; Saad, 2011).

Mais tarde, Polonsky (1994, *apud* Lopes & Pacagnan, 2014) escreveu um artigo considerando o marketing verde como um conjunto de atividades criadas para produzir e facilitar a comercialização de quaisquer bens ou serviço, com a intenção de satisfazer necessidades e desejos humanos, porém causando impacto mínimo ao meio ambiente e a cultura local. Isso envolve modificação de produtos e embalagens, bem como mudanças em processos de produção e publicidade.

Haja vista a conjunção em que estão inseridas, ramificações dos estudos mercadológicos são utilizadas com frequência, tais como: pesquisa, segmentação e definição de posicionamento de mercado. Fatores demográficos, culturais, sociais e éticos são extremamente importantes e visam consolidar produtos e serviços ofertados (Bezerra; Tavares, 2022).

O ideal do marketing verde é minimizar os impactos negativos sobre o ambiente físico dentro de um mercado, que, historicamente, é moldado pela exploração de uma quantidade variedade de nichos, assim, criando a ideia que ambas as vertentes, sustentabilidade e o meio de produção capitalista possam, de alguma forma, unirem-se, principalmente, para fins comerciais, modificar a visão do consumidor quanto às empresas e aos seus produtos.

Lopes e Pacagnan (2014) enfatizam que isso pressupõe a ideia de que seja possível criar riquezas com a diminuição dos impactos ambientais e as mudanças sociais que regulam os hábitos de consumo. Para Peattie (1992 *apud* Lopes; Pacagnan, 2014), também devem ser priorizados os aspectos ambientais nas decisões de marketing, mas ele alerta para o fato de que as empresas com atuação ambiental tendem a desenvolver estratégias que enfatizem os aspectos ecológicos de algumas de suas atividades, geralmente desenvolvendo novos produtos e comunicação, sem se dedicarem a criar atividades sustentáveis.

Costa *et al.* (2021) ressalva que todos os grupos sejam eles da indústria da beleza, automobilística, dentre outros, tem a importante missão de alavancar o seu negócio a partir do marketing verde, visto que, auxilia na competitividade de mercado, no reconhecimento da marca perante os consumidores, já que tem a missão sustentável e a preservação do meio ambiente, uma vez que faz a utilização de itens reciclados ou renováveis. A reutilização de embalagens gera

menos impacto ao planeta conjuntamente com a não utilização de materiais caracterizados por serem tóxicos.

No que consiste o marketing verde e seus ideais dentro da lógica empresarial, ele deve seguir a finalidade orientar, educar e criar desejos e necessidades nos consumidores, sempre visando causar um menor impacto ambiental e está sempre, no mínimo, de acordo com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para as empresas focadas na produção sustentável, isso implicará no desenvolvimento de produtos atraentes e funcionais, os quais, ao mesmo tempo em que satisfaçam a relação cliente e consumidor, ainda sejam socioambientalmente responsáveis, não apenas ao produto, mas em toda a sua cadeia produtiva, desde a origem, principalmente, de suas matérias primas, fabricação, embalagem, logística e sua durabilidade com o consumidor (Lopes; Pacagnan, 2014).

Relação do marketing ambiental e indústria da beleza

Ao mesmo tempo em que a demanda de preocupação com a causa ambiental se amplia, empresas movem-se para acompanhar as necessidades de seus consumidores diante da preferência por produtos categorizados como ambientalmente amigável, para tal, considera-se desde a procedência da matéria prima utilizada até redução no uso de recursos naturais durante o processo de produção dos mesmos, posterior a isso a não operação de testes em animais é um aspecto que leva-se em conta, sobretudo na indústria da beleza.

O mercado de cosméticos sustentáveis tem sido impulsionado pelos consumidores que preferem produtos mais naturais, que evite o máximo substâncias químicas ou sintéticas. Esse pensamento reflete uma preocupação tanto com a saúde, quanto com a conscientização crescente com a sustentabilidade. Dessa forma, os consumidores buscam alternativas que mesclam os cuidados pessoais a práticas responsáveis e ambientalmente corretas (Furtado; Sampaio, 2020; Santos; Andreoli, 2022).

A argumentação de Kuzma; Sehnem (2021), conjuntamente com Silva *et al.* (2022), relatam os desafios enfrentados pelo mercado da beleza, onde empresas necessitam obter lucro para continuar suas atividades e consorciar com práticas sustentáveis para a preservação do meio ambiente, mas para que tais exercício

aconteça, faz-se necessário um elevado capital para investir e conciliar, acarretando um grande desafio para o empresário do ramo.

Por mais que as atitudes amigáveis ao meio ambiente venham crescendo em todas as corporações, as empresas de cosméticos tendem a enfatizar mais suas propostas Eco-Friendly quando comparadas com as demais. De certo modo, isso inflige totalmente o arquétipo por trás da produção, distribuição e comercialização de seus produtos (Sbardelotto, 2016 *apud*. Santos & Andreoli, 2022).

Oliveira (2015) relata que a principal razão pela qual as empresas proporcionam práticas sustentáveis é a competição com as outras empresas. Além disso, nota-se o ganho de credibilidade por parte das empresas que adotam conduta verde para com seu público alvo.

Decisão de compra do consumidor

Criada pela ONU, na década de 1980 e meados de 1990, a Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, advindos das preocupações de interesses econômicos e ambientais decorrente ao longo dos anos (Curi, 2012).

Os consumidores têm ficado mais atentos às questões ambientais, visto que estão diretamente relacionados ao fluxo de matéria e de energia, que estão intimamente ligados aos produtos que adquirem no dia-a-dia e com isso vem procurando produtos e serviços que atendam a sua demanda, incorporando a sustentabilidade no seu viés, atendendo de fato as especificações da legislação ambiental e que abranjam as expectativas dos clientes (Dias, 2007). O selo tem como indicativo aos consumidores uma marca ambientalmente responsável, causando menos impactos ao meio ambiente, sendo atraentes na hora da divulgação de seus produtos (SEBRAE, 2022).

O selo verde orienta consumidores a adquirir produtos que causem impactos ambientais reduzidos. Ao estampar nos produtos a marca Selo Verde, fica claro para o comprador que se trata de uma marca ambientalmente responsável. Passa a ser, também, um diferencial e um atrativo na hora das vendas.

Estudos empíricos

Muitas pesquisas foram realizadas no âmbito do marketing verde, pautando a indústria da beleza e como esse comercial ambiental influencia na escolha do

consumidor por esses produtos. Outras são voltadas ao comportamento das empresas em relação a sua logística pautada na sustentabilidade e ética social, com o intuito de agregar valor e atrair um novo nicho de mercado, pessoais mais interessadas e preocupadas com o ecossistema como um todo. Alguns estudos foram realizados por autores, através de entrevistas e análise gráfica, que pode ressaltar como os compradores olham um produto com a temática e preocupação ambiental, isso inclui o que pensam sobre o tema e como esse marketing chega até eles.

De acordo com Mattos (2009), os resultados da pesquisa realizada pelo autor indicaram, por meio de entrevistas, que 77% dos entrevistados ouviram falar sobre marketing ou comunicação ambiental e que a televisão é o principal meio de comunicação para esse conhecimento, uma vez que 90.9% dos respondentes afirmaram terem visto propagandas de produtos de consumo direcionados à questão ambiental nesse meio. De fato, a preocupação com o meio ambiente demonstrada pelas empresas tem seu impacto, pois 84% dos respondentes relataram se sensibilizar com este fato. Porém, somente um número menor de pessoas, 70,5% respondeu que essa preocupação realmente influencia na sua decisão de compra.

No estudo de Mattos (2009), a maioria dos entrevistados era do sexo feminino (64,5%) e os consumidores costumam ir ao supermercado frequentemente (46%), local no qual há uma maior relação com o marketing. Outro ponto abordado na pesquisa foi o poder aquisitivo dos entrevistados, considerado alto (33% com renda acima de dez salários mínimos). Quanto ao grau de instrução, 30% tinham curso superior ou pelo menos o segundo grau completo (26%), podendo ser um fator que demonstra que a maioria dos entrevistados recebe informações, mesmo que sejam pela TV e que se interessam por elas (70,5% dos entrevistados fazem menção aos cuidados com o meio ambiente). Resultados como estes revelam a preocupação dos consumidores com o meio ambiente ou acesso à informação da necessidade dessa preocupação, o que, no futuro, pode ser um fator taxativo para a aquisição de alguns produtos, levando em conta, principalmente, aqueles que podem causar danos diretos à saúde humana e ao meio ambiente.

Já a pesquisa de Santos *et al.* (2019) abordou o ponto de vista de micro e pequenas empresas do ramo de cosméticos, trazendo à tona suas expectativas ao adotar estratégias de marketing verde, que tem se mostrado promissor no

mercado, impulsionados, principalmente, pelo viés ideológico, embora ainda haja barreiras que dificultam a certificação, o alto custo de insumos produtivos, a produção em pequena escala e a influência da prática de *greenwashing* na desconfiança geral do consumidor.

Nenhuma das empresas, que foi estudada para realização da pesquisa, usou o marketing verde após a criação da marca e, sim, foi feito na fase de planejamento do negócio, inclusive priorizando a ética, em detrimento da viabilidade financeira. Outro ponto ressaltado é que todos os gestores compreendem a completa execução do marketing verde em suas empresas, o que demonstra um maior comprometimento institucional acerca da sustentabilidade e a nova orientação mercadológica. Entretanto, alguns não conseguem divulgar a prática verde para o mercado consumidor, resultando na perda da principal vantagem competitiva, a diferenciação. Desse modo, os pontos de melhorias foram o aumento do alcance da comunicação mercadológica (conscientização) e a necessidade de certificação externa. Para esses gestores, o principal obstáculo é a alinhar a operacionalização da sustentabilidade ao desenvolvimento econômico de sua empresa. Por último, constata-se que o *greenwashing*, reflete negativamente na comercialização de cosméticos naturais Santos *et al.* (2019).

De acordo com o trabalho construído por Silva (2022), observou-se que algumas empresas possuem mais produtos verdes que outras do mesmo ramo de atividade. Isso se dá por uma necessidade competitiva e perfil empresarial. Algumas delas apresentam diferenças quanto ao tipo de apelo. De um modo geral, muitas empresas tendem a focar na demanda de um público alvo oferecendo produtos como veganos ou biodegradáveis para oferecer ao mercado um diferencial. Outro fator decisivo para o foco do apelo ambiental oferecido pela empresa, pode estar na facilidade de manufatura, já que a empresa tende a buscar o lucro diminuindo o custo e potencializando os ganhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os consumidores, de acordo com as pesquisas, começaram a demonstrar maior interesse sobre o meio ambiente, com ênfase no consumo desenfreado de água e a poluição do mesmo, gás carbônico liberado pelas empresas, o desmatamento e a poluição, o que originou o marketing verde, devido às exigências

maiores desses consumidores. Com o avanço da tecnologia as empresas puderam se aproveitar dos meios de comunicação para divulgar seus produtos em momento propícios ao comprador, que já foi identificado como público alvo e que possui características voltadas à preocupação com o meio ambiente e as futuras gerações.

Dentre o período de estudos sobre o impacto que o marketing verde, ambiental ou eco marketing, tem sobre a decisão de compra do cliente, pouco se foi visto de trabalhos voltados para a Amazônia e muitas marcas, nacionais e internacionais, usam de produtos originários da mesma, porém pouco se ressalta, a não ser em seus comerciais, da origem de sua matéria prima, considerando que produtos ecologicamente corretos, como podem ser chamados, partem de uma metodologia voltada a práticas ecológicas, extrativismo que não interfira na dinâmica do ecossistema onde determinada matéria prima está inserida ou mesmo é reproduzida para fins de comércio. Uma lacuna que deve ser preenchida com mais estudos voltados às empresas e como isso interfere nas comunidades em volta desse processo, um rastreamento da matéria prima.

Sendo assim, os consumidores tendem a investir em produtos com selo verde, que, obrigatoriamente, leva-se a crer que toda a cadeia produtiva deve estar de acordo com as premissas do desenvolvimento sustentável, de origem orgânica, ou seja, ambientalmente sustentáveis, ecologicamente corretos, e que os consumidores possam retornar, muitas das vezes, os frascos de perfumes, cremes, entre outros, ou aqueles que consomem menos plásticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. H. C.; TOURINHO, M. M. **Amazônia e mercado da beleza na era da bioeconomia**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.
- ALVES, R. R. **Marketing ambiental: Sustentabilidade ambiental e mercado verde**. ed. 1. Barueri: Editora Manole. p.278, 2017.
- BEZERRA, J. C., TAVARES T. B. **O marketing verde como ferramenta para uma gestão sustentável**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. Bacharelado em Administração, 2022.
- CELESTINO, A. M. **A importância do marketing verde nas estratégias de marcas sustentáveis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Processos Gerenciais). Instituto Federal de São Paulo, Campus Caraguatatuba, 2016.

COSTA, Ricardo *et al.* Marketing verde–A importância do consumo sustentável para as empresas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e26310716812-e26310716812, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16812>.

CURI, Denise. **Gestão Ambiental**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://mackenzie.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574144/pages/-6>> . Acesso em: 08/10/2023.

DE AVILA, S. M. Percepção e comportamento do consumidor em relação à prática do marketing verde nas empresas do segmento de beleza. **Salão do Conhecimento**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/10353>. Acesso em: 8 out. 2023.

DIAS, R. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, B. A.; SAMPAIO, D. O. Cosméticos sustentáveis: quais fatores influenciam o consumo destes produtos? **International Journal Of Business & Marketing (IJBMkt)**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 36-54, jun. 2020.

GÜTTLER, J. M. O. **Responsabilidade ambiental da empresa: um discurso insustentável?**. 2011. p.121. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

KUZMA, E.; SEHNEM, S. Validação da Escala de Medição para a Economia Circular: uma proposta baseada nos preceitos da inovação. **Revista Internacional de Revisão de Negócios Profissionais**, 2021.

LOPES, V. N.; PACAGNAN, M. N. **Marketing verde e práticas socioambientais nas indústrias do Paraná**. **R.Adm.**, São Paulo, v.49, n.1, p.116-128, jan./fev./mar. 2014 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303272>.

MATTOS, Kandi. **A influência do marketing ambiental na decisão dos consumidores de produtos orgânicos**. Natal-RN. 2009.

MATTOS, K. M. C. **A influência ambiental na decisão de consumidores de produtos orgânicos**. Orientador: Carlos Henrique Catunda Pinto . 2009. 60f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia da produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2009.

MENEZES, C. A., TAGLIAFERRO, E. R. CAMPATO Jr.; J. A., JUNIOR, R. A. (2021). **Marketing ambiental no Brasil: um estudo do estado da arte**. **Multitemas**, 25(61), 223–250. <https://doi.org/10.20435/multi.v25i61.2938>.

OLIVEIRA, A.M. de *et al.* (2015). Marketing Verde: Um diferencial competitivo adotado pelas empresas. *Rev. Conexão Eletrônica*, Três Lagoas, MS – Volume 12 – Número 1 – Ano 2015. <http://revistaconexao.aems.edu.br>.

SANTOS, L. B. dos; SILVA, E. R. da. Desenvolvimento sustentável e capitalismo: Uma coexistência contraditória. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, Volume 5, Número 9, p. 129-149, julho-dezembro de 2015.

SANTOS, M. P. dos; ANDREOLI, T. P. **Marketing verde como nova orientação mercadológica: a percepção dos gestores de cosméticos sustentáveis**. *Navus*, Florianópolis, p. 0-15, jan./dez. 2022.

SAVELLI, Carla C. O SURGIMENTO DO MARKETING VERDE. Monografia – Bacharelado em Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.

SEBRAE. **Você sabe o que é selo verde?**. 2022. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/voce-sabe-o-que-e-selo-verde,a031949fca8e4810VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 08/10/2023.

SCHIOCHET, R. O. A Evolução do Conceito de Marketing “Verde”. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 15, n. 7, 2018. DOI: 10.22292/mas.v15i7.834. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/834>. Acesso em: 8 set. 2023.

SAAD, D. S.; MACHADO, M. V. M.; SAAD, D. S. **Marketing verde**. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade, Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti & Faculdade Antonio Meneghetti, ISSN 2237-4582, 2011. Disponível em: www.reciprocidade.org.br.

SILVA, R. J. P. T. **Marketing verde: como o greenwashing influencia a decisão de compra**. Orientador: Ricardo Abreu. 2022. 81f. Dissertação (mestrado - Curso em gestão de marketing) Disponível em: pelo Instituto Português de Administração e Marketing, Lisboa, Portugal, 2022. <https://institutopropague.org/financas-verdes/greenwashing-o-que-significa-e-por-que-e-preocupante/>. Acesso em 26 de junho de 2023.

SILVA, P. C. D.; TEIXEIRA, R. L. P.; BRITO, M. L. de A. A atuação do marketing Verde em Campanhas Publicitárias de Empresas de Cosméticos: uma Abordagem Analítica e Linguística para a Metaforização do Verde. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 2, pág. e02996, 2022. DOI: 10.24857/rgsa.v16n2-022. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/2996>. Acesso em: 8 out. 2023.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFER, R. E. **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, n° 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

VITOR, L. G. A. **Marketing Verde: o que é e por que ele pode ajudar a melhorar a imagem da sua empresa!**. Disponível em < <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-verde/> >21 dez, 2018, Acesso em 07 de out. de 2023.

O IMPACTO DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS ITENS DA CESTA BÁSICA NO PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA -PARÁ

Sophia Elice Farias Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Adriel Lopes Corrêa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto das variações de preço dos itens da cesta básica no poder de compra das famílias do município de Capanema, estado no Pará. **Métodos:** A abordagem utilizada neste trabalho foi quantitativa, a fim de analisar as informações com o auxílio de ferramentas matemáticas e obter generalizações. Assim, elaborou-se um questionário para coletar os dados. O questionário em questão continha dezessete perguntas abertas e fechadas, e foi estruturado em plataforma do *Google Forms* e aplicado de forma *online*, no período de 11 de setembro a 12 de outubro de 2023, junto a 122 consumidores de Capanema. Após a obtenção dos dados, os resultados foram representados na forma de gráficos e tabelas. **Resultados:** Diante dos resultados apresentados observou-se que em geral os compradores têm hábitos semelhantes no momento de demandar os produtos essenciais, visto que, na maioria dos casos procuram por produtos mais baratos e utilizam diversas estratégias para driblar a escalada dos preços, a fim de conseguirem comprar todos os itens da cesta básica com o melhor custo-benefício possível. **Considerações finais:** Este estudo permitiu observar que o aumento e a diminuição dos preços dos itens que compõem a cesta básica impactam direta e indiretamente no poder de compra e no orçamento das famílias de Capanema. Os consumidores capanemenses têm adotado estratégias que vão desde a troca de locais de compra até a diminuição da demanda de quantidade de determinados produtos, a fim de garantir que o consumo familiar se mantenha estável e as necessidades dos membros familiares sejam supridas.

Palavras-chave: consumidor; renda mensal; itens básicos; orçamento familiar; salário mínimo.

INTRODUÇÃO

A expressão “cesta básica” é amplamente utilizada para se referir a um conjunto de produtos essenciais, como alimentos, itens de higiene pessoal e produtos de limpeza, considerados indispensáveis para suprir as necessidades básicas de uma família ao longo de um mês (Daros *et al.*, 2010). Esse conceito abrange uma perspectiva fundamental para a segurança alimentar, e foi formalmente definido no Brasil por meio do Decreto-Lei n.º 399, de 30 de dezembro de 1938, com o objetivo de atender às necessidades nutricionais de um trabalhador adulto (Brasil, 1938). A regulamentação da cesta básica é crucial, pois estabelece um padrão mínimo de consumo necessário para garantir a sobrevivência digna da população.

A cesta básica está diretamente ligada ao controle da inflação e ao poder de compra das famílias, onde a dinâmica dos preços dos itens que compõem a cesta básica tem impacto significativo no orçamento doméstico, influenciando o comportamento de consumo (Bovolenta, 2017).

De Paula, Soares e Bonfim (2011), afirmam que a variação nos preços afeta o valor final da cesta e, conseqüentemente, as decisões de consumo. Assim, os consumidores ajustam suas escolhas conforme as oscilações nos preços, seja em relação à quantidade ou às marcas dos produtos adquiridos. A sensibilidade do consumidor diante dessas variações está relacionada à sua capacidade de adaptação em diferentes cenários de inflação ou deflação, moldando seu comportamento econômico (Souza, 2022).

Dados mais recentes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), por meio da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, revelaram que, em 2023, o valor da cesta básica apresentou queda em 14 das 17 capitais brasileiras pesquisadas. No entanto, Belém, capital do estado do Pará, registrou um aumento de 1,78% em comparação ao mesmo período de 2022, refletindo a complexidade das variações regionais. Essa informação destaca a importância de considerar as diferenças regionais na composição e no custo da cesta básica, uma vez que os preços podem não seguir uma tendência uniforme em todo o país.

Outro fator importante que influencia o valor da cesta básica é a intervenção das políticas governamentais, como subsídios e isenções fiscais. Santos e

Pereira (2019), destacam que políticas de incentivo à produção agrícola, como a desoneração de impostos sobre alimentos, desempenham um papel essencial na manutenção de preços acessíveis, principalmente, durante os períodos de crise econômica.

A regulação dos preços e a promoção de programas de segurança alimentar são estratégias importantes para mitigar as disparidades regionais e de classe social no acesso aos itens essenciais da cesta básica (Pochmann, 2021). Além disso, a modernização das cidades e o aumento do poder aquisitivo em determinadas regiões provocam mudanças nos padrões de consumo.

Silva (2022), aponta que, em alguns centros urbanos, há uma crescente demanda por itens não tradicionais na cesta básica, como alimentos orgânicos e produtos especializados. Essas mudanças nos hábitos de consumo, aliadas às disparidades econômicas e regionais, apresentam desafios para a definição de uma cesta básica que atenda de forma equitativa às necessidades da população brasileira (Mendes, 2023).

Nesse contexto, ao considerar o município de Capanema, no estado do Pará, pode-se supor que as variações no valor da cesta básica de alimentos também afetam o poder de compra das famílias locais. O transporte e a logística de distribuição podem ser problemas agravantes, influenciando diretamente o valor da cesta básica, já que fatores como estradas de difícil acesso e o custo elevado de frete podem encarecer os produtos antes de chegarem às prateleiras dos mercados locais (Oliveira, 2023).

Outro problema potencial está relacionado à disparidade no poder aquisitivo das famílias da região, muitas das quais dependem de programas sociais para garantir o acesso aos itens essenciais da cesta básica, tornando-se vulneráveis às oscilações de preço e a crises econômicas (Silva, 2023). Essa conjuntura reforça a importância da pesquisa em entender como essas questões locais afetam o poder de compra e o comportamento de consumo da população de Capanema.

As flutuações nos preços, seja de alta ou de baixa, gera diferentes reações nos consumidores, que precisam ajustar seus hábitos de consumo de acordo com suas condições financeiras e as mudanças econômicas. Esse cenário levanta a seguinte questão: "Como as variações de preço impactam o poder de compra das famílias em Capanema e como esses consumidores lidam com essas mudanças no cotidiano?"

Portanto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto das variações de preço dos itens da cesta básica no poder de compra das famílias locais. A partir dessa análise, espera-se contribuir para o entendimento de como os consumidores adaptam suas decisões de consumo em um contexto de oscilações econômicas, fornecendo *insights* relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à proteção do poder de compra.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cesta básica e o salário mínimo

O Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, em seu artigo 2º, estabelece que o salário mínimo deve ser a remuneração devida ao trabalhador adulto, independentemente do gênero, por cada dia de trabalho normal, sendo capaz de suprir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte, de acordo com a região e o período em questão (Brasil, 1938). Este conceito de salário mínimo reflete uma das principais garantias de proteção social aos trabalhadores, alinhando-se à ideia de que o salário deve proporcionar um padrão mínimo de subsistência para o trabalhador e sua família.

Contudo, o impacto do salário mínimo sobre a capacidade de consumo, especialmente no que diz respeito à cesta básica, é fortemente influenciado pela variação dos preços. Segundo o Dieese (2023), em setembro de 2022, o trabalhador precisou dedicar uma jornada média de 118 horas e 14 minutos para adquirir os produtos essenciais da cesta básica. Já em setembro de 2023, essa média foi reduzida para 108 horas e 2 minutos. Embora o salário mínimo nominal tenha sido de R\$ 1.320,00 em 2023, a mesma fonte também estimou que, para atender às necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, o salário deveria ter sido de R\$ 6.280,93, ou seja, 4,76 vezes o valor do salário mínimo vigente (Dieese, 2023).

Quando se compara o valor da cesta básica ao salário mínimo líquido, após a dedução de 7,5% referente à contribuição para a Previdência Social, percebe-se que, em setembro de 2023, no Brasil, o trabalhador comprometeu em média 53,09% de sua renda líquida com a aquisição dos produtos alimentícios essenciais. Em setembro de 2022, esse percentual era de 58,10%, o que indica

uma diminuição de cerca de 5% no comprometimento do salário com a cesta básica (Dieese, 2023).

A recorrente alteração de preços ao longo do tempo também influencia significativamente esse cenário. Botelho e Urdan (2005), destacam que, nas últimas gerações, as decisões sobre precificação no Brasil foram moldadas por diversos fatores externos, como o ambiente econômico, que afetam não apenas o preço dos produtos, mas também o comportamento do consumidor.

Segundo Fraser (2011), a variação dos preços é um fenômeno complexo, determinado por inúmeros fatores, como clima, oferta e demanda, greves, entre outros, impactando diretamente o valor da cesta básica e o comportamento de compra dos consumidores. A escolha de um produto, nesse contexto, é frequentemente influenciada pela marca, quantidade e, principalmente, pelo preço.

Do ponto de vista do consumidor, a satisfação em relação ao preço está diretamente ligada ao comportamento racional esperado em suas decisões de compra. Pindyck (2002), sugere que os consumidores tentam maximizar sua satisfação ao comparar cestas de bens e serviços disponíveis no mercado, utilizando o preço como a principal variável para essa tomada de decisão. O mesmo autor destaca que o preço é uma das variáveis mais importantes na economia, tanto no nível geral quanto no individual, afetando tanto as unidades familiares, responsáveis pelo consumo, quanto as unidades de produção, envolvidas na oferta.

Nesse viés, a inflação desempenha um papel fundamental na variação dos preços e, conseqüentemente, no poder de compra dos consumidores. Sandroni (2002), define a inflação como o aumento persistente e generalizado dos preços, o que resulta na contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Esse fenômeno afeta todos os bens produzidos pela economia, e não apenas o aumento isolado de um determinado produto.

A inflação, portanto, é um fator chave na análise do impacto do salário mínimo e do preço da cesta básica sobre o poder de compra das famílias, exigindo uma elevação contínua dos preços ao longo do tempo para ser considerada efetiva (Silva; Chaves, 2019).

O salário mínimo, como importante instrumento de política econômica, desempenha um papel crucial na redução das desigualdades e na proteção social dos trabalhadores. Segundo Neves (2020), ao garantir um valor mínimo de

remuneração, o Estado busca não apenas assegurar a subsistência do trabalhador, mas também promover uma distribuição mais equitativa de renda.

No entanto, a eficácia do salário mínimo em promover o bem-estar econômico está intrinsecamente ligada à sua capacidade de acompanhar o aumento do custo de vida. Quando o valor do salário mínimo não é reajustado de forma proporcional à inflação, seu poder de compra diminui, prejudicando diretamente o trabalhador que depende dessa remuneração para sobreviver (Souza; Carvalho, 2018).

Assim, o impacto do salário mínimo no poder de compra também deve ser analisado em conjunto com a inflação e a flutuação dos preços da cesta básica. De acordo com Silva e Freitas (2017), a cesta básica é um indicador fundamental para mensurar o custo de vida da população de baixa renda, sendo que a variação de preços dos produtos que compõem essa cesta afeta diretamente a capacidade do trabalhador em adquirir bens essenciais.

Carvalho (2022), frisa que quando o aumento dos preços dos produtos básicos é superior ao reajuste do salário mínimo, há uma perda do poder aquisitivo, o que leva o trabalhador a sacrificar o consumo de alguns itens, gerando impactos na sua qualidade de vida.

Ainda, conforme Pochmann (2021), a relação entre salário mínimo e produtividade do trabalhador também pode desincentivar o trabalhador, impactando sua motivação e, conseqüentemente, sua produtividade. Sendo assim, podendo gerar um ciclo vicioso no qual o baixo salário afeta negativamente o desempenho profissional, o que, por sua vez, reduz a competitividade das empresas (Almeida, 2021). Essa relação complexa reforça a importância de políticas públicas que assegurem reajustes salariais condizentes com a realidade econômica do país.

Por outro lado, há debates sobre os efeitos negativos de um aumento significativo no salário mínimo, especialmente em economias com baixo crescimento. Segundo Oreiro (2013), um aumento excessivo do salário mínimo pode gerar um aumento nos custos de produção, especialmente para pequenas e médias empresas, resultando em um maior índice de desemprego e na informalidade.

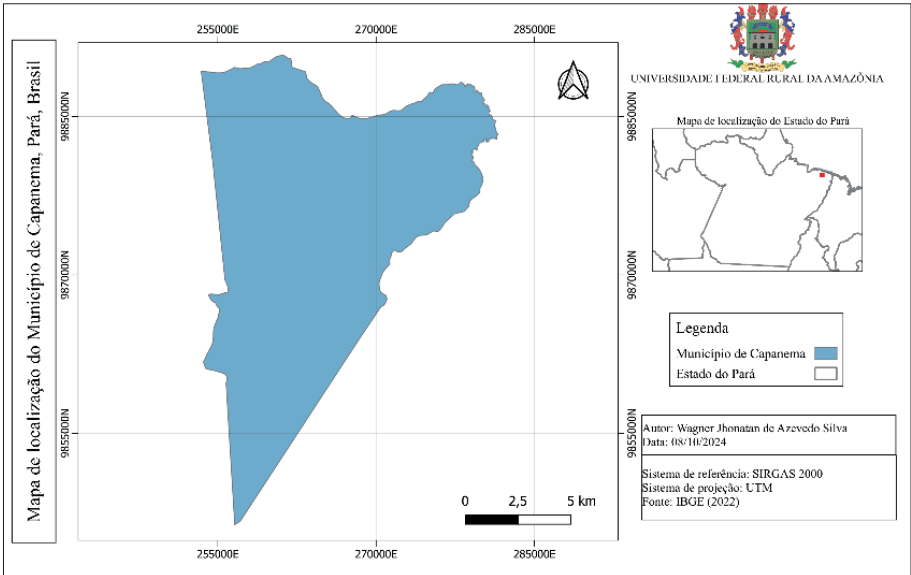
A economia, ao ser impactada por uma elevação repentina dos custos, pode acabar repassando esses aumentos para os preços finais dos produtos, intensificando o ciclo inflacionário, o que, paradoxalmente, reduz o poder de compra dos salários (Pinyck, 2002).

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A área de estudo concentrou-se no município de Capanema localizado na região nordeste do estado do Pará. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o referido município possui uma população estimada, em 2022, em 70.394 habitantes (Ver figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema.



Fonte: IBGE (2022).

Conforme o IBGE (2022), em 2021 a média salarial mensal no município de Capanema era de 1,7 salários mínimos e a taxa de ocupação de mão de obra era de 13%. Em comparação com outros municípios do estado, ocupava a 115ª posição em relação à média salarial mensal de 144 e 23º de 144, em relação à taxa de mão de obra ocupada. Quanto aos domicílios com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, 47,6% da população se encontrava nessa situação. Isso colocava o município em 95º lugar entre as cidades do estado e em 1792º entre as cidades do Brasil (IBGE, 2022).

Além disso, o município possui um PIB de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, sendo que 53,4% desse valor é proveniente dos serviços (IBGE, 2022). Dessa

forma, a administração pública contribui com 25%, a agropecuária com 11,1% e a indústria com 10,6%. Com base nessa estrutura, o PIB *per capita* de Capanema é de R\$ 17,7 mil, valor abaixo da média estadual de R\$ 24,8 mil. No entanto, é superior à grande região de Castanhal (R\$ 14,6 mil) e à pequena região de Capanema (R\$ 13,8 mil) (IBGE, 2022).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, sob a perspectiva de sua natureza, é aplicada, que conforme Pronadov e Freitas (2013), tem por objetivo a geração de conhecimentos para a execução prática direcionado para a resolução de problemas singulares. Abrange realidades e interesses regionais.

Na perspectiva do seu objetivo, a presente pesquisa foi descritiva, que de acordo com Gil (2008), visa descrever as características de uma população ou fenômeno específico, bem como estabelecer relações entre variáveis. Para isso, são utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários. Assim, nesse tipo de estudo, o pesquisador somente observa os dados coletados sem realizar intervenções.

Este estudo utilizou-se, ainda, como procedimento técnico o levantamento (*survey*), que segundo Prodanov e Freitas (2013), trata-se de um modelo de pesquisa que consiste em coletar informações diretamente das pessoas das quais os costumes desejamos entender, por meio de questionários. Geralmente, um grupo representativo é selecionado para responder perguntas sobre o fenômeno ou problema estudado. A partir da análise quantitativa dos dados coletados, é possível obter conclusões sobre as características da população em questão e estabelecer relações entre variáveis.

A abordagem utilizada neste trabalho foi quantitativa, que conforme Mineiro, Silva e Ferreira (2022), tem como objetivo controlar os dados através de técnicas e instrumentos objetivos, a fim de analisar as informações com o auxílio de ferramentas matemáticas e obter generalizações.

Assim, nesta pesquisa, elaborou-se um questionário para realizar a coleta de dados. O questionário é um instrumento utilizado para a coleta de dados em uma pesquisa, criado pelo pesquisador e respondido pelo informante, sem a presença do pesquisador (Prodanov; Freitas, 2012). O questionário em questão

continha dezessete perguntas abertas e fechadas, divididas em duas seções: a primeira seção continha seis perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico do consumidor; a segunda seção continha onze perguntas direcionadas à análise da perspectiva do consumidor dos produtos de cesta básica no município de Capanema (Ver tabela 1).

Tabela 1 - Classificação de perguntas contidas no questionário.

Classificação das Perguntas	Quantidade contida no questionário
Perguntas dicotômicas (limitadas)	12
Perguntas abertas (livre)	2
Perguntas de múltipla escolha	1
Perguntas de opinião	2

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

O referido questionário foi estruturado em plataforma do *google forms* e aplicado de forma online, no período de 11 de setembro a 12 de outubro de 2023, junto a 122 consumidores de Capanema. Após a obtenção dos dados, os resultados foram representados na forma de gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados, constatou-se que 50,8% dos consumidores entrevistados são do gênero masculino e 49,2% do gênero feminino (Ver tabela 2). Conforme apontado por Santos (2021), a distribuição equilibrada entre os gêneros em pesquisas sociais reflete a crescente participação tanto de homens quanto de mulheres em diversas esferas da vida pública e privada, proporcionando uma visão mais abrangente das dinâmicas sociais e econômicas.

Em relação à faixa etária dos consumidores, 59,8,7% têm idade inferior a 25 anos, 21,3% têm idade entre 25 e 35 anos, 15,6% têm idade entre 36 e 45 anos e 3,3% têm idade superior a 45 anos. Além disso, verificou-se que 46,7% dos entrevistados têm uma família composta por três pessoas, 18% por quatro, 25,4% por cinco e 9,8% por seis pessoas ou mais (Ver tabela 2). A composição da família é fator importante, pois quanto maior o número de pessoas em uma família, maior será o consumo de alimentos.

Segundo Silva (2022), as interações sociais e as experiências vividas por diferentes faixas etárias de idade e estruturas familiares influenciam diretamente

a forma como os indivíduos realizam seu processo de tomada de decisão de consumo. A diversidade de idades e gêneros dentro dos núcleos familiares gera perspectivas distintas, afetando a maneira de como se realiza a aquisição de bens e serviços no mercado.

Nesse viés, Oliveira (2018, p. 78), ressalta que entender as diferenças entre homens e mulheres é fundamental para refletir sobre questões estruturais da sociedade que influenciam diretamente o comportamento de consumo e a organização dos grupos estudados.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos consumidores por gênero, faixa etária e composição familiar.

Gênero	Percentual (%)	Faixa etária	Percentual (%)	Composição familiar	Percentual (%)
Masculino	50,8%	Até 25 anos	59,8%	3 pessoas	46,7%
Feminino	49,2%	De 25 a 35 anos	21,3%	4 pessoas	18%
		De 36 a 45 anos	15,6%	5 pessoas	25,4%
		Acima de 45 anos	3,3%	6 pessoas ou mais	9,8%
Total	100%		100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os consumidores foram questionados, ainda, com relação à renda mensal familiar total, e atestou-se que 12,3% recebem até um salário mínimo, 32,8% recebem dois salários mínimos, 23% recebem três salários mínimos e 32% recebem quatro salários mínimos (Ver tabela 3). Nesse viés, Santos e Batalha (2005), frisam que a questão econômica é considerada um dos principais fatores que interferem no consumo alimentar, pois tem uma influência direta na escolha dos produtos, o que afeta tanto a qualidade quanto a quantidade consumida pelas famílias com menor poder aquisitivo.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos consumidores por renda mensal familiar total.

Renda mensal familiar total	Percentual (%)
Até 1 salário mínimo	12,3%
2 salários mínimos	32,8%
3 salários mínimos	23%
4 salários mínimos	32%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em relação ao percentual de renda mensal destinado à aquisição de cesta básica, foi constatado que 40,2% dos consumidores destinam 30% da renda mensal, 28,7% reservam 40% da renda mensal, 18% destinam 20% da renda mensal e 13,1% reservam 50% da renda mensal (Ver tabela 4).

De acordo com Gil (2020), a percepção de preço e a capacidade de compra do consumidor estão intimamente ligadas às suas condições financeiras e às variações do mercado. Nesse contexto, é pertinente investigar como as variações nos preços influenciam o comportamento do consumidor, incluindo a possível migração para marcas mais acessíveis, a redução no consumo de determinados produtos ou a busca por alternativas em mercados locais.

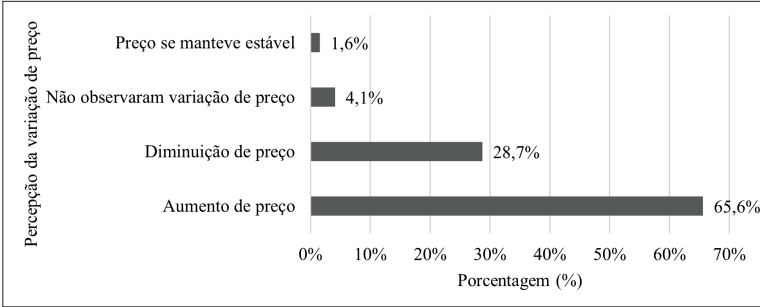
Tabela 4 - Percentual de renda mensal dos consumidores destinada a compra de cesta básica.

Porcentagem da Renda Mensal (%)	Percentual (%)
20% da renda mensal	18%
30% da renda mensal	40,2%
40% da renda mensal	28,7%
50 % da renda mensal	13,1%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A pesquisa revelou, ainda, que 65,6% dos consumidores notaram um aumento nos preços dos itens da cesta básica, enquanto 28,7% perceberam uma diminuição nos preços. Além disso, 4,1% dos participantes afirmaram que não observaram variação de preço, e 1,6% consideraram que os preços permaneceram estáveis (Ver gráfico 1). A inflação dos alimentos tem sido uma preocupação constante para os consumidores, que enfrentam variações significativas nos preços dos itens básicos, impactando diretamente seu poder de compra (Silva, 2020, p. 55).

Gráfico 1 - Percepção dos consumidores sobre a variação de preço da cesta básica no Município de Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Em paralelo com os dados obtidos neste trabalho, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada mensalmente pelo Dieese (2023), registrou em outubro de 2023 que o preço da cesta básica diminuiu em 12 capitais brasileiras, entretanto, em Belém, capital do estado do Pará houve um aumento de 2,88% (Ver tabela 5). Esse percentual é coerente com os resultados obtidos com base nos consumidores do município de Capanema, o que explica o aumento dos preços dos produtos da cesta básica percebidos pela maioria dos consumidores.

Em comparação ao mesmo período do ano de 2022 a capital paraense apresentou uma taxa de variação mensal de -1,16%. Sendo assim, houve um aumento nas taxas de variação da cesta básica de um ano para o outro, o que resultou no aumento dos preços e, conseqüentemente, impactando o poder de compra do consumidor (Dieese, 2023).

Tabela 5 - Comparação das variações percentuais do valor da cesta básica entre o ano de 2022 e 2023.

Período	Capital	Variação em 12 meses (%)	Variação mensal (%)	Valor da cesta (R\$)	Tempo de trabalho
Outubro de 2022	Belém	14,26	-1,16	615,22	105h29m
Outubro de 2023	Belém	2,88	-0,10	632,92	111h40m

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Diesse (2023).

Para Ferreira (2021), embora o aumento de preços seja uma realidade para a maioria, há consumidores que relatam períodos de estabilização ou até mesmo redução em certos produtos da cesta básica, o que pode estar relacionado a fatores sazonais ou políticas de controle de preços. Por fim, se torna evidente que essa dinâmica ressalta a complexidade do mercado de alimentos e sugere

que a percepção dos consumidores sobre os preços da cesta básica pode variar significativamente, dependendo do contexto econômico e das influências externas.

Os itens essenciais da cesta básica, conforme a percepção dos consumidores, são as proteínas, como carne bovina e frango (95,9%), cereais como o arroz (76,2%), legumes como feijão e batata (73,8%), gorduras, como manteiga e óleo (60,7%); leite e derivados (60,7%), açúcares (50%), frutas, massas e pó de café (72,1%) (Ver tabela 6).

Tabela 6 - Itens essenciais da cesta básica segundo a percepção dos consumidores.

Itens da cesta básica	Percentual (%)
Proteínas (carne bovina, frango etc.)	95,9%
Legumes (tomate, batata e etc)	73,8%
Gorduras (manteiga, óleo)	60,7%
Cereais (arroz)	76,2%
Açúcares	50%
Leite e derivados	60,7%
frutas, massas e pó de café	72,1%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

É importante salientar que, dentre os itens listados, o arroz teve a maior variação de preço, sendo que o quilo do grão agulhinha ou arroz branco se manteve mais caro em todas as capitais, em 2023. Em 12 meses, todas as cidades apresentaram aumentos nos preços, variando entre 11,28% em Belém e 30,52% em Florianópolis (Dieese, 2023). A maior demanda externa pelo arroz brasileiro e a desvalorização do real diante do dólar reduziram a oferta e elevaram os preços no varejo. Entre setembro e outubro de 2023, oito bens apresentaram alta no preço médio (Dieese, 2023).

Nesse contexto, Souza (2019), reforça que a escolha dos itens da cesta básica reflete não apenas as necessidades nutricionais das famílias, mas também as condições socioeconômicas e variação de preços, uma vez que alimentos como proteínas e cereais tendem a ser priorizados em detrimento de itens menos acessíveis economicamente, como laticínios e gorduras. A importância dos alimentos básicos na segurança alimentar e nutricional das famílias são essenciais para o controle da saúde física e mental (Santos, 2020).

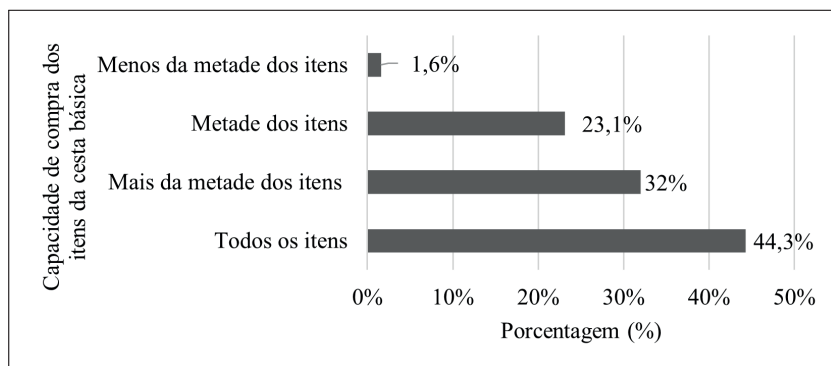
Com levantamento dos dados, constatou-se que 72,1% dos consumidores já tiveram que substituir algum item da cesta básica por um produto de valor mais

acessível devido ao aumento dos preços, e 27,9% afirmaram que não. A pesquisa revelou que a carne bovina foi a proteína mais substituída devido ao aumento dos preços, e os substitutos foram a carne de frango, soja e produtos enlatados.

Ademais, outros produtos foram substituídos, como manteiga trocada por margarina, leite substituído por composto lácteo e marcas de valores mais elevados também foram substituídas por marcas mais acessíveis. Em estudo desenvolvido por Nogueira *et al.* (2024), em Bragança, município próximo à Capanema, identificaram que houve um aumento na demanda por embutidos em função da elevação de preço que houve na carne bovina, no ano de 2023, e à substituição de alimentos mais caros por opções mais baratas, o que pode ter consequências a longo prazo para a saúde dos consumidores.

Quanto à avaliação da capacidade de compra dos consumidores em relação aos itens da cesta básica, 44,3% dos respondentes afirmaram conseguir adquirir todos os itens, 32% conseguem comprar mais da metade, 23,1% conseguem comprar somente a metade e 1,6% conseguem comprar menos da metade (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Capacidade de compra dos itens da cesta básica dos consumidores.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Assim, percebe-se que os consumidores são incentivados a adquirir outros tipos de alimentos ou marcas de qualidade inferior devido ao preço dos itens da cesta básica. Esses componentes podem elevar o risco de doenças crônicas, como hipertensão e problemas cardíacos. Portanto, é importante frisar que o aumento dos preços pode agravar a insegurança alimentar, especialmente entre as famílias de baixa renda.

Analisou-se, ainda, a percepção dos consumidores sobre o poder de compra em função das variações de preços, e constatou-se que 51,6% dos entrevistados afirmaram que o poder de compra se manteve estável, 23,8% sentiram que piorou e 24,6% acreditam que o poder de compra melhorou (Ver tabela 7). Kumar e Sharma (2020), salientam que para o consumidor é importante que haja uma estabilidade no poder de compra, especialmente em relação aos produtos da cesta básica. Quando isso não ocorre, os consumidores tendem a buscar alternativas econômicas, uma vez que o preço influencia de forma significativa suas escolhas de compra.

Tabela 7 - Percepção dos consumidores sobre o poder de compra em relação à cesta básica nos últimos 6 meses.

Percepção dos consumidores	Percentual (%)
Poder de compra se manteve estável	51,6%
Poder de compra piorou	23,8%
Poder de compra melhorou	24,6%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Por tanto, apesar da variável gosto e preferência tenha uma grande influência sobre o consumo dos consumidores, o preço do próprio produto e de produtos substitutos também determinam a demanda (Nogueira *et al.*, 2024). Em tempos de incerteza econômica, a percepção do consumidor sobre seu poder de compra se torna um fator determinante nas decisões de compra, sendo que as flutuações nos preços e a busca por promoções são reflexos diretos dessa realidade.

Em relação à percepção dos consumidores sobre o impacto dos preços da cesta básica no orçamento familiar, 45,1% acreditam que, no período analisado, o impacto foi alto, 45,1% afirmaram que o impacto foi moderado e 9,8% acreditam que o impacto foi em nível baixo (Ver tabela 8).

Tabela 8 - Percepção dos consumidores sobre o impacto dos preços da cesta básica no orçamento familiar.

Impacto dos preços da cesta básica no orçamento familiar	Percentual (%)
Impacto Alto	45,1%
Impacto Moderado	45,1%
Impacto Baixo	9,8%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Dentre as estratégias usadas pelos consumidores para lidar com ao impacto dos preços da cesta básica no orçamento familiar foram aumentar a procura por produtos com preços mais acessíveis, buscar supermercados que realizam promoções, demandar produtos inferiores em qualidade, diminuir a quantidade dos itens comprados e fazer compras mensalmente.

Portanto, diante dos resultados apresentados observou-se como as oscilações de preço impactam no comportamento do consumidor, que, em geral, os compradores têm hábitos semelhantes na hora de demandar os produtos essenciais e que, procuram geralmente por produtos mais baratos e utilizam diversas estratégias para driblar a escalada dos preços, a fim de conseguirem comprar todos os itens da cesta básica com o melhor custo benefício possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu observar que o aumento e a diminuição dos preços dos itens que compõem a cesta básica impactam direta e indiretamente no poder de compra e no orçamento das famílias de Capanema. A partir disso, o consumidor capanemense tem adotado estratégias que vão desde a troca de locais de compra até a diminuição da demanda de quantidade de determinados produtos, a fim de garantir que o consumo familiar se mantenha estável e as necessidades dos membros familiares sejam supridas.

A opção por uma metodologia de pesquisa quantitativa foi útil para a condução deste estudo sobre o tema abordado mesmo sem a utilização de análises estatísticas complexas. A coleta de dados quantitativos, como a obtenção de respostas e informações mensuráveis por meio de questionários, permitiu uma abordagem sistemática e estruturada. Isso, por sua vez, facilitou a análise

dos dados e a identificação de padrões e tendências, contribuindo para uma compreensão mais precisa e objetiva do impacto da variação de preços na cesta básica sobre o poder de compra das famílias Capanemenses.

Este estudo abre caminho para várias direções promissoras de pesquisa futura sobre o impacto do aumento de preços de itens da cesta básica. Primeiramente, investigações mais aprofundadas poderiam explorar as causas subjacentes das variações de preços no Município de Capanema e como as políticas governamentais e fatores econômicos influenciam nessas diversificações nos preços.

Além disso, estudos comparativos entre outros municípios próximos à Capanema podem fornecer *insights* sobre como as variações de preços afetam as famílias do Nordeste paraense. Em suma, futuros estudos poderiam abordar aspectos diversos e multidimensionais desse tema, contribuindo para políticas mais eficazes e um melhor entendimento das dinâmicas econômicas que afetam as famílias, não somente no município de Capanema, mas também em regiões próximas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Lopes. A relação entre remuneração e produtividade: um estudo sobre a competitividade empresarial em regiões de baixa renda. **Revista Brasileira de Gestão e Economia**, v. 15, n. 3, p. 78-92, 2021.

BRASIL, Senado Federal, Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/523433/publicacao/15708212>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

BOTELHO, D.; URDAN, A. T. Lealdade à marca e sensibilidade ao preço: um estudo da escolha da marca pelo consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 4, p. 163-180, out. 2005.

BOVOLENTA, G. A. Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 507-525, set. 2017.

CARVALHO, Ana Beatriz. Efeitos da inflação sobre o poder aquisitivo e qualidade de vida dos trabalhadores no Brasil. **Revista de Economia Social**, v. 12, n. 2, p. 33-50, 2022.

DAROS, V. dos S. M. G *et al.* Alimentos embalados que compõem as cestas básicas: avaliação microscópica e da rotulagem. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, [S. l.], v. 69, n. 4, p. 525-530, 2010. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/RIAL/article/view/32611>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

DE PAULA, Ana Cristina Lattaro; SOARES, Bruna Maria; BONFIM, Marisse Dizaró. A variação do custo da cesta básica para o consumidor. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/13-48-1-PB-1.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

DIESSE-Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. **Custo da cesta básica fica menor em 14 capitais**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

DIESSE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

FRASER, N.; JAEGLI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Boitempo Editorial, 2020.

FERREIRA, A. **Políticas de controle de preços e sua influência nos mercados de bens essenciais**. Rio de Janeiro: Editora Financeira, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. *E-book*.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

KUMAR, A.; SHARMA, R. Consumer perception and purchasing power in economic uncertainty. **Journal of Marketing**, v. 32, n. 4, p. 120-135, 2020.

MENDES, Júlia Ferreira. Desafios na definição de uma cesta básica nacional: disparidades regionais e econômicas no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 4, p. 112-130, 2023.

MINEIRO, M.; ALVES DA SILVA, M.; GRACIA FERREIRA, L. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento-Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 03, p. 201-218, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i03.14538. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14538>. Acesso em: 25 set. 2023.

NEVES, J. C. **Economia do setor público no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

NOGUEIRA, A. K. M.; SILVA, W. J. A.; SANTOS, B. L. C.; SILVA, J. G. L.; SOARES, L. F. Análise do mercado de alimentos embutidos no Município Bragança- PA. In: III Congresso Brasileiro Online de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2024. **Anais do III Congresso Brasileiro On-line de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Fortaleza, 2024.

OLIVEIRA, Ana. Gênero e desigualdades sociais: uma abordagem crítica. In: SOUZA, Marta (Org.). **Dinâmicas sociais e questões de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 70-90.

OLIVEIRA, P. H. Impacto das variações da cesta básica no poder de compra das famílias em municípios do interior do Pará. **Revista Amazônica de Economia**, v. 10, n. 1, p. 45-63, 2023.

OREIRO, J. L. C. O impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego e a inflação. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 218-234, 2013.

PINDYCK, Robert. **Microeconomia**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*.

POCHMANN, M. **Política salarial e seus efeitos na economia brasileira**. São Paulo: Cortez, 2021.

SANTOS, S.L. dos; BATALHA, M.O. Mudanças nos padrões de consumo alimentar da população das regiões metropolitanas do Brasil – 1995/2003. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto. **Anais...**Brasília: SOBER, 2005. 17 p.

SANTOS, Maria. A distribuição de gênero nas pesquisas sociais: uma análise contemporânea. **Estudos em Sociologia**, v. 19, n. 1, p. 88-101, 2021.

SANTOS, E. J., Pereira, L. F. Políticas públicas e segurança alimentar: o papel do governo na estabilização dos preços da cesta básica. **Economia e Desenvolvimento**, 24(1), 45-62. 2019.

SANTOS, Carlos Eduardo. **Segurança alimentar e a composição da cesta básica**. *In: OLIVEIRA, João Paulo; MORAES, Ana Cláudia (orgs.). Alimentação e nutrição no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020. p. 55-80.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10. ed. São Paulo: Best Sellers, 2002.

SILVA, João. **A inflação alimentar e seus impactos no consumo familiar**. São Paulo: Editora Econômica, 2020.

SILVA, João. A socialização e a influência das composições familiares nas diferentes faixas etárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 2, p. 122-135, 2022.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados** 9 (23) 87-107, 1995.

SILVA, L. L; CHAVES, E. P. S. Análise da variação dos preços da cesta básica antes e depois da greve dos caminhoneiros no Brasil em 2018. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, [S. l.], v. 5, n. 01, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/224>. Acesso em: 05 outubro de 2023.

SILVA, R. C. . **Mudanças nos padrões de consumo e o impacto na cesta básica em grandes centros urbanos brasileiros**. *Revista de Estudos Urbanos*, 18(1), 120-134. 2022.

SILVA, João Paulo da. O impacto das oscilações econômicas sobre o poder aquisitivo das famílias brasileiras. **Revista de Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 56-72, 2023.

SOUZA, Maria Helena. **A cesta básica e os desafios da segurança alimentar no Brasil**. *In: ALMEIDA, Renata; CARVALHO, Bruno (orgs.). Políticas públicas e alimentação: uma análise das estratégias de combate à fome*. Rio de Janeiro: Editora Nova Esperança, 2019. p. 101-122.

SOUZA, M. C. Comportamento do consumidor em cenários de instabilidade econômica: uma análise das reações diante da inflação e deflação. **Estudos de Economia Aplicada**, v. 18, n. 2, p. 101-119, 2022.

O QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAPANEMA - PA SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO DESCARTE INAPROPRIADO DE FÁRMACOS?

Hanson André do Nascimento Garcia
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Larissa Melo Pereira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Rayssa Maciel de Souza
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Francisco Elves Duarte de Souza
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Nos últimos anos, houve um aumento na fabricação de medicamentos. Isso se dá ao fato do avançar científico na área da saúde e, com isso, o armazenamento de fármacos se tornou comum nas residências, por ser uma forma rápida de tratar enfermidades cotidianas. Todavia, na maioria das vezes, quando os medicamentos vencem, são descartados inadequadamente, muitas vezes no lixo comum. Estes resíduos, conseqüentemente, entram em contato com a água ou o solo, trazendo, assim, diversos danos ao meio ambiente, causando contaminação. O objetivo desse estudo foi analisar os meios de descarte dos medicamentos vencidos em domicílio, segundo a percepção dos alunos de graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus* de Capanema, Pará. Foram aplicados questionários junto aos estudantes e também foram realizadas visitas a farmácias para investigar a quantidade de pontos de coletas disponíveis no município. Os resultados da pesquisa indicam que grande parte dos discentes descartam os fármacos inadequadamente por não saberem dos danos ao meio ambiente e por não terem esclarecimento a respeito de como manejar o descarte corretamente, indicando a necessidade de ações de educação ambiental a respeito do descarte correto de fármacos na cidade de Capanema.

Palavras-chave: resíduos fármacos; meio ambiente; contaminação ambiental; medicamentos vencidos.

INTRODUÇÃO

Conforme o tempo avança, nota-se um contínuo crescimento na indústria farmacêutica, impulsionada pela dinâmica entre oferta e demanda (Aguiar; Gonzaga, 2020). Hoje, é amplamente reconhecido o papel dos medicamentos, devido aos mais diversos benefícios que proporcionam, como sua contribuição nos tratamentos de doenças, resultando em um aumento da expectativa de vida da população, visto que a maioria faz uso regular de algum tipo de medicamento (Oliveira; Corradi, 2018).

Todavia, esse aumento na produção está intrinsecamente relacionado a um dos problemas mais recorrentes no Brasil, que é a automedicação (Souza; Silva; Neto, 2008). Um dos motivos para que isso ocorra é a facilidade de acesso aos remédios nas farmácias, onde a receita médica não é obrigatória para mercados populares (Delgado; Vriesmann, 2018). Além disso, a publicidade excessiva nos meios de comunicação e as recomendações contribuem para sustentar essa prática (Tobias *et al.*, 2023).

Contudo, é comum encontrar tais práticas em diversas casas, levando à acumulação desses materiais, devido à falta de gestão adequada e à compra sem orientação médica. Essa situação acaba alimentando as conhecidas “farmácias caseiras” (Rodrigues, 2020), resultando em um descarte inadequado dos medicamentos e causando impactos ambientais graves, devido à sua toxicidade quando em contato com o meio ambiente, o que resulta na poluição dos corpos d’água e na contaminação dos lençóis freáticos (Freitas; Radis-Baptista, 2021).

A presença dessas substâncias no ambiente impacta o equilíbrio ecológico, interferindo no metabolismo e comportamento das espécies afetadas. Um exemplo dos danos provocados pela presença desses medicamentos é a diminuição da população de três espécies de abutres na Índia e no Paquistão, devido à exposição ao diclofenaco (Oaks *et al.*, 2004). Além disso, o descarte inadequado de fármacos pode resultar no surgimento de bactérias resistentes a antibióticos, o que dificulta o tratamento de infecções bacterianas (Silva; Cardoso; Vieira, 2022).

A ausência de uma divulgação eficaz à sociedade e da implementação de leis que orientem o descarte apropriado de materiais de saúde armazenados em residências está diretamente relacionada à qualidade de vida e ao desempenho dos profissionais encarregados da coleta (Ramos, 2015). Isso porque o descarte inadequado desses materiais no lixo doméstico coloca os colaboradores em

situações de risco, gerando diversos dilemas sociais, mostrando-se um desafio na supervisão ambiental e sanitária (Oliveira, 2014).

Diversos elementos ligados ao assunto surgem devido à banalização do tema, que causa uma série de danos à fauna, à flora e até mesmo à população, que desconhece totalmente a urgência dessa questão. Além disso, a falta de postos para a coleta desses fármacos também é um obstáculo para a destinação correta dos mesmos (Azevedo *et al.*, 2020).

O objetivo desse estudo foi analisar os meios de descarte dos medicamentos vencidos em domicílio, segundo a percepção dos alunos de graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus* de Capanema, Pará.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus* Capanema, localizado na Avenida Barão de Capanema, Bairro Caixa D'água, coordenadas: 1°27'31" S e 48°26'04.5" O. Durante o ano inteiro, o clima é quente e abafado. Em geral, a temperatura varia de 22°C a 32°C e raramente é inferior a 21°C ou superior a 34°C. A cidade se encontra a uma distância de 160 km de Belém, seguindo a rodovia BR 316. Pertencente à Região Bragantina do Nordeste Paraense. Atualmente, possui cerca de 70.394 habitantes (IBGE).

A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário quali-quantitativo, aplicado por meio da plataforma *Google Forms*, cujo conteúdo abordou a percepção dos estudantes sobre descarte dos medicamentos que não eram mais utilizados, verificando o conhecimento prévio dos acadêmicos sobre o assunto. O link para acesso foi disponibilizado na plataforma de mídia social (*WhatsApp*), sendo enviado para diferentes grupos de turmas e cursos do *Campus* da UFRA em Capanema, sendo obtidas 30 respostas de alunos, que consentiram em participar da pesquisa. O levantamento de dados ocorreu entre os meses de julho, agosto e setembro de 2023.

O questionário foi dividido em duas seções. A primeira, englobava questões como: identificação do curso de graduação, gênero e idade. A segunda, continha perguntas fechadas e abertas, abordando as formas pelas quais eram descartados os medicamentos vencidos; se consideravam que o método de descarte dos medicamentos afetava o meio ambiente; se concordaria em optar por remédios naturais para reduzir os impactos ambientais causados pelo descarte de medicamentos no

ecossistema; se tinha conhecimento de pontos e locais específicos em seu local de trabalho, escola ou município onde os medicamentos poderiam ser descartados adequadamente; qual meio de comunicação o participante acreditava que abordava de forma mais clara o assunto, com o objetivo de conscientizar a população sobre o descarte ambientalmente correto dos medicamentos. A fim de aprimorar e correlacionar os dados obtidos, também foram realizadas visitas a farmácias situadas no centro da cidade, em particular, na Avenida Barão de Capanema.

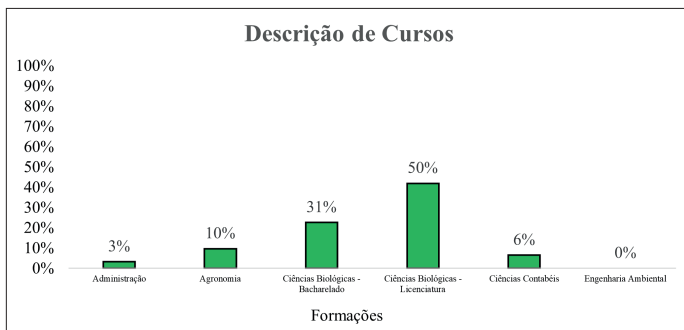
Dessa forma, buscou-se analisar mais minuciosamente a teoria de que o descarte feito de forma incorreta pelos discentes estaria de fato ocorrendo por falhas na implementação efetiva dos pontos de coleta, ou simplesmente devido à falta de divulgação sobre esses pontos de coleta, bem como à ausência de abordagem sobre a importância e as consequências resultantes desses descartes.

Após a obtenção das respostas dos questionários e a realização da análise em campo, os dados foram analisados, tabulados e utilizados para gerar gráficos, usando como ferramenta o *software* Microsoft Excel, a fim de promover uma maior compreensão e discussão sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos cursos de graduação dos estudantes participantes da pesquisa, 50% pertenciam à Licenciatura em Ciências Biológicas, que se destacou como a mais representativa, enquanto a menor participação foi observada no curso de Administração (3%), conforme se observa na Figura 1.

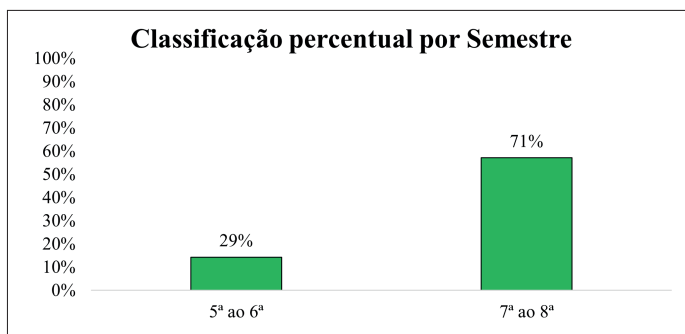
Figura 1 - Questão sobre qual curso de graduação o entrevistado estava realizando.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Sobre o semestre letivo cursado pelos discentes entrevistados, os resultados indicaram que 29% estavam no 5º ou 6º semestre, enquanto que 71% cursavam do 7º ao 8º semestre (Figura 2).

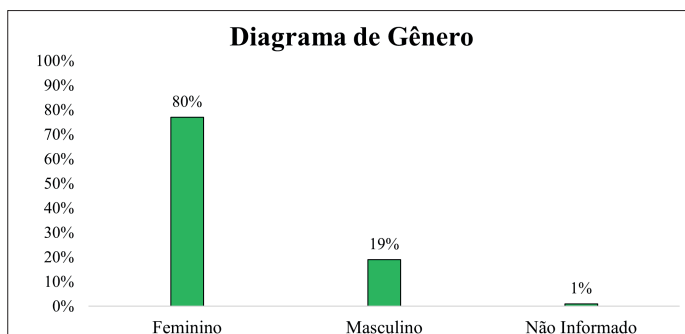
Figura 2 - Indagação relativa ao semestre vigente dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No que se refere ao “gênero”, houve predominância do sexo feminino (80%), enquanto que 19% dos entrevistados indicaram o sexo masculino. Apenas 1% não informou o gênero, como ilustrado na Figura 3.

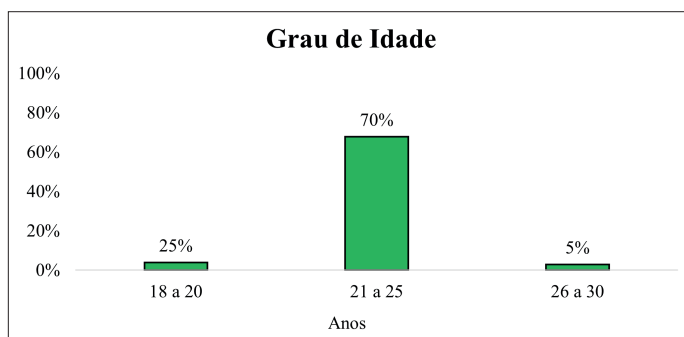
Figura 3 - Gênero dos discentes entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quanto à faixa etária dos participantes, as idades variaram entre 18 e 30 anos. O grupo etário que registrou o maior percentual foi o de 21 a 25 anos, com 70%, enquanto o menor percentual, de 5%, encontrou-se na faixa de 26 a 30 anos, conforme representado na Figura 4.

Figura 4 - Faixa etária dos entrevistados.

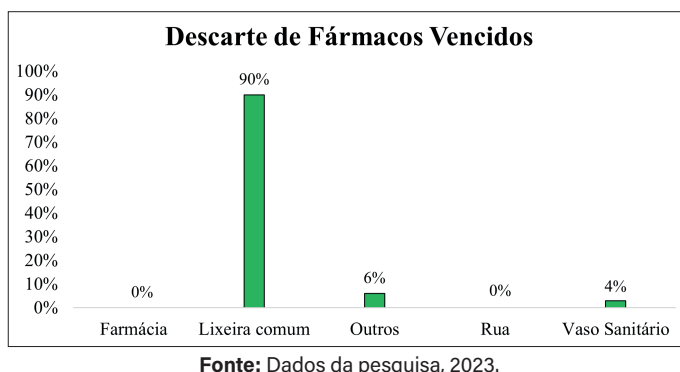


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quando indagados de que forma descartam um medicamento que já teve expirada sua validade, a maioria (90%) dos entrevistados declararam que descartam na lixeira comum, enquanto que 4% descartam os medicamentos vencidos no vaso sanitário (Figura 5). A maioria alegou desconhecer os locais apropriados para descarte, evidenciando a carência de estrutura e acesso da população ao processo correto de descarte de medicamentos no Brasil (Gonzales; Ferreira, 2020).

Ao examinar os resultados obtidos na opção de respostas em aberto (Outros), foram identificadas duas formas distintas de descarte, sendo a primeira "Derreter na água e despejar na pia". É importante salientar que o descarte de medicamentos no esgoto doméstico representa um grande perigo ambiental, sendo fundamental manter uma vigilância constante nesse contexto, devido ao sério risco que essa prática acarreta para os organismos aquáticos (Deo, 2014). Outra resposta obtida foi: "Separo em uma sacola separada do lixo doméstico, mas acredito que o descarte é o mesmo, visto que o caminhão de lixo põe junto". É relevante ressaltar que segundo o estudo conduzido por Arun *et al.* (2020), o ato de descartar medicamentos de maneira inadequada pode causar diversas consequências, tais como o surgimento significativo de fluoroquinolonas (antibióticos de amplo espectro utilizados para combater bactérias) nos solos de aterros sanitários, apresenta uma séria ameaça para os organismos aquáticos através da elevada capacidade de migração das FQs do solo para a água através do escoamento superficial água.

Figura 5 - Perspectiva dos estudantes sobre os efeitos causados pelo descarte incorreto.



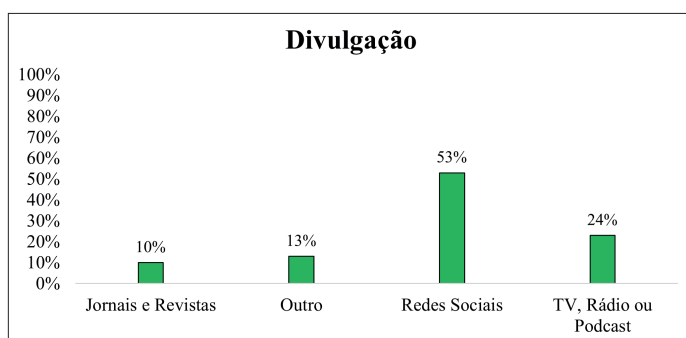
Em seguida, analisou-se o entendimento acerca dos impactos ambientais ocasionados pelo descarte não aquedado de fármacos. Cerca de 87% afirmaram estar cientes de que a forma como descartavam seus medicamentos afetava o meio ambiente. Segundo Silva (2022), o descarte inadequado de medicamentos está relacionado à falta de informação, tanto dos fabricantes quanto dos consumidores, contribuindo para a poluição em diversas áreas ao redor do mundo.

Ademais, indagou-se se para diminuir o impacto ambiental de fármacos no ecossistema os entrevistados estariam dispostos a fazer uso de remédios naturais. Cerca de 70% responderam que sim. Vale ressaltar que a utilização de plantas com propriedades medicinais tem se destacado como uma área promissora para pesquisas e programas educacionais na área da saúde, com o propósito de fornecer embasamento científico para a utilização segura e apropriada de plantas e seus derivados (Oliveira; Araújo, 2007).

Foi questionado ainda se no ambiente de trabalho, escolar, dentre outros, era disponibilizado um local próprio para o devido descarte de medicamentos: 87% dos participantes da pesquisa não possuíam conhecimento sobre a presença de tais locais de entrega voluntária de medicamentos ou qualquer aviso indicativo. Estudos anteriores, como os de Costa e Galo (2022), também evidenciam resultados semelhantes, enfatizando que a limitação na divulgação do programa de logística reversa pode prejudicar sua eficácia. Portanto, é crucial assegurar uma ampla e acessível divulgação para facilitar a localização de pontos de descarte pelos consumidores.

Por fim, perguntou-se qual meio de comunicação claramente aborda esse assunto com o propósito de conscientizar a população sobre o descarte ambientalmente correto de medicamentos (Figura 6). A maioria (53,3%) citou as redes sociais, seguido da televisão, rádio ou podcasts, com 24%, e jornais e revistas, com 10%. Assim sendo, é necessário, por parte das instituições públicas e empresas do setor, o desenvolvimento de ações de educação ambiental, que levem as devidas informações à população sobre o adequado manuseio que se deve ter com os fármacos armazenados em casa e o que fazer quando os mesmos passarem do prazo de validade. Como exemplo de iniciativa já existente nessa direção, cita-se projeto realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que atua na orientação da população sobre a forma adequada de descarte de medicamentos.

Figura 6 - Percepção dos entrevistados sobre canais de comunicação nos quais ocorrem abordagem sobre o descarte de fármacos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Por outro lado, a visita aos estabelecimentos farmacêuticos do centro da cidade demonstrou que dos 16 (dezesesseis) estabelecimentos farmacêuticos visitados, 5 (cinco) apresentavam, de forma visível, recipientes específicos para a coleta de medicamentos vencidos, enquanto apenas 2 (dois) não possuíam um recipiente específico, mas, ainda assim, realizavam a coleta. Embora existam 9 (nove) estabelecimentos que não realizam a coleta, segundo o que se constatou, todos eles fornecem informações sobre qual estabelecimento procurar para o descarte de medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram abordadas questões sobre a má disposição de medicamentos e o impacto ambiental resultante, assim como os diversos perigos que isso acarreta para a saúde humana. Durante a coleta de dados, verificou-se que a maioria dos entrevistados estava ciente desses impactos, porém desconheciam a maneira adequada de descartar os produtos, bem como os locais destinados para tal fim. Para enriquecer as informações, realizou-se uma pesquisa de campo com o objetivo de identificar pontos de coleta. Descobriu-se que muitas farmácias da cidade de Capanema-PA possuíam recipientes para descarte de medicamentos, porém notou-se a falta de divulgação desses locais e o baixo conhecimento da população a esse respeito.

Embora existam iniciativas que atuam na orientação da população sobre a forma adequada de descartar medicamentos, é crucial que o poder público municipal melhore a sua divulgação, enfatizando a importância de compreender os danos ambientais e à saúde humana causados pelo descarte inadequado de remédios. A divulgação de campanhas de esclarecimento a respeito do assunto precisa ser feita com urgência, no âmbito dos meios de comunicação, para que os efeitos de resíduos dos fármacos na natureza sejam minimizados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. S.; GONZAGA, R. J. A. Descarte de fármacos: desenvolvimento de materiais informativos e educativos. Orientador: André Luiz Dutra Fenner. 2020. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2020. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/732>. Acesso em: 01 de abr. 2024.
- ARUN, S. *et al.* Ocorrência, fontes e avaliação de risco de fluoroquinolonas em solo de lixo e lodo de esgoto de Chennai, Índia. **Toxicologia e Farmacologia Ambiental**, v. 79, p. 103410, 2020.
- AZEVEDO, F. T. *et al.* Descarte domiciliar de medicamentos: uma análise da prática na região metropolitana de Belém/Pará. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 57, p. 3809-3809, 2020.
- COSTA, V. C. A.; GALO, N. R. Logística reversa de medicamentos na cidade de Goiânia: um estudo sobre o descarte de resíduos farmacêuticos. **Revista Produção Online**, Goiás, v. 22, n. 2, p. 2859-2885, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v22i2.4738>. Acesso em: 29 de jul. 2024.
- DELGADO, A. F. S.; VRIESMANN, L. C. O perfil da automedicação na sociedade brasileira. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 11, p. 57-75, 2018.

DEO, Randhir P. Produtos farmacêuticos nas águas superficiais dos EUA: uma revisão. **Relatórios Atuais de Saúde Ambiental**, v. 1, p. 113-122, 2014.

FREITAS, L. A. A.; RADIS-BAPTISTA, G. Poluição farmacêutica e descarte de medicamentos vencidos, não utilizados e indesejados no contexto brasileiro. **Revista de xenobióticos**, v. 11, n. 2, pág. 61-76, 2021.

GONZALES, G. M.; FERREIRA, E. Percepção de universitários de Campo Grande sobre o descarte de medicamentos domiciliares e seus impactos ao meio ambiente. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 24, n. 4, p. 370-380, 2020.

OAKS, J. Lindsay *et al.* Diclofenac residues as the cause of vulture population decline in Pakistan. **Nature**, v. 427, n. 6975, p. 630-633, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo do Nascimento. **Avaliação dos riscos associados ao descarte inadequado de medicamentos no Brasil**. Orientador: Fernando Fabriz Sodré 2014. 58 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Ambientais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, C.J.; ARAÚJO, T.L. Plantas medicinais: usos e crenças de idosos portadores de hipertensão arterial. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 93-105, 2007.

OLIVEIRA, H. S. B; CORRADI, M. L. G. Aspectos farmacológicos do idoso: uma revisão integrativa de literatura. **Revista de Medicina**, [S. l.], v. 97, n. 2, p. 165-176, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/140603>. Acesso em: 1 abr. 2024.

RAMOS, H. M. P. O impacto do descarte inadequado dos resíduos de saúde aos catadores de materiais recicláveis de Ceilândia DF. 2015.

RODRIGUES, C. F. Automedicação com antibióticos em Maputo, Moçambique: práticas, racionalidades e relações. **Palgrave Communications**, v. 1, pág. 1-12, 2020.

SILVA, L. C; CARDOSO, A. M.; VIEIRA, J. M. B. D. Dispersão da resistência a antimicrobianos no ambiente sob o conceito de Saúde Única. **Concilium**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. 937-948, 2022. DOI: 10.53660/CLM-597-676. Disponível em: <https://www.clum.org/index.php/edicoes/article/view/597>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SILVA, V. W. P. *et al.* Descarte de medicamentos e os impactos ambientais: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 28, n. 4, p. 1113-1123, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n4/1113-1123/pt/#>. Acesso em: 28 de jul. 2024.

SOUSA, H. W. O.; SILVA, J. L.; NETO, M. S. A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NO COMBATE À AUTOMEDICAÇÃO NO BRASIL. **Revista Eletrônica de Farmácia**, Goiânia, v. 5, n. 1, 2008. DOI: 10.5216/ref.v5i1.4616. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/4616>. Acesso em: 2 abr. 2024.

TOBIAS, Carla Roberta de Moraes; SILVA, Julia Fraga da; NOGUEIRA, Maria de Fátima do Nascimento; BARNABÉ, Marina Andrade; CANOVA, Sendy Juliana. **Os malefícios da automedicação: seus riscos e suas prevenções**, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Farmácia) - Etec Professor Jadyr Salles, Porto Ferreira, 2023.

OS IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO MENINO JESUS, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PA

Cairo Pereira Siqueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Gisela Nascimento de Assunção

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lívia da Silva Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Williane Ribeiro de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O artigo objetiva avaliar os impactos da assistência técnica rural no desempenho socioeconômico e ambiental da agricultura familiar na comunidade do Menino Jesus, em Capanema-PA. Foram aplicados questionários junto aos agricultores familiares, cujo conteúdo abordou a efetividade dos serviços de assistência técnica rural na aquisição de políticas públicas, como a de crédito rural e o perfil da perspectiva ambiental da comunidade antes e depois do acesso aos serviços de assistência técnica rural. Os resultados apontaram que a comunidade, apesar de estar presente no plano atual de assistência técnica do município, não recebe assistência há mais de uma década, realidade que necessita ser sanada para que a comunidade alcance um desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a comunidade do Menino Jesus não recebe a assistência necessária e garantida nos programas de assistência técnica, dificultando o acesso dos agricultores às políticas públicas, assim como orientações e subsídios para a produção.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável; associativismo; economia rural.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é de grande importância social e econômica, responsável por parte do abastecimento de alimentos no Brasil e no mundo. Estas importantes parcelas de trabalhadores rurais foram excluídas das políticas de desenvolvimento elaboradas para a produção das grandes propriedades e sofrem com a demanda da competitividade e desafios da globalização (Bertolini; Filho; Mendonça, 2020).

Entretanto, a agricultura familiar é a principal atividade com capacidade para geração de trabalho e renda nas pequenas comunidades rurais, tendo importância fundamental para o seu desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, um incentivo para o surgimento de novas atitudes empreendedoras pode permitir que esses agricultores obtenham respostas afirmativas na geração de novas oportunidades (Oliveira *et al.*, 2023).

Ao longo dos anos, os estudos em torno da produção familiar se tornaram mais amplos e frequentes, mostrando que a agricultura familiar vem ganhando cada vez mais espaço nas produções agrícolas e atraindo a atenção de diversos setores. A agricultura familiar é muito importante para o desenvolvimento econômico de várias regiões do Brasil. Ela é responsável por parte considerável do valor das produções agrícolas brasileiras e concentra a maioria dos postos de trabalhos agrícolas e dos empregados na agricultura (Silva, 2021).

Existem três pilares que definem o conceito de Agricultura Familiar: o acesso aos meios de produção (entre eles o campo está presente), o modo familiar de produção e a relação do produto com o mercado (Sidersky, 1990). As formas como os agricultores familiares se relacionam com o mercado assumem características diferenciadas daqueles produtores que operam a agricultura patronal, visto que os primeiros têm como foco sua sobrevivência e uma cultura que lhes orienta, ao passo que estes últimos visam o lucro (Picolotto, 2014).

Ao longo dos anos, os agricultores familiares buscam alternativas para desenvolver suas práticas de reprodução econômica e social. Esses atores sociais têm sido incentivados a organizarem-se por meio de associações e cooperativas, em especial para buscar apoio e financiamento com o intuito de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas e gerar ocupação e renda no campo (Silva; Nunes, 2022).

Segundo Abramovay (1998), há inúmeras restrições ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, como a dificuldade na construção de capital social e na inserção nos mercados, fatores esses que impedem que os agricultores familiares valorizem os atributos de sua localização, construam mercados e transformem, a seu favor, o ambiente institucional no qual estão inseridos. Dessa forma, políticas de acesso ao crédito rural e à provisão pública da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e a segurança alimentar do país.

São apresentados cinco princípios norteadores do novo modelo de ATER pública: i) assegurar aos agricultores familiares o serviço de ATER pública e gratuita; ii) promover o desenvolvimento rural sustentável; iii) adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia ; iv) adotar um modo de gestão democrática da política, incluindo o controle social da mesma, e v) desenvolver processos educativos permanentes e continuados.

Com isso, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar os impactos no desempenho socioeconômico e ambiental dos serviços de assistência técnica rural na comunidade do Menino Jesus, em Capanema-PA.

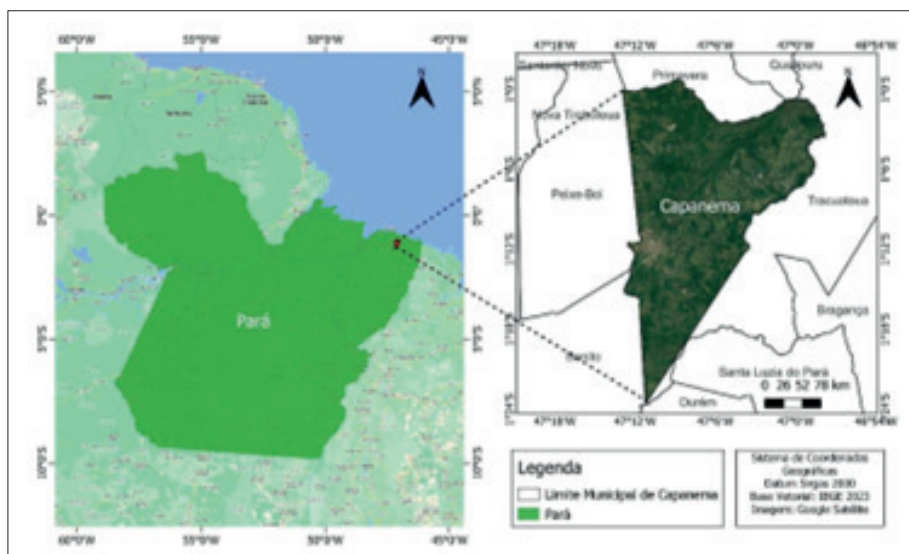
METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho quanti-qualitativo e bibliográfico. Tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa tem por preocupação o ponto de vista do indivíduo: a primeira considera a proximidade do sujeito, por meio da entrevista; na segunda, essa proximidade é medida por meio de materiais e métodos empíricos (Knechtel, 2014).

A pesquisa bibliográfica é classificada, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), não como mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre nova enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras, de cunho teórico sobre o assunto de interesse.

O estudo foi realizado na comunidade do Menino Jesus, zona rural do município de Capanema, Nordeste Paraense (Figura 1). O município possui, atualmente, uma área da unidade territorial de 621,483 km² e uma densidade demográfica de 113,27 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema, Pará.



Fonte: Autores (2023).

A escolha da comunidade se deu em virtude de haver uma associação assistida pelo serviço de assistência técnica rural local e presente no plano municipal de 2023 da EMATER. Foi elaborado um questionário, de acordo com o atual Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER) do município de Capanema, contendo 15 questões fechadas e abertas para registros de fala, visando a obtenção dos dados primários da pesquisa.

O PROATER de Capanema atende, atualmente, um total de 20 organizações sociais, que vão desde agricultores familiares a agricultores não familiares. A quantidade de beneficiários atendidos por categoria total é de 277, sendo 247 agricultores familiares e 30 não familiares (EMATER, 2023). Ao todo, foram aplicados 18 questionários para os agricultores da comunidade do Menino Jesus, associados e constatados no PROATER municipal, a fim de obter uma perspectiva dos impactos da assistência técnica, na prática.

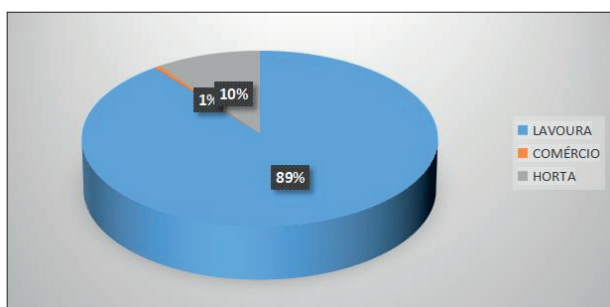
Os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados no *software* Excel. As respostas foram avaliadas de acordo com cada eixo presente no questionamento. A partir disso, foram elaborados gráficos para melhor apresentar os resultados e debatê-los, comparando com literaturas já publicadas a respeito da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos agricultores familiares entrevistados foi levantado e a partir dos dados obtidos foi possível verificar que, em sua maioria (99%), os entrevistados trabalham na agricultura há mais de 10 anos, sendo que 2 dos entrevistados atuam na horticultura e 12 destes desempenham um papel na lavoura; apenas 1 possui o comércio como atividade principal, porém o mesmo faz parte da associação de agricultores da comunidade, conforme se observa na Figura 2.

A maioria dos entrevistados está há mais de uma década produzindo sem o mínimo necessário de assistência técnica, configurando um cenário de abandono do homem do campo, sendo justificado pela baixa capacidade produtiva dos cultivos de feijão, mandioca e milho, que são a base da subsistência das famílias. Conforme Nunes *et al.* (2018), após a retirada para autoconsumo, o excedente de produção é comercializado pelos agricultores familiares por meio de atravessadores ou feiras locais ou direto com a indústria final de beneficiamento, a fim de conseguir bons preços. Contudo, tal realidade de vendas do excedente não ocorre por meio da associação existente na comunidade, fato que se justifica pelo caminhar das “próprias pernas”, ou seja, a associação da comunidade do Menino Jesus, assim como muitas na mesma condição sem assistência técnica rural garantida, não se sabe como ganhar mercado, como agregar valor aos produtos, ou até mesmo como reestimar seus associados, visto que o cenário caótico do assistencialismo técnico rural só piora.

Figura 2 - Principais atividades desenvolvidas pelos associados.

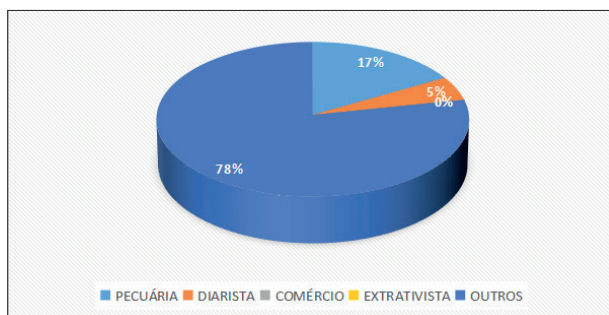


Fonte: Autores (2023).

Quanto às atividades complementares, apenas 2 dos entrevistados não possuem atividades complementares, 13 desempenham alguma atividade, ou

seja, a renda adquirida através da agricultura não tem se mostrado suficiente para manter a família dos agricultores da comunidade do Menino Jesus. A Figura 3 mostra a relação em porcentagem das respostas dos entrevistados.

Figura 3 - Atividades complementares desenvolvidas pelos agricultores familiares.



Fonte: Autores (2023).

A atividade complementar que teve maior porcentagem foi o item Outros, evidenciando que 78% dos produtores apresentam renda complementar. Ainda assim, a renda total, ou seja, a soma da renda primária e renda complementar, não ultrapassa um salário-mínimo, em média. É constitucional que o acesso a garantias fundamentais de cuidado, apoio e incentivo a políticas públicas efetivas, como constam na Constituição Federal, garantias ao desenvolvimento, erradicação da pobreza e qualquer forma de desigualdades no território nacional (BRASIL, 1988).

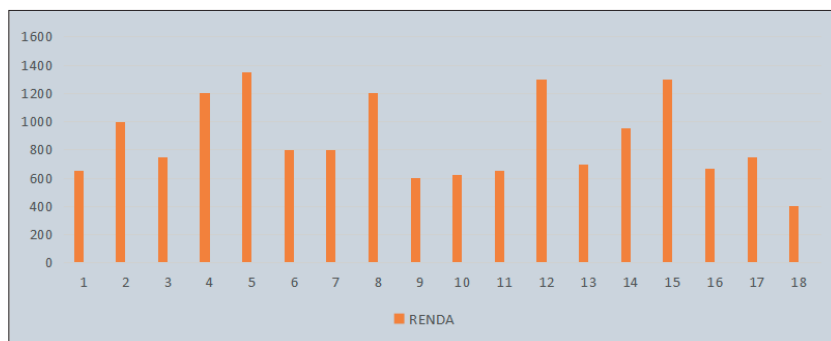
Assim, as políticas públicas no âmbito rural não só devem ser existentes em todo território nacional, como devem ser concretas e efetivas, a exemplo dos serviços de assistência técnica, que não chegam de maneira eficaz, gerando o contrário do que a política de assistência técnica e extensão rural (ATER) foi pensada, ocasionando impactos negativos na vida das pessoas que deveriam ser assistidos pelo programa público.

Dessa forma, teoricamente, o que foi desenhado para a ATER se resume em auxiliar os produtores rurais familiares do município com o intuito de corroborar que não é só entendido como política nacional de extensão, mas, um princípio constitucional em garantia aos seus.

Em relação à atuação da assistência técnica na comunidade, todos os entrevistados responderam que não receberam qualquer forma de atuação técnica na comunidade, nem mesmo as que constam no plano municipal da EMATER,

o PROATER 2022/2023. Dessa forma, o impacto é direto e sentido na renda dos produtores que ali residem, configurando uma média de renda que não ultrapassa um salário-mínimo, como demonstrado na Figura 4.

Figura 4 - Renda bruta dos associados.



Fonte: Autores (2023).

Assim, o aumento de renda em relação às atividades agrícolas exercidas por esses produtores não são sentidas há anos, como afirma uma das entrevistadas: “sem a assistência técnica, acredito que não há mudança na renda”. A fala da produtora rural reforça a necessidade de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento local sustentável na comunidade do Menino Jesus. A conotação negativa acerca do modo de se fazer extensão rural é fruto do modelo verticalizado de se “Fazer Extensão”, modelo que Freire (1969) apontou como antidualógica, ou seja, oprimir as vontades daquele que vive no campo, deixando-o de lado.

Constatou-se ainda que todos os entrevistados ainda não tiveram acesso ao crédito rural. Segundo o Banco Central do Brasil (2023), o crédito rural é o financiamento destinado ao segmento rural. Os produtores rurais utilizam os recursos concedidos pelas instituições financeiras, em linhas de crédito próprias, de diversas maneiras, na sua propriedade, tendo como objetivo alcançar o estímulo à geração de renda e o uso melhorado da mão de obra.

Devido ao desconhecimento de como adquirir crédito rural, muitos produtores se endividam, realizando empréstimos com juros altos, sem qualquer auxílio técnico, e, muitas vezes, acabam vendendo suas terras, arrendando a de outras pessoas e pagando com serviços trocados, gerando não só o endividamento por parte daqueles que tomam o empréstimo, mas em casos mais extremos se instala o êxodo rural acentuado.

A comunidade não possui associação ou cooperativa. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (2011), as cooperativas se caracterizam como sociedade simples de fins econômicos e comerciais e sem fins lucrativos. Têm como função prestar serviços, viabilizar assistência técnica, cultural e educativa aos cooperados, bem como promover a venda e a compra, desenvolvendo atividade de consumo, produção, crédito e comercialização. Isto mostra a importância que uma cooperativa tem no que busca ajudar em todo o processo de produção para, assim, favorecer o desenvolvimento rural sustentável.

A agricultura familiar é protagonista nas atividades desenvolvidas no hábito da extensão rural, pois é encarregada de produzir no campo para levar ao consumidor na cidade, que, pelo mérito, deveria ser um setor de grande importância e prioridade para os programas de assistência técnica local. Nesse sentido, a investigação nos mostrou que a comunidade do Menino Jesus é um exemplo da falta de assistência que desencadeia em falhas no manejo da produção e, principalmente, em aplicar a prática da sustentabilidade na produção rural.

No aspecto ambiental, a comunidade do Menino Jesus também sofre com impactos negativos, por falta de assistência técnica rural efetiva, o que é preocupante, pois os agricultores da comunidade relataram que percebem modificações no ambiente, porém as práticas ainda são as mesmas de décadas atrás, como a prática do fogo, descarte inadequado de resíduos, manejo inadequado de embalagens de produtos tóxicos e não utilização de equipamentos de proteção individual.

Para Rodrigues (2012), o desenvolvimento rural sustentável consiste em uma forma de manejo dos ecossistemas agrícolas capaz de “manter e ampliar produtividade, qualidade do ambiente (ar, água e solo), diversidade biológica e da paisagem, e qualidade de vida [...] – agora e no futuro [...]”, tudo isso de acordo com as funções ecológicas, econômicas e sociais atribuídas ao meio rural. Assim, destaque é dado à ATER nos processos ou caminhos que levem à promoção do desenvolvimento rural sustentável, como está descrito na Política Nacional de Extensão Rural - PNATER (Caporal, 2006).

CONCLUSÃO

A comunidade do Menino Jesus está inserida no PROATER, que permite assistência em comunidades associadas do município de Capanema. Todavia, dentre os agricultores familiares entrevistados, nenhum destes recebeu algum tipo de assistência técnica nos últimos 10 anos. Isso implica em diversos aspectos negativos para a comunidade, bem como dificuldades de acesso a linhas de crédito ou orientação das atividades econômicas. Assim, a falta de assistência técnica, de forma concreta, ocasiona não só mazelas na esfera socioeconômica, mas também ambiental, uma vez que a política pública vigente de extensão rural, não chega até quem precisa pelo modelo verticalizado de aplicação de tecnologias e falta de atualização nas instituições de fomento da assistência técnica rural, a nível municipal.

Agradecimentos

Agrademos à comunidade do Menino Jesus, especialmente aos produtores rurais associados. Agradecemos aos docentes, Ana Karlla Magalhães Nogueira e Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior, pelas orientações. Agradecemos à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), pelo trabalho desenvolvido na comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (1998). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, 28(1), 2.
- BERTOLINI, M. FILHO, P. MENDONÇA, F. A importância da agricultura família na atualidade. **CIAGRO**. Recife –PE, 2020.
- BRASIL, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>>. Acesso em: <04/10/2023>.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 out. 2023.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, p. 09-34, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 1985.

NUNES, Emanuel Márcio *et al.* Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 213-236, 2018.

OLIVEIRA, F. S. ET AL. Gestão e empreendedorismo rural na agricultura familiar: narrativas de agricultores em unidades produtivas no território Sertão do São Francisco-BA. **REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF**, v. 11, n. 1, p. 157-167, 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

RODRIGUES, G. S. Agricultura sustentável, gestão ambiental e eco-certificação de atividades rurais. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/down_hp/346.Pdf>. Acesso em 14 maio 2012.

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Associações rurais: práticas associativistas, características e formalização. Brasília: Senar, 2011. (Coleção Senar, n. 153).

SILVA, Elen. Importância social, econômica e sustentável da agricultura familiar. FATEC, Mococa 2021.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS HAMBURGUERIAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PARÁ

Aline Caroline Vieira Cid

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Raimundo Renan Freitas de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Thiago Fabiano da Silva Carvalho

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Márcia Arileia Rosa dos Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos socioeconômicos causados pela pandemia de COVID-19 no mercado de hamburguerias do município de Capanema-PA e o que isso causou na economia e quais foram as estratégias para lidar com a crise. **Métodos:** Foi elaborado um questionário com 18 perguntas contendo respostas de 17 participantes, no qual observou-se os impactos que isso causou a esses comerciantes. Portanto, para coletar os dados essenciais para este estudo, adotou-se um método que envolveu a utilização do *Google Docs* e o envio de questionários por meio de redes sociais. **Resultados:** A análise do desempenho destes estabelecimentos durante a pandemia apresentou uma variedade de impactos nas hamburguerias de Capanema. Enquanto 29,4% enfrentaram uma queda significativa nas vendas, outros 29,4% experimentaram um aumento e 11,8% mantiveram-se estáveis. Os resultados apontaram, ainda, que 76,5% consideram seu empreendimento como sua principal fonte de renda, e com isso, 52,9% tiveram que suspender suas atividades e adotar medidas e estratégias para manter seu negócio no mercado. **Considerações finais:** Conclui-se, portanto, que muitos empreendimentos precisaram se readaptar na situação que se encontravam e mesmo após a pandemia, muitos continuaram com *delivery* até os dias atuais.

Palavras-chave: hamburguerias; empreendedorismo; mercado consumidor; *Delivery*.

INTRODUÇÃO

O mundo está em constante evolução e enfrentando grandes adversidades, e muitos desses desafios são enfrentados e remediados por empreendedores. Dessa maneira, seja por vocação ou necessidade, essas pessoas transformam suas ideias em produtos ou serviços que vão fazer diferença na sociedade (Baggio; Baggio, 2015). O empreendedorismo define-se pelo envolvimento de indivíduos e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, e a perfeita execução dessas oportunidades culmina na formação de empreendimentos prósperos (Valenciano Sentanin; Barboza, 2005).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2021) empreender é ter atitudes que podem ser aprendidas e desenvolvidas ao longo do tempo. De acordo com informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o empreendedorismo tem se elevado no Brasil, após cinco anos de saldos negativos entre 2014 e 2018, em 2019, o número de empresas entrantes e encerradas foi positiva, chegando a 290,9 mil, ocasionando um acréscimo de 6,6% entre 2018 e 2019.

Entretanto, no final do ano de 2019 e início de 2020 surgiu no mundo um vírus desconhecido no qual não se imaginava os impactos que iria causar na economia como um todo. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), recebeu informações sobre casos de pneumonia emergentes na República da China, provocados por um vírus desconhecido.

No decorrer de 2020, as autoridades chinesas conseguiram identificar um novo tipo de Coronavírus, responsável pelo desenvolvimento da doença conhecida como COVID-19, a qual desencadeou uma pandemia de proporções globais (Saldanha; Vasconcelos Filho, 2023). Posteriormente, no final de fevereiro desse mesmo ano, o Brasil confirmou seu primeiro caso da doença, sendo seguido, no mês de março, pelo registro do primeiro óbito causado pelo vírus.

A pandemia da COVID-19 teve amplos impactos em diversos segmentos, incluindo o empreendedorismo. As restrições devido ao distanciamento social afetaram os hábitos de consumo, especialmente na indústria alimentícia, com impactos notáveis nos estabelecimentos de *fast food* (Faria, 2021). Isso trouxe mudanças significativas ao cenário do empreendedorismo, principalmente, no ramo alimentício. Diante disso, entender como a pandemia afetou os empreendedores

de lanches no município de Capanema é importante para orientar futuras ações de apoio e fortalecer o setor frente a um cenário de crise, como ocorreu no período da pandemia.

Com o isolamento social, muitas pessoas ficaram sem ter como sair de suas casas, e em função disso, o consumo de *fast food* e refrigerante obteve um aumento de 61% (Brasil, 2021). De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022) as pessoas tinham receio de se expor ao vírus, e umas das estratégias desenvolvidas nesse período de pandemia foi o uso das plataformas de *delivery*, onde mais de 250 aplicativos fazem conexão com seus clientes no Brasil, entre eles, não só no ramo alimentício, mas inclusive nos serviços de conveniência, farmácia, etc.

Baseado na situação no qual o país se encontrava, uma série de desafios que as pessoas estavam vivenciando, a pandemia fez com que muitos empreendedores adotassem estratégias e medidas de inovação para se reinventar, para que pudessem continuar no mercado de trabalho (Mussalem, 2021).

Em meio ao cenário de pandemia, é válido ressaltar que a inovação não só está relacionada com o desenvolvimento de produtos já existentes que precisam gerar lucros, como também, está relacionado com a criação de soluções, gerando modelos de negócios e serviços para seu público-alvo (SEBRAE, 2022).

Com base no cenário descrito, os empreendedores de lanches enfrentaram novos desafios devido às medidas restritivas de isolamento. A pesquisa postula que, diante da impossibilidade de consumo presencial, os empreendedores adotaram certas estratégias como aderir ao serviço de entrega, diversificar cardápios e fortalecer a presença *online*. A crise, no geral, também estimulou inovações na gestão dos negócios tradicionais.

Nesse contexto, este estudo buscou analisar os impactos socioeconômicos que a pandemia de COVID-19 nas hamburguerias do município de Capanema-PA, e identificar as adaptações diante do isolamento social e da redução de consumo presencial. A análise dos impactos e respostas identificou mudanças de comportamentos, desafios e estratégias destes empreendedores, ampliando a compreensão das implicações da crise nesse setor. A pesquisa examinou os efeitos da pandemia nas hamburguerias, abordando suas estratégias de adaptação, mudanças nos modelos de negócios e desafios enfrentados em função do isolamento social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Empreendedorismo: conceitos e definições

O empreendedorismo pode ser definido como o ato de identificar uma oportunidade e estabelecer um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo quaisquer riscos calculados ao longo do processo (Dornelas, 2008).

Stevenson (2004), acrescenta que o empreendedorismo se caracteriza como “a busca de oportunidades além dos recursos controlados” em que os empreendedores seriam aqueles que identificam oportunidades de mercado e mobilizam recursos para aproveitá-las do jeito mais vantajoso possível. Tais perspectivas destacam a importância da visão, da tomada de riscos calculados e da capacidade de aproveitar oportunidades.

Nesse sentido, o indivíduo empreendedor define-se como uma figura que, idealmente, demonstra iniciativa, utiliza os recursos disponíveis de maneira eficaz e eficiente, promove transformações socioeconômicas em seu ambiente e está disposto a lidar com o sucesso e a falha (Krüger; Ramos, 2020).

Para o SEBRAE (2021), empreender é a capacidade que uma pessoa tem ao identificar problemas e fazer deles uma oportunidade, desenvolvendo soluções, investindo recursos na criação de algo positivo para a sociedade, o que significa deixar a zona de conforto para transformar sonhos e objetivos em realidade, agindo com base em ideias e criatividade.

Adicionalmente, por meio de uma pesquisa abrangente, o SEBRAE (2022) delineou quatro distintos perfis de empreendedores. Esta pesquisa desempenha o papel de analisar as características únicas de cada perfil empreendedor e os traços gerais que definem a figura empreendedora. A assimilação desses perfis serve como guia para o empreendedor entender a relação entre o modelo de negócio planejado e as suas próprias características. Os quatro perfis identificados são:

Tabela 1 - Os quatro perfis do empreendedor de acordo com o SEBRAE.

Perfil	Definição
Independente	Experiência no mercado, porém a empresa não é formalizada. Habilidade em finanças e negociação, mas precisa se capacitar e regularizar para crescer.
Inovador	Pouca experiência, mas entende as necessidades do público. Criativo e capaz de antecipar desafios.
Provedor	Experiência profissional, busca negócio próprio para o retorno financeiro. Busca capacitação e é determinado.
Visionário	Organizado, usa habilidades empreendedoras. Baseia suas decisões em relatórios e busca melhores oportunidades de investimento.

Fonte: SEBRAE (2022).

Nesse contexto, a caracterização destes perfis de empreendedores reforça a diversidade intrínseca ao cenário empreendedor e ilustra a importância do alinhamento pessoal às escolhas empresariais, em sintonia com o desenvolvimento de capacidades individuais, busca por oportunidades e resolução de conflitos.

Os impactos da COVID-19 na economia brasileira

De acordo com Machado (2021), o número de óbitos mundial foi cerca de 1,8 milhões, já no Brasil, esse número ultrapassou os 190 mil. Nesse período, diversas vacinas foram aprovadas, entretanto, até que passassem a estar disponíveis, face ao COVID-19, era necessário fazer a identificação e o isolamento com o vírus, complementando com o distanciamento social para a população.

Segundo Lima (2022), a eficácia do distanciamento social na contenção do vírus é cientificamente comprovada, tendo em vista os seguintes objetivos: a diminuição no número de pessoas contaminadas reduz a demanda de serviços médicos e hospitalares, evitando o colapso nas unidades e o número de óbitos. De acordo com este mesmo autor, essa medida preventiva também desacelerou a propagação do vírus, permitindo que os sistemas de saúde tenham mais tempo para se preparar e responder de forma adequada à demanda crescente.

É importante frisar que o distanciamento social também possui impactos socioeconômicos relevantes durante a pandemia. Com a restrição de circulação de pessoas e o fechamento temporário de estabelecimentos comerciais não essenciais, setores econômicos como o varejo, gastronomia, entretenimento e entre outros foram gravemente afetados (Machado, 2021). Empresas tiveram

que se adaptar ao trabalho remoto, o que gerou desafios na produtividade e na manutenção dos empregos.

De acordo com o IBGE (2022), os serviços de alimentação foram um dos setores mais impactados pela pandemia, registrando uma queda significativa de 27% em 2020. Essa redução no segmento de alimentos teve um efeito direto na economia brasileira, contribuindo para a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período. As restrições impostas pelo distanciamento social, o fechamento temporário de restaurantes, bares e entre outros, junto às mudanças nos hábitos de consumo da população, foram determinantes para essa redução nas atividades do setor e suas consequências para a economia como um todo.

O SEBRAE (2020) realizou uma pesquisa com empreendedores de pequenos negócios que vêm sofrendo os impactos da pandemia. Foi feita uma análise entre os dias 3 e 7 de abril de 2020, período no qual o isolamento social foi adotado nas grandes cidades brasileiras. Sendo assim, os empresários relataram a decadência do faturamento, uma variação de 69% em relação à semana normal, logo 88% afirmaram terem tido queda nos faturamentos econômicos.

Assim, de acordo com dados do SEBRAE (2020) a pandemia afetou 65,5% de 1,2 milhão de empresas de serviços, especialmente aqueles prestados às famílias (86,7%); e também 64,1% de 1,1 milhão de empresas do comércio em geral, com maior percepção de reflexos negativos no segmento de veículos, peças e motocicletas (74,9%). Na indústria, o impacto negativo foi percebido por 48,7% das 306 mil empresas; e, na construção, por 53,6% das 153 mil empresas do setor.

A pandemia afetou 65,5% de 1,2 milhão de empresas de serviços, especialmente aqueles prestados às famílias (86,7%); e também 64,1% de 1,1 milhão de empresas do comércio em geral, com maior percepção de reflexos negativos no segmento de veículos, peças e motocicletas (74,9%). Na indústria, o impacto negativo foi percebido por 48,7% das 306 mil empresas; e, na construção, por 53,6% das 153 mil empresas do setor (IBGE, 2020).

Em decorrência da pandemia no país, o decreto legislativo de nº 6 de 20 de março de 2020 reconhece a calamidade pública baseada nos termos de solicitação do presidente da República (Brasil, 2020). Com a queda na renda da população, aumento no desemprego, empresas declarando falência, o governo

passou a adotar medidas na tentativa de amenizar a situação de pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade por função da pandemia.

Uma dessas medidas foi a aprovação do benefício de renda temporária aos desempregados e trabalhadores autônomos informais no valor de R\$600,00 e para as mulheres provedoras de famílias (mães solteiras) teriam o direito ao dobro do valor, o que correspondeu a R\$1.200,00. O auxílio emergencial permitiu que milhares de famílias conseguissem se manter nesse período, enquanto a pandemia levou várias pessoas a óbitos enquanto a desestabilização da economia também ocorria no país (Pozzebom, 2020).

Empreendedorismo no período de pandemia do COVID-19

Empreendedorismo tem uma função importante para a criação e desenvolvimento dos negócios, contribuindo para o crescimento e prosperidade de uma determinada região (FILION, 1999). É importante saber distinguir as oportunidades empreendedoras que podem ser criadas quando novos bens, produtos e serviços podem ser vendidos além do custo de produção.

O empreendedorismo defende a ideia de que as oportunidades surgem ou são criadas, sendo necessário ter critérios para tomar decisões e agir de forma correta. Logo, é importante avaliar as incertezas que estão em torno dessas oportunidades, ter conhecimento preliminar para reduzir o nível de imprecisões e utilizar sua motivação para enfrentar os desafios (Hisrich; Peters; Shephard, 2014).

Sendo assim, o empreendedorismo tem um papel crucial na criação e no desenvolvimento de negócios, especialmente em contextos desafiadores como a pandemia. A capacidade de identificar oportunidades em meio a problemas e incertezas é uma das principais características dos empreendedores (SChraiber; De Melo; Franzoni, 2023).

Ser empreendedor é pensar diferente. Enquanto a maioria das pessoas busca segurança, os empreendedores assumem riscos. Não desejam um emprego; querem criar empregos. O objetivo não é "pensar fora da caixa", mas, sim, serem os donos da caixa. Empreendedores não seguem o mercado; eles definem o mercado. A esse modo de pensar, audacioso e aparentemente retrógrado, eu me refiro como a Mente do Empreendedor (JOHNSON, 2019, p. 10).

Em meio à crise econômica e sanitária ocorrida no mundo, aumento do desemprego, isolamento social, para muitos, empreender na pandemia foi uma das alternativas para fonte de renda. Enquanto muitas empresas estavam encerrando suas atividades, o empreendedorismo aumentou significativamente, destacando-se as micro e pequenas empresas com mais de 293 mil empregos gerados (IESB, 2021). Além disso, é importante salientar, o aumento dos microempreendedores individuais (MEI) em 8,4% em 2020 em relação ao mesmo período de 2019 (IESB, 2021).

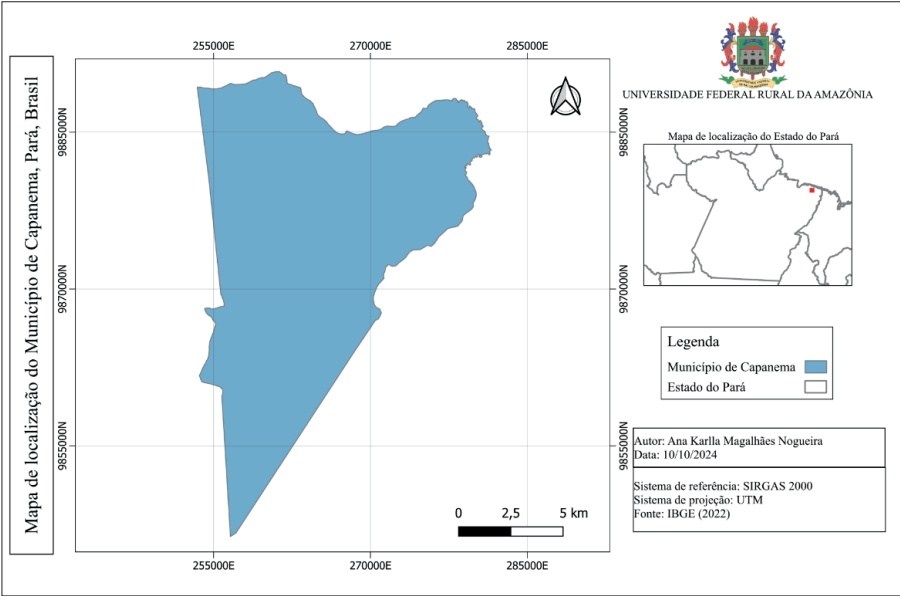
O MEI tem um papel relevante na economia, principalmente, contribuindo para a redução do desemprego. O combate à informalidade tem sido usado como uma das estratégias para a geração de renda em períodos de crise, uma vez que o MEI contribui para o aquecimento econômico. Nos primeiros semestres de 2022, foram criados mais de 240 mil novos MEIs, um crescimento de 68 mil em relação aos períodos de 2020 e 2021, superando o auge da pandemia (SEBRAE, 2022).

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada em diversas hamburguerias localizadas no município de Capanema, situado no estado do Pará (Figura 1). De acordo com o IBGE (2022), a população estimada do município é de aproximadamente 70.394 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 113,27 indivíduos por quilômetro quadrado. A área de estudo escolhida compreende as hamburguerias localizadas no município de Capanema-PA.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema-PA.



Fonte: IBGE (2022).

O município de Capanema está situado a uma latitude de 10,19' sul e a uma longitude de -47,18 latitude oeste, estando a uma altitude de 24 metros (IBGE, 2022). A sede do município está situada a 154 km, em linha reta, da capital do Estado, Belém.

No referido município o setor de comércio e serviços é o mais relevante economicamente em toda a sua área de influência, seguido pela indústria e pela agropecuária. Dessa forma, os setores de comércio e serviços são os que mais contribuem para a composição do PIB da área de influência de Capanema, sendo o município responsável por quase metade do PIB dessa área, o que reforça o poder econômico que a cidade tem para a região (Ribeiro, 2017).

Procedimentos metodológicos

Para coletar os dados essenciais para este estudo, adotou-se um método que envolveu a utilização do *Google Docs*, elaboração e envio de questionários por meio de redes sociais. Essa abordagem permitiu a criação de um questionário estruturado com dezoito perguntas abertas e fechadas relevantes para a

investigação dos efeitos socioeconômicos da pandemia no mercado de hambúrgueres do município. Essas perguntas foram elaboradas para explorar a variação no funcionamento dos estabelecimentos, as adaptações realizadas, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras em relação ao cenário pós-pandemia.

De acordo com Gil (2014), podemos definir “o questionário como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamento presente ou passado”.

Assim, os questionários foram aplicados junto a dezessete proprietários de hamburguerias do total de trinta e dois estabelecimentos existentes no Município. Dessa maneira, obteve-se uma amostra significativa das hamburguerias que atuam em Capanema, com a seleção dos entrevistados baseada em critérios que garantiriam a representatividade dos diferentes tipos de estabelecimentos presentes na área de estudo.

Com a coleta de dados qualitativos, quantitativos e referências bibliográficas, obteve-se informações relevantes sobre os empreendedores, que contribuíram para um entendimento sólido da resiliência deste setor de lanches diante de um cenário desafiador vivenciado no período da pandemia. Após a coleta de dados através dos questionários, realizamos uma análise quantitativa e qualitativa das respostas fornecidas pelos empreendedores.

As respostas foram analisadas e categorizadas de forma a identificar tendências, desafios comuns e diferenças nas percepções dos entrevistados. Todas as diretrizes éticas foram observadas durante a coleta e descrição dos dados. Os participantes foram protegidos em sua privacidade e confidencialidade, e suas respostas foram tratadas de forma anônima e confidencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico dos proprietários de hamburguerias

O perfil dos participantes revelou uma distribuição equitativa entre os gêneros, pois 52,9% são do sexo feminino e 47,1% masculino. A faixa etária de idade majoritária concentrou-se entre 27 e 36 anos (52,9%), refletindo uma participação

considerável de jovens adultos no setor de hamburguerias do município. Além disso, 17,6% têm idade entre 16 a 26 anos, 11,8% possuem 37 a 46 anos e 17,6% têm idade superior a 47 anos (Ver tabela 2).

De acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE (2022), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Contínua do IBGE, no final de 2021 havia no Brasil cerca de 1,8 milhão de empreendedores da terceira idade, o que representa 7,3% do total de empreendedores que desenvolvem atividades nos setores de serviços (36%), agropecuária (23%), o comércio (19%), a indústria (14%) e, por fim, a construção civil (8%).

Quanto ao nível de escolaridade dos proprietários das hamburguerias, verificou-se que 35,3% possuem ensino médio completo, 29,4% têm ensino superior incompleto, 11,8% possuem ensino superior completo, 11,8% têm ensino médio incompleto, 5,9% ensino fundamental completo e 5,9% ensino fundamental incompleto (Ver tabela 2). Dessa forma, verificou-se que a maioria dos proprietários de hamburguerias possui um nível educacional adequado para empreender neste mercado.

Drum *et al.* (2019) afirmam a importância de despertar o interesse pelo empreendedorismo dos alunos do ensino médio e as necessidades das pessoas se prepararem melhor antes de se lançarem no mercado, indicando um nível educacional adequado para empreender.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos proprietários de hamburguerias do Município de Capanema-PA.

Gênero	%	Idade	%	Nível de escolaridade	%
Feminino	52,9%	16 a 26	17,6%	Ensino Fundamental Incompleto	5,9%
Masculino	47,1%	27 a 36	52,9%	Ensino Fundamental Completo	5,9%
		37 a 46	11,8%	Ensino Médio Incompleto	11,8%
		47 ou mais	17,6%	Ensino Médio Completo	35,3%
				Ensino Superior Incompleto	29,4%
				Ensino Superior Completo	11,8%
Total	100%		100%		100%

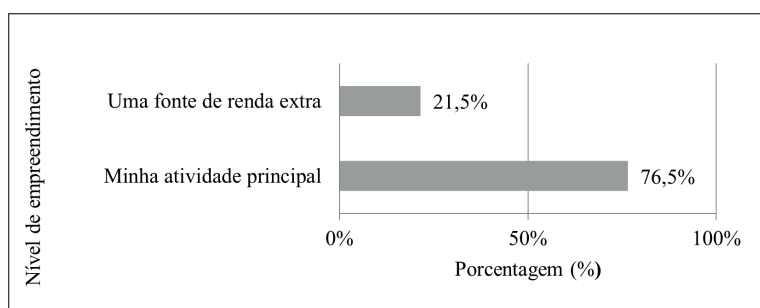
Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

No que se refere à como os proprietários consideram seus empreendimentos com relação à fonte de renda, constatou-se que 76,5% julgaram ser a atividade principal, e 21,5% afirmaram que se trata de uma fonte de renda extra, indicando uma certa relevância desse tipo de negócio na região (Ver gráfico 1). Portanto,

diante desses dados, é possível inferir uma significativa dependência econômica desses estabelecimentos para os seus proprietários, tornando-os especialmente vulneráveis aos impactos econômicos, como os provocados pela pandemia.

Nesse viés Ângelo (2003), afirma que os empreendedores podem ser categorizados em dois grupos: os motivados pela necessidade, buscando adquirir um negócio próprio baseado em motivações pré-existentes, e os orientados por oportunidade, impulsionados pela escassez de empregos ou pela falta de outras fontes de renda.

Gráfico 1 - Forma como os proprietários consideram o seu empreendimento.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os empreendedores também foram questionados quanto à sua percepção sobre a variação da demanda em períodos de pandemia. A pesquisa revelou que 29,4% enfrentaram uma queda significativa nas vendas, 29,4% julgaram que houve um aumento, 11,8% confirmaram que ocorreu uma leve queda nas vendas, 11,8% julgaram que as vendas permaneceram estáveis, e por fim, 17,6% não souberam responder (Ver tabela 3).

Os empreendedores que tiveram uma queda nas vendas podem ter enfrentado desafios como a redução do número de clientes, a dificuldade de competir com outros negócios que se adaptaram mais rapidamente às mudanças, ou limitações impostas por fatores externos, como a crise econômica. Além disso, os empresários que conseguiram manter as vendas estáveis, encontraram um equilíbrio entre a adaptação às mudanças e a manutenção da base de clientes. A diversidade destas respostas destaca a diferença de situações enfrentadas por estes empreendedores no Município de Capanema.

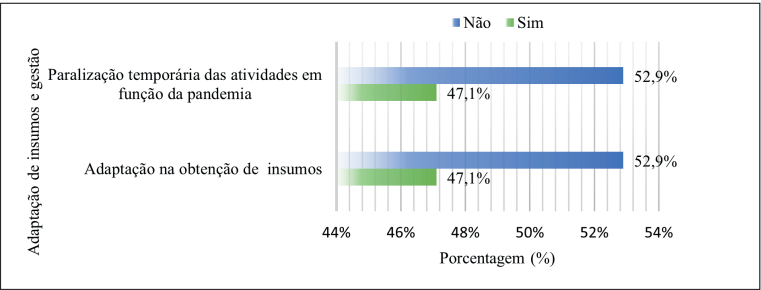
Tabela 3 - Percepção dos empreendedores sobre a demanda de seus produtos em período de pandemia.

Demanda	Percentual (%)
Houve uma queda significativa nas vendas	29,4%
Houve uma leve queda nas vendas	11,8%
As vendas permaneceram estáveis	11,8%
Houve um aumento nas vendas	29,4%
Não souberam responder	17,6%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Devido à sua alta taxa de transmissão e contaminação, vários locais optaram pelo fechamento total de estabelecimentos não essenciais e até mesmo pela implementação do isolamento social, com o objetivo de conter a propagação do vírus (OMS, 2020). Sendo assim, além de consideráveis alterações na logística da obtenção de insumos (47,1%), houve a suspensão temporária das atividades, o que atingiu 47,1% dos estabelecimentos, refletindo os desafios operacionais impostos pela crise (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Adaptação na obtenção de insumos e gestão em tempos de fechamento temporário de acordo com os proprietários de hamburguerias de Capanema-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

As principais dificuldades enfrentadas pelos proprietários de hamburguerias em período de pandemia no Município de Capanema foram contratação de mão de obra (11,8%), restrições de horário de funcionamento (11,8%), realização de atendimento seguindo as regras estipuladas pelo Ministério da Saúde, manutenção dos salários dos funcionários (5,8%), outros motivos adversos (29,4%) e 11,8% não souberam responder (Ver Tabela 4). Segundo Setti (2022), enfatiza que, em período de pandemia, “a maioria dos estabelecimentos teve redução do horário

de funcionamento e do número de funcionários", o que caracteriza um cenário desafiador para os empreendedores.

Tabela 4 - Principais dificuldades vivenciadas pelos proprietários de hamburguerias em período de pandemia no Município de Capanema-PA.

Principais dificuldades	Percentual (%)
Dificuldade na contratação de mão de obra	11,8%
Manter o salário dos funcionários	5,8%
Restrições de horário de funcionamento	11,8%
Realizar atendimento seguindo as regras estipuladas pelo ministério de saúde	11,8%
Outros	29,4%
Nenhum/Não souberam responder	11,8%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Com a dificuldade de sair de casa e o fechamento de lanchonetes, restaurantes e bares, houve um aumento considerável nas compras por *delivery* durante a pandemia (Radwan *et al.*, 2021). A incorporação deste serviço, durante a pandemia, foi adotada por 35,3% dos estabelecimentos, indicando uma resposta proativa às mudanças nas demandas dos consumidores, e 64,7% já realizam as entregas antes da pandemia.

A experiência geral com o serviço de entrega foi majoritariamente positiva (52,9%), evidenciando a capacidade de adaptação dos empreendedores nessa área de estudo. Entretanto, 35,6% dos empreendedores julgaram como normal ou regular e 11,8% afirmaram ser ruim, cansativo ou custoso (Ver tabela 5). Além disso, no período em ocorreu a pesquisa todos os estabelecimentos já tinham incorporado o serviço de entrega no seu negócio.

Tabela 5 - Experiência com o serviço de entregas de acordo com proprietários de hamburguerias do município de Capanema-PA.

O serviço de entrega adotado durante a pandemia	Percentual (%)	Experiência de incorporar o serviço de entregas no seu negócio	Percentual (%)
As entregas eram realizadas antes da pandemia.	64,7%	Boa; sem problemas importantes	52,9%
As entregas foram iniciadas durante a pandemia.	35,3%	Normal ou Regular	35,6%
Entregas não são realizadas neste serviço.	0%	Ruim; cansativo e/ou custoso	11,8%
		Não trabalhei com entregas	0%
Total			100%

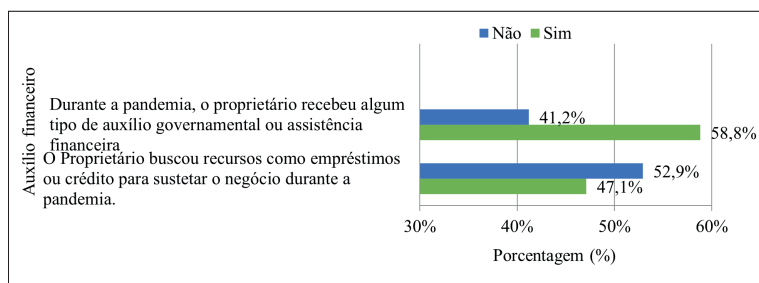
Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Monteiro *et al.* (2022), destacam que “neste período, a população passou a utilizar muito mais a entrega em domicílio (*delivery*), e os proprietários passaram a adotar ou priorizar o serviço, tornando-o um dos diferenciais do negócio”. Os autores identificaram, em seu estudo, em relação ao uso de serviços de *delivery*, que 35% dos consumidores afirmaram que passaram a utilizar esses serviços com mais frequência; 30% relataram que mantiveram o mesmo nível de uso de antes da pandemia; e aproximadamente 7% declararam que não os utilizam”. O cenário é bastante semelhante aos dados coletados sobre os serviços de entregas em Capanema.

Durante a pandemia, 47,1% dos empreendedores de hamburguerias em Capanema precisaram recorrer a empréstimos ou linhas de crédito, evidenciando os desafios financeiros enfrentados pelos estabelecimentos. Por outro lado, 52,9% dos proprietários não buscaram recursos em intermediários financeiros para manutenção de seus negócios. Paralelamente a isto, 58,8% receberam auxílio governamental ou assistência financeira, destacando a importância das medidas de suporte. Entretanto, 41,2% dos proprietários testificaram que não receberam nenhum tipo de auxílio governamental (Ver gráfico 3).

As complexas decisões financeiras dos empresários destacam a necessidade de compreender os desafios locais em um cenário econômico desafiador.

Gráfico 3 - Auxílio financeiro recorrido pelos proprietários das hamburguerias de Capanema-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A adaptação dos empreendimentos perante a pandemia foi variada, com 70,6% dos empreendedores indicando que realizaram ajustes apenas no necessário, 11,8% implementaram adaptações de forma significativa, 11,8% responderam que não sentiram necessidade de realizar adaptações e 5,8% realizaram adaptações em pequena medida (Ver tabela 6).

Essa abordagem indica uma resposta pragmática dos empreendedores, focando em mudanças essenciais para garantir a continuidade operacional, revelando uma gestão sensível, capaz de discernir prioridades cruciais diante da incerteza econômica na área de estudo. Além disso, com o aumento da comunicação digital, as empresas precisavam se reinventar, na tentativa de amenizar as dificuldades financeiras no período de crise, destacando como aumento no *drive thru* e no *delivery* (Melo Neto, 2021).

Tabela 6 - Medida em que os negócios se adaptaram frente a pandemia da COVID-19.

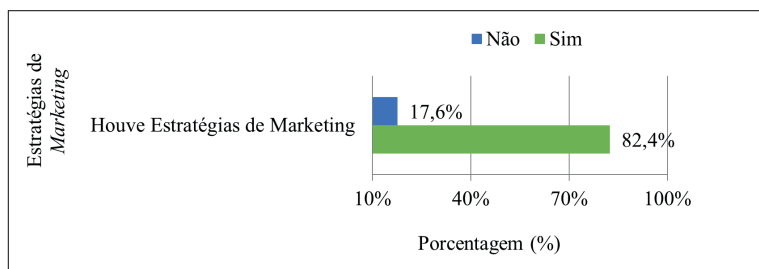
Nível de adaptação	Percentual (%)
De forma significativa	11,8%
Somente o necessário	70,6%
Em pequena medida	5,8%
Não houve a necessidade de realizar adaptações	11,8%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nesse sentido, a mudança nos preços dos lanches para se adequar à situação econômica (64,7%) também é responsável por destacar certa sensibilidade dos empreendedores às condições financeiras dos consumidores. Quanto à frequência de serviços presenciais com as medidas de segurança adequadas, 35,3% declararam incerteza, enquanto 17,6% mantiveram-se altos e 23,5% na média. Houve também uma ampla adoção de estratégias alternativas de *marketing* (82,4%) (Ver gráfico 4).

A adoção maciça de estratégias alternativas de *marketing* pelos empreendedores demonstra uma agilidade e criatividade na busca de atrair e manter clientes. Essa movimentação reflete uma adaptação às novas demandas do mercado, onde a visibilidade e o engajamento *online* se tornaram essenciais.

Gráfico 4 - Estratégias de *marketing* adotadas frente a pandemia de COVID-19.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Quanto a impactos a longo prazo, 52,9% os proprietários de hamburguerias acreditam que a pandemia resultou em mudanças permanentes nos hábitos de consumo de lanches, 17,9% afirmaram que não houve mudanças e 29,4% julgaram que talvez isto ocorreu em período de pandemia (Ver tabela 7).

Para Modesto, Silva e Ruiz (2022), os hábitos alimentares da maioria da população brasileira avaliada, em período de pandemia, passaram por alterações, algumas com aspectos positivos e outras com aspectos negativos. Verificou-se que ocorreram mudanças nos hábitos alimentares da população durante a pandemia, sendo mais evidente o aumento no consumo de alimentos industrializados e refeições preparadas em suas próprias residências.

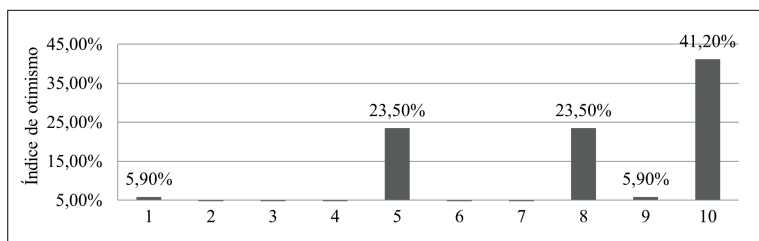
Tabela 7 - Percepção dos proprietários das hamburguerias sobre mudanças nos hábitos de consumo no período de pandemia.

Mudança de hábitos	Percentual (%)
Sim	52,9%
Não	17,9%
Talvez	29,4%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A continuidade de práticas adotadas durante a pandemia, como o uso contínuo de entregas (64,7%), indica uma transformação duradoura nos modelos de negócios. O otimismo em relação ao futuro é variado, com 41,2% expressando alta confiança (pontuação 10), enquanto outros apresentam níveis diversos de incerteza (Ver gráfico 5).

Gráfico 5 - Índice de otimismo para com o futuro dos negócios segundo os proprietários de hamburguerias de Capanema-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

A persistência nas práticas adotadas durante a pandemia, como o uso frequente de serviços de entrega, indica uma transformação nos negócios locais. A variedade de perspectivas e expectativas destaca a complexidade do cenário pós-pandemia para as hamburguerias locais, apresentando desafios e oportunidades que exigirão estratégias flexíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 foi um marco histórico que causou diversos impactos em vários setores econômicos e um deles foi no ramo dos micros e pequenos empreendedores de hamburguerias do município de Capanema. Pode-se concluir com os resultados obtidos da pesquisa que em período pandêmico, em que as pessoas tiveram que entrar em confinamento, muitos estabelecimentos correram o risco de falência, pois tiveram que suspender suas atividades. Observou-se, ainda, que uma das dificuldades enfrentadas durante o referido período foi manter o salário dos funcionários, tendo como consequência, a redução do quadro de empregados.

Mediante a atual situação dos estabelecimentos, foi necessário se reinventar ao momento no qual o mundo se encontrava, seja com estratégias de *marketing*, para chamar atenção dos clientes, ou adotar as novas medidas de segurança que o ministério da saúde havia estabelecido, por exemplo, uso obrigatório do álcool em gel e máscara. Outra estratégia foi recorrer a recurso de empréstimo financeiro na tentativa de manter seu negócio funcionando.

Com a pandemia alterou-se a forma com que os proprietários estavam adquirindo os ingredientes e/ou insumos, consequentemente houve alteração

no preço dos lanches para se adequar à nova condição financeira dos consumidores. No período de pandemia, houve um aumento significativo no consumo de lanches, como as pessoas tinham que ficar em casa, uma das estratégias foi ofertar serviço de *delivery*.

Os estabelecimentos apresentaram grandes mudanças, estruturadas de forma estratégicas nos mais variados setores sistemáticos de seus empreendimentos, a fim de amenizar o prejuízo durante um período ocasional extremo como a pandemia, desde produção e reajuste de prioridades até o funcionamento sistemático.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, E. B. **Empreendedor Corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 256p.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

BRASIL. Decreto n.º 6 de 20 de mar. de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Brasília, DF: Governo Federal, 2020.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 288p.

DRUM, D. D. M.; GUERREIRO, J.; ARAUJO, R. A Necessidade do Estudo do Empreendedorismo no Ensino Médio. A Necessidade do Estudo do Empreendedorismo no Ensino Médio. 4ª ed. Ponta Grossa-Paraná: **Atena**, 2019, v. 4, p. 01-375.

FARIA, F. M. **O impacto da pandemia de COVID-19 em relação ao setor empregatício no comércio de alimentos**. 2021. Orientador: Carlos Alberto Ribas. 2021. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia de Alimentos, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Londrina, 2003.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FERREIRA C. Pandemia piorou alimentação de crianças e adolescentes, alertam debatedores. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 05 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/781669-pandemia-piorou-alimentacao-de-criancas-e#:~:text=Em%2061%25%20delas%2C%20aumentou%20o,n%C3%A3o%20houver%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20urgentes>. Acesso em 16 de set. de 2023.

FGV-Fundação Getúlio Vargas. O “Boom” das plataformas de *Delivery* no Brasil e suas consequências peculiares. **Portal**, Rio de Janeiro 13 de abr. de 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/boom-plataformas-delivery-brasil-e-suasconsequencias-peculiares>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

HISRICH, R.D.; PETERS, M.P.; SHEPHARD, D.A. **Empreendedorismo**. 9. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2014a. 455.

IBGE. Cidades, Pará, Capanema. Panorama. **IBGE Cidades**, Capanema, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em 12 de set. de 2023.

IBGE. Seis em cada dez empresas percebem efeito negativo da Covid-19 nos negócios. **Agência de notícias-IBGE**, [S.l.], 30 de jul. de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/28403-seis-em-cada-dez-empresas-perceberam-efeito-negativo-dacovid-19-nos-negocios>. Acesso em: 15 de ago. de 2023.

IBGE. Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2019: saldo entre empresas abertas e fechadas foi positivo após cinco anos. **Agência de Notícias - IBGE**, [S.l.], 22 de out. de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31949-demografia-das-empresas-eempreendedorismo-2019-saldo-entre-empresas-abertas-e-fechadas-foi-positivo-aposcinco-anos>. Acesso em: 4 de set. de 2023.

IBGE. Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%. **Agência de Notícias - IBGE**, [S.l.], 04 de nov. de 2022. Disponível em: [noticias/2020-noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3#:~:text=Em%202020%2C%20quando%20a%20pandemia,fam%C3%ADlias%20\(%2D4%2C5%25\)](https://noticias/2020-noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3#:~:text=Em%202020%2C%20quando%20a%20pandemia,fam%C3%ADlias%20(%2D4%2C5%25)). Acesso em: 25 jul, de 2023.

IESB-Centro Universitário IESB. Empreendedorismo no Brasil cresce em meio à pandemia. **iesb.br** | Centro Universitário IESB, [S. l.], 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.iesb.br/noticias/empreendedorismo-no-brasil-cresce-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 25 de set. de 2023.

JOHNSON, K. D. **A Mente do Empreendedor**. 1. ed. São Paulo: Astral Cultural, 2003. 288p. p.10.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo Atlas, 2019.

LIMA, E. Estudo mostra eficiência do isolamento social contra o novo coronavírus. **UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/11078/#:~:text=Desde%20mar%C3%A7o%2C%20ele%20faz%20levantamentos,%C3%B3bitos%20por%20milh%C3%A3o%20de%20habitantes>. Acesso em: 5 de ago. de 2023.

MACHADO, L. M. **Legado de uma pandemia**. Rio de Janeiro: Autografia Editora, 2021a. 342p.

MELO NETO, Francisco Vieira de. **Criatividade, inovação e tecnologia: adaptações dos negócios em meio à pandemia da Covid-19**. 2021. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em ciências econômicas) universidade Federal Rural de Pernambuco, Caruaru, 2021.

MODESTO, L. da. S; SILVA, I. C. P. da.; RUIZ, S. P. Efeito da pandemia COVID-19 nos hábitos alimentares. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 1191-1201, set./dez. 2022.

MONTEIRO, Jatniel Ramos, *et al.* Caracterização dos impactos socioeconômicos provocados pela pandemia de Covid-19 nos serviços de alimentação do município de Salvaterra, ilha do Marajó, estado do Pará (Paper 548). **Papers do NAEA**, 2022, vol. 1, no 1.

MUSSALEM, M. B. **Empreendedorismo e inovação como resposta à pandemia da covid-19: estudo de caso uma empresa de base tecnológica**. 2021. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

KRÜGER, C.; RAMOS, L. F. Comportamento empreendedor, a partir de características comportamentais e da intenção empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 4, p. 528-555, 2020.

OMS-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. PANDEMIA de doenças por coronavírus (COVID-19). Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em 5 de out. de 2023.

OPAS/OMS-Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. **OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 5 set, 2023.

POZZEBOM, E. R. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. **Senado Notícias**, Brasília, 30 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelocongresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

RADWAN, A.; RADWAN, E.; RADWAN, W. Eating habits among primary and secondary school students in the Gaza Strip, Palestine: A cross-sectional study during the COVID-19 pandemic. **Appetite**, v. 163, p. 105222, 2021.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferença de Bragança, Capanema e Castanhal**. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia/FCT/UNESP, 2017. (Tese de Doutorado).

SALDANHA, D. S.; VASCONCELOS FILHO, J. M. Interpretação geográfica da trajetória da pandemia da Covid-19 no território brasileiro. **Geopauta**, v. 7, p. e13363-e13363, 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Formalização do MEI pode ser alternativa diante da crise da Covid-19. **Portal SEBRAE - SEBRAE**, [S. l.], 09 de set. de 2022. Disponível em: <https://SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/formalizacao-do-mei-pode-seralternativa-diante-da-crise-da-covid-19,f61ecc3cf7402710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 4 de set. de 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Aproveite a experiência para empreender na terceira idade. 2022. Disponível em: <https://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/aproveite-a-experiencia-para-empreender-na-terceira-idade,4a8a8b88ba73e410VgnVCM100003b74010aRCRD>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Mas afinal, o que é empreendedorismo? **SEBRAE Santa Catarina**, Santa Catarina, 29 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.SEBRAE-sc.com.br/blog/o-que-eempreendedorismo>. Acesso em: 20 de set, 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Qual é o seu perfil empreendedor? **Portal SEBRAE - SEBRAE**, [S. l.], 12 de jul. de 2022. Disponível em: <https://SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/qual-e-o-seu-perfilempreendedor,12a8c4fe46ad1810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Impactos e tendências da COVID-19 nos pequenos negócios. **Portal SEBRAE - SEBRAE**, São Paulo, 3. ed. 09 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Imagens%20SEBRAENA/boletim_d_e_impactos_da_covid_3a_edicao.pdf. Acesso em: 17 de set. 2023.

SETTI, I. B. **Impactos da COVID-19 no funcionamento de serviços de alimentação dos municípios de Itabirito, Mariana e Ouro Preto (MG)**. 2022. 62 f. Monografia (Graduação em Nutrição) - Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

STEVENSON, Howard. **As seis dimensões da capacidade empreendedora**. In: BYRLEI, Sue; MUZIKA, Daniel. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Makron Books, 2004.

SCHRAIBER, F. C.; DE MELO, F. P.; FRANZONI, A. M. B. A contribuição da gestão do conhecimento para o intraempreendedorismo em tempos de pandemia. **Revista Uniaraguaia**, p. 53-69, 2023.

VALENCIANO SENTANIN, L. H; BARBOZA, R. J. Conceitos de Empreendedorismo. **Revista Científica Eletrônica de Administração - ISSN**, Garça, vol. 1, pág. 1-9, dez. de 2005.

QUINTAL PRODUTIVO: UM ESTUDO DE CASO NA PROPRIEDADE MODELO DA EMATER, MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PA

Cyndi Laiane Teles de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Francisco Fernando Monteiro dos Passos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Zara Gabrielle Belo da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar, a partir de estudo de caso, a relação entre técnico agrícola e agricultor familiar, explorando as perspectivas de ambos sobre a implementação do sistema de quintais produtivos. A metodologia aplicada nesta pesquisa segue as diretrizes estabelecidas por Yin (2001). A coleta de dados envolveu a utilização de entrevista e observações em campo, com o propósito de aprofundar a compreensão do contexto subjacente às respostas dos participantes. A análise das respostas foi feita de maneira cuidadosa, ética e embasada na literatura referenciada, de modo que foi possível observar discrepâncias entre teoria e prática, nas perspectivas apresentadas pelos entrevistados, em diversos aspectos investigados, como quando questionados sobre quais culturas com melhor retorno econômico, manejo de pragas e doenças e principais dificuldades enfrentadas na implantação de um quintal produtivo. Diante desse cenário, ficou evidente que uma abordagem de assistência técnica baseada no diálogo é essencial e o alinhamento das expectativas e ações entre técnicos e produtores rurais se torna fundamental para superar os desafios e promover práticas sustentáveis nos quintais produtivos.

Palavras-chave: agricultura familiar; extensão; saberes; agroecologia.

INTRODUÇÃO

O quintal produtivo é um modelo de cultivo em áreas reduzidas, geralmente localizado ao redor da residência ou próximo do agricultor. Neste sistema, há a interação de diversas espécies vegetais, sendo possível cultivar hortaliças, frutíferas e criações de pequenos animais, como galinhas, patos, abelhas, dentre outros (Pedrosa, 2016). Além disso, os produtos oriundos da atividade agrícola podem ser comercializados em municípios próximos, sendo distribuídos em mercados, feiras de produtores rurais e supermercados. De Paula (2013) acrescenta que estes produtos também podem ser comercializados, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nessa linha, a maioria dos quintais produtivos contam com a presença de mão de obra familiar, principalmente, a feminina. As mulheres aplicam os saberes tradicionais no manejo agrícola, assim como o conhecimento a respeito de plantas medicinais, técnicas e insumos, potencializando, assim, a manutenção da cultura local e da agroecologia (Rosa *et al.*, 2007; Leal *et al.*, 2020).

Apesar do reconhecimento da importância do quintal produtivo e da agricultura familiar, que apresentam dinâmicas e características distintas, em comparação à agricultura não familiar, como a gestão compartilhada da propriedade pela família e a atividade agropecuária como principal fonte de renda (Brito, 2016). É evidente a escassez de apoio oferecido pelo poder público aos agricultores para que possam conduzir as suas atividades, de forma mais assistida. Além da deficiência técnica, o número de técnicos por cada instituição de assistência é muito pequeno em relação ao número de agricultores a serem beneficiados, para uma melhor orientação individualizada. Segundo o levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cerca de 3,9 milhões de propriedades de agricultura familiar no Brasil, representando cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas (IBGE, 2017).

Os escritórios locais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), geralmente contam com dois a três técnicos por área, podendo chegar a abranger mais de 5 mil agricultores, prejudicando a assistência individualizada. Outro ponto relacionado a essa problemática está inserido na visão desse profissional em relação ao agricultor. Segundo Paulo Freire (2006), o técnico muitas vezes

menospreza a capacidade de reflexão do agricultor, tratando-o como alguém ignorante e tentando fazê-lo apenas seguir passivamente as instruções.

Há, inclusive, aqueles que, movidos pela urgência do tempo, dizem claramente que "é preciso que se façam 'depósitos' dos conhecimentos técnicos nos camponeses, já que assim, mais rapidamente, serão capazes de substituir seus comportamentos empíricos pelas técnicas apropriadas" (Freire, 2006, p.45).

Sobre as diferenças entre o conceito de agricultura familiar e o campesinato, Fernandes (2014) afirma que houve uma substituição deste último, nas políticas de desenvolvimento rural, em quase toda a América Latina. No Brasil, a partir da década de 1990, o conceito de "agricultura familiar" surge como algo moderno, em oposição ao "campesinato" atrasado, integrado ao capitalismo agrário. Entretanto, para os movimentos sociais ligados à Via Campesina, o conceito "camponês" é usado como forma de resistência, podendo ser visto, "agricultura familiar camponesa" ou termos regionais.

Considerados esses fatores, o objetivo deste estudo de caso foi analisar a relação cognitiva entre o técnico e o agricultor familiar, bem como explorar as perspectivas de ambos em relação à implantação de um quintal produtivo no município de Capanema-PA.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar e o quintal produtivo

Na região amazônica, a ocupação e o uso da terra devem ser compreendidos a partir de sua diversidade étnica e social, como também, por meio das políticas governamentais de desenvolvimento, em diferentes períodos, que contribuíram com o fluxo migratório para a região, influenciaram na exploração dos recursos e na transformação da paisagem natural (Loureiro, 2002).

De acordo com Lacerda (2010), o processo de colonização da mesorregião do Nordeste Paraense ocorreu de forma expressiva na virada do século XIX para o XX, com a chegada de diversas famílias de migrantes nordestinos durante a implantação da "Estrada de Ferro de Bragança", estimulados pelo poder público que via na derrubada da floresta e na formação de núcleos coloniais, parte do

progresso e da necessidade de se desenvolver atividades agrícolas para atender o abastecimento da cidade de Belém.

Entretanto, sem o apoio do Estado, para além da distribuição das terras e incentivos limitados, parte dos agricultores naquele período, a princípio, encontraram dificuldades em obter uma produção expressiva, mas “a preocupação do colono em manter em seu lote agrícola elementos como galinhas, jardins, árvores frutíferas e água próxima às casas”, sugere um interesse em fixar na terra, e também garantir a sua subsistência, não sendo percebido pelo poder público a importância da pequena produção, que justificasse os investimentos feitos, que objetivava a produção em larga escala (Lacerda, 2010).

Para a implementação do quintal produtivo, é imprescindível a orientação e capacitação do agricultor familiar. Nesse sentido, até o início da década de 1990, não havia nenhuma política pública, a nível nacional, para atender as especificidades da agricultura familiar no acesso à assistência técnica e linhas de crédito. Foi somente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), após diversas reivindicações dos movimentos sociais rurais, na década de 1980, que o termo “agricultura familiar” passa a ser utilizado para se referir a uma categoria, antes denominados “pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência” (Schneider, 2020).

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (variando conforme o município e as distâncias entre as zonas rural e urbana), a preponderância no uso da mão de obra familiar sobre a contratada, assim como a base de sustentação da renda seja oriunda das atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento (Brasil, 2006; Peixoto, 2008).

Mediante a crescente necessidade em adotar sistemas produtivos sustentáveis e que garantam a segurança alimentar, o quintal produtivo é apresentado como uma alternativa a nível local, para suprir as carências socioeconômicas no campo, apresentando algumas das características essenciais dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), como o menor impacto no uso da terra, aproximando-se ao ecossistema natural, reunindo em uma mesma área diversas espécies vegetais e de animais, de acordo com o desejo da família (Dubois, 1996).

Assistência técnica especializada

Em 11 de janeiro de 2010, foi instituído, através da Lei nº 12.188/2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRO-NATER, estabelecendo as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País (Brasil, 2010).

Nessa reformulação, objetivou-se atender os agricultores familiares, com o intuito de garantir o acesso aos serviços de ATER, com enfoque preferencial na adoção dos princípios da agroecologia, para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, na adoção da metodologia participativa, multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, que promova a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, como também, na contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (Brasil, 2010).

Segundo Caporal (2006), os princípios norteadores estabelecidos na PNATER (Brasil, 2004) "supõe uma mudança de rumos com respeito às práticas difusionistas, que marcaram a história da extensão rural convencional".

De acordo com Peixoto (2008), sobre os métodos tradicionais de ATER, atualmente, a extensão rural ainda "faz uso de métodos pedagógicos construídos e consagrados ao longo do tempo" e compreendidos de acordo com o número de produtores atendidos, sejam estes:

1. Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural); **2. Grupais:** reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa; **3. De massa:** exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha.

Paulo Freire (1982) foi crítico da metodologia difusionista, no qual o conhecimento é transmitido de forma impositiva e unidirecional e defendeu, como alternativa, o modelo dialógico, baseado na troca de conhecimentos entre o técnico e o produtor rural.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

O estudo foi conduzido a campo, em uma propriedade localizada na Sexta Travessa do município de Capanema, no estado do Pará. A propriedade é privada e destinada à agricultura familiar, abrangendo o cultivo de diversas culturas, como o feijão e o açaí, duas culturas importantes para a segurança alimentar da população local. A agricultura familiar é essencial na região, pois contribui para a produção de alimentos e autoconsumo das famílias envolvidas. O cultivo do feijão, por exemplo, é essencial para a dieta local, devido ao seu valor nutritivo e à sua adaptação ao clima de região, que é do tipo Am (tropical úmido), segundo a classificação de Koeppen (1948). Além disso, o manejo sustentável do açaí é importante para a preservação da biodiversidade amazônica e desenvolvimento sustentável (FAO, 2016). Dessa forma, a propriedade estudada exemplifica a importância da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e na sustentabilidade econômica e ambiental da região.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem caráter qualitativo, que, segundo Matias (2010), é um método que está baseado em tratar a relação entre a teoria e a realidade dos fatos, não sendo necessário análise estatística, mas sim uma análise minuciosa das falas e do ambiente estudado. Segundo Leitão (2021), a entrevista é um forte aliado a metodologia da pesquisa qualitativa. Dessa forma, a coleta de dados foi feita por meio do uso de entrevista síncrona e individual, de modo a conseguir entender o contexto por trás das respostas dadas.

A metodologia do trabalho segue as orientações de Yin (2001), contemplando pontos considerados indispensáveis para realizar um bom estudo de caso, como a capacidade de fazer boas perguntas, saber ouvir, ausência de viés e preconceitos, entre outros, que mostram a complexidade da execução de um estudo de caso. A técnica de observação das expressões, emoções, humor e coisas ditas nas entrelinhas das falas dos entrevistados, foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Os dados foram coletados em dois momentos e situações diferentes, sendo que o primeiro momento ocorreu no dia 30 de agosto de 2023, no qual o questionário foi aplicado a um técnico da EMATER, com vasta experiência na área de Quintais produtivos, na sede da instituição no município de Capanema, no estado do Pará (Figura 1A). Já o segundo momento ocorreu no dia 12 de setembro de 2023, sendo o questionário aplicado a um agricultor familiar que trabalha com quintal produtivo, em sua propriedade, no Km 06, no município de Capanema-Pa (Figura 1B).

Para a análise dos dados, foi feita a avaliação do conteúdo geral, de forma cuidadosa, a fim de retirar o máximo de resultados possíveis, de maneira ética, coerente e não tendenciosa.

Figura 1 - Registro da entrevista com o técnico da Emater (A) e produtor rural (B).



Fonte: Os autores (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização de um modelo de quintal produtivo apresentado pelo técnico EMATER deve dispor de uma diversidade de culturas, de 7 a 21 culturas e/ou atividades escolhidas pelos agricultores familiares, que também podem incluir a criação de peixes e camarões e melíponas, em uma área com dimensões de 10m x 10m até 100m x 100m. Entretanto, o técnico enfatizou que áreas de grandes dimensões exigem maior tempo e número de pessoas da família para o seu manejo, mas que o ideal seria de 55x55m (uma tarefa), pois atende a todos os cultivos necessários.

Com relação à unidade demonstrativa de quintal produtivo, observou-se que a área utilizada pelo produtor possui a medida de 70x30m, totalizando 2100 m². Mesmo sendo menor do que as dimensões consideradas ideais pelo técnico, o mesmo afirmou que a produção atende suas necessidades de consumo e venda. Sobre a mão de obra na propriedade modelo, o manejo do quintal é feito na maior parte pelo produtor e sua esposa, que, segundo ele, está sendo treinada para auxiliar na extração de mel, também contando com a ajuda de familiares que residem nas proximidades, diferente do que é observado em outros trabalhos, nos quais a mão de obra feminina tem maior participação nas atividades dos quintais (Vieira, 2006; Rosa *et al.*, 2007).

De acordo com o técnico, o manejo e o custo inicial de implantação do quintal sofrem influência de diversos fatores, os quais devem ser avaliados no momento da instalação que inclui a demarcação do local e o seu acesso, que deve ser preferencialmente próximo à casa, utiliza a expressão popular: "*O porco engorda com o olho do dono*".

Também destacou a importância de verificar as condições dos solos, principalmente, suas capacidades químicas e físicas, tendo em vista que os solos amazônicos são classificados como solos ácidos, com baixa fertilidade química (Gama, 2007).

Sendo fatores que elevam o custo inicial de instalação do quintal, somados a variantes como aquisição das ferramentas mínimas necessárias, o preço das mudas e sua facilidade em multiplicá-las, a implantação de um sistema de irrigação, que se faz necessário para irrigar no período de estiagem da região e a própria segurança do local, para prevenir furtos e invasão de animais criados no próprio quintal que venham a causar danos e prejuízos ao agricultor familiar.

Em relação às ferramentas necessárias para iniciar o sistema, o técnico destacou que, ao iniciar, deve-se ao menos possuir insumos básicos, como facão, enxada, canivete de enxertia e entre outros, não necessitando a aquisição de máquinas agrícolas para o preparo de solo, em virtude do tamanho da área. O agricultor familiar respondeu de forma semelhante, relatando já possuir ferramentas básicas necessárias para o trabalho com alguns cultivos. Contudo, ele identificou a necessidade de adquirir um carrinho de mão e uma roçadeira para melhorar o manejo do quintal produtivo. A aquisição de um carrinho de mão é essencial para facilitar o transporte de materiais e colheitas, aumentando

a eficiência do trabalho e reduzindo o esforço físico (IFAD, 2024). Já a roçadeira é fundamental para a manutenção do terreno, reduzindo a incidência de plantas invasoras e melhorando a condição para o pleno crescimento das culturas (IFAD, 2020). Essas ferramentas são frequentes destacadas como investimentos valiosos que podem aumentar a produtividade e sustentabilidade das pequenas propriedades agrícolas (Ulrich, 2013).

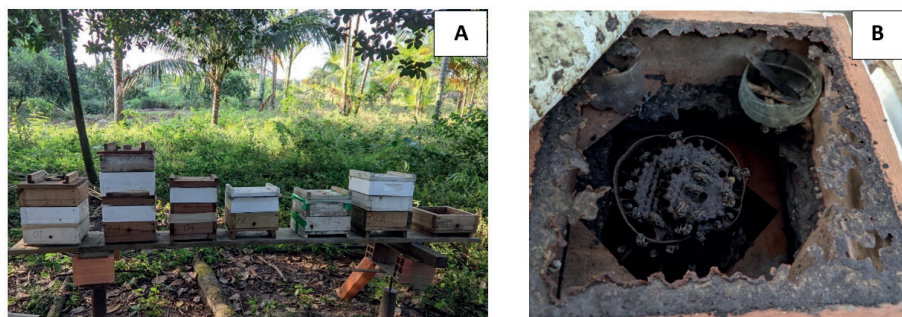
Além disso, o técnico enfatizou a importância de obter novos conhecimentos, por meio de cursos, antes da implantação desse sistema, principalmente nas áreas de habilidades técnicas, como enxertia, adubação, construção de viveiro e produção de mudas, tendo em vista que os agricultores familiares, de forma geral, possuem o conhecimento empírico na execução do processo de cultivo, mas o conhecimento teórico é essencial para viabilização da produção (Cartoni, 2010).

Na visão do agricultor familiar, sobre a necessidade de manejo para realizar a implantação do quintal produtivo, o mesmo informou que, por já ser uma área que realizava o cultivo, foram necessárias apenas etapas como gradagem, calagem, demarcação e alinhamento da área para realização das covas e determinação das culturas com o espaçamento recomendado. As mudas foram produzidas com o auxílio da EMATER, como abacaxi, maniva, açaí, abacate, biribá, urucum, cupuaçu, entre outras, e culturas como citros, trazidas do município de Capitão Poço-PA.

Segundo um técnico agrícola, as demandas do mercado local indicam que culturas frutíferas, como abacaxi, açaí, banana, mamão, cupuaçu, maracujá e frutas cítricas, além de hortaliças, oferecem bons retornos econômicos e alta produtividade. Por outro lado, o agricultor familiar destacou que apenas os citrinos e o mel são financeiramente viáveis, devido ao ciclo de produção mais rápido dessas culturas. Essa diferença de percepção entre técnicos e agricultores evidencia a importância da adaptação das práticas agrícolas às especificidades locais e aos ciclos de cultivo (Souza *et al.*, 2022; Oliveira, 2021).

Em observação feita pelos entrevistadores, foi possível verificar nas falas e ações do produtor, um maior entusiasmo, apego e afinidade com a meliponicultura, que consiste na criação de abelhas sem ferrão (Figura 2). Segundo o técnico da EMATER, as culturas devem ser escolhidas de acordo com as necessidades da família e a demanda do mercado, mediante isso, o agricultor familiar comentou que deixou de produzir hortaliças para se dedicar à produção de mel.

Figura 2 - Disposição das caixas de abelhas (A) e interior de uma caixa de abelha (B).

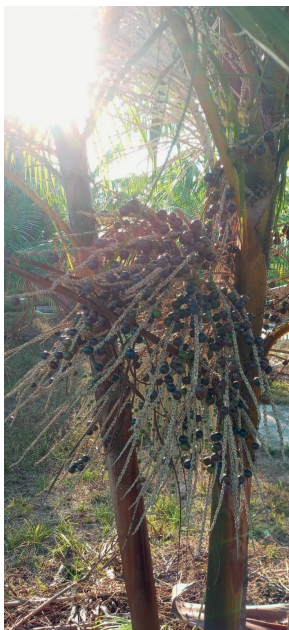


Fonte: Os autores (2023).

Em relação ao desempenho financeiro, observou-se uma divergência entre as respostas. O agricultor familiar relatou um retorno monetário de aproximadamente 40%, embora não saiba fornecer valores exatos devido à falta de controle financeiro na propriedade. Em contrapartida, o técnico afirmou que o retorno monetário das atividades realizadas no quintal produtivo gira em torno de um salário-mínimo. Essa discrepância destaca a importância da gestão financeira na agricultura familiar para uma avaliação precisa dos rendimentos (Fernandes, 2020; Silva, 2019).

Outro ponto levantado na entrevista, diz respeito ao custo de aquisição de um sistema de irrigação. O técnico informou que para um local de produção com área de 55x55 metros, seria necessário um investimento médio de R\$ 5.000,00, pois é indispensável adquirir equipamentos como bomba e tubulações. Já na perspectiva do agricultor familiar, utilizar um sistema de irrigação nesse modelo de produção é caracterizado como um ônus, reduzindo sua margem de lucro. No entanto, o agricultor familiar tem conhecimento sobre a importância do fornecimento de água para o desenvolvimento das culturas, o que o leva a irrigar manualmente sua área de cultivo de açaí, pois a mesma está em fase de frutificação (Figura 3).

Figura 3 - Cacho de açai em formação.



Fonte: Os autores (2023).

É sabido que, desde o início século XX, há uma preocupação com a saúde dos produtores de alimentos, em virtude do uso de agrotóxicos. Mas somente a partir do início do século XXI a agricultura orgânica ganhou notoriedade, com a intensificação dos debates sobre a mesma (Vogt, 2007). No que tange ao uso de agrotóxicos, quando questionado sobre o manejo de pragas e doenças no quintal, houve uma certa divergência entre a fala do técnico e do produtor, pois o técnico afirmou com total convicção que apenas são usadas receitas caseiras para o controle das pragas, sendo comum a aplicação de uma mistura composta por detergente neutro, água e óleo vegetal. Já o agricultor familiar disse que, devido à alta incidência de pragas como o pulgão (Figura 4), é necessário utilizar tanto receitas caseiras, quanto agrotóxicos. Desse modo, notou-se uma diferença entre a teoria e a prática, pois, na teoria, há uma idealização de um sistema de produção orgânico, porém, na prática, o sistema de produção orgânico tem alta complexidade, sendo necessário uma grande “bagagem” de conhecimentos sobre agricultura e mercado.

Figura 4 - Área de plantio de feijão caupi (*Vigna unguiculata*) com incidência de pulgões.



Fonte: Os autores (2023).

Em relação à forma de comercialização dos alimentos produzidos, o técnico foi bastante sucinto em sua resposta, sem se aprofundar nos detalhes, dizendo: *“Em qualquer lugar vende! Pode ser entre vizinhos, de porta em porta ou na feira”*. O agricultor familiar relatou que suas vendas são feitas exclusivamente na feira municipal de Capanema-PA, onde o mesmo possui uma banca. Em estudo desenvolvido por Deimling *et al.* (2015), trabalhando com as relações de comercialização da produção da agricultura familiar, observou que 13% dos entrevistados realizam suas vendas em cooperativas e feiras municipais, desconhecendo outras formas de comercialização dos seus produtos.

Foi possível observar, ainda, um desconhecimento por parte do técnico, no que tange às dificuldades de comercialização enfrentadas pelo agricultor familiar, o que mostra a falta do estabelecimento do diálogo mútuo entre os mesmos.

No tocante às dificuldades de iniciar um quintal produtivo, houve discrepância entre as respostas obtidas, pois o técnico relatou que as principais dificuldades iniciais estão relacionadas a falta de informações e conhecimentos sobre o modelo de produção, por parte dos produtores, além da disponibilidade de água para implantação de um sistema de irrigação. Já sobre o olhar prático do agricultor familiar, foi relatado que a principal dificuldade para iniciar na atividade é a questão financeira, pois exige certo investimento inicial, uma vez que há necessidade de adquirir ferramentas e insumos.

O agricultor familiar também relatou que não mais consegue ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em virtude de intercorrências na escrituração do terreno, ficando cada dia mais difícil investir no sistema de produção. Para Guedes (2017), as regiões Norte e Nordeste do Brasil são as que possuem menor universalização de crédito. Além disso, todo o processo burocrático de concessão do crédito, é bastante demorado, oneroso e cansativo para o agricultor familiar, pois sempre aparece alguma pendência/imperfeição, fazendo com que o agricultor se canse e acabe desistindo do crédito (Alcântara *et al.*, 2012).

CONCLUSÃO

Observando os resultados da pesquisa, foi possível verificar divergências entre as respostas fornecidas pelo técnico e pelo agricultor familiar, em grande parte dos questionamentos, ficando evidente que a teoria e a prática referente a quintais produtivos, destoam entre si. Dessa forma, a assistência técnica baseada na dialógica proposta por Paulo Freire, em seu livro “Extensão ou comunicação?”, é um caminho para conhecer as realidades enfrentadas pelos produtores rurais, podendo assim melhorar a qualidade dos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. C. et. al. Considerações sobre a Assimetria de Informação no PRONAF: um estudo de oito famílias do município de Rio Paranaíba/MG. Revista ADMpg Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 5, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional- G&DR-v. 13, n.3, p.200-222, set-dez/2017, Taubaté, SP, Brasil-218n. 1, p.105-113, 2012. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2012/Artigos/12%20Publica.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

Belik, Walter. “Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil” *Saúde E Sociedade*, vol. 12, n. 1, junho de 2003, pp. 12-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-12902003000100004>>. Acesso em 2 outubro de 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades auto-sustentáveis. *Agricultura Tropical*, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000

CARTONI, D. M. Ciência e Conhecimento Científico. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, v. 3, n. 5, p. 9-34, 2010.

BRITO, Adolfo. O que é a agricultura familiar. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). 2016. Disponível em < <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454156/>> Acessado em 01 de junho de 2024.

DEIMLING, Moacir Francisco *et al.* Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. *Interciência*, v. 40, n. 7, p. 440-447, 2015.

DE PAULA RIBEIRO, Ana Lúcia; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

DUBOIS, J. C. L. Manual agroflorestal para a Amazônia. Rio de Janeiro, Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAF/ Fundação Ford, v. 1, 1996.

Fernandes, A. Gestão Financeira na Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Editora Rural, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO F, Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA A, Pilar. ed. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* / 1.ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

FALL, P.L. FALCONER, S.E. LINES, L. Agricultural intensification and the secondary products revolution along the Jordan Rift. *Human Ecology*, v.30, n.4, pg. 445, 2002.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 12a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 46p.

GAMA, J. R. F. N. *et al.* Solos do estado do Pará. Recomendações de adubação e calagem para o estado do Pará. Belém, Embrapa Amazônia Oriental, p. 19-29, 2007.

GUEDES, Alexandre Augusto Alves; DE CARVALHO, Daniela Moreira. Dificuldades e gargalos de acesso ao PRONAF bem Garanhuns-PE. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 13, n. 3, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. Five reasons IFAD is putting small-scale farmers at the forefront of food systems transformation. Disponível em: <<https://www.ifad.org/en/web/latest/-/story/five-reasons-ifad-is-putting-small-scale-farmers-at-the-forefront-of-food-systems-transformation>>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. IFAD highlights the transformative power of innovation for small-scale farmers. Disponível em: <<https://www.ifad.org/en/web/latest/-/ifad-highlights-the-transformative-power-of-innovation-for-small-scale-farmers>>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

K. Yin, Robert. Estudo de caso: Planejamento e métodos. Rio de Janeiro, 2001. Cap.3.

LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916), Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise. Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem qualitativa de Pesquisa, v. 3, 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. São Paulo: Estudos Avançados. USP, 45, 2002. p. 107-109.

LEAL, Larissa *et al.* Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 7, n. 14, p. 31-54, 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. (2010). Manual de metodologia da pesquisa científica. 2ª. ed. São Paulo: Altas.

Oliveira, M. Culturas de Ciclo Curto: Vantagens e Desafios. Revista de Agricultura Familiar, v. 15, n. 3, p. 45-58, 2021.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. A importância dos quintais produtivos na economia familiar. Agroecol, Dourados, 2016. Disponível em: <<https://www.cpao.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF%27s/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Senado Federal: Textos para Discussão nº 48, 27 p., 2008.

ROSA, L. S. *et al.* Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 2, 2007.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. Revista Grifos, v. 30 n. 51 (2021). DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>.

Silva, R. Economia Rural e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa, 2019.

Souza, J. *et al.* Agricultura Familiar e Mercado: Desafios e Oportunidades. São Paulo: Editora Agrícola, 2022.

TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: 2006.

ULRICH, Catherine. Importance of Small-Scale Farmers. The Borgen Project, 15 jul. 2013. Disponível em: <<https://borgenproject.org/importance-of-small-scale-farmers/>>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

VIEIRA, T. A. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Igarapé-Açu, Pará: adoção, composição florística e gênero. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2006.

VOGT, G. (2007). The origins of organic farming. In W. Lockeretz (Ed.), *Organic farming: an international history* (pp. 9-29).

TRANSFORMAÇÕES ORIUNDAS DO AUMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI (PA)

Carla Gislaine Cavalcante Borges

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Eliza Silva Cardoso

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Dácio Mateus Targino Pinheiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Leonardo José Alexandre Ribeiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Antônio Kledson Leal Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o desenvolvimento da produção de açaí no município de Igarapé-Miri, a fim de compreender as condições e transformações que levaram o município a ser conhecido como a “Capital Mundial do Açaí”. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico acerca dos aspectos relacionados à produção, sustentabilidade e economia e suas influências no desenvolvimento do município. Como principais resultados, constatou-se que 95% do açaí produzido no Brasil advém do estado do Pará, com destaque para o município de Igarapé-Miri, o maior produtor mundial, com 400 mil toneladas produzidas em 2018, correspondendo a 28% da produção do estado. Um aspecto importante é a organização dos agricultores e das entidades locais, facilitando a comunicação e a realização de atividades coletivas. Como principais problemáticas ambientais verificados, especialmente nas várzeas, destacam-se o desmatamento e o monocultivo. Conclui-se que a evolução da produção de açaí acarretou em desenvolvimento para a população local. Contudo, diante dos resultados, tem-se que a produção atual de açaí segue um modelo capitalista, onde busca-se por maiores rendimentos financeiros, cuja prioridade parece estar acima da consciência ambiental.

Palavras-chave: Pará; açaí; desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

Nativo da região amazônica, o açaí é um fruto oriundo da palmeira *Euterpe oleracea* Mart., apresentando valores social, cultural e nutricional, além de potencial de comercialização regional e internacional (Ribeiro, 2019). O seu consumo na região norte do Brasil é de grande importância, especialmente no estado do Pará, no qual a demanda alimentar atende milhões de pessoas.

Um dos principais destinos do açaí é atender a demanda das famílias localizadas nas áreas urbanas. O fruto é produzido em áreas de várzea e/ou em áreas cultivadas, sendo escoados para os centros urbanos, locais onde são processados, separando a polpa dos caroços, para posterior comercialização junto ao consumidor final.

A exploração do açaí, por mais que seja benéfica e geradora de renda e emprego, tem uma potencialidade nociva, não observando questões do âmbito ambiental, cujo aumento da produção/exploração gera maior desperdício/acúmulo de resíduos sólidos e orgânicos, que, neste caso, é o caroço de açaí (Mendonça, 2019).

Corrêa *et al.* (2019) enfatizam que a cadeia produtiva do açaí gera toneladas de resíduos orgânicos agroindustriais, acarretando diversas pendências ambientais decorrentes do seu acúmulo e despejo em locais inadequados. Devido ao grande valor cultural, alto valor nutricional e grande potencial de comercialização regional e internacional, é essencial ter conhecimento da cadeia produtiva do fruto do açaí.

De acordo com a SEDAP, em 2017, o Estado do Pará produziu um volume anual de 1.273.000 toneladas de frutos em área plantada, tornando-se o maior produtor nacional de açaí, reforçando a importância social e econômica na Região Norte do Brasil, bem como do potencial de comercialização nacional e internacional desse fruto (Ribeiro, 2019).

Tendo em vista como a produção de açaí impacta na sociedade e no meio ambiente, faz-se necessário buscar ações que possam melhorar e mitigar qualquer dano que venha ocorrendo neste quadro, principalmente, por haver leis que designam os procedimentos cabíveis. Dito isto, o objetivo desse trabalho, foi compreender as condições e transformações que levaram o município de Igarapé-Miri a ser conhecido como a "Capital Mundial do Açaí". A pesquisa

se atentou aos aspectos relacionados à produção, sustentabilidade, economia e suas influências no desenvolvimento do município, além de analisar os impactos ambientais decorrente da produção e sugerir uma indicação de procedência do açaí.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, a fim de reunir trabalhos que discutam sobre a produção, sustentabilidade, economia e impactos ambientais da produção de açaí dos últimos anos no município. Para este levantamento, utilizaram-se as plataformas Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, para encontrar informações sobre o tema desejado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ

No âmbito do desenvolvimento, alguns estudos apontaram a produção de açaí como um forte vetor para o desenvolvimento regional. Silva e Amorim (2017) evidenciam que o município de Igarapé-Miri é conhecido como a “Capital Mundial do Açaí”, por ser o maior produtor e exportador desse fruto no mundo, onde, até hoje, produz e transporta açaí para vários lugares.

De acordo com o IBGE (2018), 95% do açaí produzido no Brasil advém do estado do Pará, com 1,4 milhão de toneladas. No estado (Figura 1), o município de Igarapé-Miri se destaca como o maior produtor mundial, com 400 mil toneladas produzidas, em 2018, correspondendo a 28% da produção do estado. Isso fez com que o mesmo movimentasse 3 bilhões de reais no ano.

Figura 1 - Produção de açaí no estado do Pará.



Fonte: EMBRAPA, com dados do IBGE, ano base de 2018.

Entretanto, o censo do IBGE apenas iniciou a constar as estatísticas da produção do açaizeiro cultivado e manejado em 2015. Na tabela 1, abaixo, nota-se a evolução de 2015 a 2020 da produção de açaí em toneladas no estado do Pará e no município de Igarapé Mir, acompanhado da sua devida porcentagem da produção do estado.

Tabela 1 - Série histórica da produção de açaí no município de Igarapé-Miri em relação ao Pará.

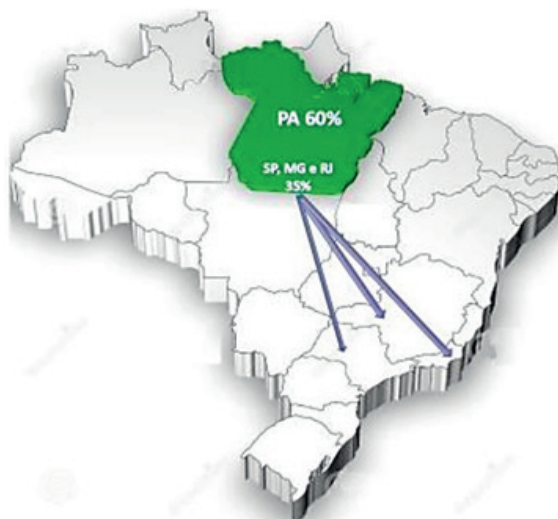
PRODUÇÃO ANUAL EM TONELADAS						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
■ Pará	1.000.850	1.080.612	1.274.056	1.439.249	1.320.150	1.389.000
■ Igarapé Miri	304.300	305.575	280.000	400.000	400.000	420.000

Fonte: IBGE/SEDAP.

Observa-se que, com exceção dos anos de 2017 e 2019, o município e o estado, respectivamente, tiveram um pequeno decréscimo na produção motivado por problemas climáticos, entretanto, a série histórica do período 2015-2020 (Tabela 1) mostra uma produção crescente em função do manejo de açaizais.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará (Sindfrutas), o estado fica com cerca de 60% do açaí que produz. Cerca de 35% vão para outras regiões do País, principalmente a Sudeste (Figura 2), e 5% vão para o exterior.

Figura 2 - Escoamento interno da produção de açaí paraense.



Fonte: SINDFRUTAS (2019).

O açaí é comumente enviado e exportado em forma de polpa, produto bruto do fruto, utilizado em diferentes processos para dar origem a produtos de diversos usos e consumo, como energético, refeição, sobremesas, medicamentos, suplementos alimentares entre outros (Sindfrutas, s.d).

Figura 3 - Principais destinos do açaí paraense em 2019.



Fonte: SINDFRUTAS (2019).

De acordo com os dados obtidos em 2019, o EUA é o maior importador da polpa de açaí, seguido da Alemanha, Bélgica e Holanda. O mercado consumidor estadunidense cresce exponencialmente com a demanda de suplementação vitamínica, antioxidante e energética. Mas a quantidade importada pelos EUA não tem apenas como destino o próprio mercado consumidor, pois este país também é um grande exportador de produtos processados à base de açaí para outros países do mundo.

Portanto, a fim de compreender as condições e transformações que levaram o município de Igarapé-Miri a ser conhecido como a “Capital Mundial do Açaí”, destacam-se os aspectos identificados na literatura especializada acerca da produção, sustentabilidade e economia e suas influências no desenvolvimento do município.

PRODUÇÃO, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA

O estudo de Costa (2020) buscou compreender os discernimentos dos manejadores e cultivadores da palmeira de açaí sobre as inovações de manejo e da sustentabilidade da produção de açaí em áreas de várzea, por meio de uma metodologia participativa sobre os entendimentos do que seja a

“sustentabilidade”. A autora identificou que as percepções dos atores sociais sobre o termo sustentabilidade se sujeitam a diferentes enfoques. Entretanto, há um consenso entre os produtores de que a produção de açaí em várzea tem suas limitações, mediante a fragilidade do ecossistema de várzea, passível de amargar consequências danosas aos recursos naturais, destacando-se os açai-zais e comprometendo a produção e, conseqüentemente, a geração de renda, emprego e autoconsumo dos ribeirinhos.

No entanto, Silva e Morim (2017) abordam que, na cidade de Igarapé-Miri, 90% da produção do açaí que chega para venda são da área de várzea, devido a influência do estuário do rio Tocantins, que banha as ilhas do município (Cunha, 2006). Logo, compreende-se que exerce influência direta na produção e venda do açaí no período da safra, em que a renda da cidade aumenta e o fluxo de dinheiro é constante, sendo importante para os comerciantes da cidade, aumentando o número de oportunidades de empregos.

As condições naturais do município claramente favorecem a boa produção do fruto, o que influencia diretamente no seu desenvolvimento. Por outro lado, observa-se que esse desenvolvimento, sem assistência técnica, apenas promove a expansão desordenada e a geração de impactos ambientais no seu ecossistema natural.

Devido a isso, o cultivo de açaizeiro em várzeas, por meio de plantios em áreas desflorestadas, de manejo e de enriquecimento florestal, em associação com outras espécies frutíferas e florestais, adaptadas a essas condições, é incentivado e visto como uma das opções para tornar essas áreas ribeirinhas mais produtivas e ecologicamente melhores protegidas (Nogueira; Homma, 1998). A introdução de práticas agrícolas, em especial, o cultivo de variedades vegetais, como as pal-máceas, favorecidas por terrenos úmidos em climas quentes e úmidos, propicia a produção de açaí, que se tornou, nas últimas duas décadas, o principal produto da várzea do município de Igarapé-Miri (Reis, 2008).

Uma economia baseada nas produções sazonais de um produto claramente enfrenta grandes instabilidades, por isso, há uma grande necessidade de programas e políticas públicas voltadas para as questões socioeconômicas e socioambientais da região. A fim de promover estratégias de empreendimento e desenvolvimento sustentável.

A pesquisa de Reis (2008), fundamentada nas estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do Município de Igarapé-Miri, mostrou, por meio de um debate teórico e aplicação de questionários semiestruturados, que, além do manejo e boas práticas de produção, sob princípios da agroecologia, a gestão participativa tem sido uma das principais estratégias para o desenvolvimento local sustentável.

Figura 2 - Mapa cognitivo das transformações político-organizacionais.



Fonte: Almeida *et al.* (2021).

Por consequência, a gestão participativa do processo de comercialização da produção do açaí, é um dos elementos principais identificados para a melhoria da vida de homens e mulheres na várzea. A comercialização do açaí no mercado local, nacional e internacional, com o marketing da “marca da Amazônia”, tem contribuído para a expansão de sua produtividade, sob a dinâmica da organização dos trabalhadores em redes de cooperação que é, simultaneamente, econômica, política e social.

Nesse viés, na década de 1980, Igarapé-Miri sofreu profundas mudanças econômicas e ambientais, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar. Os seus açaiçais sofreram um forte impacto com a exploração do palmito de açaí, o que deu início ao processo de organização político-econômica com a criação da AMUT (Associação Mutirão), uma organização que reuniu os trabalhadores da zona rural com o objetivo de desenvolver a economia do município, a partir da

produção rural, investimento na formação política e ambiental de seus sócios, fortalecimento da sua organização e incentivo do trabalho, em harmonia com a natureza (Cunha, 2006).

Almeida *et al.* (2021) buscaram analisar as transformações socioambientais na várzea do município de Igarapé-Miri, observadas pelos atores sociais da área, sobre o contexto a partir da expansão da produção de açaí. Os autores construíram mapas cognitivos com os dados obtidos sobre os aspectos das transformações. Suas discussões sobre as transformações Político Organizacionais da várzea (Figura 2) vão ao encontro da abordagem de Reis (2008), pois, também considera que “[...] a organização das entidades locais foi a responsável para a facilidade de comunicação entre as pessoas e entidades, a realização de atividades coletivas, as parcerias entre os movimentos sociais e a Igreja Católica e também o acesso ao conhecimento, este que também contribuiu com a luta e conquista de políticas públicas para a região”. De maneira geral, o primeiro passo para a transformação do município em maior produtor de açaí do mundo se deu por meio da organização dos agricultores através dessas entidades.

Contudo, compreende-se que as transformações ocorridas na área foram tanto positivas, quanto negativas. Destacando o aumento de renda, aquisição de bens e serviços e qualidade de vida para a população local. Entretanto, os autores reconheceram que a produção atual segue um modelo capitalista, que busca por maiores rendimentos financeiros, cuja prioridade parece estar acima da consciência ambiental.

IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELA PRODUÇÃO DE AÇAÍ

A região apresenta uma predominância de açaí de várzea, além de ter vários plantios em áreas de terra firme. Segundo Tavares *et al.* (2015), implantar essas culturas em várzeas teria um custo de implantação menor, o que incorporaria um grande segmento de agricultores familiares do estuário amazônico.

No entanto, fazer a utilização dos meios de plantios irrigados por aspersão teriam custos elevados, que implicaria na abertura de poços, retirada de água de rios, que vão depender da outorga da água, estadual ou federal, dependendo da abrangência do projeto, interferir no nível estadual ou interestadual. Além disso, são gerados diversos impactos ambientais, que tornam cada vez mais

agravantes, como a perda de vegetação nativa, contaminação de lenções freáticos, dentre outros.

Diante disto, observa-se que o fruto do açaí se tornou uma fonte de riqueza e de interesse humano, principalmente, na composição florestal das áreas inundáveis. Porém, essas palmeiras predominam na paisagem e evidenciam formalmente a crescente importância desse recurso (Marinho *et al.*, 2011). Nesse cenário, nota-se que o açaí contribui fortemente na economia e contribui nas mudanças dos sistemas ecológicos ao longo dos rios e florestas das várzeas de Igarapé-Miri.

Dada essa informação, os principais problemas ambientais verificados na várzea de Igarapé-Miri são o desmatamento e o monocultivo, pois, ambos, provocam problemas e alterações no habitat natural resultante do manejo dos açais (Almeida *et al.*, 2021). Logo, as áreas de preservação permanentes vêm sendo prejudicadas, resultando em erosões pela falta de proteção dessas áreas.

Em decorrências disto, observa-se que a produção de açaí no município está localizada nas APP's, pois existem facilidade na extração e transporte. Porém, percebe-se alguns impactos dessa devastação, principalmente, com as frequentes erosões, obrigando muitas famílias a implementar medidas que controle os danos.

Outro dano gerado é o desmatamento da área, decorrente do manejo intensivo do açaí, responsável pela redução das espécies vegetais na região (Carvalho, 2018). Em consequência, geram um desequilíbrio nos ecossistemas, devido à redução da biodiversidade.

Em vista disto, são responsáveis por causarem redução nas espécies florestais e das espécies animais da região, pois estes serviam, entre outros motivos, como fonte de alimentos para eles. Isso é decorrente dos manuseios da agricultura brasileira, que são baseados pela produção, no entanto, como fruto, tem-se o aumento dos impactos ambientais.

Entretanto, os problemas ambientais observados, nas últimas décadas, têm dado um alerta crescente para as preocupações ambientais e levado a serem realizados estudos que tentem mitigar esses danos na localidade. Dessa forma, essa atenção teve origem por parte dos atores sociais que lutaram no passado para transformar a realidade do município e que hoje buscam alternativas viáveis de produção pensando nas futuras gerações.

INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DE AÇAÍ

A Indicação Geográfica (IG) possui duas modalidades, sendo um delas a Indicação de Procedência (IP), que é representado pelo nome geográfico da cidade, do país, da região ou da localidade que é reconhecida como centro de produção, extração ou fabricação de determinado serviço ou produto.

No Brasil, a primeira IG a ser utilizada foi do tipo IP para o vinho do Vale dos Vinhedos, em 2002. Esse mecanismo é realizado de acordo com a Lei n. 9.279/96, que descreve a IG, suas modalidades e dá competência para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), além de estabelecer as condições de registro. Desse modo, é possível encontrar nas Regiões Sul e Sudeste essas certificações, apesar de estar presente em todas as regiões, em mais de 200 municípios, com destaque para o campo e representado por diversas tipologias (INPI, 2019).

Dessa forma, é necessário que o município tenha esses indicativos, pois através dele é possível verificar a qualidade do produto e explorar as características naturais, tais como geográficas, meteorológicas e humanas, e indicar de onde são provenientes, se são àqueles que possuem um certificado de qualidade, atestando sua origem e garantindo o controle rígido de sua qualidade, ou seja, indicação de procedência (Gollo *et al.*, 2008).

Logo, ao implementar essa metodologia, garante a proteção dos produtos dela originados, bem como da sua denominação geográfica. Segundo Valente *et al.* (2012), o IP é benéfico tanto os produtores, que visam investir nesse mercado e que estão sujeitos ao compromisso de cumprir um conjunto de regras de produção, quanto os consumidores, que precisam garantir uma autenticidade da origem e de um padrão mínimo de qualidade dos produtos.

Em vista disso, é necessário que seja implementado no município de Igarapé-Miri, pois agregaria valor e diferenciação da produção convencional, isto é, uma estratégia de venda, que, por sua vez, apresenta-se bastante competitiva, devido ser baseada em identidades territoriais associadas a um determinado produto. Além disso, geraria cada mais rentabilidade ao produto, ajudaria na geração de emprego e na otimização da mercadoria.

CONCLUSÃO

A evolução da produção de açaí acarreta em desenvolvimento para a população local, com destaque para o aumento de renda, aquisição de bens e serviços e qualidade de vida para a população, além de impulsionar uma série de transformações, que impactam não só o setor econômico como ambiental do território. Contudo, diante dos resultados, tem-se que a produção atual de açaí segue um modelo capitalista, buscando-se maiores rendimentos financeiros, cuja prioridade parece estar acima da consciência ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B.B. *et al.* Transformações observadas pelos atores sociais na várzea de Igarapé-Miri (PA) a partir o aumento da produção do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021.

CARVALHO, R. C. **Recuperação florestal em açaiçais de várzea submetidos ao manejo intensivo no estuário amazônico**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará-UFPA.2018.

COSTA, Ana Paula Dias. **As perspectivas sobre a expansão, manejo e sustentabilidade da produção de açaí em áreas terra firme e várzea por agricultores familiares dos municípios de Capitão Poço e Igarapé-Miri-PA**. 2020. Tese de Doutorado. UFRA/Campus Belém.

CUNHA, EM da. Mutirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. Belém: **Paper do NAEA**, n. 206, 2006.

DE BRITO ALMEIDA, Benedito *et al.* Transformações observadas pelos atores sociais na várzea de Igarapé-Miri (PA) a partir o aumento da produção do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e173101018548-e173101018548, 2021.

DOS REIS, A. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA-NAEA, 2008.

EMBRAPA. Nova cultivar de açaizeiro vai manter fornecimento do fruto o ano todo, 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/48210103/nova-cultivar-de-acaizeiro-vai-manter-fornecimento-do-fruto-o-ano-todo>>. Acesso em: 18/11/2022.

GOLLO, S. S.; CASTRO, A. W. V. **Indicações Geográficas no Brasil**: as indicações de procedências já outorgadas e as áreas e produtos com potencial de certificação. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2008.

IBGE. Produção de açaí (cultivo). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/acai-cultivo/br>>. Acesso em: 18/11/2022.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Guia básico: indicação geográfica. [2019]. Disponível em: <https://bit.ly/32HeiNj>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MARINHO, V.N.M. *et al.* Extrativismo do Açaí e Interações Sociedade-Natureza em São Sebastião da Boa Vista, Marajó-PA. **63º Reunião Anual da SBPB**. 2011.

MENDONÇA, M. S. Biochar de caroço de açaí como condicionador de solo na produção de mudas de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.). Jaboticabal/SP. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal. 2019.

NOGUEIRA, Oscar Lameira; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Análise econômica de sistemas de manejo de açaizais nativos no estuário amazônico**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1998.

RIBEIRO, L. O. **Diagnóstico de cadeia produtiva do açaí no município de São Miguel do Guamá Pará**. Capitão Poço/PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2019.

SILVA, B. da; AMORIM, T. S. A produção, venda e renda do açaí: um estudo no município de Igarapé-Miri/PA. **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, v. 8, p. 2017, 2017.

SINDFRUTAS. Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindfrutaspa/>. Acesso em: 17/11/2022.

TAVARES, G. S.; HOMMA, A. K. O. Comercialização do Açaí no Estado do Pará: Alguns Comentários. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Sep. 2015.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R; RAMOS, A.M.; CHAVES, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.42, n.3, p.551-558, mar, 2012.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2007), Mestrado em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2011) e Doutorado no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU)/NAEA/UFPA. É professora Adjunta da Universidade Federal Rural da Amazônia e atua no ensino nos cursos de graduação (Agronomia, ciências contábeis, administração e engenharia ambiental). Possui experiência na área de Agronomia, com ênfase em Economia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia ambiental, Arranjo Produtivo Local (APL), Agronegócio, desempenho competitivo, economia de escala, frutas da amazônia, cadeia produtiva e agroindústria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3375732101759359>

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal do Pará (2010). Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2009). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (2012). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2016). Professor Adjunto C-IV da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus Capanema-PA*. Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Socioambientais na Amazônia (GPGESA) e Projeto Várzea. Tem experiência em ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, com atuação nos seguintes temas: educação ambiental e do campo, políticas públicas e sustentabilidade, socioeconomia e meio ambiente, relações étnico-raciais e de gênero, comunidades agroflorestais e abordagem sistêmica na Amazônia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3064385690292102>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açaí: 28, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 338, 341, 342, 343, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361

Açaí Fruto: 112, 113, 115, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Agricultura Familiar: 13, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 73, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 97, 99, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 141, 142, 154, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 254, 299, 300, 301, 302, 307, 308, 309, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 342, 344, 345, 346, 347

Agricultura Tradicional: 85, 129, 150

Agroecologia: 15, 27, 29, 80, 107, 109, 142, 302, 309, 333, 334, 337, 347, 356

Animais Silvestres: 234, 235, 237, 238

Assistência Técnica: 15, 26, 74, 93, 100, 101, 109, 129, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 141, 154, 158, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 333, 334, 336, 337, 345, 346, 347, 355

Associativismo: 300

Atributos: 198, 199, 200, 202, 204, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 302

B

bem-Estar: 14, 27, 38, 49, 84, 104, 154, 160, 234, 259, 274

bem-Estar Social: 84, 259

C

Capitalismo: 64, 256, 257, 266, 286, 335

Comercialização: 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 29, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 85, 86, 99, 103, 111, 113, 114, 116, 122, 125, 127, 135, 138, 139, 188, 201, 206, 221, 223, 230, 231, 256, 260, 262, 264, 307, 344, 346, 350, 356, 361

Comportamento do Consumidor: 210, 216, 218, 219, 266, 273, 279, 284, 287

Consumidor: 76, 113, 124, 198, 200, 207, 210, 216, 218, 219, 225, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261,

262, 263, 264, 266, 269, 270, 273, 277, 279, 280, 283, 284, 285, 287, 307, 311, 350, 354

Contaminação Ambiental: 289

Controle de Pragas: 12, 14, 22, 23, 24

Cooperativa: 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 307

Cultura: 21, 22, 107, 125, 126, 139, 146, 156, 158, 189, 218, 221, 222, 224, 226, 229, 230, 248, 254, 256, 257, 259, 260, 301, 334

D

Delivery: 122, 311, 313, 324, 325, 326, 329

Demanda Mercadista: 198

Desafios: 12, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 27, 28, 29, 36, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 66, 68, 69, 71, 76, 79, 80, 87, 88, 92, 97, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 186, 187, 190, 194, 195, 226, 240, 247, 250, 261, 271, 286, 287, 301, 308, 312, 313, 315, 316, 317, 320, 322, 323, 325, 328, 331, 333, 347

Desafios Agrícolas: 12

Desempenho Acadêmico: 160, 164, 169, 170, 175

Desenvolvimento Regional: 81, 129, 181, 195, 309, 345, 346, 351

Desenvolvimento Rural Sustentável: 300, 302, 307

Desenvolvimento Sustentável: 16, 18, 25, 26, 27, 70, 79, 80, 85, 87, 107, 111, 136, 142, 144, 195, 259, 261, 265, 266, 267, 300, 338, 349, 355

Desinformação: 184, 193

E

Ecologia: 158, 234, 248, 253, 256, 257

Economia: 21, 28, 32, 66, 68, 70, 71, 80, 84, 86, 87, 88, 97, 105, 106, 108, 109, 115, 126, 127, 131, 140, 158, 195, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 254, 256, 257, 266, 273, 274, 285, 286, 287, 300, 309, 311, 312, 315, 316, 317, 318, 347, 349, 351, 354, 355, 356, 358, 360

Economia Rural: 32, 88, 300, 347

Educação Ambiental: 31, 42, 43, 44, 45, 125, 185, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 249, 289, 296

Educação Superior: 160, 161, 165, 166, 167, 168, 178, 179, 180, 181

Empreendedorismo: 79, 107, 127, 287, 309, 311, 312, 314, 317, 318, 321, 329, 330, 331

Etarismo: 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 61, 62, 63, 64

Extensão: 49, 93, 109, 131, 132, 137, 141, 157, 184, 185, 186, 190, 193, 194, 195, 196, 286, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 333, 334, 337, 345, 346, 347

F

Formação Profissional: 107, 160

G

Greenwashing: 256, 264, 267

H

Hamburguerias: 310, 311, 313, 318, 320, 321, 323, 324, 325, 327, 328

I

Idade: 18, 19, 36, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 72, 91, 92, 135, 136, 150, 165, 181, 204, 205, 206, 216, 225, 277, 291, 320, 321, 331

Identidade: 70, 144, 156, 171, 230, 256

Inclusão: 19, 20, 36, 47, 49, 61, 62, 63, 66, 97, 105, 106, 132, 146, 156, 160, 168, 169, 170, 174, 175, 179, 195, 253

Indústria de Cosméticos: 256

Itens Básicos: 269, 279

J

Justiça Climática: 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254

M

Marketing Societal: 256, 259

Medicamentos Vencidos: 289, 291, 294, 296, 298

Meio Ambiente: 13, 14, 15, 31, 40, 42, 45, 82, 100, 125, 144, 149, 153, 154, 185, 222, 231, 235, 236, 237, 240, 243, 246, 248, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 289, 290, 291, 295, 298, 350

mel de Abelha: 65, 66, 67, 69, 80, 82

Mercado: 14, 20, 21, 24, 28, 66, 68, 71, 74, 76, 78, 81, 88, 92, 97, 98, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 134, 145, 165, 168, 171, 188, 195, 199, 200, 210, 216, 217, 218, 229, 230, 231, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 273, 278, 279, 280, 286, 301, 304, 311, 313, 314, 315, 317, 320, 321, 326, 341, 343, 347, 354, 356, 359

Mercado Consumidor: 76, 264, 311, 354

Mulheres Extrativistas: 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 253

N

Nutrição Escolar: 84

O

Orçamento Familiar: 269, 283, 284

P

Pará: 11, 12, 16, 17, 27, 28, 29, 33, 45, 46, 65, 67, 69, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 126, 127, 130, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 156, 157, 158, 163, 166, 180, 185, 186, 195, 197, 200, 218, 219, 220, 221, 222, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 268, 269, 270, 271, 275, 280, 286, 289, 291, 297, 303, 310, 318, 330, 331, 338, 339, 346, 347, 349, 350, 351, 352, 353, 360, 361

Percepção Ambiental: 31, 32, 34, 35, 42, 44, 45, 46, 241

Percepções de Consumidores: 127, 221

PNAE: 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 185, 195, 334, 346

Políticas Públicas: 19, 28, 31, 34, 41, 42, 84, 87, 88, 101, 107, 108, 109, 111, 131, 140, 141, 144, 156, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 243, 249, 251, 272, 274, 286, 287, 300, 305, 306, 355, 357

Preconceito: 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 149

Preservação Ambiental: 13, 14, 42, 44, 79, 243, 244, 247, 253

Processadores: 111, 228

Produção de Farinha: 96, 129, 140

Produção de Hortaliças: 12, 13, 14, 15, 18, 20, 22, 26, 27

Protagonismo Feminino: 243, 246, 247, 248, 249, 252

Q

Quilombo: 144, 146, 157, 158

R

Racismo Ambiental: 243, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252

Regularização: 184, 192, 193, 195, 196, 207

Renda Mensal: 111, 117, 127, 168, 269, 275, 278, 279

Resíduos Fármacos: 289

S

Saberes: 156, 157, 231, 333, 334

Salário Mínimo: 98, 164, 208, 226, 227, 269, 272, 273, 274, 275, 278, 286

Saneamento: 31, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 45

Segurança Alimentar: 13, 14, 15, 21, 27, 28, 79, 85, 86, 87, 88, 106, 109, 111, 113, 114, 119, 121, 125, 127, 139, 141, 142, 195, 232, 243, 246, 270, 271, 272, 281, 287, 302, 336, 338, 345

Sociodemográfico: 31, 35

Socioeconomia: 129, 131, 229

Supermercados: 24, 25, 68, 77, 112, 113, 125, 130, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 284, 334

Sustentabilidade: 12, 23, 25, 26, 66, 74, 76, 87, 88, 93, 99, 105, 108, 109, 121, 135, 140, 142, 158, 221, 222, 253, 254, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 307, 338, 341, 347, 349, 351, 354, 355, 360

U

UFRA: 11, 30, 47, 48, 49, 50, 60, 61, 62, 65, 83, 110, 128, 134, 143, 149, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 182, 183, 197, 220, 232, 233, 234, 235, 240, 242, 255, 268, 288, 291, 299, 308, 310, 332, 348, 360

Urbanização: 30, 31, 32, 234, 235, 237, 240

V

Vulnerabilidade: 31, 62, 168, 238, 244, 245, 250, 253, 317



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

